

BRASILIANA

5.ª SÉRIE DA

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

SOB A DIREÇÃO DE FERNANDO DE AZEVEDO

VOLUMES PUBLICADOS:

- 1 — Batista Pereira: Figuras do Império e outros ensaios — 2.ª edição.
- 2 — Pandiá Calogeras: O Marquês de Barbacena — 2.ª edição.
- 3 — Alcides Gentil: As idéias de Alberto Torres (síntese com índice remissivo).
- 4 — Oliveira Viana: Raça e Assimilação — 3.ª edição (aumentada).
- 5 — Augusto de Saint-Hilaire: Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a S. Paulo (1822) — Trad. e pref. de Afonso de E. Taunay. — 2.ª edição.
- 6 — Batista Pereira: Vultos e episódios do Brasil. — 2.ª edição.
- 7 — Batista Pereira: Diretrizes de Rui Barbosa — (Segundo textos escolhidos). 2.ª edição.
- 8 — Oliveira Viana: Populações Meridionais do Brasil — 4.ª edição.
- 9 — Nina Rodrigues: Os Africanos no Brasil — (Revisão e prefácio de Homero Pires). Profusamente ilustrado — 2.ª edição.
- 10 — Oliveira Viana: Evolução do Povo Brasileiro — 3.ª edição (ilustrada).
- 11 — Luis da Camara Cascudo: O Conde d'Eu — Vol. ilustrado.
- 12 — Wanderley Pinho: Cartas do Imperador Pedro II ao Barão de Cotegipe — Vol. ilustrado.
- 13 — Vicente Licínio Cardoso: A margem da História do Brasil, 2.ª edição.
- 14 — Pedro Calmon: História da Civilização Brasileira — 3.ª edição.
— Pandiá Calogeras: Da Regência à queda de Rozas — 3.º volume (da série "Relações Exteriores do Brasil").
- 15 — Alberto Torres: A Organização Nacional, 2.ª edição.
- 16 — Alberto Torres: O Problema Nacional Brasileiro, 2.ª edição.
- 17 — Visconde de Taunay: Pedro II, 2.ª edição.
— Afonso de E. Taunay: Visitantes do Brasil Colonial (Sec. XVI-XVIII), 2.ª edição.
- 18 — Alberto de Faria: Mauá (com tres ilustrações fóra do texto).
- 19 — Batista Pereira: Pelo Brasil Maior.
— E. Roquette-Pinto: Ensaios de Antropologia Brasileira.
- 20 — Evaristo de Moraes: A escravidão africana no Brasil.
- 21 — Pandiá Calogeras: Problemas de Administração, 2.ª edição.
- 22 — Mario Marroquim: A língua do Nordeste.
- 23 — Alberto Rangel: Rumos e Perspectivas.
- 24 — Alfredo Ellis Junior: Populações Paulistas.
- 25 — General Couto de Magalhães: Viagem ao Araguaia — 4.ª edição.
- 26 — Josué de Castro: O problema da alimentação no Brasil — Prefácio do prof. Pedro Escudero.
- 27 — Cap. Frederico A. Rondon: Pelo Brasil Central — Ed. ilustrada, 2.ª edição.
- 28 — Azevedo Amaral: O Brasil na crise atual.
- 29 — C. de Melo-Leitão: Visitantes do Primeiro Império — Ed. ilustrada. (com 19 figuras).
- 30 — J. de Sampaio Ferraz: Meteorologia Brasileira.
- 31 — Angélica Costa: Introdução à Arqueologia Brasileira — Ed. ilustrada.
- 32 — A. J. Sampaio: Fitogeografia do Brasil — Ed. ilustrada — 2.ª edição.
- 33 — Alfredo Ellis Junior: O Bandeirismo Paulista e o Recôdo do Meridiano — 2.ª edição.
- 34 — J. F. de Almeida Prado: Primeiros Povoadores do Brasil — (Ed. ilustrada).
- 35 — Rui Barbosa: Mocidade e Exílio (Cartas ineditas. Prefaciadas e anotadas por Americo Jacobina Lacombe) — Ed. ilustrada.
- 36 — E. Roquette-Pinto: Rondonia — 3.ª edição (aumentada e ilustrada).
- 37 — Pedro Calmon: História Social do Brasil — 1.º Tomo — Espírito da Sociedade Colonial — 2.ª edição. Ilustrada (com 13 gravuras).
- 38 — José-Maria Belo: A inteligência do Brasil — 3.ª edição.
- 39 — Pandiá Calogeras: Formação Histórica do Brasil — 3.ª edição (com 3 mapas fóra do texto).
- 40 — A. Saboia Lima: Alberto Torres e sua obra.

- 44 — Estevão Pinto: Os indígenas do Nordeste (com 15 gravuras e mapas) — 1.º volume.
- 45 — Basílio de Magalhães: *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*.
- 46 — Renato Mendonça: *A influência africana no português do Brasil* — Ed. ilustrada.
- 47 — Manoel Bomfim: *O Brasil* — Com uma nota explicativa de Carlos Maul.
- 48 — Urbino Viana: *Bandeiras e sertanistas balanço*.
- 49 — Gustavo Barroso: *Historia Militar do Brasil* — Ed. ilustrada. (com 50 gravuras e mapas).
- 50 — Mario Travassos: *Projeção Continental do Brasil* — Prefácio de Pandiá Calogeras — 2.ª edição ampliada.
- 51 — Otavio de Freitas: *Doenças africanas no Brasil*.
- 52 — General Couto de Magalhães: *C selvagem* — 3.ª edição completa, com parte original Tupi-guarani.
- 53 — A. J. de Sampaio: *Biogeografia dinamica*.
- 54 — Antonio Gontijo de Carvalho — Calogeras.
- 55 — Hildebrando Accioly: *O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da America*.
- 56 — Charles Expilly: *Mulheres e Costumes do Brasil* — Tradução, prefácio e notas de Gastão Penalba.
- 57 — Flausino Rodrigues Vale: *Elementos do Folclore musical Brasileiro*.
- 58 — Augusto de Saint-Hilaire: *Viagem á Provincia de Santa Catarina (1820)* — Tradução de Carlos da Costa Pereira.
- 59 — Alfredo Ellis Junior: *Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-Americano*.
- 60 — Emilio Rivasseau: *A vida dos Indios Guaicurus* — Edição ilustrada.
- 61 — Conde d'Eu: *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul (Prefacio e 19 cartas do Principe d'Orleans, comentadas por Max Fleiuss)* — Edição ilustrada.
- 62 — Agenor Augusto de Miranda: *O Rio São Francisco* — Edição ilustrada.
- 63 — Raimundo Moraes: *Na Planicie Amazonica* — 4.ª edição.
- 64 — Gilberto Freire: *Sobrados e Mucambos — Decadencia patriarcal rural no Brasil* — Edição ilustrada.
- 65 — João Dornas Filho: *Silva Jardim*.
- 66 — Primitivo Moacir: *A Instrução e o Imperio (Subsidios para a historia de educação no Brasil)* — 1823-1858 — 1.º volume.
- 67 — Pandiá Calogeras: *Problemas de Governo* — 2.ª edição.
- 68 — Augusto de Saint-Hilaire: *Viagem ás Nascentes do Rio São Francisco e pela Provincia de Goiaz* — 1.º tomo — Tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa.
- 69 — Prado Maia: *Através da Historia Naval Brasileira*.
- 70 — Afonso Arinos de Melo Franco: *Conceito de Civilização Brasileira*.
- 71 — F. C. Hoehne — *Botanica e Agricultura no Brasil no Seculo XVI* — (Pesquisas e contribuições).
- 72 — Augusto de Saint-Hilaire — *Segunda viagem ao interior do Brasil — "Espírito Santo"* — Trad. de Carlos Madeira.
- 73 — Lucia Miguel-Pereira: *Machado de Assis* — (Estudo Critico-Biografico) — Edição ilustrada.
- 74 — Pandiá Calogeras — *Estudos Historicos e Politicos — (Res Nostra...)* — 2.ª edição.
- 75 — Afonso A. de Freitas: *Vocabulario Nhêengatú (vernaculizado pelo português falado em S. Paulo)* — Língua Tupi-guarani. (com 3 ilustrações fora do texto).
- 76 — Gustavo Barroso: *Historia secreta do Brasil* — 1.ª parte: "Do descobrimento á abdição de Pedro I" — Edição ilustrada.
- 77 — C. de Melo-Leitão: *Zoologia do Brasil* — Edição ilustrada.
- 78 — Augusto de Saint-Hilaire: *Viagem ás nascentes do Rio São Francisco e pela Provincia de Goiaz* — 2.º tomo — Tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa.
- 79 — Craveiro Costa: *O Visconde de Sinimbu* — Sua Vida e sua atuação na politica nacional — 1840-1889.
- 80 — Osvaldo R. Cabral: *Santa Catarina* — Edição ilustrada.
- 81 — Lemos Brito: *A Gloriosa Sotahna do Primeiro Imperio* — Frei Caneca — Ed. ilustrada.
- 82 — C. de Melo-Leitão: *O Brasil Visto Pelos Ingleses*.
- 83 — Pedro Calmon: *Historia Social de Brasil* — 2.º Tomo — *Espirito da Sociedade Imperial*.
- 84 — Orlando M. Carvalho: *Problemas Fundamentais do Municipio* — Edição ilustrada.
- 85 — Wanderley Pinho: *Cotegipe e seu Tempo* — Ed. ilustrada.
- 86 — Aurelio Pinheiro: *A' Margem do Amazonas* — Ed. ilustrada.
- 87 — Primitivo Moacir: *A Instrução e o Imperio* — (Subsidios para a História da Educação no Brasil) —

- 2.º volume — Reformas do ensino — 1854-1888.
- 88 — Helio Lobo: Um Varão da República: Fernando Lobo.
- 89 — Coronel A. Lourival de Moura: As Forças Armadas e o Destino Histórico do Brasil.
- 90 — Alfredo Ellis Junior: Evolução da Econômica Paulista e suas Causas — Edição ilustrada.
- 91 — Orlando M. Carvalho: O Rio da Unidade Nacional: O São Francisco. — Edição ilustrada.
- 92 — Almirante Antonio Alves Camara: Ensaio Sobre as Construções Navais Indígenas do Brasil — 2.ª edição ilustrada.
- 93 — Serafim Leite: Páginas de História do Brasil.
- 94 — Salomão de Vasconcelos: O Fico — Minas e os Mineiros da Independência — Edição ilustrada.
- 95 — Luiz Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz: Viagem ao Brasil — 1865-1866 — Trad. de Edgard Süsssekind de Mendonça.
- 96 — Osorio da Rocha Diniz: A Política que Convém ao Brasil.
- 97 — Lima Figueiredo: Oeste Paranaense — Edição Ilustrada.
- 98 — Fernando de Azevedo: A Educação Publica em São Paulo — Problemas e discussões (Inquerito para "O Estado de S. Paulo" em 1926).
- 99 — C. de Melo-Lettão: A Biologia no Brasil.
- 100 — Roberto Simonsen: Historia Economica do Brasil, Edição ilustrada em 2 tomos 100-100-A.
- 101 — Herbert Baldus: Ensaio de Etnologia Brasileira. — Prefacio de Afonso de E. Taunay. — Edição ilustrada.
- 102 — S. Frões Abreu: A riqueza mineral do Brasil.
- 103 — Sousa Carneiro: Mitos Africanos no Brasil. — Edição ilustrada.
- 104 — Araujo Lima — Amazonia — A Terra e o Homem. (Introdução à Antropogeografia).
- 105 — A. C. Tavares Bastos: A Provincia — 2.ª edição.
- 106 — A. C. Tavares Bastos: O Vale do Amazonas — 2.a edição.
- 107 — Luis da Camara Cascudo: O Marquês de Olinda e seu tempo (1793-1870) — Edição ilustrada.
- 108 — Padre Antônio Vieira: Por Brasil e Portugal — Sermões comentados por Pedro Calmon.
- 109 — Georges Raeders: D. Pedro II e o Conde de Gobleau (Correspondencia inedita).
- 110 — Nina Rodrigues: As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil — Com um estudo do Prof. Afranio Peixoto.
- 111 — Washington Luis: Capitania de São Paulo — Governo de Rodrigo Cesar de Menezes — 2.a edição.
- 112 — Estevão Pinto: Os Indigenas do Nordeste — 2.º Tomo (Organização e estrutura social dos indigenas do nordeste brasileiro).
- 113 — Gastão Cruls: A Amazonia que en Vi — Obidos — Tumuc-Humac — Prefacio de Roquette Pinto — Ilustrado — 2.a edição.
- 114 — Carlos Süsssekind de Mendonça: Silvio Romero — Sua Formação Intelectual — 1851-1880 — Com uma introdução bibliografica — Edição ilustrada.
- 115 — A. C. Tavares Bastos: Cartas do Solitario — 3.ª edição.
- 116 — Agenor Augusto de Miranda: Estudos Piauienses — Edição ilustrada.
- 117 — Gabriel Soares de Sousa: Tratado Descritivo do Brasil em 1597 — Comentarios de Francisco Adolfo Varnhagen — 3.ª Edição.
- 118 — Von Spix e Von Martius: Através da Bafa — Excerptos de "Reise in Brasilien" — Tradução e notas de Pirajá da Silva e Paulo Wolf.
- 119 — Sud Mennucci: O Precursor do Abolicionismo — Luiz Gama — Edição ilustrada.
- 120 — Pedro Calmon: O Rei Filosofo — Vida de D. Pedro II, Edição ilustrada.
- 121 — Primitivo Moacir: A Instrução e o Império (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 3.º volume — 1854-1889.
- 122 — Fernando Sabola de Medeiros: A Liberdade de Navegação do Amazonas — Relações entre o Império e os Estados Unidos da America.
- 123 — Hermann Wätjen: O Dominio Colonial Holandês no Brasil — Um Capitulo da História Colonial do Seculo XVII — Tradução de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti.
- 124 — Luiz Norton: A Côrte de Portugal no Brasil — Notas, documentos diplomaticos e cartas da Imperatriz Leopoldina. Edição ilustrada.

- 125 — João Dornas Filho: O Padroado e a Igreja Brasileira.
- 126 e 126-A — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem pelas provincias de Rio de Janeiro e Minas Geraes — Em dois tomos — Edição illustrada. — Tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa.
- 127 — Ernesto Ennes: As Guerras nos Palmares (Subsidios para sua historia) 1.º Vol.; Domingos Jorge Velho e a "Tróia Negra" — Prefácio de Afonso de E. Taunay.
- 128 e 128-A — Almirante Custodio José de Melo: O Governo Provisorio e a Revolução de 1893 — 1.º Volume, em 2 tomos.
- 129 — Afranio Peixoto: Clima e Saúde — Introdução bio-geografica á civilização brasileira.
- 130 — Major Frederico Rondon: Na Rondônia Ocidental — Edição illustrada.
- 131 — Hildebrando Accloly: Limites do Brasil — A fronteira com o Paraguaí — Edição illustrada com 8 mapas fora do texto.
- 132 — Sebastião Pagano: O Conde dos Arcos e a Revolução de 1817 — Edição illustrada.

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Rua dos Gusmões, 118/140 — São Paulo.

Historia de Dom Pedro II

1825-1891

1927

OBRAS DO AUTOR

ENSAIOS DIPLOMATICOS, Monteiro Lobato & Cia., Editores, São Paulo, 1922.

ARQUIVO DIPLOMATICO DA INDEPENDENCIA (4 volumes, em colaboração com os Srs. Mario de Barros e Vasconcelos, Zacarias de Góes Carvalho, Osvaldo Corrêa e Hildebrando Accioly), Lit.-Tip. Fluminense, Rio de Janeiro, 1922.

Serie 5.^a

BRASILIANA

Vol. 133

BIBLIOTECA

PEDAGÓGICA

BRASILEIRA

HEITOR LYRA

Historia de Dom Pedro II

1825-1891

VOLUME 1.^o

ASCENÇÃO

1825 - 1870

Com 18 ilustrações fóra do texto



COMPANHIA EDITORA NACIONAL

São Paulo — Rio — Recife — Pôrto-Alegre

1 9 3 8

Á memoria de meu Pai,

A. A. PEREIRA DE LYRA,

Deputado provincial, sob o Imperio, eleito
pelos liberaes pernambucanos;
membro da Assembléa Constituinte republicana
e um dos signatarios da Constituição de 1891;
representante do Estado de Pernambuco,
na Camara dos Deputados Federais,
durante 24 anos de regime republicano;

*na companhia do qual aprendi,
desde a infancia, a respeitar e a
fazer justiça a Dom Pedro II.*

H. L.

Este volume é o primeiro de uma série de três, nos quais se contam os atos, os serviços e os erros do imperador Dom Pedro II. Corresponde aos primeiros quarenta e cinco anos da vida do Monarca, que vão de 1825 a 1870, isto é, do nascimento ao fim da guerra do Paraguai. A êle sucederão dois outros mais, subordinados aos sub-títulos e abrangendo as épocas seguintes: FASTIGIO (1870-1880) e DECLINIO (1880-1891). Formando embora um todo, porque se referem á vida de um homem, são, entretanto, independentes entre si, por abrangerem cada qual uma época e um estado de espirito distintos.

AGRADECIMENTOS

Esta obra foi escrita, pode-se dizer, na Europa: começada na Italia e na Suissa, em 1930, foi prosseguida mais tarde na Alemanha e terminada, ao cabo de oito anos, em Portugal. Grande parte dela, porém, foi escrita em Roma, ao tempo em que desempenhava as funções de secretario da nossa Embaixada junto á Santa Sé.

Graças á bondade do meu amigo e então chefe, o embaixador Carlos Magalhães de Azeredo, tive á minha disposição a sua rica bibliotéca e pude, assim, dispôr, para consúltas, apesar de encontrar-me no estrangeiro, de um grande numero de obras brasileiras sobre o Segundo Reinado. O Sr. Magalhães de Azeredo é um dos que melhor conhecem atualmente esse longo periodo da nossa historia; e o belo perfil que traçou do ultimo Imperador () é, sem favor, uma obra-prima de observação e de estilo. Pelo incentivo que dele sempre recebi, quando trabalhava nesta obra, pelo interesse que nunca cessou de dispensar-lhe, deixo-lhe aqui, reiterados, os meus agradecimentos.*

(*) *Dom Pedro II*, Rio de Janeiro, 1923.

Outros agradecimentos vão para o Sr. Dom Pedro de Orléans Bragança, não só pela maneira cativante com que me acolheu em seu castelo d'Eu, em França, nas duas vezes em que lá estive, no outono de 1931 e na primavera de 1932, como, sobretudo, pela espontaneidade e largueza com que me abriu o inestimável arquivo da família imperial brasileira, ali depositado. Sem a contribuição, sob todos os pontos de vista preciosa, desse arquivo, esta obra nada valeria.

As pesquisas nos arquivos dos Ministerios de Negocios Estrangeiros da França (Quai d'Orsay) e da Austria (Staatsarchiv), não me teria sido fácil realisá-las, apesar de minha qualidade de diplomata, se me não tivesse valido, para isso, do concurso de amigos prestimosos; sobretudo a pesquisa no arquivo do Quai d'Orsay, autorizada por lei somente até o ano de 1850, e estendida aos anos posteriores unicamente em casos excepcionais.

Foi o que vim a conseguir, graças á intervenção do nosso representante no Instituto de Cooperação Intelectual e meu dedicado amigo, Sr. Eliseu de Montarros. O que não me fôra possível obter por outros meios apa-

rentemente mais prestigiosos, alcancei-o devido á excellente situação pessoal do Sr. Montarroios no Quai d'Orsay.

A pesquisa no arquivo do Estado, em Viena, isto é, do antigo Ministerio dos Negocios Estrangeiros do Imperio Austro-Hungarò, tornou-se relativamente facil com os bons officios do meu colega Sr. Rubens de Melo, hoje conselheiro e então secretario da nossa Legação naquella cidade. Graças a tão prestigiosas credenciais, foi-me possivel fazer copiar tudo quanto havia sobre o nosso segundo Imperador, na volumosa correspondencia dos agentes diplomaticos da Austria no Rio, de 1840 a 1889.

De todos quantos me prestaram o seu concurso, nos oito anos em que trabalhei nesta obra, e aos quais dou aqui os meus melhores agradecimentos, quero ainda referir os nomes do meu bom amigo o embaixador Mario de Pimentel Brandão, que obteve copia das cartas do Imperador a Gobineau; desse grande erudito que é o Dr. Domenico Bassi, diretor da Bibliotéca Nacional Brai-dense, de Milão, por intermedio do qual me foi possivel fazer copiar as cartas do Imperador a Manzoni, ali depositadas; do conde Stanisláo Pecci, que mui obsequiosa-

mente se propoz fazer pesquisas no arquivo do seu tio-avô, o grande papa Leão XIII; e, finalmente, do meu colega e velho amigo Temistocles da Graça Aranha, que obteve comunicação das cartas do almirante Van Kraemer á sua mulher, escritas do Rio de Janeiro, em 1872, com referencias inéditas as mais interessantes tanto ao Imperador como á familia imperial e á vida na Côrte.

Lisbôa, março de 1938.

HEITOR LYRA.

INDICE DAS MATERIAS

DO VOLUME I

CAPITULO I

PRIMEIROS ANOS

PAGS.

| | |
|--|----|
| Dona Mariana de Verna — Protecção imperial — Uma visita de Dom Pedro' I — Convite que é uma ordem — Dom Pedro I — Dona Leopoldina — Nascimento do herdeiro do trono — A lenda dos Franciscanos — Apresentação official do Principe herdeiro — Menino mirrado e amarelo — Falecimento de Dona Leopoldina — Abdicação de Dom Pedro I — O que significa o 7 de abril — Partida de Dom Pedro I — Governo da Regencia — Aclamação de Dom Pedro II | 35 |
|--|----|

CAPITULO II

JOSÉ BONIFACIO, TUTOR DE SUA MAJESTADE

| | |
|---|--|
| O menino Imperador — O Governo e os homens da Regencia — Vida de incertezas e de sobresaltos — José Bonifacio de Andrada e Silva — A lenda do <i>Patriarca</i> — Seu verdadeiro papel na Independencia — Sentimento portuguez de José Bonifa- | |
|---|--|

cio — Empregos e ordenados portugueses — Independencia e autonomia — Perseguição a Lêdo — Triunfo dos Andradas — Quêda e exílio de José Bonifacio — Volta ao Brasil — 7 de abril e Tutoria imperial — Desavença com a Regencia — José Bonifacio e o partido restaurador — Atitude energica de Aureliano Coutinho — Destituição de José Bonifacio — Sua reação e expulsão do Paço 51

CAPITULO III

LIVROS E BRINQUEDOS

O marquês de Itanhaém — A educação do Imperador — Seus estudos — Seus mestres — Frei Pedro de Santa Mariana — Catecismo civico — Carater do menino Imperador — Programa de seus dias — Falta de divertimentos — Recepções no Paço — Visitas de Principes europeus — A vida interior do Paço — A Côrte sob a Regencia — A sociedade do tempo — Nuvens no horizonte 87

CAPITULO IV

A MAIORIDADE

Antecipação da maioridade do Imperador — Evolução dessa idéia — Situação precária do governo regencial — Golpe parlamentar dos Maioristas — Papel exato do Imperador na Maioridade — A lenda do *quero já* — Verdadeiro significado da Maioridade — Coroação do Imperador — As festas da Coroação 118

CAPITULO V

PROFESSORADO DE AURELIANO

- O Imperador no trono — Sua natureza enigmatica — Estadistas que o rodeavam — Ambiente politico do tempo — Primeiras preocupações literarias do Imperador — Aureliano de Sousa e Paulo Barbosa — Formação da “camarilha” — O Imperador e Paulo Barbosa — Papel exacto de Aureliano — Sua atuação na politica ministerial — Aureliano e o Gabinete da Maioridade — Aureliano e os Andradas — Um Ministerio palaciano 140

CAPITULO VI

O CASAMENTO

- O problema da sucessão imperial — Primeiros passos para o casamento do Imperador e de suas irmãs — Relaxamento de costumes no Paço — A *moralidade* do Imperador rapaz — Suas condições de fortuna — O negociador do casamento — Candidatos á missão — Partida de Bento Lisbôa — Sua estada em Viena — O principe de Metternich — O ministro de Napoles em Viena — A princeza Tereza-Cristina — Assinatura do contrato de casamento — Repercussão no Rio dessa noticia e primeira impressão do Imperador — Carneiro Leão, embaixador especial — Sua chegada á Italia — O casamento em Napoles — Casamento no Rio de Dona Francisca — Chegada da Imperatriz á Córte — Decepção do Imperador 198

CAPITULO VII

DESAVENÇA COM O CONDE D'AQUILA

| | |
|---|-----|
| Negociações para o casamento de Dona Januaria — | |
| O Príncipe de Carignan — Casamento com o | |
| conde d'Aquila — Aquila e o Imperador — In- | |
| triga de Paulo Barbosa — Suposta conspiração | |
| contra o Imperador — Situação do conde d'Aquila | |
| no Paço e na Córte — Primeira altercação com o | |
| Imperador — Aquila quer deixar o Brasil — Opo- | |
| sição do Imperador — Circunstancias que cerca- | |
| ram a sua partida | 252 |

CAPITULO VIII

PRIMEIRAS AFIRMAÇÕES DE AUTORIDADE

| | |
|--|-----|
| Completa-se a emancipação do Imperador — Nasci- | |
| mento do primeiro filho — Viagem ás Províncias | |
| do sul — Extinção da <i>camarilha</i> — Ostracismo | |
| de Paulo Barbosa — Criação da presidencia do | |
| Conselho de Ministros — Volta dos conservadores | |
| ao poder — Primeiro Gabinete do marquez de | |
| Olinda — Política contra Rosas — Quêda de Olin- | |
| da — Repressão do tráfico de Africanos — Pres- | |
| são ingleza — 1850 é o ano dos contratempos — | |
| Falecimento do herdeiro do trono — As duas | |
| Princezinhas — A vida no Paço — Primeiros tem- | |
| pos de Petropolis | 278 |

CAPITULO IX

A CONCILIAÇÃO

- O Imperador firma a sua autoridade — Gênese da Conciliação — O marquez de Paraná — Gabinete da Conciliação — Governo dos moços -- Politica da Conciliação — Morte de Paraná — Problema de sua sucessão — Volta de Olinda ao poder — Novas divergencias com o Imperador — Gabinete Abaeté — Gabinete Angelo Ferraz — Fim da Conciliação 330

CAPITULO X

CHRISTIE — CASAMENTO DAS PRINCEZAS

- Primeiras ligações do Imperador com os *sabios* — Manzoni e Alexandre Herculano — Gonçalves de Magalhães — Gonçalves Dias — Varnhagen, correspondente imperial — Ressurreição de Monte Alverne — Feitio simples e acessviel do Imperador — O colera morbus de 1855 — Viagens ás Provincias do norte — A questão Christie — O *ultimatum* de 1862 — Atitude energica do Imperador — Intervenção suspeita de Mauá — Repulsa do Imperador — A displicencia de Abrantes — Retirada de Christie — Rompimento com a Inglaterra — Casamento das Princezas — Noivos em perspectiva — O filho do conde d'Aquila — Papel da princeza Dona Francisca — Gastão, conde d'Eu e Augusto, duque de Saxe — As mulheres põem e os corações dispõem — Nuvens no horizonte 359

CAPITULO XI

GUERRA DO PARAGUAI — DE AGUIRRE A LOPEZ

- A questão uruguaia — *Blancos e colorados* — A missão Saraiva — Negociações com Aguirre — Ruptura das negociações — O *ultimatum* de 4 de agosto — Protesto de Solano Lopez — Intervenção do Paraguai — O tratado da Triplice Aliança — O Imperador e a politica do Prata — Invasão do Rio Grande do Sul — Guerra com o Paraguai
Partida do Imperador para a guerra 403

CAPITULO XII

GUERRA DO PARAGUAI — URUGUAIANA

- Chegada do Imperador ao Rio Grande — Sua comitiva — Viagem através da Provincia — Dificuldades a vencer — Chegada a São Gabriel — Primeiro prisioneiro paraguaio — Nos campos de Ituzaingó — Entre Alegrete e Uruguaiana — O temor de espões — Chegada a Uruguaiana — Encontro do Imperador com Mitre e Flôres — Anuncia-se o assalto — Rendição de Estigarribia — Entrada do Imperador em Uruguaiana — Recepção do ministro Thornton e epílogo da questão Christie ... 433

CAPITULO XIII

GUERRA DO PARAGUAI — CAXIAS CONTRA ZACARIAS

- Ilusão de uma curta guerra — Decisão de vencer do Imperador — Caxias e o gabinete Zacarias — In-

| | |
|--|-----|
| tervenção do Imperador a favor de Caxias — Demissão de Ferraz e nomeação de Caxias para o comando do Exercito — Relações do Imperador com Caxias — O titulo de Duque — Caxias e Zacarias — Uma carta insolente de Caxias — Pedido de demissão de Zacarias — Intervenção do Conselho de Estado — Reconciliação de Caxias com Zacarias — Agonia do gabinete Zacarias — A senatoria de Sales Torres-Homem — Demissão de Zacarias — Gabinete Itaboraá e subida dos con- servadores ao poder — Acusações ao Imperador — Defesa de sua attitude | 452 |
|--|-----|

CAPITULO XIV

GUERRA DO PARAGUAI — O ESPÓLIO DA
CAMPANHA

| | |
|---|-----|
| Desanimo dos generais e tenacidade do Imperador — Retirada de Caxias da guerra — Censuras ao pro- cedimento de Caxias — Verdadeiras razões dessa retirada — Nomeação do conde d'Eu para a guerra — Gênese dessa nomeação — Primitiva oposição do Imperador — Correspondencia do Im- perador com o conde d'Eu — Partida do conde d'Eu para a guerra — Acusações da Princeza Im- perial a Caxias — O Imperador quer levar a guerra até o final — Morte de Lopez e fim da guerra | 508 |
|---|-----|

CRONOLOGIA DO VOLUME I.º

(1825-1870)

| | | | |
|------|---|-------------|---|
| 1825 | — | 2 dezembro | Nascimento do Príncipe Imperial. |
| 1826 | — | 2 agosto | Seu reconhecimento solene. |
| | | 11 dezembro | Falecimento de Dona Leopoldina. |
| 1831 | — | 7 abril | Abdicação de Dom Pedro I. Governo da Regencia trina provisoria. |
| | | 8 " | Tutoria de José Bonifacio de Andrada e Silva. |
| | | 9 " | Aclamação de Dom Pedro II. |
| | | 13 " | Partida de Dom Pedro I para a Europa. |
| | | 17 junho | Regencia trina permanente. |
| 1833 | — | 15 dezembro | Destituição de José Bonifacio e sua substituição pelo marquez de Itanhém. |
| 1834 | — | 24 setembro | Falecimento em Lisbôa de Dom Pedro I (Dom Pedro IV de Portugal). |
| 1835 | — | 20 setembro | Revolução dos Farrapos no Rio Grande do Sul. |
| | | 12 outubro | Diogo Feijó, regente do Imperio. |
| 1837 | — | 19 setembro | Demissão de Feijó e sua substituição interina por Pedro de Araujo Lima (marquez de Olinda). |
| 1838 | — | 6 abril | Falecimento de José Bonifacio. |
| | | 22 " | Olinda é eleito regente do Imperio. |

| | |
|-------------------|--|
| 1840 — 23 julho | Proclamação da Maioridade do Imperador. |
| 24 " | Gabinete da Maioridade; Aureliano Coutinho, ministro dos Negocios Estrangeiros. |
| 12 dezembro | Bento Lisbôa parte para Viena, negociar o casamento do Imperador e de suas irmãs. |
| 1841 — 23 março | Quêda do gabinete da Maioridade; formação de outro Gabinete, com a permanencia de Aureliano Coutinho na pasta de Estrangeiros. |
| 18 julho | Sagração e coroação de Dom Pedro II. |
| 1842 — 10 maio | Revolução dos liberais em São Paulo. |
| 20 " | Bento Lisbôa assina em Viena o contrato de casamento do Imperador com a princeza Tereza-Cristina de Napoles. |
| 10 junho | Revolução dos liberais em Minas Gerais. |
| 12 julho | Vitória do Governo em São Paulo. |
| 23 " | Chegada ao Rio do contrato de casamento do Imperador. |
| 20 agosto | Vitória do Governo em Minas Gerais. |
| 1843 — 20 janeiro | Gabinete Honorio Hermeto (marquez de Paraná); Aureliano deixa o Ministerio. |
| 1.º maio | Casamento no Rio de Dona Francisca com o principe de Joinville. |
| 30 " | Casamento em Napoles (por procuração) do Imperador com a princeza Tereza-Cristina. |

| | | |
|--------|--------------|--|
| | 3 setembro | Chegada da Imperatriz ao Rio. |
| 1844 — | 28 abril | Casamento no Rio de Dona Januária com o conde d'Aquila. |
| | 22 outubro | Partida dos condes d'Aquila para a Europa. |
| 1845 — | 23 fevereiro | Nascimento do príncipe Dom Afonso. |
| | 1.º março | Vitória do Governo contra os Farrapos. |
| | 8 agosto | Promulgação do <i>bill</i> Aberdeen contra o tráfico de Negros. |
| | 6 outubro | Partida do Imperador para as Províncias do sul. |
| 1846 — | 26 abril | Volta do Imperador á Côrte. |
| | 28 junho | Partida de Paulo Barbosa para a Europa. |
| | 29 julho | Nascimento da princeza Dona Isabel. |
| 1847 — | 11 junho | Falecimento do príncipe Dom Afonso. |
| | 13 julho | Nascimento da princeza Dona Leopoldina. |
| | 20 " | Criação da presidencia do Conselho de Ministros. Fim do professorado de Aureliano. |
| 1848 — | 19 julho | Nascimento do príncipe Dom Pedro Afonso. |
| | 29 setembro | Subida dos conservadores ao poder, com o 1.º gabinete do marquez de Olinda. |
| 1849 — | 6 outubro | Quêda de Olinda. Monte Alegre, presidente do Conselho, e Paulino de Souza (visconde do Uruguai), ministro dos Negocios Estrangeiros. Nova politica contra Rosas. |
| 1850 — | 10 janeiro | Falecimento do príncipe Dom Pedro Afonso. |

| | | |
|--------|--------------|--|
| | 4 setembro | Lei Eusebio de Queiroz contra o tráfico de Negros. |
| | 30 " | Rompimento de relações com o governo de Rosas. |
| 1851 — | 14 dezembro | Início das operações contra Rosas. |
| 1852 — | 5 fevereiro | Derrota de Rosas em Monte Casseros. |
| 1853 — | 6 setembro | O marquez de Paraná organisa o gabinete da Conciliação. |
| 1854 — | 30 abril | Inauguração da estrada de ferro do Rio a Petropolis. |
| 1855 — | 25 setembro | Falecimento de Aureliano Coutinho. |
| 1856 — | 3 setembro | Falecimento do marquez de Paraná. Caxias assume a chefia do gabinete da Conciliação. |
| 1857 — | 4 maio | 2.º gabinete Olinda. |
| 1858 — | 12 dezembro | Gabinete Abaeté. |
| 1859 — | 10 agosto | Gabinete Angelo Ferraz (barão de Uruguaiana) e fim da Conciliação. |
| | 2 outubro | Partida do Imperador para as Provincias do norte. |
| 1860 — | 11 fevereiro | Volta do Imperador á Côrte. |
| | 25 " | Apresentação das credenciais do novo ministro da Inglaterra, W. D. Christie. |
| 1861 — | 2 março | 1.º gabinete Caxias. |
| 1862 — | 24 maio | 1.º gabinete Zacarias. |
| | 30 " | 3.º gabinete Olinda. |
| | 30 dezembro | Represálias dos navios inglezes contra barcos brasileiros. |
| 1863 — | 11 março | Partida de Christie para a Inglaterra. |
| | 5 julho | Ruptura com a Inglaterra. |
| 1864 — | 15 janeiro | 2.º gabinete Zacarias. |

| | | |
|--------|--------------|---|
| | 4 agosto | <i>Ultimatum</i> de Saraiva ao governo da Montevidéo. |
| | 31 " | Gabinete Furtado. |
| | 2 setembro | Chegada ao Rio do conde d'Eu e do duque de Saxe. |
| | 15 outubro | Casamento de Dona Isabel com o conde d'Eu. |
| | 1.º dezembro | Início das operações contra o Uruguai. |
| | 15 dezembro | Casamento de Dona Leopoldina com o duque de Saxe. |
| | 27 " | Invasão de Mato Grosso pelas forças paraguaias de Solano Lopez. |
| 1865 — | 20 fevereiro | Rendição de Montevidéo. |
| | 1.º maio | Tratado da Triplice Aliança. |
| | 12 " | 4.º gabinete Olinda. |
| | 11 junho | Batalha do Riachuelo. |
| | 10 julho | Partida do Imperador para a guerra. |
| | 11 setembro | Chegada do Imperador a Uruguaiana. |
| | 18 " | Rendição de Uruguaiana. |
| | 23 " | Entrega das credenciais do novo ministro inglez e reatamento das relações com a Inglaterra. |
| | 9 novembro | Volta do Imperador á Côrte. |
| 1866 — | 23 abril | Invasão do Paraguai pelas forças aliadas (Passo da Patria). |
| | 24 maio | Batalha de Tuiuti. |
| | 3 agosto | 3.º gabinete Zacarias. |
| | 22 setembro | Desastre de Curupaiti. |
| | 10 outubro | Caxias é nomeado comandante em chefe das forças em operações de guerra. |
| 1867 — | 17 agosto | Falecimento do marquez de Itanhaém. |

-
- | | |
|--------------------|--|
| 1868 — 13 janeiro | Caxias assume o comando do Exército. |
| 19 fevereiro | Passagem do Humaitá. |
| 16 julho | Gabinete Itaboraá e volta dos conservadores ao poder. |
| 11 dezembro | Batalha de Avaí. |
| 1869 — 1.º janeiro | Ocupação de Assunção. |
| 19 " | Retirada de Caxias da guerra. |
| 16 abril | O conde d'Eu assume o comando do Exército. |
| 16 agosto | Batalha de Campo Grande. |
| 1870 — 1.º março | Morte de Solano Lopez em Cerro-Corá e fim da guerra do Paraguai. |

**HISTORIA DE
DOM PEDRO II**

CAPITULO I

PRIMEIROS ANOS

Dona Mariana de Verna — Proteção imperial — Uma visita de Dom Pedro I — Convite que é uma ordem — Dom Pedro I — Dona Leopoldina — Nascimento do herdeiro do trono — A lenda dos Franciscanos — Apresentação oficial do Príncipe herdeiro — Menino mirrado e amarelado — Falecimento de Dona Leopoldina — Abdicação de Dom Pedro I — O que significa o 7 de abril — Partida de Dom Pedro I — Governo da Regencia — Aclamação de Dom Pedro II.

I

Dona Mariana de Verna Magalhães, mais tarde condessa de Belmonte, era uma dessas excelentes senhoras, cujo coração não se cansava de espalhar benefícios, e cujo fim na vida parecia não ser outro senão o de crear, em torno de si, um ambiente de larga e profunda generosidade. Dela podia-se dizer que praticava integralmente aquella *ciencia da bondade*, de que nos fala Montaigne.

Portugueza, como o marido, aquele bom Sr. Magalhães, tinham vindo ambos para o Brasil com a côrte da rainha Dona Maria I, quando esse homem infeliz que foi o príncipe Dom João, depois o rei Dom João VI, se viu forçado a fugir, apavorado, das tropas francezas, que em marchas forçadas invadiam o velho reino lusitano. Fidalgos empobrecidos, o casal Magalhães viveu no Rio, como tantos outros, á sombra da larga e patriarcal generosidade do Rei.

Depois da partida da côrte portugueza, quando se proclamou a Independencia e foi iustituído o Imperio, o marido de Dona Mariana recebeu de Dom Pedro I o cargo de guarda-roupa do Imperador. Para o fidalgo pobre, um emprego desses era um achado do céu. Mas o bom homem não o desfrutaria por largo tempo. Oito mezes depois estava êle uma manhã ajoelhado, em oração, na igreja da Gloria, assistindo a uma missa em ação de graças pelo seu Imperador e amigo, quando caiu pesadamente sobre o lagedo do templo, com um ataque mortal de apoplexia.

Viuva a pobre Senhora, não a deixou no desamparo a generosidade de Dom Pedro I. Fez-se o Monarca, espontaneamente, protetor de toda a familia. Deu emprego ao filho; fez da filha mais velha áia da princeza Dona Francisca; das duas sobrinhas, alçafatas do Paço; e dos dois sobrinhos, moços fidalgos da Casa Imperial.

Não ficaram aí, porém, as provas de amizade de Dom Pedro I. A grande surpresa viria pouco depois.

Uma tarde, estava Dona Mariana descansando dos calôres do estio, á sombra de uma das arvores de sua chacara do Engenho Novo, quando lhe appareceu á cancella o vulto esguio do Monarca, montado num cavallo baio. Dom Pedro I costumava, uma vez que outra, em seus passeios pelos bairros do Rio, visitar a chacara de Dona Mariana, onde lhe apeteciam, sobretudo, as aguas frescas de um riacho que por lá corria. Certa vez teve a fantasia de plantar-lhe ao lado uma mangueira.

A visita imperial, portanto, nada tinha em si mesma de extraordinaria. A surpresa do dia foi o convite, que logo lhe fez o Soberano, para Dona Mariana servir como áia do filho que ele esperava lhe nascesse daí a um mez. De fáto, era sabido que a imperatriz Dona Leopoldina estava em adiantado estado de gravidez, e todos no Paço aguardavam anciosos o nascimento dessa criança, que seria talvez o herdeiro do trono imperial.

Dona Mariana era então uma Senhora de seus 46 anos de idade. Além do filho rapaz e da filha moça, tinha ainda a educar uma outra filha, menina de oito anos de idade. Ora, o cargo de áia de um filho do Monarca, e com maior razão do herdeiro da Corôa, se a criança esperada fôsse um varão, além da tremenda responsabilidade moral, trazia-lhe os mais absorventes encargos. Obrigá-la-ia a entregar-se inteiramente aos deveres do Paço. Além disso, a vida que se levava no Palacio imperial, apesar de nada ter de aparatosa, e do razoavel ordenado do emprego que lhe ofereciam, era

demasiado custósa para as poucas posses de Dona Mariana.

Por todos esses motivos, a excelente Senhora, na sua modestia, sem outras ambições que não fôsse a vida recatada do Engenho Novo, cercada de sua familia e entregue exclusivamente á educação dos filhos, recusou confusa e agradecida a honra que lhe fazia o Monarca seu Senhor. Mas este insistiu, foi teimoso, fez-se amavel, apelou para os sentimentos cristãos da bôa dama, para a sua fidelidade á familia imperial. Premida, dessa forma, ella cedeu.

E foi assim que em meados de novembro de 1825, Dona Mariana de Verna deixava definitivamente a velha chacara do Engenho Novo, doação do bom rei Dom João, para transportar-se para a quinta da Bôa-Vista, afim de aguardar ali o esperado nascimento do Principe que o destino lhe depunha nos braços generosos.

II

Dom Pedro I tinha então 27 anos de idade. Produto hibrido de um Português mediocre, sem grandes virtudes e sem grandes defeitos, e de uma Espanhola de máo carâter, buliçosa e sem escrupulos, êle herdara de ambos — do pai Bragança e da mãe Bourbon — uma soma de predicados opostos, que o tornavam um dos homens mais contraditorios do seu tempo.

De temperamento era um impulsivo. Voluvel até os extremos, era capaz dos maiores egoismos e das mais largas generosidades. Tudo nêle era incompleto: mal educado, mal guiado, mal aconselhado, faltou-lhe sempre o senso exâto da medida. Mas, como todas as naturezas espontaneas, tinha um fundo de grande bondade.

Herdou do velho Rei seu pai a liberalidade; não aquella bonhomia igual e sedativa, que o fazia tão estimado pelos que o cercavam. Tinha, da mãe, sobretudo, a impetuosidade. Foi essa impetuosidade, aliada ao seu estabonado cavalheirismo, que o levou a libertar dois povos.

Um punhado, largo, cheio, de bôas qualidades: bravura, honestidade, desprendimento pessoal, idealismo. E um acentuado desejo de bem fazer — o que o não impedia de ser, muita vez, injusto e agressivo até com os seus melhores amigos.

Fisicamente, era o que se chama um belo homem. Nada de distinção, porém, — um belo macho. Tinha o porte gracioso, embora fôsse mal cuidado no vestir. Seu olhar era sobranceiro e dominador, e sua fisionomia, por vezes dura, dava-lhe uma apparencia de rudeza — *of a savage looking man*, como dizia Napier.

Sua mulher, aquella infeliz imperatriz Leopoldina, era o contraste do marido. O que tinha este de excessos; tinha ella de faltas. Da educação religiosa de Schoenbrunn, resultara uma mulher profundamente pacifica, obediente, sem grandes exigencias nem grandes vaidades. Era de uma simplicidade quasi rustica; e generosa, a seu modo, sem ostentações nem espalhafatos.

Tinha uma natureza enfadonhamente igual, — monotonamente, triste, arida, como uma longa planicie despovoada.

Culta, com aquela cultura geral das arquiduezas de Viena. Uma instrução generalisada, um pouco de tudo; e, sobretudo, uma predileção marcada para as ciencias naturais. Mas uma cultura sem brilho, sem realce, sem *attaches*, enfadonha como a sua propria natureza.

Fisicamente, era uma mulher feia: desengonçada, desagradavel, baixa, atarracada, como a viu Schlichtorst no ano do nascimento de Dom Pedro. “Uma certa similhaça com a irmã, a imperatriz Maria Luisa — acrescenta; mas suas feições não têm, porém, o afinamento e a graça, que tão encantadora tornaram a esposa de Napoleão”.

Deselegante de corpo e de espirito; com uma intelligencia sem brilho; desleixada no vestir e, por vezes, nas maneiras, parecendo antes uma rude burgueza da Provincia do que uma Imperatriz — ela foi para o marido, para aquele marido, que a Politica madrasta lhe dera, uma mulher cacete e desenxabida.

Ela, coitada, amava-o! Mas á sua maneira: enfadonhamente. Antes por virtude domestica do que por um desses sentimentos profundos e espontaneos. Mas esse amôr mesmo acabou fenecendo, como tudo secava naquela planta de estufa transportada para o sólo agreste da America.

III

Pela noite de 1.º para 2 de dezembro de 1825, Dona Leopoldina começou a sentir as primeiras dôres do parto. Durante cerca de cinco horas lutou a pobre Imperatriz para dar á luz o filho que tanto almejava. Já doente e precocemente envelhecida, toda sua esperança de mãe estava depositada nesse ente que lhe ia nascer.

Ela lembrava-se ainda, com` funda tristeza, do seu pequenino João Carlos Borromeu, príncipe da Beira, nascido havia quatro anos, e tão cêdo roubado, pela morte, aos seus carinhos de mãe. Com o prematuro falecimento dessa criança confirmara-se, mais uma vez, aquella velha lenda dos Franciscanos, segundo a qual os primogênitos dos Braganças não cingiriam jamais a Corôa (1)

Afinal, ás duas e meia da madrugada de 2 de dezembro, verificou-se o nascimento tão esperado. “Sua Majestade deu á luz a um Príncipe com a maior felicidade possível — diz o boletim oficial do medico do

(1) “E’ uma tradição na Ordem, que indo um leigo Franciscano pedir esmola a Dom João IV, rei de Portugal, ainda sendo oitavo duque de Bragança, em um dia em que se achava de máu humor, impacientado despediu o pobre leigo, dando-lhe um ponta-pé na canela, que o molestou, levantando-lhe a epidemia em forma de peixe; ressentido o Frade da sem razão com que fôra molestado, lhe rogou a seguinte praga: que a sua descendência nunca passaria pelo primogênito — o que se realisou, sem exceção alguma” (Melo Moraes, *Brasil historico*).

Paço — no meio de um trabalho bem que de quasi cinco horas, todavia assás incomodo, tanto pela posição pouco favoravel do tronco á entrada do estreito superior da bacia, que não deixava sem grande difficuldade descer a cabeça (primeira parte que se apresentou), aliás bem situada, como pela distancia dos hombros. Esta circumstancia, unida á primeira, influa grandemente para difficuldade do parto, para o bom exito do qual foi mister a intervenção de socorros, que foram prudentemente ministrados” (2).

IV

O Principe que agora nascia era o setimo — e seria o ultimo — de uma prole da qual só êle, dos varões, devia vingar. A bem dizer, dos sete filhos de Dom Pedro I e Dona Leopoldina (quatro meninas e tres meninos), apenas quatro sobreviveram: Dona Maria, que foi rainha de Portugal; Dona Januarina, que foi condessa d’Aquila; Dona Francisca, que foi princeza de Joinville; Dom Pedro II. Dona Paula faleceu com dez anos apenas, vitimada pela variola. O resto, nasceu, morreu.

O nascimento do herdeiro do trono foi festejado com as cerimoniaes publicas comuns então a esses aconte-

(2) Max Fleiuss, *Contribuições para a biografia de Dom Pedro II.* — Uma bibliografia de todas as obras citadas nesta *Historia*, com maiores indicações, se encontrará no fim do ultimo volume, bem como a relação de todos os arquivos consultados pelo autor, tanto no Brasil como no estrangeiro.

cimentos. Mas esteve longe de despertar o entusiasmo que era de esperar. Apesar do edital do Senado da Camara do Rio, determinando que os moradores da Capital iluminassem e ornamentassem suas fachadas desde quinze dias antes do nascimento do Principe, a grande parte da população, a bem dizer, não deu maior atenção ao acontecimento. E se este não passou despercebido, tambem não suscitou grandes entusiasmos.

Era porque a preocupação geral estava voltada para a grave situação em que se debatia então o Brasil, minado do norte ao sul pelas discordias partidarias, que ameaçavam afetar mesmo a integridade do Imperio. O trono brasileiro, balançado de todos os lados pela tempestade politica, e novo ainda de tres anos apenas, valia bem pouco no espirito popular, para que o nascimento do Principe que o destino reservava para ocupá-lo num futuro ainda distante, pudesse provocar no paiz um sentimento de profunda emoção.

O proprio Dom Pedro I, se recebeu esse filho com franca e sincera alegria, não tinha então o espirito bastante desembaraçado para poder dedicar-lhe todo o seu sentimento afetivo. Ele andava então mais do que nunca prisioneiro aos amores da ardilosa marquezia de Santos. Quasi toda a sua faculdade afetiva, toda a sua capacidade de amar era absorvida pelas artimanhas da bela Paulistana. E á pobre da imperatriz Leopoldina pouco ou quasi nada cabia daquele coração volúvel. Politicamente, toda a preocupação do Monarca ia, de um lado, para o estado de espirito do Brasil, de onde ele já

sentia vir a tempestade que o daria por terra, e de outro, para a situação interna de Portugal, onde o mano Miguel, de parceria com a Rainha sua mãe, cobiçava o trono do velho rei moribundo.

V

No dia mesmo do nascimento do herdeiro, fez-se a sua apresentação oficial aos dignitários do Paço, para isso convocados numa sala do palacio de São Christovão. Quando o brigadeiro Lima e Silva, pai do futuro duque de Caxias, o apresentou sobre a bela almofada de sêda, todos os presentes constatarem uma creança magrinha, mirrada e amarela. Como o grande poeta da *Lenda dos seculos*, cujas mãos êle estreitaria mais tarde, não parecia destinado a vingar:

*Un enfant sans couleur, sans regard et sans voix;
Si débile...
Qu'on ne lui donnait pas même un lendemain à vi-
vre...*

Mas vingou. Graças sobretudo ao cuidado com que todos desde logo o cercaram. A Imperatriz, já doente e definhada nessa época, não o pôde aleitar. Serviu-lhe de ama uma valente mulher do campo, a Catarina, trazida anteriormente de Nova-Friburgo para amamentar uma de suas irmãs.

O nascimento desse filho acabou de arruinar a saúde já combalida da pobre Imperatriz. Desde então ela

começou progressivamente a decair. E quando lhe veio uma outra gravidez, pouco depois, terminada em um mal successo, não pôde resistir ao choque. Rendeu serenamente a alma ao Creador.

Com a pouca idade de quatro anos, era naturalmente impossível ao pequeno Príncipe ter qualquer noção, vaga que fôsse, da desgraça que o cobria. Foi, assim, numa completa inconsciencia que êle se deixou levar, automaticamente, pela mão caridosa de Dona Mariana, até junto ao catafalco, para beijar, pela ultima vez, a mão daquela que o destino tão impiedosa e prematuramente lhe roubava.

Orphão de mãe, o pequeno Príncipe encontraria em Dona Mariana, senão os carinhos maternos, que, estes, são insubstituiveis, em todo o caso um zêlo e um amor jamais diminuidos. Desde então a bôa Senhora seria o seu verdadeiro anjo protetor, quem primeiro lhe abriria o espirito para a objetividade deste mundo e lhe inculcaria aqueles sãos principios de moral christã, que tão larga e profundamente deviam prevalecer, depois, na formação do carater do homem.

VI

Não se passariam quatro anos, depois da morte da mãe, sem que o movimento popular de 7 de abril de 1831 viesse arrebatá-lo também o pai, levando-o para o estrangeiro. Triste, em verdade, a infancia desse pe-

queno Príncipe! Èle a cantaria mais tarde, quando homem, naqueles versos talvez mediocres, mas certamente cheios de uma dôce melancolia:

*Coube-me o mais funesto dos destinos;
Vi-me sem pai, sem mãe, na infancia linda...*

A abdicação de Dom Pedro I nada mais foi, em ultima analyse, do que um movimento de reacção nacional. Foi o epilogo da luta entre o elemento brasileiro, encarnado nos liberais e na façção revolucionaria do Exercito, e o elemento portuguez, ou luso-brasileiro, o elemento dos antigos *donos* do paiz, remanescente do governo de Dom João VI, representado agora na pessoa do Monarca e seus principais conselheiros aulicos. Eis porque se disse com todo o fundamento, que o 7 de abril assinala, mais do que o 7 de setembro, a verdadeira independencia politica do Brasil.

E' certo que concorreram igualmente para a abdicação do Soberano os nove anos de sua péssima e tortuosa politica, e a não menos tortuosa vida publica e privada. Sob este aspéto, o 7 de abril foi a consequencia de todos os seus erros e culpas; foi o epilogo da situação de incompatibilidade que se creara entre Dom Pedro I e a nação, e cuja solução não podia ser outra que não fôsse simplesmente a sua retirada.

Saint-Hilaire, que viajava por esse tempo entre nós, diz que Dom Pedro I poderia ter conservado a corôa, se fizesse uma concessão ao movimento sedicioso (3). Adia-

(3) *Voyage dans le district des Diamants.*

ria, possivelmente, com isso, o desfecho final da luta, adiamento que valeria, apenas, como um recurso de emergencia. Mas não resolveria o problema social e politico que êle proprio creara. Porque a abdicção viria, mais cêdo ou mais tarde, uma vez que a reação do espirito nacional empolgara já toda a consciencia emancipada do paiz. "Odios de nacionalidades silvavam como serpentes enfurecidas..." dizia Pontois, representante da França no Rio.

O proprio Soberano, com aquela vivacidade de apreensão que nunca lhe faltou, não alimentava duvida a respeito: "Não nos façamos ilusões. O conflito tornou-se nacional. Os nascidos no Brasil congregaram-se contra mim. Não querem mais saber de mim porque sou Português. Estão dispostos a desfazer-se de mim por não importa que meio. De ha muito esperava isso" (4).

Levando em conta a natureza do conflito que se abriu entre a nação e o Soberano, não se pode deixar de salientar a grande significação que teve nele e, consequentemente, em toda a historia da formação da nossa nacionalidade, a condição *brasileira* do herdeiro do trono. Se o filho de Dom Pedro I fôsse um principe nascido em Portugal, apesar de Brasileiro pelas leis do Imperio, como o pai, seria mais do que provavel que o Brasil não o tivesse querido guardar, fôsse êle embora, com incontestavel direito, o herdeiro da corôa imperial. Teria seguido para o exilio, com o pai. E o 7 de abril

(4) Oliveira Lima, *O Imperio brasileiro*.

teria sido, muito provavelmente, o primeiro dia de um governo republicano. Só o destino poderia então dizer o que resultaria daí para a nossa nacionalidade em plena infância. O proprio Dom Pedro I reconheceu que a nacionalidade brasileira do filho resolvia, por si só, toda a questão: “Meu filho tem sobre mim a vantagem de ser Brasileiro. Os Brasileiros prezam-no. Governará sem dificuldades”.

VII

Era já tarde da noite, quando Dom Pedro I decidiu afinal deixar definitivamente o paiz e transportar-se para bordo de um navio inglez ancorado no porto. “Dirigiu-se primeiro ao aposento do filho, da inocente criança, a que o rigor da sorte punia com tão prematura elevação. A criança dormia. Não quiz seu pai que a acordassem. Ficou alguns minutos a contempla-la, mudo... Afinal, arrancou-se e partiu” (5)

Na manhã seguinte, tornando publico o decreto pelo qual abdicava a Corôa imperial do Brasil na pessoa de seu filho (6), dirigia uma carta ao seu antigo ministro

(5) Pinto de Campos, *O Senhor Dom Pedro II*.

(6) Dizia esse decreto, lavrado pelo proprio punho de Dom Pedro I, sem consulta a qualquer de seus Ministros ou Conselheiros: “Usando do direito que a Constituição me concede, declaro que hei mui voluntariamente abdicado na pessoa de meu amado e presado filho, o Sr. Dom Pedro de Alcantara”.

José Bonifacio, entregando-lhe a tutoria do jovem Imperador, para que o educasse “naqueles sentimentos de honra e de patriotismo com que devem ser educados os Soberanos”.

Nessa mesma noite ficou constituido o primeiro governo da Regencia.

Nas ruas, por toda a parte, o povo e a tropa exultavam. O regosijo foi geral. Com exceção do elemento genuinamente português, todos sentiam-se como que aliviados, com a solução dada áquelas horas de tão grandes aflições. Dir-se-ia (e na realidade assim era) que o Brasil renascia para a vida independente; e que aquele instante, talvez o mais solene de sua historia, significava, para toda a nação, a responsabilidade de mover-se e de conduzir-se por si mesma no grande cenario da vida internacional.

Simbolizando a nação, encarnando-a no que ella tinha de mais expressivo, de mais dignificante, de mais representativo, — a sua independencia — lá estava, inocente e despreocupado, brincando com suas irmãs numa das salas do Paço de São Christovão, *o Imperador menino*.

VIII

Sua aclamação official na praça publica, realisada no dia 9 de abril, foi a verdadeira jornada da independencia nacional. O cortejo que o levou através das ruas da velha cidade colonial, para assistir ao *Te Deum* na Cape-

la Imperial, provocou cenas de verdadeiro e espontaneo entusiasmo. “Onidas de povo se haviam reunido para o verem passar. Apenas despontou em um coche, puxado por inumeros braços, rebentou uma imensidade de vivas. Todos se abraçavam e se congratulavam. Após os juizes de Paz, que iam a cavallo, com as bandeiras verdes desenroladas, seguiam mais de 500 cidadãos com os braços entrelaçados” (7).

Sentado ao fundo do carro, “como um deus de amôr”, o jovem Imperador nada podia compreender, na despreocupaçãõ dos seus cinco anos, da cena historica que os seus olhinhos azues ali presenciavam. Às aclamações repetidas do povo, que comprimia a carruagem, êle respondia com o mais innocente sorriso infantil, cheio de curiosidade e de ternura. Ao seu lado, velando pela perfeita compostura do Monarca, segredava-lhe de vez em quando D. Mariana de Verna: *Imperador, cumprimente; cumprimente, Imperador*. E o menino, muito solene, muito compenetrado, mas já desde então muito docil e obediente, balançava a cabecinha loura, ora para a direita, ora para a esquerda.

(7) Pinto de Campos, *op. cit.*

CAPITULO II

JOSE' BONIFACIO, TUTOR DE SUA MAJESTADE

O menino Imperador — O governo e os homens da Regencia — Vida de incertezas e de sobresaltos — José Bonifacio de Andrada e Silva — A lenda do "Patriarca" — Seu verdadeiro papel na Independencia — Sentimento portuguez de José Bonifacio — Empregos e ordenados portuguezes — Independencia e autonomia — Perseguição a Lêdo — Triunfo dos Andradas — Quêda e exilio de José Bonifacio — Volta ao Brasil — 7 de abril e Tutoria imperial — Desavença com a Regencia — José Bonifacio e o partido restaurador — Atitude energica de Aureliano Coutinho — Destituição de José Bonifacio — Sua reação e expulsão do Paço.

I

Com a partida de Dom Pedro I para a Europa, o Imperador e as suas duas irmãs ficaram entregues aos

cuidados de José Bonifácio (8). Sobre elcs velava, naturalmente, a atenção do governo da Regencia. Mas a direção geral de sua educação estava entregue ao velho Tutor. Para coadjuvá-lo, tinha a seu lado a abnegação, o desvelo, o amôr da benemerita Dona Mariana de Verna.

Seis mezes depois da partida de Dom Pedro I escrevia-lhe Dona Mariana :

“O Imperador, este menino raro em tudo, está adiantadissimo. Está lendo português quasi correntemente; lê também inglês e vai agora lêr francês; principiando agora a dar lição regular com Mr. Boiret faz-lhe os cadernos de palavras, pergunta-lhe e sem estudar responde-lhe a todas. Sabe todas as palavras, está aprendendo gramatica, isto sem ter ainda seis anos. Faz um gôsto tal com as lições que êles tomam em classe todos juntos, que estando com um destes pequenos encomodos e não podendo sair do quarto para ir dar lição com as manas, desatou a chorar, e foi preciso mudar a casa de lição para o quarto dêle, e apezar de estar com a cara inchada não perdeu lição nenhuma, sem que ninguém o obrigasse ou persuadissee.

“Tem o melhor caráter possível, franco, docil, polido e alegre, assim também as Princezas são uns bons anjinhos...

(8) José Bonifácio fôra nomeado Tutor por um decreto de Dom Pedro I, lavrado e assinado nas vésperas de deixar o Brasil. A Assembléa Geral, porém, entendeu que esse decreto era nulo, entre outras razões por usurpar atribuições suas. José Bonifácio logo protestou contra semelhante interpretação. Mas tudo se regularizou com a decisão tomada pouco depois pela Assembléa, de eleger, ela, José Bonifácio Tutor de Sua Majestade, o que de fato se deu na sessão de 30 de junho de 1831. A 24 de agosto seguinte José Bonifácio assumia efectiva e regularmente as funções de seu cargo.

Agora que vamos para São Cristóvão, perguntou-se ao Imperador se gostava de ir para passear na Quinta. Respondeu que não, que não gostava nada: e porque, se lhe replicou — porque tenho muitas saudades do Papai e da Mamãe. Por mais que se lhe tornou a replicar, nada mais quiz responder...

“No dia 12, anos de V.M.I., o Tutor mandou dar um chá no quarto do Imperador. Triste dia, em que não houveram senão lagrimas, dia tão alegre em outro tempo. Havia neste chá todos os elementos de uma função e de um divertimento, muita luz, muitos doces e alguma gente; mas como os corações todos estavam oprimidos, não houve senão pesares” (9).

De Paris, pouco depois, respondia-lhe Dom Pedro I:

“No dia dos anos do Imperador meu filho, eu tambem cá fiz o que o meu amôr me pedia, e o que as minhas circunstancias, bastantemente apertadas, me permitiram: dei um jantar, ao qual foram convidados o ministro do Brasil e toda a Legação, e bastantes Brasileiros distintos, e os Embaixadores da familia” (10).

Dom Pedro I tinha certamente muitos defeitos. Mas amava os filhos. Queria-lhes realmente bem. Apesar de longe, na Europa, com a atenção já absorvida nos successos politicos de Portugal, não esquecia os filhos que deixara no Brasil, sobretudo esse menino, que era toda a sua esperanza de pai e de Monarca, e sobre cuja cabeinha loura pezava o destino de um grande povo.

(9) Carta do Rio, 23 de outubro de 1831, no arquivo da familia imperial.

(10) Max Fleiuss, *op. cit.*

A falta de noticias do filho doia-lhe o coração. Dona Mariana nem sempre podia escrever-lhe, e José Bonifacio, este, não o fazia jamais. Era um silencio que o mortificava. Em janeiro de 1832 ia fazer dez mezes, quasi um ano, que deixara o Brasil, e o Tutor não encontrara ainda tempo para mandar-lhe, sequer, uma carta. Impaciente, escrevia de Paris ao filho:

“Mui sentido estou porque José Bonifacio não me tem escrito nem uma só palavra até a data desta. Dize-lhe que se lembre de me mandar noticias tuas, como me prometeu a bordo da não *Warspite* (11), e pelas quais suspiro, e ás quais tenho direito como pai. Dize-lhe que assim como êle não gostaria de não receber noticias de seus filhos, tambem eu não gosto. Dize-lhe finalmente que eu espero que êle me corresponda áquela prova de amisade e confiança que lhe dei entregando-lhe o que tinha de mais caro, mandando-me diretamente noticias tuas e de tuas lindas manas... Faze os meus cumprimentos á Regencia e tambem aos Ministros, com muita especialidade ao mui honrado Paulista, que tem sabido conter os anarquistas e apoiar os homens de bem” (12).

O *mui honrado Paulista*... Era Feijó, o padre intrépido, ministro da Justiça da Regencia trina permanente, que enfrentava o caudilhismo revolucionario com uma tenacidade, uma coragem e uma decisão de impressionar os mais ousados. “Forte e inquebrantavel, valeu

(11) Navio de guerra inglez ao qual se recolheu Dom Pedro I em seguida á Abdicação.

(12) Carta de 9 de janeiro de 1832, no arquivo cit.

por exercitos. Quanto mais assustadores eram os perigos, mais viril se mostrava sua energia. Conteve o povo com a tropa, e quando a tropa sublevou-se, encontrou o Ministro no povo o apoio e a força precisos para combatê-la”.

II

O periodo regencial que se seguiu á abdição de Dom Pedro I foram os anos mais agitados de nossa Historia. Nove anos de convulsões politicas, de agitações civis, de revoluções armadas. Lutas pelo poder e contra o poder. Chóques de ambições pessoais, chóques de ideais os mais puros e de interesses os mais subalternos. Chóques das mais diversas correntes partidarias, ainda no estado primario de sua elaboração, e das quais sairão, mais tarde, os dois partidos constitucionais do Imperio. Tudo correu para tornar essa época a prova de fôgo da nacionalidade em formação.

Graças, sobretudo, á rigida estrutura dos homens que a presidiram, e ás altas e solidas qualidades morais de cada um, o paiz livrou-se da anarquia que o ameaçava; e o principio monarchico, então como em outras ocasiões, foi o elo que uniu as Provincias convulsionadas e desarticuladas, congregando-as num só pensamentò, numa só aspiração, salvando e cimentando a unidade nacional. Evaristo da Veiga foi um dos heróes dessa Africa. Logo depois o padre Feijó manterá, inflexivel, diante das ameaças da espada e na vespera de cairmos no caudilhis-

mo, a supremacia do poder civil. Bernardo de Vasconcelos, enfim, terá a gloria de reconstituir, elevando-a, a autoridade. Foram estes tres gigantes, mais a respeitavel figura moral de Olinda, os grandes nomes da Regencia.

“Esses homens possuíam naquela época outro caracter, outra solidez, outra retidão — escreverá Joaquim Nabuco, numa bela evocação. Os principios conservavam-se em toda a sua firmeza e a sua pureza; os ligamentos morais que seguram e apertam a comunhão, estavam ainda fórtes e intatos, e por causa disso, apesar do desgoverno, mesmo por motivo do desgoverno, a Regencia aparece como um grande periodo nacional, animado, inspirado por um patriotismo que tem alguma coisa de sôpro puritano” (13).

Fundando a ordem civil num paiz que apenas iniciava a sua vida de nação independente, e resistindo á onda de anarquia que do norte ao sul invadia e minava por todos os cantos, esses homens merecem realmente a gloria de serem tidos como os verdadeiros obreiros da nossa nacionalidade. Mas, para prestigiar-lhes os atos e dar-lhes a necessaria autoridade, afim de que pudessem enfrentar galhardamente a anarquia dos espiritos extremados, havia, acima dêles e de todos, acima das paixões, acima dos despeitos, acima das malquerenças, das competições partidarias e das ambições pessoais, a dôce figura do Imperador menino, do pequeno Monarca, do *pupilo da nação*.

(13) *Um estadista do Imperio.*

Ele foi, nesses nove anos de incertezas, como que a luz salvadora do farol, que nas noites tormentosas guia e acolhe os navegantes desamparados. Todos o fitavam como uma profunda esperança. Todos lhe queriam bem. Na Capital do Imperio como nas Provincias mais remotas, nas cidades do litoral como nos campos do sertão, havia um só sentimento de respeito, uma só aspiração de ternura pelo pequeno órfão brasileiro. Todos se julgavam com o sagrado dever de o defender, de o amparar, de o cobrir. Não os movia nesse sentimento nem o brilho da corôa que lhe ornava a cabecinha loura, nem o prestigio que acaso pudesse irradiar aquele trono de dez anos apenas de existencia: mas sim o carinho, para não dizer a compaixão que a todos inspirava o proprio órfão.

“O trono brasileiro — dirá Oliveira Lima — pelo proprio fato da sua singularidade na America, repousava sobre uma base precaria; e ter-se-ia certamente desmoronado sob o peso do seu novo occupante, se não fôsse este uma criança de cinco para seis annos, e não representasse, portanto, um fardo levissimo. A compaixão, mola poderosa num povo sentimental, tomou o lugar das amizades e dedicações dinasticas que faltavam, e o receio de vêr despedaçar-se a bela unidade nacional, alcançada não sem esforço, agiu como se houvesse um partido organizado e disciplinado para manter as instituições monarchicas ou de uma classe verdadeiramente interessada em defendê-las” (14).

(14) *Op. cit.*

Joaquim Nabuco, ao tempo em que, levado por seu amôr á Abolição, era menos justo para com a Monarquia, dirá que os Brasileiros, em 1831, pela mão de Evaristo da Veiga, haviam salvado o trono, que então era um berço; “mas que apesar da imensa irradiação liberal do Continente americano nunca foi possível conciliar esse órfão do absolutismo com a democracia que o adotou e *lhe salvou a Corôa*” (15). Ora, foi precisamente o contrario que se verificou sob a Regencia: foi sobretudo a Corôa, senão unicamente a Corôa, então encarnada no Imperador menino, que salvou a democracia brasileira. Justamente porque nos sentiamos todos desamparados, como que já perdidos no cáos da anarquia, quasi desgovernados, á mercê das intemperies, é que corremos nos abrigar, num movimento natural de conservação e defesa, á sombra daquela Corôa, na certeza de que ali é que estava a salvação, a segurança de todas as crenças, a esperança e o aneio de todas as aspirações.

E nada exprimia melhor a grande significação que tinha para todos nós o menino Imperador, do que o cuidado constante, o zêlo nunca diminuído, o interesse e o amôr com que cada um velava pela sua segurança e tranquillidade. A preocupação geral estava voltada para o trono. Todos reconheciam a necessidade de isolar o me-

(15) Discurso na Camara dos Deputados, em 1885. Aliás, o proprio J. Nabuco confessará mais tarde, destruindo êle mesmo esse falso conceito: “Entre a democracia e a monarquia no Brasil houve por vezes desinteligençias e rupturas, mas nunca verdadeiro antagonismo” (*Um estadista do Imperio*).

nino das lutas que dividiam a nação, da sua intangibilidade, da sua inacessibilidade.

Cada comoção mais grave que sofria o paiz, cada motim que se descobria, cada conspiração que se desmascarava eram tantos motivos de sobresaltos para os patriotas, todos preocupados com a segurança e a integridade do jovem Monarca.

No dia mesmo da abdição do pai verificou-se esse receio. Daiser, agente da cõrte de Viena no Rio, denunciou-o ao seu Governo, sugerindo até que uma fragata austriaca desembarcasse tropa para proteger o menino e suas irmãs: “Em caso de perigo — dizia — farei o possível para salvar as augustas crianças. Se não m’as derem por bem, não hesitarei em tomal-as” (16).

III

Em verdade, não havia socego possível, sobretudo nos primeiros tempos da Regencia. Os sobresaltos eram diários. A todo o momento era preciso pensar na segurança das crianças. Varias vezes mesmo foi necessario tirá-las do palacio de São Cristóvão, onde residiam habitualmente, para colocá-las mais a resguardo num sitio distante da Capital, geralmente a fazenda de Santa Cruz (17). “A sua primeira infancia — dirá uma testemu-

(16) Cit. por Rocha Pombo, *Historia do Brasil*.

(17) Ficou desde então a praxe de passarem aí os Principes alguns mezes, geralmente os mais quentes do ano.

nha referindo-se ao Imperador — foi sempre perturbada pelas comoções politicas em que se agitava o Imperio, principalmente a Capital, tendo de sair muitas vezes para lugares mais ocultos, afim de ser garantida a sua pessoa, o que deu occasião a se propalar que haviam roubado o *menino*, como então o chamavam” (18).

Esses sobresaltos só serviam ou serviam sobretudo para aterrorisar o espirito do pequeno Imperador. Se ele não tinha ainda idade para se aperceber da extensão exata do perigo que o cercava, tinha, contudo, bastante intelligencia para comprehender a falta de segurança em que vivia, e os sustos por que passava a toda hora a gente do Governo. Por outro lado, essa atmosfera de suspeições, de conspirações diarias, de intrigas de toda a sorte, não era realmente a melhor para formar-lhe uma natureza aberta e acessivel. Ao contrario, só podia concorrer para torná-lo um menino reservado, precavido contra tudo e contra todos, que não podia nunca estar seguro senão de si proprio.

Afinal, e mais cêdo do que se supunha, graças á energia com que agiu o governo da Regencia, todos esses sobresaltos em que viviam as pobres crianças tiveram seu epilogo em dezembro de 1833, com nota de grande escandalo, na destituição de José Bonifacio do cargo de Tutor.

Isso até 1847, quando, pela primeira vez, a familia imperial foi passar uma temporada em Petropolis. O Palacio imperial nessa ultima cidade só ficou inteiramente acabado em 1856.

(18) Suetonio, *O antigo regime*.

IV

O velho estadista não gosava mais, nessa época, do mesmo prestígio que desfrutara anos atrás, ao tempo do Primeiro Reinado. Podia ser ainda respeitado por sua ilustração, por suas excelentes virtudes privadas, pelos serviços que prestara nos dias difíceis da organização do novo Imperio. Mas politicamente era um homem á margem. Velho, já, com cerca de 70 anos de idade, doente e alquebrado, não contava mais no ambiente jovem e sadio dos homens da Regencia. Estes o vinham tolerando na Tutoria imperial apenas por complacencia, e tambem por um certo respeito á ultima vontade de Dom Pedro I. Muitos deles, no fundo, detestavam mesmo o velho estadista, sobretudo aqueles que lhe conheciam, por experiencia propria, o feitio truculento e vingativo.

Para esses, José Bonifacio era sobretudo o homem máu e espirito faccioso (“despoticos no poder e facciosos na opposição”, chamara Armitage aos Andradas), opressor e rancoroso, sempre pronto a agredir e perseguir os adversarios. Conheciam bem a força dos recursos capazes de sair da ardilosa imaginação do velho Paulista, e não esqueciam a perseguição inexoravel, cheia de rancor e despeito, que movera contra os patriotas do grupo de Gonçalves Lêdo — a este, sobretudo — que tanto haviam feito pela independencia do Brasil e criação do Imperio.

A lenda do *Patriarca* não se firmara ainda (19), e os homens dessa época, todos seus contemporaneos ao tempo da proclamação da Independencia, conheciam bem a attitude mais que suspeita que êle assumira naquela occasião, para poderem emprestar-lhe outro papel que não fôsse o de um grande oportunista.

Oportunista e aderente. Porque, no fundo, tudo que fizera José Bonifacio em setembro de 1822 fôra aderir, como tantos outros, ao movimento pela Independencia encabeçado pelos liberais de Gonçalves Lêdo. Aderiu á *revolução*, como êle chamava esse movimento. Não podendo vencê-lo, porque chegara tarde para tanto e a politica inépta das Côrtes de Lisbôa concorria para precipitá-lo, e antes de ser por êle vencido, preferiu dar-lhe sua adesão e vencer com êle. Poderia assim tirar-lhe todos os proveitos, como de fato tirou, sem sofrer-lhe as consequencias. Oportunismo dos mais inteligentes; mas oportunismo.

Aderiu, portanto. E assim mesmo uma adesão suspeita e cheia de reticencias. Que a attitude de José Bonifacio em 1821 e 1822 fôra a mais suspeita a todos quantos trabalhavam sinceramente pela separação do Brasil de Portugal, é hoje um fáto que não sofre duvida. Não

(19) Essa lenda nascera um ano antes, em 1832, da fantasia aulica de um pintor, que entendera de expôr um quadro na rua do Ouvidor, com a figura de José Bonifacio encimada do titulo *Patriarca da Independencia*. Sua grande parentela e afeiçoados logo apadrinharam a idéia, espalhando-a e dando-lhe fóros de verdade historica (Testemunho do marechal de Beaupaire-Rohan, então estudante de engenharia, cit. por Assis Cintra, *No limiar da Historia*).

resiste a nenhuma contradita, a nenhuma outra interpretação, a nenhum sofisma. As provas disso são as mais abundantes e concludentes. Os testemunhos dos mais autorizados. “Era oposto á Independencia“, dizia o marquez de Olinda. “Não era partidario da nossa causa”, confessava José Joaquim da Rocha. “Esse homem não fez a Independencia”, dizia o conego Januario da Cunha Barbosa. “Aderiu quando a revolução já se poderia considerar triunfante”, afirmava o general Luiz Nobrega. E o marquez de Sapucaí dizia: “Cooperou muito menos do que se pensa. Obedeceu ás circumstancias porque não lhe era possivel resistir. A opinião publica desde 9 de janeiro (de 1822, dia do *Fico*) até meado de setembro de 1822, não foi por êle dirigida, e sim por aqueles que êle perseguia” (20). Sapucaí refere-se á gente de Gonçalves Lêdo.

Ao lado desses testemunhos, a afirmação dos historiadores insuspeitos: dois, apenas, a citar, e dos mais autorizados, que conviveram ainda com os homens de 1822 — Melo Moraes e Varnhagem. E dois atuais — Euclides da Cunha e Calogeras. Este ultimo diz: “José Bonifacio, chamado ao Rio (21), veio encontrar o movimento emancipador já iniciado. Não foi o seu criador” (22).

(20) Cit. por Carlos Maúl, *Gonçalves Lêdo, varão máximo da Independencia do Brasil*.

(21) O chamado foi seu irmão Martim Francisco, que estando doente pediu a José Bonifacio que o fôsse substituir. Dos tres Andradas, José Bonifacio, que vivera longos anos ausente do Brasil e só regressara havia dois anos, era nessa época o menos conhecido.

(22) *Estudos historicos e politicos*.

Finalmente, temos os testemunhos dos diplomatas estrangeiros, na correspondencia para seus Governos. Não se pode desejar provas mais insuspeitas. Em agosto de 1822, nas vésperas, portanto, da proclamação da Independencia, Marschal, agente da Austria no Rio, mandava dizer que José Bonifacio lutava *contra a revolução*, e considerava prematura e até mal arranjada “a solução que aqui se ia dar ao dissidio surgido entre as duas porções do Reino-unido” (23).

V

O papel desempenhado por José Bonifacio no movimento pela Independencia, tanto em sua articulação como em sua deflagração foi tão modesto, para não dizer tão obscuro ou nulo, que pouco antes de 7 de setembro Marschal, que era no entanto um homem enfronhado em nossas coisas e acompanhava de perto todos os sucessos politicos da época, com longa residencia entre nós, quasi não conhecia o velho estadista, cujo nome citava de uma maneira vaga e indecisa.

Referindo-se ás instruções que os deputados paulistas levavam para as Côrtes de Lisbôa, dizia que elas tinham sido redigidas “por um Sr. Andrade” — *par un M. Andrade, que a résidé longtemps en Europe et est*

(23) Hildebrando Accioly, *O reconhecimento da independencia do Brasil*.

un homme de beaucoup d'esprit" (24). Isso Marschal escrevia dez mezes, apenas, antes da proclamação da Independencia, quando era de supôr que o movimento emancipador já estivesse inteiramente articulado e a caminho da solução final. Ora, como conciliar essa obscuridade que cercava o nome do Andrada, com o papel de grande projeção que lhe quizeram emprestar, nessa época, os seus amigos e grande parentela?

Essas instruções, de fato redigidas por José Bonifácio, são, aliás, a prova justamente do contrario disso; mandavam que os nossos deputados nas Côrtes se empenhassem pela conservação da *integridade e indivisibilidade do Reino-Unido* (25). São de outubro de 1821, menos de um ano antes de se romperem definitivamente os laços que nos uniam a Portugal. Que melhor prova se pode ter dos verdadeiros sentimentos do velho estadista?

Todo o seu empenho, portanto, naquela época, pelo menos, foi conservar a união luso-brasileira. Sua politica consistiu em combater as idéias avançadas do grupo de Gonçalves Lêdo, que pugnava pela separação do Brasil de Portugal, e dirigí-las no sentido de uma especie de união pessoal entre os dois Reinos: autonomia administrativa para cada um, com um só Rei e uma só corôa.

(24) Officio de 16 de novembro de 1821; copia no arquivo do Itamarati.

(25) Assis Cintra, *op. cit.* — Vêr essas instruções na Bibliotéca Nacional.

“A idéa que ainda predominava aqui — dirá um estudioso do assunto — entre os homens de Governo, era a de uma simples autonomia administrativa para o Brasil ou, quando muito, a de uma união pessoal com Portugal. Esse pensamento está, aliás, bem patente no sobredito decreto de 1.º de agosto e nos dois manifestos do mesmo mez. José Bonifacio, que redigiu o ultimo desses documentos (manifesto de 6 de agosto), ainda se exprimiria no mesmo sentido na circular dirigida ao Corpo diplomatico estrangeiro, em 14 de agosto. Sabe-se, ao demais, que o grande ministro de Dom Pedro I, nada obstante o titulo com que o crismaram de *Patriarca da Independencia*, não foi favoravel ao movimento de completa emancipação politica, do qual, em 1822, Joaquim Gonçalves Lêdo e alguns amigos se fizeram denodados paladinos” (26).

E tão pouco favoravel foi êle que, ainda depois do 7 de setembro, isto é, após a volta ao Rio de Dom Pedro, não quiz integrar-se no movimento, que entretanto se acelerava vertiginosamente. Se não lutava mais *contra a revolução*, como em agosto, tambem não lhe dava apoio. Mantinha-se extranho a ela. Como bom oportunista, preferia ficar na espectativa, para vêr em que davam as modas. “*Le ministre de S. A. R. ne prend pas participation à cet evenement; il laisse faire*” (27), dizia Maler, representante francez no Rio, a quem José Bonifacio confiava pouco mais tarde, a 11 de outubro desse ano, nas vésperas, portanto, da aclamação de Dom Pedro como

(26) H. Accioly, *op. cit.*

(27) Of. de 24 de setembro de 1822, referido por H. Accioly, *op. cit.*

Imperador, que se Dom João VI voltasse ao Brasil seria recebido de braços abertos (28).

O velho rei Dom João VI... No fundo, o sentimento do velho Paulista podia mui difficilmente se despregar de Portugal e de tudo que era portuguez. Que havia de extranhar nisso, aliás, quando se sabia que toda a sua vida se passara quasi no velho Reino, que lá moldara o espirito, lá se fizera homem, creara o circulo de amigos, estabelecera as bases de sua vida, e construiu, em suma, todo o ambiente de sua existencia?

VI

E' sabido que José Bonifacio deixara São Paulo aos 20 anos de idade, quando se transferira para Portugal. Ali se matriculara na Universidade de Coimbra. Terminados os estudos, fôra para Lisbôa, onde' passara a viver, identificando-se desde logo com a terra, a gente e os costumes portuguezes. Graças á amisade do duque de Lafões, entrara para a Academia das Ciencias daquela cidade. Aos 27 anos fôra indicado pela Academia ao Governo portuguez, para desempenhar uma comissão scientifica em varios paizes do Velho Continente. E durante dez anos viajara pela Europa. Voltara a Portugal em 1800, quando fôra nomeado lente da Universidade de Coimbra, e logo depois, intendente geral das minas de Portugal e dezembargador da Relação do Porto.

(28) Of. de 13 de outubro de 1822, idem.

Quando foi da invasão de Portugal pelas tropas francezas e subsequente fuga da familia real para o Brasil, José Bonifacio não a acompanhou ao Novo Mundo. Deixou-se ficar para combater os invasores, em defeza do solo portuguez. Foi então comissionado em tenente-coronel.

Expulsos os invasores, e apezar de estar o Rei residindo no Brasil, preferiu continuar a viver em Portugal. Era então intendente na cidade do Porto. Afinal, em 1819, persuadido de que nem o Rei nem a côrte voltariam mais para Portugal, e que o Rio de Janeiro passaria a ser doravante a séde da Monarquia portugueza, tomou a resolução de voltar para o Brasil. Fazia 36 anos que o deixara. Saíra de lá aos 20 anos de idade e voltava agora um ancião.

Pergunta-se: que amôr podia êle ter a essa terra, que quasi não conhecia, onde não tinha amigos e era por assim dizer desconhecido, longe da qual passara quasi toda a existencia, identificado com a vida, os costumes e a gente de Portugal? O velho Reino, pelo contrario, fôra até então a sua verdadeira patria. Alí desembarcara quasi uma criança, fizera os estudos, desenvolvera o corpo e o espirito, creara o circulo de amigos. Mas sobretudo fôra o paiz que o amparara materialmente, de quem recebera sempre os proventos para a sua manutenção. Nesse particular, José Bonifacio aparece como um verdadeiro cabide de empregos portuguezes. Sem falar na comissão de estudos mineralogicos, que lhe confiara o Governo portuguez em varios paizes europeus, ocupou mais os se-

guintes cargos: professor de metalurgia da universidade de Coimbra; intendente geral das minas e metais do Reino; superintendente do rio Mondego e das obras publicas de Coimbra; desembargador da Relação e intendente da cidade do Porto.

VII

Essa questão de empregos teve, aliás, uma importancia capital na vida do velho estadista, e portanto na diretriz de sua carreira politica. Quando êle deixou Portugal e veio para o Brasil, em 1819, não quiz exonerar-se dos cargos que tinha no Reino. Esperava voltar para Portugal? Não se sabe. O fato é que continuou a receber no Brasil os gôrdos proventos que lhe davam tais empregos — cerca de 12 mil cruzados anuais. “Tem muitos officios e não serve a nenhum”, dizia o deputado Borges Carneiro nas Côrtes de Lisbôa, denunciando essa irregularidade. E logo apresentou um projéto (outubro de 1821) mandando suspender esses pagamentos. O projéto passou, e os empregos de José Bonifacio deixaram de lhe ser pagos a partir de janeiro de 1822.

Pode não ter havido entre estes fatos nenhuma especie de relação, mas é hoje sabido que José Bonifacio só *consentiu* no movimento pela Independencia, depois que de Portugal lhe suspenderam o pagamento dos empregos que desfrutava sem exercer.

Vêja-se agora a inconsequencia do velho estadista: uma vez exonerado desses empregos e nomeado ministro de Dom Pedro, logo se apressou em mandar lavrar um decreto (de 18 de junho de 1822), proibindo “que seja reunido em uma só pessoa mais de um officio ou emprego, e vença mais de um ordenado”. E para isso punha em vigor velhas cartas-régias (como a de maio de 1623) e velhos alvarás (como o de 1668), que nunca tinham sido observados, estavam ignorados no pó dos arquivos e que êle proprio, com o seu exemplo, se fartara de desrespeitar.

Outro fato que deve ter influido poderosamente no espirito do velho Paulista para decidí-lo a aceitar a Independencia, foi a attitude das Côrtes de Lisbôa contra êle. Estas não exigiam somente o regresso de Dom Pedro a Portugal. Tambem a prisão e processo de José Bonifacio. Em Lisbôa tinham-no como um rebelde, associado ao Principe no proposito de desrespeitar as decisões das Côrtes.

Assim, quando vieram de Portugal as ordens definitivas naquele sentido, e José Bonifacio as transmitira a Dom Pedro, que se achava em São Paulo, seu parecer não podia ter sido outro: mandou dizer ao Principe que só lhe restavam duas soluções — ou partir para entregar-se ás Côrtes de Lisbôa, que certamente o fariam prisioneiro, como já o tinham feito ao pai, ou rebelar-se contra elas e proclamar-se rei do Brasil. Foi esse o seu primeiro passo de adesão á *revolução*. Dom Pedro se achava a caminho de São Paulo, vindo de Santos, nas alturas do campo de Ipiranga. O padre Belquior, que lhe estava

ao lado e era seu confidente e amigo dá o testemunho disso. Consultado a respeito por Dom Pedro, respondeu-lhe: não ha outro caminho senão a Independencia (29).

Foi nessa ocasião que o Principe lançou a frase depois historica — *Independencia ou morte!* Esse seu gesto, entretanto, não significou desde logo a separação definitiva do Brasil, nem a criação do Imperio. Valeu, sem duvida, como um passo *para a independencia*; mas não foi nem significou *a independencia*. Esta só veio a firmar-se definitivamente cerca de um mez — mais de um mez — após o 7 de setembro, no dia do aniversario natalicio de Dom Pedro, a 12 de outubro, quando os liberais de Gonçalves Lêdo, explorando o gesto do Principe em Ipiranga, conseguiram que êle aceitasse o titulo de Imperador, o que dava ao Brasil, consequentemente, a categoria de Imperio e nação independente.

Até então, e apesar do *grito* de 7 de setembro, nem êle nem o seu ministro José Bonifacio tinham sequer cuidado de Imperio ou de Imperador. O Brasil continuara a ser Reino, unido a Portugal, e Dom Pedro, Principe Regente. Tudo, enfim, como dantes. Imperio e Imperador são palavras que só aparecem depois de 12 de outubro, tanto nos documentos officiais como nos papeis privados. Não ha, de fato, um só que antes disso lhe faça sequer menção. Os atos publicos assinados então por Dom Pedro e referendados por José Bonifacio são todos expedidos pelo Principe Regente, em nome de Dom João VI, rei de Portugal. Mais, ainda: o proprio Dom Pedro,

(29) Relato do padre Belquior: Assis Cintra, *op cit.*

em carta escrita ao pai a 22 de setembro de 1822, quinze dias, portanto, *após o grito* do Ipiranga, hipotecava o respeito do povo brasileiro á "autoridade real" (que só podia ser a do pai) e se intitulava êle proprio "Principe Regente do Reino do Brasil" (30).

VIII

Por tudo isso, não ha por que emprestar ainda hoje a José Bonifacio um papel que não teve nos acontecimentos que nos levaram a nos separar de Portugal. A lenda do *Patriarca*, sobre ser contraria a todos os fatos historicos, é ridicula. A Independencia foi obra exclusivamente de um grupo de agitadores, liberais exaltados, a cuja frente estava Gonçalves Lêdo, os quais, não podendo processá-la dentro dos principios republicanos, como era talvez a intenção dêles, sobretudo de Lêdo, serviram-se do Principe Regente para obtê-la dentro do quadro de uma Monarquia constitucional. A Independencia por todos os meios, contanto que fôsse a Independência. Era a divisa dessa gente.

Essa expressão *independencia* tinha, aliás, na época, um sentido duplo, e é preciso considerar tambem este fato para compreender exatamente o papel de cada qual nos acontecimentos do tempo.

Para muitos, e dentre estes estavam o principe Dom Pedro e José Bonifacio, a palavra *independencia* não

(30) Assis Cintra, *op. cit.*

tinha o sentido amplo que veio a ter depois, exprimindo a idéia que hoje fazemos, de uma completa separação do Brasil de Portugal. Era entendida apenas como exprimindo a *autonomia* do Brasil. Significava, não uma ruptura com Portugal, mas apenas a nossa libertação do jugo das Côrtes de Lisbôa, que porfiavam em recolonisar o Brasil, atrair o príncipe Dom Pedro a Portugal, pãra tê-lo lá prisioneiro, como já o tinham ao pai, e processar e prender José Bonifacio, tido como faccioso.

Ela só veio a tomar o sentido amplo, e exprimir de fato uma ruptura completa das nossas relações politicas com Portugal, quando Lêdo e seus companheiros, explorando habilmente o desentendido que se abrira entre Dom Pedro e as Côrtes de Lisbôa, precipitaram os acontecimentos e levaram o Príncipe a aceitar o Imperio e o titulo de Imperador.

Para Lêdo e seus companheiros, a palavra *independencia* nunca teve, porém, outra acepção que não fôsse no sentido amplo, de um divorcio completo, radical e definitivo de Portugal. Para êles, o desentendido entre as Côrtes e o príncipe Dom Pedro era um méro detalhe. O que lhes interessava não era somente a incompatibilidade do Príncipe com os legisladores portuguezes, mas separá-lo tambem do proprio Portugal, de todo Portugal, de seu Rei, de seu povo, de seu Governo, divorciá-lo radicalmente do velho Reino. Só assim poderiam identificá-lo completamente com o Brasil e servir-se dêle como instrumento do fim que visavam, isto é, de seus ideais libertadores.

Foi a esses liberais denodados e entusiastas, de feição quasi republicana, que tudo sacrificaram pela causa que defenderam, que José Bonifacio moveu guerra até quanto pôde, primeiro por uma questão de principio politico, levado por seus ideais absolutistas, tradição do seculo XVIII, que era afinal o seu seculo; segundo por uma questão de prestigio, quando sentiu que êles lhe faziam sombra e lhe ganhavam terreno na opinião pensante do paiz.

Combatendo diretamente Lêdo ou os seus aliados, e indiretamente o movimento liberal e revolucionario que êles encarnavam, José Bonifacio combatia, mesmo metafisicamente, a igualdade dos cidadãos, principio social que êle nunca aceitara e contra o qual se revoltava toda a sua formação politica. No fundo, êle se mostrava consequente consigo mesmo, isto é, com os seus principios absolutistas. Revelava bem o homem de formação anti-liberal que sempre fôra, adverso por espirito e por educação a tudo que estivesse ligado, de longe ou de perto, aos ideais de 1789.

Procurou, a principio, atingir os liberais brasileiros pelos meios legais. Mandou instaurar processo contra alguns officiais sabidamente simpaticos ao grupo de Lêdo, e cujas atividades tinham sido descobertas por uma denuncia do visconde do Rio-Seco, futuro marquez de Jundiá. Este, em seu depoimento, dissera: "Pensando, como S. Ex. o Sr. conselheiro José Bonifacio, que não estamos nós Brasileiros capacitados para nos governarmos a nós

mesmos, como querem os carbonarios da maçonaria e das tropas que conspiram..." (31).

Resultando ineficaz esse recurso, tentou o mais radical e violento: a prisão de Lêdo e seus correligionarios. Mas tambem falhou o golpe por esse lado. Ponderou-lhe o chefe de Policia: "Permita V. Ex. que diga ser impossivel agir sem tropas fieis, pois as que temos estão na maioria filiadas aos conspiradores, sendo conveniente mandar buscar outras no Reino, pois o movimento da independencia é por demasia generalizado pela obra maldita dos maçons astuciosos com a chefia de Gonçalves Lêdo" (32).

Ainda obteve que Dom Pedro escrevesse ao pai pedindo remessa de tropas portuguezas. Mas falhando tambem esse recurso, por não terem as Côrtes de Lisbôa consentido na vinda de tropas, empenhadas que estavam em crearem dificuldades ao Principe, para obrigá-lo a ir para Portugal, resolveu mudar de tática. Compreendeu que já era tarde para enfrentar e tentar anular o movimento emancipador. Deixou então que elle seguisse o seu curso. *Il laisse faire*, como dizia o representante francez. Assumiu uma attitude de méra expectativa, sobretudo porque sentiu que Dom Pedro se comprometia cada vez mais no movimento e não lhe convinha abrir guerra contra o Principe. E quando, afinal, o movimento se tornou vitorioso, com a cumplicidade do Principe Regente, tomou-lhe José Bonifacio depresso a dian-

(31) Assis Cintra, *op. cit.*

(32) Officio de 4 de dezembro de 1821, *idem.*

teira, passando a dirigi-lo, mas já dentro da nova ordem de coisas, implantada no quadro de uma Monarquia constitucional. Foi o seu grande golpe oportunista. Voltou-se, mas já então armado de todos os recursos, portanto seguro de si mesmo, contra o *carbonario* Gonçalves Lêdo, que para escapar-lhe das garras teve que refugiar-se numa fazenda da Provincia do Rio e pouco depois salvar-se, disfarçado, num barco que o levou para Buenos Aires.

IX

A perseguição a Lêdo e seus companheiros, “obra mais de vingança do que exigencia da razão de Estado”, como diz Calogeras, marcaria o auge do prestigio de José Bonifacio e de seus irmãos. De então para diante êles começariam a sentir escapar-lhes a confiança do Monarca. E para recuperá-la, adotariam uma tatica a que sempre se afeiçoaram: fizeram-se de vitimas.

O primeiro golpe seria de fato coroado de successo: os Andradas, tendo abandonado o poder, voltariam, em breve, cercados de grande prestigio. Mas essa vitoria foi curta. Nove mezes não eram ainda passados, e êles sofriam o grande choque: deixavam definitivamente o Governo.

Perdidos, vendo-se por terra, desamparados completamente por Dom Pedro I e privados do mando politico, que tanto adoravam, deixaram de lado quaisquer escrúpulos. Nas ruas, nos clubs, nos jornais, sobretudo na

Assembléa Constituinte, reunida para elaborar a Constituição, por toda a parte, enfim, onde puderam penetrar, começaram a fazer-se de vitimas, mascarados em liberais perseguidos, espalhando a intriga, infiltrando a desconfiança, provocando a discordia, solapando os proprios alicerces do trono. “Foram inexgotaveis no açular paixões da plebe, no acirrar desconfianças contra a lealdade brasileira do Monarca e de seus auxiliares, no promover medidas na Constituição em debate que cerceassem o poder do Imperador” (33),

Afinal, este resolveu acabar de vez com tudo aquilo. Num de seus gestos impulsivos, dissolveu violentamente a Assembléa Constituinte, prendeu e expulsou do paiz os Andradas turbulentos, que em companhia de outros do seu grupo foram remetidos para a Europa. “Seguiram caminho do exilio — pondera Calogeras — aquêles mesmos homens que haviam banido Lêdo e a seus colegas. Nemesis das revoluções”.

X

Quando, seis anos mais tarde, êles voltaram á patria, encontraram já maduro o fruto que haviam sido os primeiros a semear: a incompatibilidade do Monarca com a nação. O resultado foi o 7 de abril.

Com a partida de Dom Pedro I para a Europa e a subseqüente entrega da Tutoria imperial a José Bonifa-

(33) J. P. Calogeras, *A politica exterior do Imperio*.

cio, os Andradas julgaram que a sorte política novamente os procurava. Mas essa ilusão foi curta. Depréssa compreenderam que o partido dos moderados (34), senhor da situação, dispensava tanto os conselhos como, sobretudo, o mando discrecionário do velho Tutor.

Sentindo-se afastados deliberadamente do poder e das posições de destaque por uma Regencia que timbrava em desconhecê-los, voltaram-se, como novos sebastianistas, para o ex-Monarca, de cujo nome passaram a lançar mão como arma política contra os homens da Regencia.

O plano dêles era simples: a abdição de 1831 seria dada por nula e Dom Pedro I restaurado no trono brasileiro. Como, porém, o ex-Imperador estivesse longe, e sua volta demandasse tempo, formar-se-ia, *en attendant*, uma Regencia provisória, em nome do Monarca ausente, Regencia que ficaria, naturalmente, nas mãos dos An-

(34) Os moderados ou liberais moderados, também chamados chimangos, eram o partido que galgara o poder com a abdição de Dom Pedro I. Quem provocou a Abdição foi o partido chamado dos liberais exaltados, ou dos jurujubas, ou ainda dos farroupilhas, que não soube, porém, tirar vantagens dessa vitória. Prepararam a cama para os outros. Para êles, é o que o 7 de abril foi uma *journalée des dupes*. O terceiro partido d'essa época era o dos restauradores ou caramurús, ou ainda retrógrados, a cuja frente estavam os irmãos Andradas, e pugnava, ou fingia pugnar, pela volta do ex-Imperador. Moderados, exaltados e retrógrados: essas designações refletiam a tendencia de cada um dêles, tendencia, aliás, de puro oportunismo, pois no fundo todos se rotulavam segundo as ambições faciosas que os dominavam. Os dois Andradas mais moços, Martim Francisco e Antonio Carlos, retrógrados em 1833, seriam liberais exaltados, verdadeiros revolucionários, em 1840.

dradas e seus aliados. Em duas palavras, toda a conspiração consistia no seguinte: substituir a Regencia que estava no poder em nome de Dom Pedro II, por outra Regencia, de que os Andradas fariam parte, em nome de Dom Pedro I.

Essa conspiração pela volta do ex-Imperador nada mais era, portanto, do que uma forma, como qualquer outra, de luta pelo poder. Todas as acusações que os Andradas lançavam contra a actual Regencia, de despotismo, de incapacidade, de tendencia republicana, não passava, em ultima analyse, de méra parolagem, adréde preparada para iludir a opinião publica, e mascarar o verdadeiro sentimento dos caramurús, que era, tudo somado, simplesmente *fôme de poder*.

No fundo, eles argumentavam como argumenta todo partido de opposição: identificando os interesses de sua facção com o que julgavam ser, ou queriam fazer crêr que fôsem, os proprios interesses do paiz. A volta do ex-Imperador não era senão um meio, ou melhor, um pretexto para forçar a actual Regencia a abandonar o Governo. Não havia entre os Andradas a menor sinceridadê no desejo que manifestavam de ver novamente Dom Pedro I no trono. Nesse momento, isto é, em 1833, êles apresentavam essa restauração como a propria salvação do paiz. Mais tarde, com o falecimento prematuro do ex-Imperador o recurso de que lançariam mão com o mesmo proposito de se collocarem, senão á frente, ao menos nas ante-salas do poder, seria a Regencia da irmã mais velha de Dom Pedro II, a princeza Dona Januarina.

E falhando tambem esse recurso, voltariam a tentar, pouco depois, novo assalto ao poder, antecipando a maioridade do Imperador menino.

XI

Dentre as balélas espalhadas pela gente dos Andradas, para indispor o paiz com a Regencia, estava a accusação de que ella pretendia levar o menino Imperador para longe da Capital, onde mais facilmente pudesse dar cabo d'elle e da Monarquia, proclamando em seguida a Republica.

Os velhos reacionarios e autocratas que eram esses Andradas tinham por costume acenar com o espantallo da Republica, sempre que precisavam justificar, perante a opinião publica, os seus appetites de mando. Era a mesma lenda que haviam tecido quando perseguiam a Lêdo e seus companheiros.

A accusação que faziam agora contra a Regencia era inépta. Mas a natureza d'ella veio confirmar, no espirito do Governo, a suspeita que ha muito o preocupava: que o tutor José Bonifacio estava mais ou menos ligado á conjura que se armava contra a Regencia.

E' impossivel ainda hoje afirmar que José Bonifacio estivesse de fato conspirando com o partido caramurú pela volta do ex-Imperador. Não ha prova disso. Em principio, nem elle nem os irmãos tinham motivos para desejarem vêr Dom Pedro I novamente no trono. Para

tanto precisaria que já tivessem esquecido, sobretudo José Bonifacio, tudo que haviam sofrido do carater volúvel do ex-Imperador, inclusive o longo exílio em França.

Mas o despeito, em politica, deforma as mais solidas consciencias. Eles preferiam, apesar de tudo, sofrer novamente as inconstancias e os caprichos epiléticos do ultimo Imperador, a se sentirem desprezados e afastados do mando politico pela Regencia que ali estava. O amôr proprio e a vaidade ferida dos Andradas eram já tradicionais na politica brasileira.

Não importa, aliás, apurar se êles tinham de fato a intenção de restabelecer Dom Pedro I no trono. O que interessa é saber que se serviam do nome do ex-Imperador para apearem a atual Regencia, e formarem êles uma outra, em nome do Monarca ausente. Obtido isso, quer dizer, uma vez no poder, quem sabe mesmo se o nome de Dom Pedro I não sairia do cartaz politico, como desnecessario e, até mesmo, prejudicial?

José Bonifacio podia bem não estar diretamente metido nessa conspiração. E talvez nada prove melhor essa hipótese do que a ignorancia em que deixava na Europa o ex-Imperador de noticias suas ou de suas intenções politicas. Dom Pedro I já se havia queixado desse silencio poucos mezes após haver deixado o Brasil (35). Mais de um ano depois, em carta do Porto, de 11 de março de 1833 (em plena conspiração restauradora, portanto).

(35) Carta de janeiro de 1832, á pag. 54.

voltava êle a queixar-se da falta de noticias do Tutor.

Escrevia ao filho:

“Tu farás os meus cumprimentos ao meu amigo José Bonifacio e teu Tutôr, ao qual tenho escrito diferentes vezes e do qual ainda não tive resposta alguma, e lhe dirás que eu julgo que esta falta não provenha dêle, mas sim das circumstancias delicadas e criticas em que desgraçadamente se tem achado, e que o forçam, por seu bem, a obrar contra o que desejara” (36).

XII

José Bonifacio podia, portanto, não estar de parceria com os restauradores. Mas ninguem ignorava as maquinações de seus irmãos Martim Francisco e Antonio Carlos, e as simpatias que lhes dava o velho Tutor. Se este não estava, de fato, envolvido nas intrigas do partido caramurú, era certo que deixava, até certo ponto, que o envolvessem.

Uma prova disso estava nas confabulações que entretinha, no proprio Paço, com a gente desse partido, con-

(36) Arquivo da familia imperial. — E' difficil dizer, tratando-se de um carâter voluvel como o de Dom Pedro I, até quanto êle era sincero nas expansões de seus sentimentos. Contudo, é certo que nessa época, pelo menos, fazia o melhor conceito de José Bonifacio, cujas virtudes exaltava. Em carta do Porto, de 3 de janeiro de 1833, escrita ao filho, salientando os bons sentimentos deste, acrescentava: “Era impossivel que tão bons sentimentos, como tu sempre tiveste, te não fôsem aperfeiçoados pelo teu digno Tutor, que eu, por conhecer o amôr que êle sempre patenteou por tudo que

sentindo, assim, que a residencia do Imperador e das Princezas fôsse transformada em centro de intrigas contra o Governo, de quem afinal o Tutor dependia e devia ser pessoa de confiança. "Não ha por que censurar a attitude dos moderados, que não viam com bons olhos a continuação, na tutoria, de José Bonifacio, a cuja sombra se reuniam no palacio de São Cristóvão intrigantes e amotinadores contra o Governo estabelecido. Demais, na residencia do Imperador menor reinavam a intriga, a anarquia, a indisciplina, o favoritismo (37). Ora, ninguém dirá que esse meio fôsse conveniente á perfeita educação de qualquer criança, quanto mais daquela sobre a

me diz respeito e a ti, com muita especialidade, nomeei com o fim de que tu sejas educado naqueles sentimentos que convem ter todo aquele cujo destino é vir um dia a governar... E' muito para lamentar que sua idade esteja tão avançada; mas ao menos a sua robustez promete ainda longa duração: o que Deus permita, para que eu possa estar 'descançado que tu e tuas irmãs estão tão bem tratados como se eu mesmo aí estivesse. Peço-te que lhe não dê desgostos, que o trates com respeito e amizade, que sigas seus ditames, e que te apliques aos teus estudos" (Arquivo cit.).

(37) O Paço tornara-se facioso. Formara-se ali dois partidos, um contra e outro a favor do Tutor. Até as Senhoras que ali serviam se tinham dividido: Dona Romana de Aragão Calmon, condessa de Itapagipe, estava á frente das damas que apoiavam José Bonifacio, e Dona Mariana de Verna Magalhães, condessa de Belmonte, das que lhe faziam opposição. Dona Romana era a pessoa de confiança do Tutor, ao passo que Dona Mariana lhe era, sob todos os sentidos, suspeita, sobretudo por suas relações com as familias de Aureliano Coutinho e Paulo Barbosa da Silva, em cujas casas se fazia abertamente opposição ao Tutor.

qual estavam concentradas todas as esperanças do Brasil” (38).

A Regencia decidiu pôr fim a semelhante estado de coisas. Pouco antes não fôra possível conseguir-se do Senado, onde a influencia dos Andradas era preponderante, a exoneração de José Bonifacio do cargo de Tutor, exigida por Feijó. Por causa disso, e das repetidas dificuldades que lhe creava o partido caramurú, aborrecido e cansado do poder, Feijó decidira abandonar a pasta da Justiça, e fôra substituído por Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, futuro visconde de Sepetiba.

Chamado para o Governo, Aureliano depressa compreendeu que para acabar de vez com o que se passava na *entourage* do menino Imperador era preciso, antes de tudo, não contar com o apoio do Senado. Cumpria agir diretamente no Paço, de lá afastando, por bem ou por mal, o Tutor faccioso. Seria um ato de grande violência. Mas não importava. Justificava-o a gravidade da situação.

“Dizia-se que o conselhêiro José Bonifacio conferenciava frequentemente em São Cristóvão com alguns Juizes de Paz e chefes autorizados do partido restaurador. Impressionada com isso, a Regencia incumbiu ao chefe de Policia (39) de descobrir o que significavam aquelas estranhas manobras. Tendo começado por ouvir os Juizes de Paz que lhe indicaram, deles teve Euzebio de Queiroz a declaração de que o Tutôr dos Príncipes os convocava por vezes para combinar

(38) Vieira Fazenda, *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*.

(39) Euzebio de Queiroz Coutinho Matoso Camara.

os meios de prover a guarda do Paço no caso de perturbar-se a ordem publica. Disseram-lhe ainda que José Bonifacio andava aterrorisado com as denuncias que recebera, de que se projetava arrancar-lhe do poder a familia imperial. Não hesitaram alguns daqueles Juizes em confessar ao chefe de Policia, que estavam resolvidos a auxiliar o Tutor, por ser nobre o seu empenho e fundadas as suas suspeitas" (40).

Diante disso, Aureliano resolveu providenciar sem demora. Mandou primeiro responsabilisar os Juizes de Paz, e determinou depois que o chefe de Policia fornecesse guarda de confiança ao Paço da Cidade, para onde obrigou José Bonifacio a transferir a familia imperial.

O velho Tutor, apesar da idade avançada, nada perdera do feitio violento que o caracterisava. Num daquêles gestos de máu humor resolveu, com grande irritação, abandonar o Paço da Cidade com os meninos imperiaes, e voltar com êles para o palacio de São Cristóvão. Ora, a Regencia, justamente para ter os Principes sob suas vistas, e prevenir assim qualquer golpe de surpresa do Tutor ou da gente dos Andradas, havia proibido que se retirassem as crianças do Paço da Cidade. Indeferira, mesmo, uma solicitação do Tutor nesse sentido. A deliberação tomada por José Bonifacio valia, portanto, como um desafio.

Aureliano intimou-o a voltar imediatamente com os meninos. José Bonifacio quiz contemporisar: pretestou que o Imperador e suas irmãs precisavam de fortalecer-se com os ares sadios de São Cristóvão, a esse tempo cer-

(40) Rocha Pombo, *Historia do Brasil*.

cado de campos. A Regencia compreendeu que o Tutor procurava uma diversão. Sua resposta a semelhante desculpa não tardou a vir: foi o decreto suspendendo José Bonifacio da Tutoria imperial, e nomeando para substitui-lo o marquez de Itanhaém, pessoa de toda a confiança de Aureliano (41).

Recebia logo em seguida José Bonifacio ordem de abandonar o Paço. Recusou. Respondeu que não reconhecia na Regencia o direito de suspendê-lo do exercicio do cargo de Tutor; e que só cederia á força. “Cederei á força, pois que não a tenho, mas estou capacitado que muito obro conforme a lei e a razão, pois que nunca cedi a injustiças, a despotismos, ha longo tempo premeditados e ultimamente executados para vergonha deste Imperio. Os Juizes de Paz fizeram tudo para me convencerem, porém a tudo resisti, e torno a dizer que só cederei á força”.

Aureliano resolveu então confiar a execução do decreto de destituição a dois Generais de sua confiança, que facilmente convenceram o velho estadista da conveniencia de retirar-se para a sua residencia na ilha de Paquetá. O Imperador e suas irmãs foram então transferidos para o Paço da Cidade, em companhia do novo Tutor.

(41) “Reuniu-se o Ministerio na noite desse dia (14 de dezembro de 1833), em casa do ministro da Justiça, Aureliano, que ali durante um sarão assinou os decretos suspendendo o Tutor e nomeando para substitui-lo o marquez de Itanhaém” (Moreira de Azevedo, *Apontamentos historicos*).

CAPITULO III

LIVROS E BRINQUEDOS

O marquez de Itanhaém — A educação do Imperador — Seus estudos — Seus mestres — Frei Pedro de Santa Mariana — Catecismo civico — Carater do menino Imperador — Programa de seus dias — Falta de divertimentos — Recepções no Paço — Visitas de Principes europeus — A vida interior do Paço — A Côte sob a Regencia — A sociedade do tempo — Nuvens no horizonte.

I

Itanhaém tinha então cerca de 50 anos. Fôra, de profissão, um agricultor, e andara sempre afastado da politica. O facciosismo de José Bonifacio tinha feito comprecender aos membros da Regencia a necessidade de colocar-se o Imperador menino sob as vistas de um homem inteiramente alheio ás lutas de partido. Assim, o Tutor nem se serviria de seu pupilo para prestigiar as facções,

nem lhe inculcaria no espirito em formação as intrigas, as ciualhas, as baixas competições que dividem, geralmente, os manipuladores de politica. Nesse particualar, Itanhaém era certamente o Tutor que melhor convinha.

Ele casara-se pela segunda vez, havia pouco, com uma dama do Paço. Devia enviuar e casar-se ainda duas outras vezes, tambem com damas do Paço. Bateria todos os *records* dos homens do Imperio: homem do Paço, vivendo no Paço e para o Paço, casar-se-ia todas as quatro vezes com damas do Paço. Ainda aí patenteava-se a fidelidade do corteção.

Não era nenhuma notabilidade. Mas era um homem probó, sensato, leal e dotado de excelentes principios de moral. Era, sobretudo, um homem austero, como diz o Sr. Mozart Monteiro, que com muita razão observa não lhe terem faltado atributos para o cargo delicado que fôra chamado a ocupar, e a prova é que a Regencia, apesar de suas mutações, o conservaria em funções até a Maioridade (42). Essa austeridade de Itanhaém refletia-se, ao que parece, tambem em sua mascara: foi um homem que nunca se riu. Não terá vindo daí a austeridade do seu pupilo?

Com um tutor que jamais se ria e uma infancia quasi que de claustro, rodeada de homens austeros, enfadonhos, numa época e num meio não menos austeros, não era de esperar que saísse daí um Monarca folgazão e buliçoso, como o pai, ou mesmo um espirito alegrote,

(42) Mozart Monteiro, *A infancia do Imperador*.

lá á sua manciara, como o avô, o manhoso Dom João VI. E, de fato, não saiu.

II

A educação que lhe ministravam nada tinha de especial. Não era melhor nem peor do que aquella que recebiam nessa idade os filhos das familias abastadas da época. Ensinavam-lhe um pouco de tudo: noções gerais de ciencias fisicas e naturais, de literatura, de religião; um pouco de musica, de desenho, de dansa; geografia e historia, as matematicas elementares. E as linguas: portuguez, bem entendido; francez, inglez e alemão; e o latim e o grego, indispensaveis, então, a todo curso de humanidades. No estudo das linguas, unicamente, é que a sua educação era mais severa. Aliás, êle revelaria desde cêdo uma grande propensão para tais estudos. Tinha para isso uma das principais condições: admiravel memoria. Tudo quanto o Monarca viria depois a aprender — e seria consideravel — fóra desses principios gerais, dever-se-á exclusivamente á sua iniciativa, á sua perseverança, á sua decidida vontade de ilustrar-se. Nesse particular, como em muitos outros aspétos, êle será um produto do proprio esforço.

Aos nove anos — em 1834 — já lia, escrevia e traduzia regularmente o francez. Começava a lêr e traduzir o inglez. Nessa mesma idade, segundo testemunho dos mestres, conhecia já o globo terréstre, as capitais dos paizes, os accidentes geograficos mais importantes. Não era nada de famoso, claro: mas denotava applicação. Já

dansava regularmente, arte em que não quiz ou não pode jamais igualar os seus antepassados de França, os Luizes galantes, todos êles grandes dansadores. Não queria tambem como o rei David, que dançara outrora deante da arca da aliança. E' verdade que naqueles tempos biblicos a dança era uma arte sagrada, pura manifestação de fé. Os padres dansavam deante do altar. *Dansar, era rezar com as pernas*, dizia Henri Heine.

Lia bem a musica, e tocava piano. Era notada uma acentuada aptidão para o desenho. Alguns anos mais tarde, em 1842, quando o principe Adalberto da Prussia visitaria o Brasil, o Imperador o presentearia com um retrato a oleo de Frederico II, produto de seu pincel. O que o levou a pintar a figura do grande Rei, tão diferente, sob muitos aspetos, dêle proprio? Talvez o unico traço de carater que o ligava ao Monarca prussiano: o grande culto á intelligência. Mais do que os feitos guerreiros ou a ciencia do homem de Estado do grande Frederico, devia tê-lo impressionado a amisade misturada de profunda admiração do Senhor de Sans-Souci pelo desabusado Monsieur de Voltaire. O Imperador não teria jamais o seu Voltaire, apezar da opinião em contrario, mas certamente suspeita, de Lamartine.

III

Aos nove anos começaram a ensinar-lhe equitação. Mas, ao contrario dos pais, excelentes cavaleiros ambos, era essa uma arte para a qual nunca se sentirá atraído.

Ele será visto mais tarde, não sem um certo garbo, montado num cavalo, e ladeado por dois verdadeiros cavaleiros: Mitre e Flôres. Será defronte da cidade de Uruguaiana, na primeira fase da guerra do Paraguai. Mas estará ali por dever de officio. Aquela sua postura não passará jamais á Historia.

Aos onze anos tinha um francez impecavel. “Compreende tudo quanto se diz”, assegurava Boiret, seu professor. Esse Boiret era o padre Boiret — *L'abbé Boiret* — um eclesiastico francez, de muito desfrute e pouco espirito. Mas era modesto. Contam que em seus sermões, êle tinha dessas rudes franquezas: *Mes frères*, exclamava, comovido, do alto do pulpito, *je ne suis qu'un imbécile!* E os fieis, ao deixarem a igreja, dominados ainda pelo sermão do padre: “Ele foi hoje de uma eloquencia! Disse grandes verdades!...”

Boiret tinha a inofensiva mania de julgar-se poeta e, o que era peor, bom poeta. Uma de suas odes ficou celebre, aquella em que fazia o Imperador condecorar a Virgem Santissima com a Ordem da Rosa:

*Ah! Pour mieux t'honorer j'imagine une chose,
C'est de te decorer de l'Ordre de la Rose!*

Na geografia o Imperador progredira um pouco: alcançara o mapa da America, e ia passar ao da Asia. Fazia prontamente as “operações aritméticas de inteiros, frações e complexos”. Mostrava-se muito aplicado na Historia, para a qual tinha “muita penetração e exce-

lente memoria”, atestava Felix Taunay, professor dessa materia. Mas o estudo das linguas estrangeiras continuava a ser seu forte. Progresso constante. Aos quatorze anos começava a aprender o alemão com Roque Schuch, pai do futuro barão de Capanema. No latim continuava a fazer rapidos progressos, e compunha já com raros erros... *Mostra predileção por Virgilio*, dizia o mestre.

IV

Esse mestre era um carmelita. Chamava-se frei Pedro de Santa Mariana, e seria feito mais tarde bispo *in partibus* de Crisopolis. Estudara filosofia e retorica no seminario de Olinda, em Pernambuco, sua provincia natal; seguira depois para Lisbòa, onde recebera as ordens sacras e se matriculara no Collegio dos Nobres. Vindo para o Rio de Janeiro, fôra nomeado lente de mathematicas da Academia Militar, tendo-se jubilado nesse cargo em 1833. No ano seguinte o fôra buscar o marquez de Itanhaém, para que fosse, ao lado do Imperador e de suas irmãs, “um pedagogico, que não só assistisse ás suas lições, e ás das Princezas, como o preservasse de adquirir idéias falsas das cousas, aumentando-lhe, pela lição, os conhecimentos indispensaveis a um Monarca constitucional, dando para assim dizer unidade e sistema á educação”. Era o que dizia Itanhaém no seu relatório de maio de 35, acrescentando: “Devo dizer que tem desempenhado o seu lugar com todo o des-

velo e probidade, que suas virtudes davam lugar a esperar”.

Alem do latim, Frei Pedro ensinava tambem religião e matematicas, e até o fim da menoridade do Imperador seria o diretor geral de seus estudos, uma especie de preceptor. Tinha sob suas vistas tudo que dizia respeito á vida privada do pequeno Monarca — “e nada ali se fará sem ordem sua”, determinavam as instruções de Itanhaém. A propria vontade do Imperador, qualquer ordem sua, nenhum criado particular, homem de serviço, moço ou encarregado da rouparia devia cumprir sem o prévio e indispensavel *placet* do Frade.

Todos no Paço o respeitavam pelas excelentes virtudes de seu carater. O Sr. Padre-mestre, como o chamavam. Itanhaém o tinha na conta a mais elevada: “A sabedoria e a prudencia do mui respeitavel Sr. Padre-mestre...” Fóra do Paço, notadamente nos meios politicos e na roda dos diplomatas estrangeiros, já o conceito que faziam do Frade não era, naturalmente, o mesmo. Tinham-no como um homem incomodo, que os distanciava do jovem Imperador, isolando-o de todos quantos porfiavam em ganhar-lhe o apoio ou a simpatia. Ney, representante diplomatico francez no Rio, interpretava em 1844 o sentimento dessa gente, quando mandava dizer para o seu Governo: “Esse Frei Pedro é um padre bastante ignorante, severo, imbuído de preconceitos, que o Sr. Paulo Barbosa foi buscar no fundo de não sei

que convento, para colocar junto ao jovem Imperador, como guia de sua consciencia e de sua conduta" (43).

Não é facil dizer qual tenha sido, exatamente, a influencia que Frei Pedro exerceu na formação moral e intellectual do Imperador. Deve, em todo o caso, ter sido grande. Nenhum dos que então o rodeavam exerceu talvez uma influencia igual. Tambem nenhum manteve com o jovem Monarca um contato tão assiduo. Tendo assumido o cargo de preceptor quando o Imperador andava ainda pelos nove anos de idade, Frei Pedro só o deixou sete anos mais tarde, quando o Monarca foi declarado maior; e ainda assim não abandonou os aposentos que occupava no Paço.

Manteve, portanto, um contato bem mais diréto e constante do que o proprio Tutor, ou qualquer dos mestres que privavam mais de perto com o jovem Soberano, como Taunay ou Araujo Viana (Sapucaí), por exemplo. Na verdade, desde quando entrou para o Paço jamais dali se afastou. E ali morreria, já velho, cercado da estima e do respeito de todos. Por sua bondade, pelo feitiço conciliador e extremamente paciente, grangeou desde cêdo a simpatia do Imperador menino, em cuja índole se refletiram, até certo ponto, essas qualidades. E foi uma das poucas, bem raras afeições verdadeiras do Imperador, fóra do circulo limitado da familia.

(43) Officio de 26 de maio de 1844. — Os originaes deste e dos demais officios dos agentes diplomaticos francezes no Rio, citados daqui para diante, se encontram no arquivo do Ministerio dos Negocios Estrangeiros de França (*Quai d'Orsay*).

V

“A educação do Imperador continúa em-progresso pasmoso”, dizia o Tutor em 1834, com os exageros proprios de um bom cortezão, “devendo muito ao seu talento e espirito indagador”. Esse *espirito indagador* tornar-se-ia depois famoso, no Brasil como no estrangeiro, e raros dêle escapariam. “Lê e escreve bem, traduz as linguas franceza e ingleza; applica-se além disso á geografia, á musica, dansa e desenho. Nisto, principalmente, faz progressos admiraveis, por ser o estudo que mais o deleita. Apesar de aplicar-se a muitos ramos, não é fatigado pelos mestres, que exigem as lições com a parcimonia que as forças e a idade do discipulo permitem”.

Nesse mesmo ano de 1834 morria-lhe o pai em Lisboa. Poucos dias antes de falecer, o filho Imperador mandara-lhe do Rio uma carta cheia de dôce ternura infantil. A mão pequenina que a traçara fôra certamente guiada pela bôa Dona Mariana; mas o estilo é sem duvida da criança de nove anos:

Meu querido Papá do coração — Sinto que estivesse doente, e agora já sei que está melhor, o que muito estimo. Eu passo bem e tambem as manas, que mandam saudades ao meu querido Papá e Mamã, á mana pequena tambem igualmente (44). Papá, perdoe minhas faltas, eu mesmo

(44) A *mana pequena* era a filha do segundo casamento de Dom Pedro I com Dona Amelia, nascida em Paris e morta prematuramente na ilha da Madeira. A *Mamã* era a madrasta, a imperatriz Dona Amelia.

noto as minhas cartas. Dou parte a V.M. que eu e as manas estamos muito contentes com o nosso amigo marquez de Itanhaém, que gosta muito de nós, e nós gostamos muito d'êle. Dê-me V.M. a sua benção. Seu afetuoso e obediente filho — PEDRO" (45).

VI

O marquez de Itanhaém não tinha, junto do Imperador menino, a mesma assiduidade nem os mesmos deveres do frade Carmelita. Sua ação era mais a de um coordenador. Presidia apenas a educação que os mestres ministravam ao jovem Monarca. Para esse fim redigiu uma especie de catecismo cívico — *ad usum Delphini*. Alguns trechos desse trabalho projetam uma idéia aproximada sobre o feitiço moral que o Marquez procurava dar ao seu pupilo. Retratam ao mesmo tempo o homem que os traçou.

Partindo da maxima — conhece-te a ti mesmo — queria Itanhaém que o seu discipulo discernisse sempre o falso do verdadeiro, e comprehendesse o que era a dignidade humana, ante a qual o Monarca é sempre homem, sem differença natural de qualquer outro individuo, embora a sua categoria *civil* o elevasse acima de todas as condições sociais. Queria que o menino fôsse um Monarca "bom, sábio e justo"; mas para isso era indispensavel que êle conhecesse bem as condições do homem sobre a terra, isto é, as contingencias do nascimento, da

(45) Henri Raffard, *Pessoas e cousas do Brasil*.

vida e da morte. *Memento homo...* Só assim teria uma noção exata da força da natureza social. Dava-lhe excelentes conselhos, que não ficariam perdidos: "A tirania, a violencia da espada e o derramamento de sangue, nunca fizeram bem a ninguem, antes pelo contrario". E citava a proposito um fato historico, que podia bem ter servido de exemplo ao generoso liberalismo de que daria mostra mais tarde o Imperador: Augusto indo á casa de Cína, seu adversario, para dar-lhe um abraço e convidá-lo para seu colega no Governo. Os Cinas no Brasil seriam todos aqueles politicos, que depois de accusarem o Imperador das coisas mais feias, viriam sentar-se a seu lado, á mesa dos Ministros.

Dava em seguida Itanhaém um conselho aos professores do menino, sem duvida da maior oportunidade numa época em que estavam ainda em moda as cacetissimas dissertações literarias, onde havia mais retorica do que propriamente idéias: "Os mestres não gastem o tempo com téses, nem mortifiquem a memoria do discipulo com sentenças abstratas; mas, descendo logo ás hipoteses, classifiquem as coisas e as idéias de maneira que o Imperador, sem abraçar nunca a nuvem por Juno, compreenda bem que o pão é pão e o queijo é queijo". Delicioso, este excelente Marquez!

O *carater* humano do Soberano preocupava sempre o democrata que no fundo sempre fôra aquele cortezão, e nêle não se cansava Itanhaém de insistir, embora resalvando fôsse o Imperador um "representante da divindade sobre a terra". E' que convinha não chocar

muito as susceptibilidades da Santa Aliança, que a esse tempo ainda tentava salvar os destroços do direito divino de um naufragio que em breve seria total. “O Monarca é sempre homem, e um homem tão sujeito que nada pode contra a lei da natureza, feita por Deus em todos os corpos, em todos os sentidos”. E com aquella pitoresca maneira de dizer que *pão é pão e queijo é queijo*, o velho Tutor resumia toda a sua filosofia nesta frase definitiva: “Deus fez o mundo como quiz fazê-lo, sem dar satisfação a algum homem”.

Terminava, afinal, com o mais sabio de todos os conselhos, uma dessas verdades, que se tivesse penetrado na intelligencia obscurecida de muito chefe de Estado, certos povos não teriam jamais sofrido o que sofreram: “Não deixem de repetir todos os dias que um Monarca, toda vez que não cuida seriamente dos deveres do trono, vem sempre a ser vitima dos erros, caprichos e iniquidades de seus Ministros, cujos erros, caprichos e iniquidades são sempre a origem das revoluções e guerras civis; e então paga o justo pelos pecadores, e o Monarca é que padece, enquanto que seus Ministros sempre se ficam rindo e cheios de dinheiro e de toda a sorte de comodidades”.

VII

Sobre que estado de espirito do menino Monarca influíam tão sabios e oportunos ensinamentos? “O Imperador é docil de genio e de muito bôa indole”, atestava

o proprio Itanhaém. E' Antonio Carlos, pouco mais tarde, confirmaria: "Ele é bom menino, tem patriotismo e pode-se fazer dêle alguma coisa".

A bôa natureza, a docilidade, e a applicação aos estudos, quer dizer, aos seus deveres, a obediencia e a disposição para ouvir são, pois, as qualidades que desde cêdo atestam o excelente carater do Monarca. Seu pasatempo predileto são os estudos. Foi desde esse tempo um apaixonado pelos livros, dos quais só a custo consentia em separar-se. "Muita vez o Sr. bispo de Chryso-polis, sendo já adeantada a noite, se transportava ao aposento do menino, e achando-o sobre os livros, lhe representava que sua idade tenra não comportava semelhante assiduidade, com que a saúde e até a natureza se lhe podia prejudicar. Convidava-o a recostar-se e apagava-lhe a luz. Algumas vezes voltando, passada meia hora ou uma hora, tornava a achar o estudantinho sobre seus livros, tendo por si mesmo reacendido as luzes" (46).

Educado na *escola do infortunio*, como dirá Oliveira Lima, êle tinha uma infancia sem carinhos, sem alegrias e sem prazeres. "Dia e noite metido naquele enorme casarão, cercado de homens illustres, mas circunspetos, metidos numa farda verde com botões dourados, muito cerimoniaes e atentos, sem arredar um passo do terreno das conveniencias protocolares, presos á carga de seus elevados cargos palatinos" (47), sua inteligencia deprés-

(46) Pinto de Campos, *O Snr. D. Pedro II, Imperador do Brasil*.

(47) Mucio Teixeira, *O Imperador visto de perto*.

sa amadureceu, e o espirito tomou precocemente uma feição concentrada, que seria um dos traços dominantes do seu carater...

Fisicamente era então um menino magrinho, de aspeto doentio, de côr anemica, enfezado. Não prometia ser o belo homem que foi mais tarde, alto, de porte imponente, verdadeiramente soberano, denunciando um organismo rijo e bem plantado. Sua saúde, nessa época da Regencia, deixava tanto a desejar, que por vezes fazia até recear não lhe permitisse chegar sequer á madureza, cortando-lhe a vida, como haviam sido cortadas as dos seus dois irmãos, precocemente falecidos. "O Imperador é de uma construção debil, informava o Tutor em 1834, e o seu temperamento é nervoso. Em outubro do ano passado soffreu um ataque de febre cerebral, que fez recear por sua existencia. Seu estabelecimento completo tem sido lento e interrompido por ligeiros soffrimentos de estomago; presentemente, submetido a uma regularidade de vida inalteravel, passa bem e ganha forças visivelmente".

Regularidade de vida inalteravel... Havia o traçado desse viver, elaborado pelo previdente Tutor. Nada podia ser mais enfadonho, sobretudo para essa criança privada de todos os carinhos, rodeada, diariamente, pelo mesmo grupo de palacianos circunspectos, e cuja unica alegria verdadeiramente sã estava na companhia de suas irmãzinhas, pouco mais velhas do que êle.

VIII

Levantava-se ás sete horas da manhã. Ao seu despertar e vestir estava sempre presente o preceptor, frei Pedro. Este devia ainda guardá-lo desde a manhã até ás 2 horas da tarde; e, depois, das Ave-marias até á hõra de dormir. No intervalo, durante a ausencia do Padre-mestre, o Imperador ficava entregue aos cuidados dos camaristas.

As 8 horas era o almoço, na presença do medico, que tinha o encargo de examinar a comida e velar por que o menino não comesse demais. Esse medico certamente foi quem lhe inculcou o costume de comer muito pouco, não o deixando imitar o exemplo do avô Dom João VI, que engulia facilmente dois ou mais frangos.

As 9 horas passava-se aos estudos, que se prolongavam até cerca de 11 e meia. Competia ao preceptor, *como director da educação de Sua Majestade*, estar sempre presente ás lições, tomadas juntamente com as duas jovens princezas Januaria e Francisca. “Vossa Senhoria terá a bondade de dizer-me todos os dias — recomendavã Itanhaém a frei Pedro — o resultado das lições, para que eu saiba se os mestres me informaram bem”. Essas aulas realisavam-se numa das salas de São Cristóvão. A elas assistia tambem (por causa das Princesas) uma das damas do Paço, “cumprindo permanecer á porta da sala um reposteiro”, para evitar que um estranho ali penetrasse. Esse rigor não era porém mantido nas au-

las de dança, ás quais podiam assistir tambem outras pessoa do Paço. Monsieur Lacombe era o mestre de dança. O mestre de musica, como convinha á moda do tempo, era um Italiano. Suas informações eram francamente mais animadoras do que as de Monsieur Lacombe: “Sua Majestade o Imperador vai todos os dias ganhando pratica e desenvolvimento no piano forte; tira as lições de per-si, combina a repartição perfeitamente da musica de ambas as mãos, tem adquirido muito compasso naquelas peças que toca e promete um desenvolvimento satisfatorio para o futuro”.

Terminadas as aulas, o Imperador e suas irmãs podiam divertir-se. Para tanto, dispunham de duas horas diarias, isto é, até cerca de uma e meia.

IX

Não era sem razão que se criticava a falta de divertimentos que tinham os Principes. Realmente, não eram nada famosos. Qualquer menino de familia burgueza da época possuia, certamente, melhores e mais numerosos.

Dentro de casa, nos dias de chuva ou de grande calor, as tres crianças divertiam-se jogando cartas, ou então *brincando de padre*: Dona Francisca (a Chica) fantasiava-se de padre; e a irmã e o irmão faziam de sacristãos. Tinham tambem um jôgo de cavalinhos. Eram companheiros de brinquedos do Imperador Dom José de

Assis Mascarenhas, filho do marquez de São João da Palma; Francisco Otaviano, filho do medico Dr. Almeida Rosa, e futuro negociador do Tratado da Triplíce Aliança; os filhos de Aureliano Coutinho (visconde de Sepetiba) e de Araujo Viana (marquez de Sapucaí), seu professor de literatura; e, sobretudo, os dois filhos do dezembargador Pedreira, João e Luiz, seus visinhos no Engenho Novo (48). O primeiro sobreviveria ao Monarca, e morreria como secretario do Supremo Tribunal de Justiça. Luiz Pedreira seria o futuro visconde de Bom-Retiro, o maior, talvez o unico verdadeiro amigo do Imperador.

Lá fóra, no parque, a principal distração era um lago, onde havia um bote, no qual o pequeno Imperador se entregava um pouco ao exercicio do remo. Havia ainda um pequeno jardim, onde êle se distraia algumas vezes plantando flôres. Rafael de Carvalho, deputado pelo Maranhão que accusava o Tutor de não proporcionar ao jovem Monarca brinquedos bastantes para a sua idade, e que para tanto fóra inspecionar o Paço, dizia, referindo-se ao jardim do Imperador: "A Princesa imperial (49) não tem um jardim seu, e nem a princesa

(48) Henri Raffard, *op. cit.*

(49) Dona Januaria, como a herdeira presuntiva do trono, tinha o titulo de Princesa Imperial, que só veio a perder com o nascimento do primeiro filho do Imperador. Recuperou-o pouco depois com o falecimento prematuro dessa criança, mas perdeu-o definitivamente com o nascimento de Dona Isabel, que passou a ser, até o fim do Imperio, a Princesa Imperial.

Dona Francisca, existindo naquele Paço um só jardim muito pequeno, mal colocado e muito pobre”.

Havia ainda no Palacio um teatrinho, onde o Imperador e suas irmãs costumavam exercitar-se na arte da declamação. “Declamam em lingua franceza!” — exclamava o zelo patriótico do deputado Rafael de Carvalho. E, logo depois, com o nosso exagero nacionalista: “Quem despreza a lingua nacional é porque não conhece o valor que ela tem, é porque não tem idéias sãs de coisa alguma...”

O pano de boca desse teatrinho era devéras pitoresco. O Deputado nos dava a descrição:

“Representava o Brasil nos seus tres estados de categoria. Em um porto acha-se ancorado um navio de tres mastros, muito grande, e se bem me lembro, sem bandeira. Na praia estão alguns homens trajados afonsinamente, levantando uma grande e pesada cruz, com a qual mal podem as suas forças. Ao longo da mesma praia acham-se alguns indígenas, trajando marcialmente, assentados sobre uns montes de bananas, cajús e ananazes, de costas viradas para tão grandes novidades. A sua postura indolente, o seu ar de estúpida indiferença e o seu arreganho marcial fazem uma tal desharmonia, que se diz, ou que eles não partilham a natureza humana, ou que o pintor fez um painel de fantasia. Um anjo suspenso no ar tem na mão esquerda abaixada a bandeira do Reino-Unido, com a qual está fazendo fôscas áquela Santa Cruz; e na direita, a bandeira imperial, conservando o braço tão levantado, que a insignia serve de ventilador á Divindade”.

As duas horas era o jantar, ao qual assistia o medico, — aquele terrivel medico do almoço! — um camarista e, quando possivel, a camareira-mór, Dona Mariana de Verna. Á refeição a disciplina era rigorosa, e bem mostrava a mentalidade da época: só podiam conversar á mesa sobre assuntos scientificos ou de beneficencia. Pobre menino, que mal tinha os seus dez anos de idade! Após a refeição, não devia saltar nem se aplicar a coisa alguma; nem muito menos dormir. Á tardinha, por volta das cinco horas, o tempo permitindo, podia o Imperador fazer um passeio pelo parque do Palacio. “Fimdo o passeio, devia lêr livros e coisas compatíveis com a idade e o seu desenvolvimento intelectual, tendendo essa leitura, progressivamente, para assuntos cada vez mais profundos”. Á noite, o padre-mestre costumava recitar-lhe paginas de historia e de literatura; por sua vez, o menino lia outros trechos sobre as mesmas materias. Esse habito de lêr em voz alta, e fazer com que os outros lêssem, para êle ouvir, o Imperador conservaria durante toda a vida.

X

Não podia haver vida mais monotona, para uma criança nas condições e na idade do Imperador nessa época, do que a que lhe traçaram os homens de governo da Regencia. Fóra do programa quotidiano, nada mais havia que pudesse distrair ou interessar o espirito do menino.

E' certo que de vez em quando o levavam ao teatro da Cidade, para assistir representações, mas das quais não podia entender nem o sentido nem os dialogos, como, por exemplo, esse dramalhão espalhafatoso que se chamava *O ministerio constitucional*, levado á cena no teatro Constitucional Fluminense (50), mezes depois da abdição do pai. Com a partida para a Europa do *violador da Constituição*, após o 7 de abril, estava-se sofrendo de um forte acesso de constitucionalite.

Quando não eram dramalhões como aquele, eram as festividades civicas ou religiosas, a que os meninos imperiais sempre assistiam. As festividades civicas primavam pela sua monotonia. No dia em que o Imperador completou seis anos de idade houve uma delas. Representou-se nessa ocasião, no teatro da Cidade, um drama allegorico, em que "apareciam os genios da America do Norte e do Sul, dando amistosamente as mãos ao Brasil". Eram nada menos de tres genios a um tempo! Depois do quê, trouxeram para o palco, sob aclamações da platéia, um busto do Imperador menino. E para terminar, o fatal dramalhão: *O aldeão ministro*. Dom Pedro II e as duas Princezas estiveram presentes em companhia do Tutor. Quando êle appareceu na tribuna, simples, um pouco contrafeito, com um ar indifferente, como que sem comprehender nada daquilo, foi acolhido por uma grande

(50) Depois chamado São Pedro de Alcantara, e atualmente João Caetano.

salva de aplausos da platéia, cheia da melhor gente da Côrte (51).

Além do teatro, havia ainda as recepções officiaes no Paço, ás quaes o Imperador e suas duas irmãs tinham que estar presentes. Era do protocolo. Essas recepções, ao menos, eram mais divertidas, embora por vezes fatigantes: tinham movimento, tinham animação, bandas de musica, muita gente, muito uniforme bonito, sob as condecorações reluzentes. Prendiam a imaginação caprichosa das crianças, que delas participavam, e não se limitavam, como no teatro ou nas festas religiosas, a simples assistentes.

Um official da marinha de guerra norte-americana, que visitava o Rio em 1834, isto é, quando o Imperador andava pelos seus nove anos de idade, dava-nos uma noticia pitoresca e certamente verdadeira da recepção que assistira no Paço da Cidade, no dia do aniversario da Independencia. Não podendo ser admitido isoladamente, foi-lhe consentido incorporar-se á missãõ diplomatica do seu paiz.

“As nove e meia — contava êle — a Legação americana chegou á entrada lateral do Palacio e, descendo dos carros, atravessou a porta em direção á escadaria. Quando subiamos, alguém da comitiva observou-me que o uso de luvas e chapéo, na presença imperial, era prohibido pela etiqueta. Eu estava devidamente instruido sobre a atitúde que deveria manter no desfile.

(51) Lafayete Silva, *O teatro nacional*.

“No alto da escadaria, á entrada do salão, estava postado um alabardeiro, vestido com uma roupa verde, de arlequim, xadrezada com listas amarelas, da largura de meia polegada. No primeiro salão, elegantemente mobilado, estavam varias pessoas do Corpo diplomatico, entre as quais o nuncio do Papa. Tinham todos, naturalmente, os seus uniformes de côrte. Daí passámos para um largo salão, ainda melhor mobilado. Ambas as salas estavam ornamentadas com retratos e pinturas illustrativas da historia do Brasil, as quais serviam de assunto de conversa a varios Ministros estrangeiros, que ali aguardavam o inicio da recepção.

“... Abriu-se uma porta á direita, e entraram as senhoras e os cavalheiros da Casa Imperial brasileira. Dom Pedro II fazia-se acompanhar de suas irmãs e da Regencia. As roupas da gente da côrte eram esplendidas; as do jovem Imperador, muito simples e elegantes. Quando êle atravessou ao longo das salas, cada um de nós o saudou com uma inclinação de cabeça.

“Agora, uma fanfarra de trombetas, seguida de uma marcha, annunciava o inicio da recepção. Todos passámos para a sala ao lado. Pouco depois, o camarista informava ao Corpo diplomatico que Sua Majestade estava pronto para recebê-lo... Ao entrarmos, todos nos curvámos; novamente o fizemos quando nos encontrámos a meio caminho do docél, repetindo ainda a mesma reverencia ao passarmos diante de Suas Altezas. Recuando, depois, com a frente para a trono, inclinámo-nos por tres vezes, até sairmos pela porta da direita. Detivemo-nos depois na sala onde o camarista nos reuniu, observando aqueles que ainda entravam para fazer sua côrte ao Imperador menino.

“A sala do trono era ricamente forrada com veludo verde, salpicado de estrelas douradas e prateadas, e o soalho coberto com um tapête de côr viva, ao centro do qual havia um medalhão. Dom Pedro II estava de pé, sob um docél (num estrado de um pé de altura, no qual o trono é geral-

mente colocado), com a Regencia á sua direita e as suas duas irmãs á esquerda. Seus olhos, largos, brilhantes, vagavam de uma pessoa a outra, com uma expressão de indiferença. Seus cumprimentos eram rígidos, e as Princezas, mais idosas do que êle, pareciam sofrer uma especie de *mauvaise honte*" (52).

XI

De vez em quando aportava no Rio algum Principe europeu, levado pela curiosidade ou a profissão de marinheiro a visitar as terras ainda incultas e cercadas de misterio do Novo Mundo. Essas visitas quebravam um pouco a monotonia da vida do Paço, e davam ás crianças imperiais a novidade de qualquer coisa rara, que elas só conheciam através dos livros de Historia ou de viagens.

Em janeiro de 1838 era o principe de Joinville, filho do rei dos Francezes, que aparecia no Rio, como official de uma fragata franceza. Era um rapaz de 20 anos, alto e simpatico. Para acolhê-lo, organisou-se todo um programa: recepção em São Cristóvão; jantar com a familia imperial; baile no Paço do Conselho; divertimento naval na Ponta do Cajú; baile a bordo da fragata franceza.

Joinville foi ainda em excursão a Minas Gerais. E depois de uma permanencia de dois mezes no Brasil, se-

(52) *Three years in the Pacific, including notices of Brazil, Chile, Bolivia and Peru.* By an Officer of the U. S. Navy.

guiu seu caminho através dos mares deste mundo. Voltaria cinco anos depois, para buscar aquella Princezinha que êle avistara nos salões tristes de São Christóvão; e cujo olhar lhe provocara uma coisa esquisita no coração...

Em maio do ano seguinte era a vez de outro Príncipe: Eugenio de Savoia-Carignan, da familia real da Sardenha. Era pouco mais velho do que Joinville, e como êste official de marinha. Programa de festas: jantar em São Christóvão, representação no teatro de São Januario, baile no Paço. E lá se ia o Príncipe.

Este não voltaria mais. Não por desejo dele, que bem caído ficara pela outra Princeza brasileira, Dona Januaria. Mas porque a familia real sarda interviria no assunto; e quando uma familia, mesmo real, intervem em assunto de amor, está tudo estragado...

XII

O Paço de São Christóvão estava longe de ter o fausto e o esplendor das velhas côrtes européas. Sem desprezar as regras protocolares, já de si modestas — o que era impossivel, se bem fôsem elas, mais tarde, ainda mais limitadas — tudo ali se passava com grande simplicidade, sem nenhuma severidade, sem nenhum entrave, antes com uma larga bonhomia. A idade do Imperador e de suas irmãs, apenas mais velhas do que êle; a educação por assim dizer burgueza que recebiam; a auste-

ridade dos homens da época, num paiz cuja índole sempre foi essencialmente democratica; a relativa pobreza do Paço — tudo concorria para tornar aquele ambiente de singeleza quasi familiar.

Tambem o Rio de Janeiro era uma cidade bem diferente do que seria mais tarde. Guardava ainda, exteriormente, o velho aspéto colonial, com as ruas sem calçamento, de terra batida, as casas baixas, avarandadas, paredes caiadas, portas e janelas estreitas. A cidade não tinha ainda 150 mil habitantes. Os morros que a guarneçiam apresentavam um aspéto agreste que não teriam depois, com a mataria ainda virgem, espessas, de um verde unido e sadio. Em seus flancos não apareciam ainda nem as feias choupanas cobertas de palha, nem as cicatrizes destoantes das pedreiras. Os arrabaldes mais distantes mal chegavam á praia de Botafogo, na direção do sul, ou á praia do Cajú, na direção do norte. Nessas duas praias ia-se *passar o verão*, o que era pretexto para longos e alegres banhos de agua salgada. Os principais meios de transporte eram ainda os cavalos, ou então, para a gente rica, as cadeirinhas, carregadas por escravos, pintadas exteriormente com côres vivas, e forradas por dentro com damasco de seda ou simplesmente com algodão adamascado, conforme os recursos de seus possuidores.

Tudo era então bem patriarcal. Nada de ostentação; nada de refinamento; o que não excluía as *bôas maneiras* ou, como então se dizia, o *bom tom*, nos gestos como nas palavras. Estava-se em verdade na idade de ouro.

As velhas tradições coloniais eram ainda observadas. As famílias conservavam os laços que as prendiam, e havia entre os seus membros, ligando-os estreitamente, uma forte corrente de respeito e, ao mesmo tempo, de afeto. Podia-se dizer que era o tempo em que se tinha ainda parentes.

As missas aos domingos, as festas religiosas nos dias santificados, ou as cerimônias oficiais, com o caráter cívico, para acender os sentimentos da nacionalidade em formação, eram as principais distrações cá fóra.

Na vida interior, o principal passatempo era receber ou retribuir a visita dos parentes e amigos. Quando se ia á casa de um deles, mobilisava-se por assim dizer toda a família, no sentido lato da palavra, isto é, todos quantos viviam sob o mesmo teto, mesmo os fámulos ou os escravos. Debret deixou-nos, num dos seus belos desenhos, o aspeto pitoresco do prestito familiar saindo á rua para uma visita: á frente as negrinhas, depois as erianças, seguindo-se as mocinhas e, enfim fechando o cortejo, o chefe da família, solene e compenetrado, *dando o braço á sua dona.*

A indumentaria masculina sofria, então, uma das suas mais radicais transformações: abandonavam-se os calções, que durante seculos fôra a vestimenta preferida dos homens, quasi unica, sobretudo da gente rica, para dar lugar ás calças compridas, combinadas com as casacas de côr. Era de bom tom ter-se pelo menos quatro casacas: uma preta, cerimoniosa, para as ocasiões solenes; outra verde, com botões amarelos, para os atos oficiais;

outra azul, para as visitas e outra côr de rapé, para a Cidade, isto é, para flunar na rua Direita (53) ou na rua do Ouvidor, já nessa época com fóros de civilisada. Os chapéos altos começavam também a aparecer. Como o nacionalismo estava em moda, depois da partida do Imperador *portuguez*, era de bom gosto trazer-se nos chapéos o competente tope nacional, verde e amarelo. O Brasil era, realmente, brasileiro. Não estava ainda invadido pelo internacionalismo.

“Nas Senhoras eram constantes os vestidos de cintura alta, sapatinhos rasos, ligados ás pernas por fitas pretas. Vestidos e saías curtas. Crivos, rendas e bicos de sinhá aninha. Os penteados, nos dias solenes de procissão, davam que fazer aos cabeleireiros. Nos bailes dansavam-se o miudinho, o muquirão, o minueto afandangado, o sólo inglez e as contradansas ou quadrilhas”. Nos intervalos, havia sempre o numero dos recitadores, poetas nas horas vagas, de longas e lustrosas melenas, olhar terno, atitudes romanticas, que declamavam sonetos ou cantavam modinhas. “Estava em moda o bitú — *Quando as glorias que eu gosei... — Arvoredo tu já viste... — Se os meus suspiros pudessem...* Um depois notavel politico estreava-se, enviando á sua querida dolorida versalhada:

*Mandei um terno suspiro
Saber noticias de Arminha...*” (54)

(53) Mais tarde rua 1.º de março.

(54) Vieira Fazenda, *Aspétos do periodo regencial*.

Os dois salões mais afamados do tempo, onde se reuniam a sociedade e o Corpo diplomatico estrangeiro, eram o de Araujo Lima, mais tarde marquez de Olinda, e o de Aureliano Coutinho, depois visconde de Sepetiba. Sobretudo este ultimo. Era o que dava a nota elegante. O salão de Olinda era mais austero, mais formalista, enquanto que o de Aureliano, onde se reunia a mocidade do tempo, tinha mais alegria, mais vivacidade, transpirava a primavera da vida. Nêle o *tom de Paris* era de regra, e o Rio começou verdadeiramente a civilisar-se, com as modas e os costumes importados da Europa. Em casa de Aureliano serviu-se sorvete pela primeira vez no Rio. Foi um sucesso. A gente moça do tempo ali se encontrava para as dansas, e tambem para os namoros, que então se travavam numa atmosfera de puro romantismo. “Estava em moda o dicionario das flôres. Por meio dêle se correspondiam os namorados, que, por intermedio das mucamas e dos moleques pernesticos, faziam sentir ás queridas afêtos do coração” (55).

Havia, em tudo, distinção, e as boas maneiras eram a regra. Com isto, muita simplicidade, nada de afetação, uns habitos verdadeiramente democraticos, sob o regime regencial, que correspondia, no fundo, a uma republica provisoria. A tal ponto se estava longe de todo o espirito de côrte, que chegou a causar escandalo a tentativa, então iniciada por alguns politicos, e depois vitoriosa, de se beijar a mão do Imperador menino. Conta

(55) Vieira Fazenda, *op. cit.*

uma testemunha: “Que digam que sensação imensa produziu na Cidade, de exaltação em uns, de indignação em outros, de surpresa em todos, quando se soube que na festividade da Cruz, á porta da Igreja, diante de numerosissimo concurso, havia-se o Regente inclinado e beijado a mão do Imperador” (56).

“No fundo — dirá Joaquim Nabuco — era uma sociedade moralizada e de extrema frugalidade; os principios tinham ainda muita força, o honesto e o deshonesto não se confundiam, sabia-se o que cada um tinha e como tivera; inquiria-se da fortuna dos homens publicos como um censor romano da moralidade dos personagens consulares; respeitava-se o que era respeitavel; os estadistas de maior nome morriam pobres, muitos tendo vivido sempre uma vida de privação quasi absoluta, em que merecer uma condescendência qualquer era quebrar a austeridade e provocar comentarios. O interior de suas casas, sua mesa, seu modo de viver, revelando quasi indigência, impressionava os estrangeiros que tinham de tratar com êles. A invasão do luxo só se fará mais tarde” (57).

XIII

Era nesse meio austero, pela simplicidade e pureza dos costumes, que o Imperador rapaz forjaya a sua men-

(56) Justiniano José da Rocha, *Ação, reação, transação*.

(57) *Um estadista do Imperio*.

talidade, amoldava a sua moral e fundia, no exemplo diario de seus mestres e dos estadistas que o cercavam, aquelas fortes virtudes de que saberia mais tarde dar exemplo a tres gerações de Brasileiros. Nêle se concentravam então as esperanças de todo o paiz. O Brasil inteiro confiava no *menino*, que nas salas tranquilas do palacio de São Christóvão, numa vida que era já um exemplo, aprendia a arte de governar com a sabedoria de um justo.

Cá fóra, porém, as coisas não iam assim pacificas como faziam supôr. Bem que o céu tinha nuvens, que se não eram ainda negras e ameaçadoras, já se agrupavam, todavia, preocupando os mais avisados, nos horizontes mais proximos. Nos meios politicos, nos clubs, nos corredores do Parlamento, na imprensa, os dias não se passavam tão calmos como nos salões silenciosos do Paço. O espirito de facção, as ambições insatisfeitas, os despeitos e as malquerenças politicas pouco a pouco se infiltravam entre os homens responsaveis pelos destinos do paiz. Sentia-se um mal estar politico geral. Alguma coisa estava no ar, que parecia vir, mas que ninguem podia ainda prevêr o que fôsse.

Como em 1831, no dia da Abdicação, os olhos dos verdadeiros patriotas voltavam-se ansiosos para o Imperador menino. Outra vez êle era como que o farol que iluminava a noite tormentosa. Mas já agora estava ali um rapazinho de quinze anos, de natureza concentrada, discreto no pensar, brando nos gestos, e o seu carater, quasi formado, começava a denunciar o homem de virtu-

des sãs e bem assentadas. Mais cêdo do que se esperava e do que êle proprio desejava, a nação, insatisfeita consigo mesma, indagava se não convinha que o seu Monarca tomasse desde já as rédeas do Governo, para dar, com a força moral que êle representava, a segurança que todos reclamavam.

Para o jovem Imperador, esses dias eram dos mais solenes de sua vida. Abria-se-lhe um novo cielo, talvez mais penoso, e certamente mais glorioso, durante o qual êle teria que dar ao paiz, que o educava e o preparava para o trono, a prova de que todo esse sacrificio não se fazia em vão.

CAPITULO IV

A MAIORIDADE

Antecipação da maioridade do Imperador — Evolução dessa idéia — Situação precária do governo regencial — Golpe parlamentar dos Maioristas — Papel exato do Imperador na Maioridade — A lenda do “quero já” — Verdadeiro significado da Maioridade — Coroação do Imperador — As festas da Coroação.

I

Pela Constituição imperial, a maioridade do Imperador só se verificaria quando êle completasse 18 anos de idade, quer dizer, em 1843. Muito antes, porém, dessa data, precisamente desde cerca de 1835, a idéia de antecipar a maioridade do Monarca começou a preocupar o espirito de alguns homens politicos.

A principio ella não passou de um simples recurso de partido, como fôra antes o da restauração de Dom Pedro I, de que os opposicionistas lançariam mão com o fim principal de afastar do Governo os seus adversarios.

Simple manobra de opposição. "Foram os vencidos nas urnas — dirá Rocha Pombo — que suggeriram esse recurso como expediente contra os adversarios" (58). Por isso, talvez, êle não logrou desde logo maior repercussão nem no Parlamento, nem na opinião publica do paiz. O ambiente não estava ainda preparado para aceitar uma solução que a todos, ou a quasi todos, se afigurava como demasiada arrojada, a bem dizer quasi revolucionaria. A primeira vez que se tratou desse assunto na Camara dos Deputados, insurgiu-se contra êle quasi que a totalidade da casa. Não teve melhor sorte o projéto, tambem de origem oposicionista, de levar ao poder a irmã mais velha do Imperador, a princeza Dona Januaria, sob o pretexto de que, tendo completado 18 anos de idade, a ela competia, de acordo com a Constituição, assumir a regencia do Imperio (59).

Se o plano de precipitar a maioridade imperial não passou, a principio, de um simples recurso politico, sem grande repercussão, o certo é que a idéia depréssa ganhou terreno, para aparecer, em poucos anos, como uma providencia que todos reclamavam quasi como uma medida de salvação publica. Concorreu para isso, de um lado, a propaganda habilissima dos chamados *maioristas*,

(58) Rocha Pombo, *A Maioridade*.

(59) A Constituição cogitava da Regencia na *menoridade* do Imperador, quando então ella pertenceria ao seu parente mais proximo "maior de 25 anos", ou no *impedimento* dele, quando então pertenceria ao Principe Imperial. Dona Januaria era, de fato, nessa época, a Princeza Imperial. Mas não tinha ainda alcançado a idade de 25 anos. Não se verificavam, portanto, nem a primeira, nem a segunda hipotese.

da primeira e da segunda hora; e, de outro, a necessidade, que todos acabaram por reconhecer, de colocar-se “o poder inacessível ás intrigas locais, imparcial e forte, contra quem nada possam os chefes irregulares de minorias turbulentas”⁶⁾, como aliás já o reconhecia em 1835, se bem que com intuitos diferentes, o proprio ministro da Justiça da Regencia (60).

Assim, quando, em 1840, o partido liberal tomou a responsabilidade de precipitar, por um verdadeiro golpe de Estado parlamentar, a maioria de Dom Pedro II, a tarefa não lhe foi realmente difficil. Encontrou uma opinião já suficientemente trabalhada. Os proprios governistas tinham acabado mesmo por compreender a necessidade de pôr-se fim ao regime eletivo da Regencia, para entrar-se definitivamente no governo directo do Monarca; reconheciam que a Regencia estava realmente gasta, e que outra solução não havia, para a segurança e integridade do paiz, do que antecipar a maioria de do jovem Imperador.

II

O mal da Regencia, nas condições em que se encontrava então o Brasil, era ser ela um governo de partido, um governo eletivo, exposto, portanto, a todas as competições, a todas as ambições, salvo dos despeitos e vingan-

(60) Relatório de Manuel Alves Branco, 2.º visconde de Caravelas.

ças pessoais e sujeito, assim, aos altos e baixos das facções. Se tivesse sido possível em 1831, isto é, quando Dom Pedro I se retirou do paiz, confiar a Regencia a um membro da familia imperial, em condições de assumir directamente o governo, não resta duvida de que a maioria de Dom Pedro II não teria sido antecipada, como foi, servindo de cobiça aos homens da opposição, e arriscando precipitar o paiz na revolução.

Em 1840 a Regencia já estava minada de alto a baixo. Aparecia totalmente gasta. Nem o Regente, Olanda, nem de novo Feijó, nem os dois Andradas (José Bonifacio falecera em 1838), nem Euzebio de Queiroz, nem Bernardo de Vasconcelos, nenhum, emfim, dos homens eminentes da época, podia mais restituir-lhe o prestigio e o vigor de que carecia para durar. “Ha pelas esféras da alta politica um como desanimo geral. Aquele regime fatigava a todo o mundo. A instabilidade dos Ministerios; a apresentação aparatosa de programas, que logo eram esquecidos; o esforço com que se formavam Gabinetes, ainda assim sempre incompletos; a inquietação do espirito publico, á vista do que se passava no paiz; a discórdia em que viviam os homens mais eminentes dos dois partidos — tudo isso parece desenganar os mais fieis de que a nação venha a vencer aquella fase dolorosa. Sente-se que alguma coisa falta naquele aparelho, tanto mais trópego e ronceiro quanto mais afanosos querem todos reformá-lo” (61).

(61) Rocha Pombo, *Historia do Brasil*.

O que faltava, afinal, e que todos sentiam, fóra mesmo de qualquer espirito de partido, era a necessidade do Imperador assumir êle mesmo a alta magistratura do paiz, afim da nação poder funcionar definitivamente com o mecanismo integral das instituições que a regiam. “E’ preciso um unico senhor cuja sabedoria distribúa as recompensas e os castigos — já dizia Tasso; quando o poder está dividido, o governo flutúa incerto, sem principios e sem regras”.

III

Mas como precipitar uma data insofismavelmente estabelecida pela Constituição? O meio legal para isso seria uma reforma constitucional. Foi aliás o recurso tentado pelos governistas, com um projéto de Honorio Hermeto (Paraná), adiantando-se, com isso, ás manobras da opposição liberal. Mas uma reforma constitucional já não era praticamente viavel naquela ocasião. Apareceu a todos como um processo demasiado lento e complicado, que não resolvia de pronto o problema, antes o adiaava, trazendo assim uma ansiedade maior á opinião publica, já profundamente trabalhada pela opposição. Falhou, portanto, esse recurso.

Fóra da revisão constitucional, havia ainda o processo extremo de uma revolução popular. Far-se-ia uma especie de 7 de abril de rua, de que a Regencia, e Olinda especialmente, pagariam as custas. Mas uma revolta po-

pular seria, de toda a maneira, um golpe perigoso e cheio de incertezas. Precisaria, primeiro, ter o apoio da tropa, e depois a adesão sem restrições do elemento das ruas. Ora, a idéia da maioria antecipada do Imperador tinha bem conquistado a opinião publica do paiz; mas daí a conquistá-la ou defendê-la com as armas na mão, havia um grande passo (62).

≠ Restava, então, como ultimo recurso, um golpe de força da minoria parlamentar. Foi o que tentaram fazer os liberais maioristas, com um projéto de Antonio Carlos, declarando o Imperador maior *desde já*. A Re-

(62) E' interessante acompanhar a evolução da idéia da maioria do Imperador, sobretudo no terreno parlamentar, onde ela aliás nasceu e se desenvolveu. Quatro anos depois do 7 de abril, isto é, em 1835, o deputado Luiz Cavalcanti, de Pernambuco, formulava um projéto declarando a maioria do Imperador aos 14 anos (em 1839); não foi julgado objéto de deliberação. — Surgiu então, nesse mesmo ano de 35, a idéia de se entregar a Regencia do Imperio á princeza Dona Januaria, que acabara de ser reconhecida Princesa Imperial, isto é, como herdeira presuntiva do trono. Bernardo de Vasconcelos, deputado mineiro, fôra, no jornal *Sete de abril*, o inspirador dessa idéia, que no fundo encobria o proposito de hostilizar Feijó, então Regente e seu adversário politico. A opposição de Evaristo da Veiga matou-a, pode-se dizer, no nascedouro. — Em maio de 1837 Vieira Souto, deputado pela Provincia do Rio, apresentava um projéto declarando maior o Imperador, que então contava apenas 12 anos de idade; foi rejeitado, alcançando apenas o apoio de 9 votos. — Em 1839 Montezuma, depois visconde de Jequitinhonha, deputado pela Bahia, renovava, inutilmente, esse projéto. Em maio de 1840 a idéia da maioria do Imperador voltava a agitar o ambiente parlamen-

gencia ainda pensou evitar esse golpe, adiando as Camaras para daí a quatro mezes. Mas em vão. Resultou-lhe o contrario do que esperava. O adiamento, em vez de inutilisar o projéto, precipitou-o. Teve o efeito de um estupim. E a explosão foi immediata.

Olinda, apesar de saber que os liberaes maioristas não visavam outra coisa senão alijá-lo do poder, para se collocarem no Governo, não era contrario, em principio, á medida da antecipação da Maioridade. Estava disposto a abrir mão dos dois anos que ainda lhe restavam de governo, e entregar ao Imperador rapaz a chefia efectiva do Estado. Somente Olinda não queria afastar-se da

tar, quando Aureliano Coutinho, futuro visconde de Sepetiba, deputado pela Provincia do Rio, propunha, como relator da resposta á Fala do Trono, um tópico dizendo que a Camara via com prazer aproximar-se a maioridade do Imperador. Esse tópico levantou prolongada discussão. No dia 13 desse mez, os dois Cavalcanti e outros Senadores apresentavam um projéto declarando o Imperador maior *desde já*. Esse projéto, que partia da opposição, visava evidentemente o Regente Olinda. Foi por isso tenazmente combatido pelos amigos deste, caindo, afinal, por 18 votos contra 16. Foi uma vitória difficilmente conquistada, de que logo se aproveitaram os governistas para obterem na Camara a retirada do tópico incluido por Aureliano na resposta á Fala do Trono. A votação obtida no Senado pelo projéto dos Cavalcanti mostrava, porém, o progresso enorme que a idéia da Maioridade fizera nos meios parlamentares. Foi do que logo se aperceberam os seus defensores, que já não se contentaram mais com o projéto de Honorio Hermeto (Paraná), de antecipar a maioridade do Imperador por meio de uma reforma constitucional. Conscientes de sua força, preferiram tentar o golpe final com o projéto de Antonio Carlos, declarando o Imperador maior *desde já*. Foi a vitória.

bôa doutrina jurídica, e não via outro meio de chegar-se lá que não fôsse o da revisão constitucional. Falhado esse recurso, parece que o Regente já se conformava com aguardar apenas o mez de dezembro proximo, quando o Imperador completaria 15 anos de idade. Daí o ter adiado as Camaras até novembro.

Mas todas as suas tentativas resultaram inuteis e mesmo contraproducentes. Longe de concertarem a situação, só serviram para inflamar ainda mais os animos e precipitar os acontecimentos. Tinha-se avançado demasiado na idéia da maioridade, e era já agora impossível adiá-la, mesmo para uma época proxima.

Assim, Antonio Carlos e o seu grupo logo se levantaram na Camara contra os propositos dilatorios do Regente. Protestaram em altos brados contra o adiamento das Camaras, que consideravam um ato ilegal e violento. Chamaram a Olinda de infame e traidor, acusando-o de tentar levar o jovem Monarca para fóra da Capital. Os Andradas serviam-se assim da mesma exploração politica que tinham ensaiado outróra, para evitarem a destituição de José Bonifacio da Tutoria imperial.

Acabou Antonio Carlos por convidar os seus partidarios — “a todos que fôssem patriotas” — a abandonarem aquela Camara *prostituida* e se dirigirem ao Senado, afim de irem em comissão solicitar a aquiescencia do Imperador para a declaração imediata de sua maioridade, para que “salvasse o trono e a nação, entrando desde já no exercicio de suas altas atribuições”.

IV

Teófilo Ottoni dirá mais tarde (63) que os senadores e deputados liberais que provocaram, em julho de 1840, a maioria do Imperador, só agiram depois que tiveram assegurada a aquiescência do próprio Monarca; que este, consultado a respeito por uma pessoa do Paço, das relações dos Andradas, respondera que queria e estimava muito *que este negocio fôsse realizado pelos Andradas e seus amigos* (64).

A verdade, porém, é muito outra. O próprio Imperador a colocaria mais tarde em seus termos exatos.

Dom Pedro II era então um rapazola de pouco mais de 14 anos de idade, sem nenhuma ambição pessoal, e avêssô, por indole e por educação, a tudo quanto fôsem golpes de audácia ou conjuras parlamentares. Suas preocupações iam então para os estudos, que lhe absorviam, pode-se dizer, todas as horas. Andava quasi que inteiramente alheio ás competições politicas que se teçiam em torno de sua pessoa. Os debates no Parlamento, a agitação nos clubs e nas ruas, as polemicas na imprensa, tudo isso mal lhe chegava aos ouvidos. E se, alguma vez, ouviu conversarem no Paço a respeito da antecipaço de sua maioria, não fôra solicitado nem

(63) *Circular aos eleitores de Minas Gerais.*

(64) Essa mesma versáo consta, aliás, das atas do Club da Maioridade.

dera jamais opinião sobre o assunto. Mesmo porque não a tinha (65).

Ele vivia, nessa época, de tal forma afastado dos negocios publicos, que o barão Daiser, representante no Rio do impêrador da Austria, não cansava de insistir por que o jovem Monarca fôsse mais diretamente enfrinhado no que se passava no Governo, afim de sua maioridade não o apanhar desprevenido. Referindo-se ao Regente, Olinda, dizia Daiser:

“Supliquei-o mais de uma vez que admitisse Sua Magestade o mais possivel ao conselho dos Ministros, para que êle possa habituar-se ao manejo dos negocios sem ficar pessoalmente comprometido; para que conheça as necessidades de seu povo, os recursos do paiz e, sobretudo, para que

(65) O conselheiro Alencar Araripe lia certa vêz, em sessão do Instituto Historico, uma memoria sobre a Maioridade, na qual referia a versão de que os liberais só haviam precipitado o movimento depois de se certificarem da aquiescencia do Imperador. Este, presente á sessão, observou então “não ser exata a circumstancia referida; não se recordava de ter sido jamais procurado por pessoa alguma do Paço para pronunciar-se acerca da projetada declaração da Maioridade, nem de que alguém lhe fizesse declarações manifestando desejos de vêr essa providencia realisada”. Terminou assegurando que a respeito desse assunto “apenas se pronunciou quando, no dia 22 de julho, a comissão do Senado e o Regente foram ao Paço da Bôa-Vista” (Rocha Pombo, *op. cit.*). — Posteriormente, nas notas ao livro de Tito Franco, *O Conselheiro Francisco José Furtado*, o Imperador completaria essa declaração, negando que tivesse tido *arrebato* em julho de 1840, conforme se disse. São suas palavras: “Se não fôsse aconselhado por diversas pessoas

aprenda com que facilidade se é levado a cometer erros, cujas consequências desastrosas são algumas vezes impossível de evitar" (66).

A comissão parlamentar que o procurou no Paço encontrou-o, assim, quasi completamente alheio á medida que lhe iam solicitar. Terminando Antonio Carlos a leitura da mensagem, Olinda, ali presente, limitou-se a perguntar ao Imperador se queria, de fato, ser declarado maior imediatamente. Surpreendido e, mais do que surpreendido, embaraçado com a resposta que lhe cabia dar, voltou-se, com um olhar indagador, para o marquez de Itanhaém e Frei Pedro, ambos tambem presentes. O Tutor e o Preceptor eram desde muito os seus verdadeiros guias, os unicos, talvez, a quem o Imperador se acostumara a pedir conselhos.

Nem um nem outro estavam de acordo em principio com a agitação politica encabeçada por Antonio Carlos e o grupo maiorista. Chegadas, porém, as coisas onde haviam chegado, achavam, já agora, que era impossível evitar-se a declaração imediata da maioria, medida

que me cercavam, teria dito que não queria". — E nuns papeis que confiou a Sinimbú repete mais ou menos isso: "Se não fôsse pouco mais de uma criança, em 1840, eu não cederia a tantos pedidos" (Arquivo da familia imperial). — Diante de tão claras e repetidas declarações, não ha por que insistir na lenda do *quero já*.

(66) Officio de 15 de março de 1840. — Os originaes deste e dos demais officios dos agentes diplomaticos austriacos no Rio, citados daqui para diante, se encontram no arquivo do antigo Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Austria-Hungria (*Staatsarchiv*).

que entendiam ser de salvação publica. Aconselharam, assim, ao Imperador que acedêsse aos desejos da comissão parlamentar. *Sim*, respondeu timidamente o Monarca.

Olinda ainda procurou explicar á comissão parlamentar que o adiamento das Camaras para daí a quatro mezes tinha apenas em vista dar tempo afim de se preparar a solenidade da maioridade para o dia do proximo aniversario do Imperador, 2 de dezembro.

Mas a comissão, que já obtivera o *sim* do Monarca, insistiu por que se fizesse a convocação imediata das Camaras. “Sua Majestade disse então ao Regente que se fizesse a convocação para o dia seguinte” (67), que era o 23 de julho de 1840. O que foi feito, sendo então proclamada solenemente a maioridade do Imperador.

V

Oliveira Lima dirá que a Maioridade foi, em resumo, “uma revolta do instinto de conservação. Ninguém se preocupou de indagar propriamente dos méritos do régio adolescente: a confiança geral residia no principio que êle encarnava, e que era o simbolo da paz e a garantia da segurança da nacionalidade. Nesse dia 23 de julho de 1840, o prestigio da instituição salvou o Brasil” (68).

(67) Rocha Pombo, *op. cit.*

(68) *O Imperio brasileiro.*

E' bem certo. Salvou-o, como aliás já o havia salvo antes, no 7 de abril. E' um fato que todos se voltaram para o Imperador menor como se vissem nele o unico recurso possivel de salvação para o paiz. Porque, o que todos queriam, o que todo o mundo sentia, era a necessidade urgente de enterrar-se para sempre a Regencia, antes que, por causa della, lavrasse o incendio de uma grande revolução no Brasil, da qual a mais séria das consequencias seria o desmembramento da grande patria.

Ninguem, de bôa fé, negava os serviços que a Regencia prestára ao paiz, tendo em vista sobretudo as contingencias terriveis em que vivera. Mas, como todo governo de partido, sobretudo num meio de escassa cultura politica como era então o Brasil, depressa se lhe gastara a autoridade, e quaisquer que fôsem os seus homens, era impossivel enfrentar com sucesso a má vontade geral que se levantava contra êle. A elite que governava o paiz estava sinceramente convencida de que a nação já havia feito a experiencia dos governos eletivos, e que somente um poder "superior e inacessivel ás contingencias dos partidos, poderia pacificar os espiritos" e reorganisar a nação para que o Segundo Reinado pudesse dar realmente todos os seus frutos. Queria-se em suma o Imperador; mesmo menor, mesmo sem idade, mesmo despido de méritos, mesmo contra a Constituição — mas o Imperador. Cantava-se pelas ruas:

*Queremos Pedro Segundo
Embora não tenha idade!
A nação dispensa a lei,
E viva a Maioridade!*

VI

Politicamente falando, a Maioridade não passou de um golpe de força de uma minoria parlamentar. Foi uma simples desforra. Desforra dos liberais, que não podendo galgar regularmente o poder, queriam, por aquele modo, pôr para fóra os conservadores e governarem êles o paiz — contando, já se vê, com a condescendencia e a inexperiencia do jovem Monarca de 15 anos.

Por outro lado, os proprios governistas, verificada a certeza de não poderem conservar por mais tempo a regencia do Imperio, acabaram conformando-se com a Maioridade com o mesmo espirito de facção, isto é, como um instrumento possivel de desforra contra o golpe de seus adversarios; e tambem esperavam, como os liberais, poder dispôr do governo, senão diretamente, como até agora, ao menos por traz da cortina, manobrando geitosamente o que êles acreditavam ser a ingenuidade do Imperador.

Dirá Alencar Araripe: “Nenhum dos dois partidos pleiteou então pela causa da patria, mas sim pelos interesses de sua preponderancia politica. Um lado queria derrubar o seu antagonista para erguer-se no poder;

o outro lado defendia-se para não cair. Um alegava o bem da patria, que o governo regencial arruinava; o outro exhibia a lei, cuja observancia buscava guardar. Se o partido agressor fôsse sincero, aguardaria o termo legal para as funções majestaticas (69); o partido acometido, se tivesse em mira tão somente o patriotismo, não procuraria tergiversar, e sujeitaria francamente a questão aos eleitos da nação. Bem viam os impugnadores da Maioridade, que a essa idéia caberia o triunfo, e que baldado seria contrariá-la de frente; a questão agora não era não impedir a realização da idéia, mas sim de ser executor dela. Entendia cada um dos partidos que, realizando a Maioridade, captaria a benevolencia do Mo-

(69) Não precisava tanto. Bastava que se esperasse até dezembro daquele ano, isto é, um prazo de apenas cinco mezes, quando o Regente parece concordava em entregar o governo ao Imperador. Longe disso, os liberais precipitaram os acontecimentos na esperança de que dessa forma melhor se insinuariam no espirito do jovem monarca, a quem, consequentemente, atribuiam ambições que nunca teve. E para justificarem essa sofreguidão, inventaram a lenda do *quero já*. Tem-se a convicção de que o Regente podia ter evitado o golpe de força dos liberais, se tivesse agido com mais firmeza, sobretudo junto ao proprio Imperador. Este, aliás, confessaria mais tarde, com uma sinceridade que não se pode pôr em duvida, que se tivesse sido aconselhado a opôr-se á declaração de sua maioridade, teria certamente obedecido. Olinda *largou*, por assim dizer, o jovem Monarca de menos de 15 anos. Nessas circunstancias, que podia este fazer senão aceitar a imposição dos liberais? A fraqueza de Olinda deixou desconfiar que êle fôsse cúmplice do movimento maiorista. A verdade, porém, é que o Regente, deixando de assumir uma attitude de franca reacção, o fez

narca infante, e que no poder teria a faculdade de armar-se de meios para conservar a sua diuturna posse". (70)

VII

Prestado o juramento prescrito pela Constituição, o Imperador assumiu o governo do paiz. No ano seguinte realisava-se a cerimonia de sua coroação.

Era a terceira vez que o Rio de Janeiro assistia a uma solenidade dessa natureza: a primeira fôra por ocasião da elevação ao trono de Portugal de Dom João VI, por morte de sua mãe, a rainha Dona Maria I, demente ha muitos anos; a segunda por ocasião da fundação do Imperio e consequente entronisação de Dom Pedro I; e agora com a declaração da maioridade de Dom Pedro II.

Foram dias successivos de fêstas na velha cidade colonial. Durante mezes todos se vinham preparando para o maior brilho das ceremonias. O Governo, com uma prodigalidade bem nossa, nada poupou para realçá-las e as arcas do Tesouro publico, embora mal provi-

na persuasão de que assim melhor se insinuaria no espirito do jovem Monarca. De tudo, tira-se uma conclusão: Dom Pedro II, com aquele seu ar reservado, tímido, modesto, enganou, sem querer, a liberais e conservadores, pois ambos estavam convencidos, erradamente, de que provocando a subida ao poder do Monarca, melhor se insinuariam em suas boas graças. A Maioridade foi, assim, uma *ournée de dupes* para ambos os partidos, como a caracterisou Timandro (Sales Torres-Homem).

(70) *Op. cit.*

das, foram largamente abertas. “E embora tenham mui justamente censurado a prodigalidade das despesas, não se pode negar a viva impressão que esse ato politico e religioso produziu em todas as classes da população brasileira”, dizia o barão Rouen, ministro de França, relatando ao seu Governo as festas da coroação (71).

Um exercito de operarios, escravos e homens livres, trabalhou dia e noite no preparo dos Palacios e do local destinado á cerimonia da coroação. Da Europa vieram moveis, tapeçarias, alfaias. Nunca se vira a ostentação de tanta riqueza e de tanto aparato, “um fausto e uma magnificencia que o Brasil não tinha ainda oferecido exemplo”, acrescentava Rouen. E Daiser, ministro da Austria, sempre avisado, escrevia: “Uma exhibição de luxo nada razoavel, dado o estado das finanças deste paiz, mas conforme o gôsto brasileiro” (72).

A parte decorativa das ceremonias foi dirigida por Araujo Porto-Alegre. A’ maneira do que se fizera em 1817, para a coroação de Dom João VI, ele fez construir uma larga e extensa galeria ou varanda, ligando o Paço da Cidade á Capela imperial. No centro dessa galeria foi levantado um pequeno templo, onde repousava o trono imperial, e em cada uma de suas extremidades havia um grande pavilhão, representando, um, o Amazonas e, o outro, o Prata — do Amazonas ao Prata, isto é, o Brasil. “O aspéto geral do monumento parecia simples, porém os ornatos eram do mais apurado gôsto e bem aca-

(71) Officio de 31 de julho de 41.

(72) Officio de 15 de junho do mesmo ano.

bados. O trono imperial é sem duvida o primeiro que o Brasil viu com tanta majestade, riqueza e elegancia. Quarenta e dois lustres, duzentas arandelas, vinte e cinco lampadas e uma infinidade de globos pendiam do tecto dessa vasta galeria” (73). Evidentemente essa *profusão* de luzes nos parece hoje mesquinha. Mas é preciso não esquecer que as ruas do Rio de Janeiro de então eram iluminadas — quando o eram — com méchas embebidas em azeite de peixe.

As cerimoniaes começaram pela entrada simbolica do Imperador na sua leal e heroica cidade do Rio de Janeiro, a 16 de julho de 41. Vindo de São Christóvão, dirigiu-se á Capela Imperial, para fazer aí a sua oração. Seguiu depois em companhia das duas Princezas suas irmãs e de grande cortejo para a sala do trono, onde recebeu o corpo diplomatico e as altas personalidades do Imperio. Logo depois começou o beija-mão, “que teve a maior concurrencia que já se viu no Brasil”, dizia Daiser.

A 18 foi o grande dia da sagração e coroação. A cerimonia começou logo de manhã, quando o Imperador se dirigiu com grande cortejo á Capela Imperial, a cuja porta foi recebido pelo Bispo capelão-mór e cabido. Dom Pedro II ia vestido de cavaleiro, coberto com o manto do Cruzeiro que servira a seu pai. Depois de fazer a oração na capela do Sacramento, foi conduzido ao trono por uma delegação de seis Bispos, que o levaram em

(73) Abreu e Lima, cit. por R. Galanti, *Historia do Brasil*.

seguida ao presbitério. Aí teve lugar a cerimonia propriamente da sagração. Coube ao bispo Dom Romualdo, marquez de Santa-Cruz, dar-lhe unção solene no pulso do braço direito, e nas espáduas. Depois de ungido e coberto das vestes imperiais, voltou ao trono, de onde ouviu missa. “Avisado pelo mestre de cerimonias, baixou do trono, dirigiu-se ao altar, e aí recebeu das mãos do celebrante as insignias imperiais” — espada, ceptro, corôa, globo e mão de justiça. “Voltou depois ao trono, onde se conservou sentado ouvindo o *Te Deum*. Findo o sermão, desfilou o cortejo para a varanda. O Sr. Dom Pedro II logo que chegou ao adro foi saudado por imensos vivas do povo apinhado no largo do Paço. Tendo chegado ao templo da varanda, subiu Sua Majestade ao trono, e ali foi cumprimentado pelo cabido, pelos reverendos Bispos que assistiram á sagração e pelo excellentissimo sagrante. Finda a cerimonia, desceu Sua Majestade do trono, e veio apresentar-se em frente das colunas do templo”.

Foi quando o rei de Armas, pedindo silencio com um largo gesto da mão direita, exclamou:

— Ouvide, ouvide, estai atentos!

E o conde de Lages, alferes-mór da coroação, proclamou por tres vezes, *em voz alta e sonora*:

— Está sagrado o mui alto e mui poderoso principe o Senhor Dom Pedro II, por graça de Deus e unanime aclamação dos povos, Imperador constitucional e defensor perpetuo do Brasil! Viva o Imperador!

VIII

As festas da coroação duraram nove dias. Terminaram a 24 de julho com um grande baile de gala no Paço da Cidade. Cerca de 1.200 pessoas ali compareceram. Às cinco horas da tarde chegavam já os primeiros convidados. O Imperador só appareceu ás oito da noite, acompanhado de suas irmãs e dos dignitarios do Paço. Fez a volta de estilo ao salão nobre, tendo á direita a princeza Dona Januaria, herdeira do trono, e á esquerda a princeza Dona Francisca. Pouco depois começaram as dansas. Como o Imperador não dansasse, foi o baile aberto pelas Princezas. Paulo Barbosa, como mordomo da Casa Imperial, foi incumbido de convidar os cavalheiros designados para lhes servirem de par. A Hamilton, ministro da Inglaterra, e a Daiser, ministro da Austria, couberam as primeiras contradansas, aquele com a princeza Dona Januaria, e este com a princeza Dona Francisca. A Caxias, então Barão, rapaz de 38 anos de idade, mas general já glorioso por suas vitorias militares, coube dansar com Dona Francisca o terceiro numero do programa.

No intervalo dessas contradansas as Princesas val-saram com as Senhoras da sociedade, as grandes damas do Paço, como a marquiza de Maceió, ou com as suas companheiras de mocidade, as Andrade Pinto, as José Maria Velho (74).

(74) Rouen, officio de 31 de julho de 41.

A' meia noite foi servida a ceia. Em cada um dos pavilhões da varanda foi disposta uma mesa de 80 talheres, onde os convidados se vinham sentar sucessivamente. Na sala do trono estava a mesa do Imperador. Cerca das duas horas da madrugada estava terminado o baile, e com ele as festas da coroação.

O barão Daiser ao principe de Metternich: "Devo dizer, a bem da verdade, que a côrte ostentou nessa ocasião um luxo em *équipages*, em librés e em mobiliario de toda a especie, realmente espantoso neste paiz, onde os recursos são muito limitados, onde outr'ora tudo faltava, e onde ha tão pouco e por assim dizer nenhum precedente; porque tudo que se tinha feito ao tempo de Dom Pedro I não se aproximava nem de longe do que vimos atualmente, nem em riqueza, nem em bom gôsto, nem em dignidade. O jovem Soberano tinha um aspêto excelente com o seu traje, antes e depois da coroação, e suportou maravilhosamente as fadigas do dia 18, a ponto de dirigir varias vezes as pessoas do seu cortejo. As senhoras Princezas estavam cobertas de diamantes, encantadoras pela emoção que transparecia visivelmente em suas fisionomias, durante a cerimonia religiosa e solene da sagração de seu augusto irmão, cuja santa e alta significação talvez bem poucos brasileiros e assistentes comprehendiam tão bem quanto elas. O golpe de vista no momento em que o Imperador se apresentou ao povo da balastrada da Varanda era magnifico e possivelmente incomparavel por causa da natureza do local: essa galeria de colunas, com mais de 250 pés de comprimento, repleta de muitas centenas de uniformes ricamente bordados; á direita, o Palacio, com todas as suas janelas guarnecidas pelas damas do Paço; á esquerda os edificios ricamente decorados e cheios de uma imensa multidão de espectadores; na praça a Guarda Na-

cional em grande uniforme e quasi ao completo. E todo esse belo espetaculo era ainda realçado, de uma maneira inimitavel, pela vista do mar em frente da galeria e ao longo da praça, e no qual se viam os navios de guerra e uma quantidade de outros, todos embandeirados e salvando; ao lônge estava a cidade da Praia Grande (75), e todos os fortes salvavam ao mesmo tempo; o sol estava deslumbrante e o mar calmo e belo, na sua côr de veludo celeste" (76).

(75) Atualmente Niteroi.

(76) Oficio de 7 de agosto de 41.

CAPITULO V

PROFESSORADO DE AURELIANO

O Imperador no trono — Sua natureza enigmática — Estadistas que o rodeavam — Ambiente político do tempo — Primeiras preocupações literarias do Imperador — Aureliano de Sousa e Paulo Barbosa — Formação da “camarilha” — O Imperador e Paulo Barbosa — Papel exato de Aureliano — Sua atuação na política ministerial — Aureliano e o Gabinete da Maioridade — Aureliano e os Andradas — Um Ministério palaciano.

I

Estava, pois, Dom Pedro II no trono, em pleno exercicio de suas funções soberanas. Ei-lo chefe de facto da nação, enfeixando na mãos as vastas prerrogativas que lhe dava a Constituição, senhor todo poderoso e quasi absoluto de um dos mais extensos Imperios da terra. Cercado de homens que não desejavam senão servi-lo, ansiosos por uma autoridade forte, que prestigiasse, ao mesmo tempo, o poder enfraquecido pelas lutas civis e o sentimento de ordem da nação, de que tanto se

fazia mistér para evitar-se a decomposição do paiz, que irá êle fazer?

Que poderá, antes de tudo, êle fazer? Que poderá fazer, naquelas difíceis conjunturas, um menino de pouco mais de quatorzê anos, que vivera até então quasi exclusivamente para os livros, recluso, por assim dizer, num palacio, entregue a preceptôres bisonhos e atrazados, que não entendiam nada da arte difficil de governar um Imperio? Que sentimentos poderão acaso mover-lhe as intenções? A ambição do poder? O desejo do mando? Não o tinha. Não o terá jamais. E' possível que mais tarde, bem mais tarde, á força do habito, acabe por tomar gôsto e, até certo ponto, identificar-se com os devêres e as obrigações de um chefe de Estado. Mas nunca haverá nêle um sentimento espontaneo de mando, que é a massa com que se fazem os verdadeiros soberanos, uma tendencia nata para governar. Neste particular, Dom Pedro II será no trono, até o fim do Reinado um homem inteiramente deslocado.

Em 1840, como nos anos immediatamente subsequentes, criança ainda, nem o seu temperamento, nem a educação incompleta que recebera, nem as suas ambições, que eram modestas e limitadas, o impeliam para a posse completa e imediata de uma corôa que mais lhe pesava do que lhe aliviava os hombros. Arrancado, quasi, dos livros, e colocado, por assim dizer, de surpresa, na chefia do Estado, sua primeira impressão devêra ter sido de tédio.

Tédio desses homens que se moviam em volta de sua pessoa, numa agitação diaria, ansiosos por lhe descobrirem a vontade e ganhar-lhe assim a confiança; que o haviam tirado do convívio dos livros para enfronhá-lo nas lutas de partido, no jôgo das ambições, nas intrigalhadas da política, nos mexericos dos corredores parlamentares e nas tricas dos Gabinetes, coisas que lhe repugnariam até o fim da vida e de que só por dever de officio êle terá que se ocupar. E sua natureza, que não era nada expansiva, seu caráter suspeitoso, desconfiado de todos e de tudo, ainda mais se retrairá, num movimento natural de defesa.

No fundo, ninguém ainda o conhecia exatamente. Continuava a ser aquele menino calado, de olhar incerto e irrequieto, de gestos lentos, que ouvia muito e quasi não falava, paciente e obediente, mas no fundo, talvez, emperrado e em certas pequenas coisas mesmo voluntarioso. Não se abria completamente a ninguém, talvez nem mesmo ás irmãs. Nada provocava uma expansão maior do seu temperamento. Num ambiente exuberante e irrequieto como o nosso, indiscreto e falacioso, êle a todos desconcertava. “Ocupa-se a lêr as petições e os jornais — mandava dizer Daiser a Metternich — mas não comunica a quem quer que seja nem o seu pensamento sobre as primeiras, nem a sua opinião sobre o conteúdo dos ultimos. E’ geralmente muito reservado” (77). E Saint-Georges, ministro de França, completava: “E’

(77) Officio de 30 de novembro de 1840.

impossível conhecer-lhe o pensamento intimo, os terrores que lhe perseguiram a infancia, tendo feito da dissimulação um instinto da sua natureza, e dado ao seu olhar, que êle move em todos os sentidos, qualquer coisa de intranquilo, confirmado pelo seu acanhamento e a dificuldade de encontrar uma frase, uma simples palavra, tanto nos atos publicos como nos particulares, para responder ás pessoas que não são de sua intimidade” (78).

Um enigma, no fundo, que dispistava a todos sem se deixar descobrir por ninguem. Cada um que procurasse julgá-lo ou decifrá-lo por um dos raros aspéto accessíveis do seu temperamento: ninguem o compreendia ou possuia inteiramente. E em seu intimo, cada qual perguntava: o que sairá dali? Um rei déspota e sanguinario como Luiz XI? Um imbecil como Affonso VI? Um soberano pachorrento e maleavel, mas no fundo emperrado, como o avô João VI? Um estabanado como o pai?

O conde de Suzannet, que o conheceu por essa época, perdia-se em conjeturas, como tantos outros viajantes estrangeiros que dêle se aproximavam, para compreender-lhe as intenções ou definir-lhe o caráter. “Uma apresentação ao Imperador, dizia êle, não dá oportunidade para certificar-se se a sua impassibilidade, sua aparente simplicidade encobrem uma certa vivacidade de espirito. O Imperador não fala nunca, tem um olhar fixo e inexpressivo; cumprimenta e responde por um movimento de ca-

(78) Officio de 1 de julho de 1842.

beça ou um signal de mão, e a gente deixa com uma penivel impressão esse principe, que parece tão triste e tão infeliz” (79).

Não poucos interpretavam essa timidez como um sentimento de pura dissimulação, para furtar-se ao assédio de todos quantos procuravam conquistar-lhe a confiança ou penetrar-lhe os segredos mais intimos da alma.

“E’ impossivel acreditar que esse jovem principe, tão bem dotado, evidentemente, de talentos e capacidade, seja tão apático quanto dizem — escrevia Daiser para a sua côrte. Parece-me, ao contrario, que na sua idade tão jovem, êle se vê forçado a dissimular e ocultar suas opiniões, e que no intimo deve ser trabalhado por uma luta penosa, que o põe a todo o instante num estado violento, e deve inspirar-lhe desconfiança e desprezo por esse torvelinho que o assedia para amparar-se de seu espirito e desvirtuar os seus sentimentos” (80).

II

Esses primeiros anos do Reinado, ou, mais precisamente, de 1840 a 1847, isto é, desde a Maioridade até a data da criação da presidencia do Conselho, quando se começou, de fato, a ensaiar entre nós o regime parlamentar, formam o periodo de sua aprendizagem politica. Até então êle fôra intencionalmente afastado, por

(79) *Souvenirs de voyage.*

(80) Officio de 20 de junho de 1840.

seus mestres e dirigentes, de toda participação nos negocios do Estado, de todos os segredos da administração publica. Vivêra, pode-se dizer, quasi exclusivamente para os livros.

De 1840 em diante é que êle começa a tomar pé na maquina governamental do paiz, a enfronhar-se nas lutas dos partidos e nos labirintos da administração publica. Vai conhecer de perto os homens politicos em evidencia, aqueles que doravante serão os seus colaboradores diarios, os seus conselheiros, com os quais terá necessariamente que contar na administração do vasto Imperio, tanto mais difficil de governar quanto não passava então de uma vasta região de terra, quasi despovoada, com apenas 6 milhões de habitantes (escravos em grande parte) sem comunicações terrestres ou maritimas, sem cultura, com uma unidade precária, exposta a todo o momento a desagregar-se pelas revoluções e motins populares em que se debatia desde a Independencia.

Olinda, Paraná, os dois Andradas — Antonio Carlos e Martim Francisco — Abrantes, Sapucaí, Euzebio, Abaeté, Aureliano, Barbacena, José Clemente, os dois Cavalcanti (Albuquerque e Suassuna), Maranguape, Itaboraí, o segundo Caravelas, Macaé, São Leopoldo, Paula Souza, Caxias, Uruguai, o primeiro Paranaguá, Cairú, Monte Alegre, são os homens em evidencia desse período, que lhe frequentam o Paço, o cercam e o assistem nos conselhos da Corôa. Uns vêm de longe, são veteranos das Côrtes de Lisbôa, da Constituinte e do Primeiro Reinado; foram colaboradores de seu pai, como Olinda, como

Paranaguá, como Antonio Carlos, como São Leopoldo. Outros são de formação mais recente, appareceram ao tempo da Regencia, como Itaboraí, ministro em 31, como Paraná, ministro em 32, como Abaeté e o segundo Caravelas, ministros em 35.

No Senado vitalicio é que estavam os grandes nomes do regime, as sumidades politicas da época, homens de um passado cheio de serviços á nação e ao Imperio. Uns se encontravam já no ocaso da vida, eram mais uma tradição do Primeiro Reinado e da Regencia do que homens do presente, como Barbacena, o diplomata da Independencia, como o primeiro Paranaguá, presidente do Senado, como Feijó, o grande lutador, já velho e alquebrado, que morreria, aliás, dentro de poucos anos. Ao lado desses varões, havia os homens ainda no vigor da idade, cuja ação publica se prolongaria pelos anos mais proximos, como Abrantes, como Olinda, como Bernardo de Vasconcelos, como Sapucaí, que era ainda ha pouco professor do Imperador; como Paula Souza, Monte-Alegre, Baependí, Albuquerque, Suassuna.

Os homens da Camara eram de geração mais recente. Vinham quasi todos do tempo dos Regentes, dos consulados de Feijó e de Olinda. Eram Limpo de Abreu, Tosta, Paulino de Souza, Rodrigues Torres, Aureliano, Honorio Hérmeto, conhecidos então por seus apelidos de familia, mas que breve entrariam para a nobiliarquia imperial, com nomes que a Historia perpetuaria: Abaeté, Muritiba, Uruguai, Itaboraí, Sepetiba, Paraná.

Outra geração de estadistas, ou melhor, de futuros estadistas, alunos ainda das escolas do Recife e de São Paulo irá aparecer dentro em breve, no correr desses primeiros anos do Reinado. O Imperador os verá desabrochar nos bancos da Camara, mandados por suas Provinces, bisonhos, ainda, timidos, no meio de tantas sumidades, mas confiantes no papel que o destino lhes reservará. Grande parte estará destinada a acompanhar o Monarca até quasi o fim do Imperio, atravessará na brécha os cincoenta anos do Segundo Reinado, como Sales Torres-Homem, futuro visconde de Inhomirim, o celebre Timandro do *Libelo do Povo*; como Cansação de Sinimbú, que sobreviverá ao Imperio e ao Monarca: ambos aparecerão pela primeira vez na legislatura de 1842. Nabuco, o velho, Ferraz, futuro barão de Uruguaiana e Wanderley, futuro barão de Cotegipe, virão juntos de suas Provincias para a sessão de 1843. Na Legislatura de 48 surgirá um grupo de moços de talento, cujos nomes não sairão mais do cartaz politico: Furtado, o futuro chefe liberal todo poderoso de 1864; Saldanha Marinho, o grande polemista e republicano, o famoso Ganganelli da questão com os Bispos; Paranhos, futuro visconde do Rio-Branco, a quem estará reservado o mais longo e fecundo governo da Monarquia; Pedreira, futuro visconde do Bom-Retiro, o companheiro de meninice do Imperador, e que ficará um de seus raros, rarissimos amigos e confidentes; Carvalho Moreira, futuro barão de Penedo, que desgarrará para o exterior e será o grande diplomata do Imperio. Outros os seguirão de perto,

como Zacarias, que fará sua estréia em 1850; como Paranaguá, o segundo, e Saraiva, que sobreviverão ambos ao Imperio, e apparecerão na Camara de 53.

E serão os ultimos a chegar. Com exceção de uns poucos retardatarios, como Ouro-Preto, deputado, pela primeira vez, em 64, ou da geração que só apparecerá nas fileiras parlamentares no fim do Reinado, e será, por isso, de homens de outra época, pode-se dizer que com o apparecimento de Saraiva e Paranaguá na Camara temporaria de 53, irá fechar-se o ciclo dos homens de Estado que encherão, com os seus nomes, os fastos da Monarquia brasileira. Nesse ano estarão todos a postos. A guarnição da náó ficará quasi que completa, e o grande piloto, que era então um rapazola, poderá conduzi-la, de então para diante, pela larga rota que os levará até quasi o fim do seculo.

III

Mas até lá muita agua terá que correr sob a ponte. Por enquanto, isto é, nesses primeiros anos do Reinado, o Brasil iniciava apenas os passos, começava a experimentar verdadeiramente o regime constitucional representativo, e isso não se fazia sem a provação de toda a sorte de difficuldades e de contratemos.

Estava-se em plena época de confusão, tão comum aliás na historia dos povos jovens, confusão não só de idéias e de principios, mas tambem de homens, de partidos, de tendencias. Somente agora, com o Imperador no

trono, é que se irão identificar progressivamente os dois partidos constitucionais, demarcar-lhes as fronteiras, e definir, para cada um, os campos de suas respectivas atividades.

Até então tudo se apresentara instavel; não houvera uma tendencia certa, que indicasse o rumo da evolução politica a seguir. Vivera-se, por assim dizer, ás apalpadelas, num terreno desconhecido, cheio de surpresas e de contratempos. A Constituição do Imperio fôra apenas ensaiada, o regime representativo não passara, a bem dizer, de uma ficção e o sistema parlamentar uma aspiração.

Durante os dez primeiros anos após a Maioridade será esse regime de incertezas que prevalecerá. A agitação politica não socegará, e o ambiente parlamentar viverá numa constante ebulição. Os Ministerios sofrerão, naturalmente, desse estado de coisas. Gabinetes se sucederão a Gabinetes, impossibilitados, quasi, de governar. De 1840 até a Conciliação, quer dizer, no espaço de 13 anos, onze Gabinetes se sucederão no governo. A instabilidade do poder ficará patente. Por um momento, em maio de 48, Paula Souza pensará ter conseguido, afinal, um Ministerio estavel. Mas logo reconhecerá, êle tambem, a impossibilidade de tentar a realisação de qualquer programa de governo. Terá que retirar-se, como os demais. Passará o poder ao Conselheiro Souza Franco, que tambem pouco durará no governo. Quatro meses depois terá que retirar-se. Será este o quinto Ministerio, "que em menos de trez anos se via impossibili-

tado de continuar pela inconstancia da maioria, dividida em grupos de interesses contrarios". O mal só tenderá a agravar-se, e tudo isso irá preparando o ambiente de onde nascerá a Conciliação.

Ao lado da instabilidade politica, a reacção revolucionaria. Revoluções sobre revoluções, que serão, felizmente, as ultimas da Monarquia. A revolta dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, que vinha da Regencia, só em 45 terá o seu desfecho, com a pacificação da Provincia e a volta dos Gaúchos á comunhão politica do Imperio. Em 42 explodem, sucessivamente, as revoluções de Minas e de São Paulo, obra dos liberaes em opposição ao Ministerio conservador de março de 41; sob o pretexto de impedirem a execução das leis que instituíram o Conselho de Estado e o código de processo criminal, recorrem elles aos *meios extremos*, esse eufemismo de revolução no Brasil. Finalmente, em 48, será a vez de Pernambuco, com a revolução Praieira. Mas esta será, felizmente, a ultima guerra civil do Reinado; marcará o limite final do periodo de turbulencias.

Sob um certo ponto de vista, essas revoluções não refletiam senão as incertezas desses primeiros anos do Reinado. Expressiam as duas tendencias da politica brasileira em formação, que desde 1831 vinham agitando o espirito dos nossos homens, e que só mais tarde, depois da Conciliação, é que ficarão claramente definidas: a tendência conservadora, de carácter francamente monarchico, reacionaria por sua propria natureza, deante da agitação revolucionaria de seus adversarios, e a tendên-

cia liberal, por enquanto ainda extremada, de fundo declaradamente republicano, mas que se irá pouco a pouco atenuando, até adaptar-se aos verdadeiros moldes do Imperio liberal.

IV

A ascensão antecipada do jovem Monarca aos conselhos da Corôa, o fato, apenas, do governo da nação ter sido entregue ás suas mãos indecisas e ainda inexperientes não bastava, nem podia bastar, por si só, para acalmar de uma vez os espiritos e pacificar definitivamente o paiz. O jovem Imperador se verá ainda, durante cerca de dez anos, cercado por esse ambiente de intranquilidade, de intrigalhadas, de sustos diarios; e o seu caráter, em plena formação, reservado e suspeito por natureza, se ressentirá desse estado de coisas, se recolherá ainda mais em seus sentimentos intimos, num gesto natural de defesa contra o que existia, sobretudo, nessas revoluções e lutas de partido, de ambições insatisfeitas e de desejo de mando sobre a sua mocidade inexperiencede.

Era preciso que esse menino tivesse, realmente, uma boa índole, para não se deixar, de qualquer forma, amoldar aos máos exemplos que o cercavam. “A sua *entourage* atual, dizia o conde Giorgi, ministro da Austria ao principe de Metternich, é tão ruim e maliciosa (*si mauvaise et si mal pensante*), que longe de contribuir para o seu desenvolvimento fisico e intelectual, só faz entravá-

lo. Para corromper o coração desse jovem Soberano, serve-se constantemente de lisonjas as mais exageradas e as mais ignobeis, que depassam tudo que se viu nesse genero nas côrtes orientais e no Baixo Imperio. Como prova da verdade, tomo a liberdade de enviar a Vossa Alteza o incluso discurso que o Sr. Porto-Alegre, diretor do Instituto Geografico do Rio de Janeiro, prônciou recentemente em presença do Imperador, e no qual não teve escrupulo em colocar Dom Pedro I acima de Carlos Quinto" (81). E' noutro officio acrescentava: "Seria de desejar, no interesse deste Imperio, que S. M. o Imperador fôsse cercado de alguns homens ao mesmo tempo devotados e esclarecidos. Infelizmente não é o caso, e esse jovem principe se encontra presentemente mais do que nunca isolado. Ele se verá mais cêdo do que se esperava na situação de constatar todas as consequencias funestas de uma maioridade precipitada. A propria imprensa, que sempre o respeitou durante a sua minoridade, acaba de se voltar contra êle, fazendo de sua conduta publica e privada o objéto da critica mais amarga" (82). O Sr. Magalhães de Azeredo dirá, com razão, que não lhe faltaram, nessa fase turva da nossa historia, elementos e perspectivas para a formação de um despota intrigante e violento, de um principe conspirador, oligarquista e demagôgo(83).

(81) Officio de 31 de maio de 1843.

(82) Officio de 19 de outubro de 1843.

(83) *Dom Pedro II.*

Era graças, sobretudo, ao seu excepcional bom senso, precocemente revelado, bem maior nesse menino de quinze anos do que em muitos velhos estadistas que o cercavam, que êle podia conservar-se alheio a todas essas intrigas e baixas competições, distanciado das fações e da politicagem, isolado, em sua verdadeira posição de rei constitucional. “E’ bom menino, tem patriotismo, e pode-se fazer delle alguma coisa” dizia Martim Francisco, Ministro da Fazenda, depois de seu primeiro contato com o Imperador.

“Esse jovem principe, escrevia Daiser, pouco depois, a Metternich, conduz-se com infinito tato e circunspecção. Assiste duas vezes por semana ao conselho dos Ministros, onde toma conhecimento dos negocios, dos quais não se occupa, entretanto, senão como de um estudo preparatorio, á exceção dos que dizem respeito a algumas nomeações e concessões de favores, sobretudo no interior do Palacio” (84). Note-se a revelação precoce de certos aspectos de seu feitio — fiscalisação nas nomeações, nas concessões de favôres e no governo interior do Paço. Esse cuidado, essa politica constante nessas coisas só tenderá a acentuar-se para o futuro.

V

Fixemo-lo, um momento, para melhor observá-lo, em sua vida quotidiana no Paço, nesses primeiros anos de

(84) Officio de 20 de novembro de 1840.

Reinado. E' Daiser, ainda, quem nos dá a resenha exata :

“Levanta-se entre 5 e 6 horas. Depois de fazer a *toilette* e as devoções (que pratica religiosamente), passa a lêr as petições e os jornais. Das 9 ás 2 horas occupa-se de diversas lições de historia geral, de direito publico, de traduções de Virgilio, de grego, etc., tudo isso intercalado por algumas recepções e conselhos dos Ministros. Ás 2 horas janta no seu salão com as Princezas, e depois do jantar faz quasi sempre passeios a pé ou em carro, e mais frequentemente a cavallo, acompanhado das Princezas. Á noite ha sempre algumas recepções; em seguida conversa-se até a hora da ceia, que êle toma com as Princezas em seus apartamentos.

“Nas quintas feiras o Imperador vem á cidade, para assistir ao espetaculo em portuguez no grande teatro. Nos sabados vai ás 7 e meia da manhã, com as Princezas, á igreja da Gloria obedecendo ao uso adotado pelo falecido imperador Dom Pedro I e a imperatriz Leopoldina, de gloriosa memoria. Depois de assistir ali á missa, dirige-se directamente para o Paço da Cidade, afim de assistir ao Conselho de Ministros, dar audiencias, visitar a biblioteca imperial e outros estabelecimentos publicos, e á noite vai com as Princezas ao teatro francez ultimamente fundado aqui, depois do que recolhe-se a São Cristóvão.

“Além dos dias de gala, o Imperador recebe o Corpo diplomatico todas as primeiras sextas feiras de cada mez, ás 7 horas da noite, no palacio de São Cristóvão. As Princezas não aparecem nessas audiencias, que são, de resto, muito breves. Elas só recebem as Senhoras, e nos seus apartamentos” (85).

(85) Officio de 20 de novembro de 1840.

Essas recepções diplomaticas começam já a ser, desde então, uma das obrigações de seu cargo que mais o aborreciam. Os representantes estrangeiros que êle acolhia nessas ocasiões, com exceção de um ou outro, que se fizeram mais chegados ao Imperador, são unanimes em focalisar o ar de enfado, de summa obrigação com que êle lhes apparecia nessas audiencias, e se dignava apenas saudá-los.

Saint-Georges, ministro de França, é distinguido, numa dessas ocasiões, com uma frase, uma simples frase, banal e sem significação, uma simples cortezia que o Imperador lhe dispensa; e o diplomata logo se apressa em comunicar o fato ao seu governo, de tal modo o surpreende a *loquacidade* do pequeno Monarca, acostumado que que se estava “aos seus habitos de taciturnidade e absoluto silencio” (86). *Taciturnidade* — a expressão é usual entre esses diplomatas, quando se referem ao Imperador.

Langsdorff, que representava no Rio a sua familia de Viena, ainda é menos feliz do que o seu colega francez: “A’ noite, diz êle, houve recepção no palacio de São ‘Christóvão. Sua Majestade não modificou, a meu favor, o costume que adotou, de não conversar com os membros do Corpo diplomatico. Não falou senão com dois ou tres de seus camaristas, e assim mesmo muito pouco. Em geral nota-se com certa inquietação esse costume de reserva e quasi taciturnidade” (87).

(86) Officio de 12 de agosto de 1842.

(87) Officio de 10 de dezembro de 1842.

Os diplomatas foram sempre tidos como gente demasiado curiosa, bisbilhoteira e imprudentemente mexedora. E a sua tradicional discreção não passa, afinal, de um recurso puramente oportunista, adaptado unicamente ás ocasiões que lhes convêm. Do contrario, não ha linguas peores. Ora, o Imperador, sobretudo nessa época, era aquella natureza desconfiada e extremamente reservada que se conhece. Tinha verdadeiro horror á indiscreção. Não estará, talvez, nesse antagonismo de feitios a sua quasi repugnancia pelos diplomatas estrangeiros, que viviam á sombra do Paço, espreitando-lhe os atos, pesando-lhe as palavras, criticando-lhe as ações ou esmiuçando-lhe o viver?

Veja-se o que se passou com esse pobre barão Daiser. Durante cerca de 13 anos foi o representante da Austria no Rio. Mais do que isso: foi o intérprete, o agente de confiança e confidente do velho Imperador Francisco I da Austria junto ao neto, o pequeno monarca brasileiro. Daiser foi no Rio como que uma sentinela da politica da casa d'Austria junto a esse jovem principe Habsburgo, orfão na primeira infancia, que o destino fizera nascer nas terras do Novo Mundo, e cuja corôa esteve tantas vezes ameaçada pelas investidas do espirito demagogico americano.

Durante cerca de 13 anos o Imperador acostumou-se vê-lo em São Christóvão, sempre atencioso, sempre solícito, cortezão á moda antiga, curvado em reverencias. Pode-se dizer que Daiser foi-lhe uma figura familiar desde a primeira infancia. De fato, quando êle aportou

no Rio o Imperador era ainda uma criança de dois anos apenas de idade. E desde então nunca mais o perdera de vistas; não houvera recepção, cortejo ou sarão em que não estivesse presente, cortez e genuflexo, o diplomata austriaco.

Pois bem. Chega o dia em que Daiser é chamado pelo seu Governo, e deixa definitivamente o Brasil. O Imperador lhe concede a audiencia de despedida. Será a ultima em que os dois se avistarão. Após 13 anos de uma convivencia quasi diaria, chegou o momento da separação final. O Imperador sabe que nunca mais reverá o velho diplomata da terra de seus avós. Como procede êle? Que expansões dá ao seu temperamento, num momento como aquele?

Simplemente desconcertante. Di-lo-á o secretario da Legação austriaca, que acompanhará Daiser a Palacio: "Tendo acompanhado o meu chefe, fui testemunha do acolhimento glacial que o Soberano lhe fez; limitou-se a desejar-lhe uma bôa viagem, e não se dignou de dirigir-lhe uma só palavra amavel, nem de lhe dar um testemunho qualquer de interesse, ao qual entretanto tinha direito pelas atenções assiduas e desinteressadas, dispensadas á familia imperial do Brasil durante os treze anos de residencia neste paiz" (88).

(88) Officio de conde Giorgi a Metternich, de 27 de maio de 1843.

VI

Pouco a pouco êle vai procurando adaptar-se ás funções majestaticas, enfronhando-se nos escaninhos da administração publica, nas malhas da politica e nos segredos da arte de governar. Vai tambem conhecendo melhor os homens que o cercam, sem, contudo, ainda comprehendê-los de todo. "O Imperador vai bem, escrevia Daiser a Metternich. Ocupa-se muito da parte de governo que lhe toca. Vai quasi diariamente á cidade, a cavallo, para visitar os diferentes ramos da administração, que inspeciona com bastante minucia". E acrescenta: "Sua Majestade tem crescido muito, e apresenta antes o aspecto de um rapaz de 18 anos do que um adolescente que ainda não completou os seus 15 anos" (89).

Esse officio é de agosto de 1840, um mez depois da Maioridade. No mez seguinte o Austriaco volta a dizer, talvez com uma ponta de exagero: "Esse jovem Soberano desenvolve-se de dia para dia de uma maneira mais que satisfatória, e direi mesmo espantosa, tanto no fisico como no moral. Ele cresceu, nestes dois mezes, sem exageração, pelo menos duas polegadas, e tem todo o aspecto de um rapaz de 18 anos do nosso hemisferio".

Raquitico, que fôra, nos primeiros anos, a ponto de preocupar os que lhe velavam a saúde, seu crescimento acentúa-se de ano para ano. A raça dos Bragança, de homens altos, vencia aí o porte pequeno e atarracado

(89) Officio de 12 de agosto de 1840.

dos Habsburgos. Contudo, sua apparencia é antes má. Tem um ar doentio. Uma gordura precoce, que faz lembrar o avô Dom João (90), dá-lhe o aspéto envelhecido e cansado, acentuado ainda mais pela nenhuma vivacidade do temperamento. O conde de Suzannet nõtá-lhe a “saúde delicada e a apparencia doentia”, o que attribue á falta de exercicio fisico, reduzido este apenas a um pouco de equitação. Tem uma timidez constrangedora, o que lhe dá uma certa dũreza de modos que a todos compunge. “A gravidade desse rapaz não inspira respeito — acrescenta Suzannet — mas um sentimento de quasi compaixão”. Como tantos outros viajantes estrangeiros que o conheceram nesse periodo da vida, tambem Suzannet se deixa perder em conjecturas para tentar um julgamento exáto dessa natureza desconcertante e enigmatica — “fica-se reduzido a conjecturar sobre o caráter de Dom Pedro II”, diz êle. E ainda como tantos outros, acaba por concluir por um julgamento falso: “O Imperador, mesmo com as suas bõas intenções, não estará nunca á altura de uma tarefa que necessita uma intelligẽcia poderosa e uma vontade firme” (91). Saint-Georges, ministro de França, observa: “Quanto ao fisico, está muito atrasado. De um temperamento linfa-

(90) “Chama a atenção a semelhança fisica que existe entre o imperador do Brasil e o seu avô Dom João VI. Parece aliás que se poderia assinalar entre os dois Soberanos mais de um traço de analogia, e que no neto, como no avô, a teimosia se uniria á indolencia e á fraqueza”, escreve o conde de Suzannet em 1846 (*Souvenirs de voyage*).

(91) Of. cit.

tico, não tem nenhum gôsto pela equitação, as viagens e os exercicios corporais, que são geralmente uma necessidade nesse periodo da existencia” (92).

VII

Aos exercicios fisicos, prefere os estudos. Troca a vida ao ar livre, no grande parque da Bôa-Vista, pelo convivio silencioso, nas salas do Palacio, dos livros e revistas de sua predileção. Elevado ao poder, não dispensa as lições dos mestres. A quem quer que o possa ensinar, no correr de uma conversa ou de uma audiencia, êle escuta. Tem a sêde de saber. Indiferente a tanta coisa que o cerca, á pompa da realeza, por exemplo, á cortezania dos aulicos, mostra-se curioso e indagador quando lhe apresentam um livro ou sugerem uma questão de ordem literaria ou scientifica. Todos os contemporaneos são unanimes em testemunhar esse desejo seu de aprender, esse apêgq aos livros, essa dedicação aos estudos. Saint-Georges nos fala de sua “precoceidade de intelligência para os estudos”.

“Continúa a tomar lições — escreve Daiser para Viena, em março de 41, salientando o inconveniente de o deixarem eufronhar-se demasiado nos estudos das letras, em detrimento de uma educação de natureza mais positiva e mais prática — ocupam-no demais com literatura, e pouco com as ciencias que deviam formar o fundamento principal dos conhecimentos de um jovem prin-

(92) Officio a Guizot, de 1 de julho de 42.

cipe, destinado a governar um dia. Felizmente êle tem ainda tempo para preencher essa lacuna, o que, com o seu amôr ao estudo, não deixará de fazer assim se encontre sob melhores influencias e animado por bons exemplos”.

Em outubro do mesmo ano volta ao assunto: “Esse jovem principe é sobretudo valente no trabalho e nos estudos, que continúa sempre com o maior successo”. E’ com efeito a sua verdadeira propensão. Laconico por natureza e reservado por indole, de uma discreção que chegava a ser quasi doentia, tornava-se expansivo, loquaz, quasi exuberante, quando falava em ciencias, em artes e, sobretudo, em literatura.

Panitz, um alemão que trabalhava na Biblioteca Publica da Côrte, homem erudito, a quem permitiam que procurasse de vez em quando o Imperador, nos refere, *maravilhado* — a expressão é sua — uma conversa que teve com esse Monarca de 16 anos, quando o ouviu discurrir, por mais de uma hora, unicamente sobre literatura alemã. Confrontando — conta Panitz — o *Regulus* de Collin com a *Virgem de Orléans*, ressaltou o caráter não histórico e o romanticismo inutil desta ultima tragedia, citando alguns trechos da primeira. Chamou as comedias de Weisenthurn *uma massada*, e louvou o *Sitio de Praga*, de Carolina de Pichler. Disse, que salvo o *Juramento*, nada mais entendia de Gardner, e que o mesmo acontecia com o *Messias* e as *Odes de Klopstock*; a que Panitz observou, não sem proposito, que muitos Alemães não seriam mais felizes do que o Imperador.

Taxou depois de desinteressante o *Dom Sylvio de Rosalia*, de Wieland, e de inconveniente o *Novo Amadis*. Panitz confessa em seguida o embaraço em que o poz o Imperador, quando lhe pediu a tradução de uma duzia de palavras “intraduziveis” (*unübersetzbarer*).

O Imperador a Panitz: — Como se deve trãduzir, por exemplo, a palavra *Aufklärung*, iluminação intelectual, progresso intelectual ou luz intelectual? *Lumières? civilisation?* Na lingua portugueza não existe a palavra correspondente? (93).

VIII

Quatro mezes após a declaração da Maioridade, Daiser mandava dizer para Metternich:

“ A declaração da Maioridade do Imperador foi recebida, em todo o Imperio, com o maior entusiasmo. De todas as Provincias vieram e continuam a vir deputações das autoridades civis e militares, das municipalidades e de todas as especies de corporações, para apresentarem a Sua Majestade as homenagens de seu respeito e a expressão de sua viva satisfação por esse importante acontecimento. Não se passa um dia que o Imperador não tenha que receber diversas delas, ás quais responde sempre com algumas palavras amaveis.

“Felizmente que apesar da declaração da Maioridade, a pessoa do Imperador não é ainda visada: o grande bom senso da nação reconhece perfeitamente bem que

(93) Carta de 20 de outubro de 1841 ao barão Daiser.

essa Maioridade não é no fundo senão uma ficção, e que nada do que se faz de importante nestes primeiros tempos do seu Reinado lhe pode ser directamente attribuido" (94).

De certo que êle não governa ainda, e o poder pertence mais aos politicos que o cercam, áqueles que o fizeram maior, do que a êle proprio. Menino ainda, com apenas 15 anos de idade, e conservado, como fôra, até agora, deliberadamente afastado das tentações do poder, sua natureza esquiva e desinteressada se retrae, deixando que o mando fique inteiramente ou quasi inteiramente nas mãos dos homens de Estado.

Cêdo, porém, mais cêdo talvez do que se esperava, o seu caráter teimoso e mansamente absorvente prevalecerá sobre esse desinteresse dos primeiros anos, e mais por falta de confiança em todos que o cercam, do que por ambição de mando, êle tomará a si a direção geral do governo da nação. Mas por enquanto é docil, maleavel, submisso, de uma timidez silenciosa e indolente, e se deixa, deliberadamente ou não (durante muito tempo continuará um enigma), manobrar por aqueles que o privam mais de perto (95).

Daiser nos dá conta da inquietação que se manifestava em certas rodas da Côrte, sobretudo da campanha

(94) Officio de Daiser, de 20 de novembro de 1840.

(95) Tudo se passa como dantes, e o Imperador não saiu de uma tutela senão para cair noutra. Asseguram-me mesmo que Sua Majestade teria dito que em vez de um tutor tinha agora diversos" (Daiser a Metternich, officio de 11 de janeiro de 1841).

de alguns jornaes “contra varias pessoas do Paço, accusadas de conservar o Imperador num estado de coação e quasi cativoiro” (96).

Dois homens, nesses primeiros sete anos do Reinado, conseguem, de fato, ter sobre êle uma ascendencia marcada. E se não o mantêm em cativoiro, como exageravam os jornaes oposicionistas, conservavam-no, em todo o caso, numa especie de isolamento, longe de todos quantos, direta ou indiretamente, procuravam ganhar-lhe a confiança para melhor dominá-lo ou manobrá-lo: Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, futuro visconde de Sepetiba, e Paulo Barbosa da Silva.

IX

Filho de um antigo official do Exército, official êle proprio, Paulo Barbosa nascera em Minas Gerais. Vieram muito jovem para o Rio, ainda tenente de cavalaria. Metera-se então, com um grupo de camaradas republicanos, a redigir um jornal de tendencias avançadas, *A Verdade*, onde se maltratava impiedosamente o primeiro Imperador e os homens que o rodeavam.

Depressa, porém, compreendeu Paulo Barbosa, cuja ambição de subir e de tornar-se *alguem* começava já a empolgar-lhe o espirito, que o ataque sistematico aos homens que detinham o poder não era certamente o melhor meio de se ir para diante. Chegou-se, portanto, aos poderosos, e obteve ser mandado á Europa, com outros

(96) Officio de fevereiro de 1842.

oficiais, aperfeiçoar-se nos estudos de artilharia. Andou por Paris, por Viena, e voltou para o Brasil pouco antes do 7 de abril.

Datavam de então suas relações com Aureliano Coutinho. Meteu-se com este no movimento que provocou a abdição de Dom Pedro I. Vitorioso nessa primeira empreitada politica obteve, logo depois, certamente por influencia de Aureliano, ser nomeado para o cargo de Mordomo da Casa Imperial, o que lhe dava entrada franca no Paço e acesso junto ao menino Imperador. A destituição de José Bonifacio, pouco depois, e subsequente nomeação de Itanhaém, seu amigo e homem de confiança, para Tutor do jovem Monarca, abriram-lhe largamente as portas do futuro.

Paulo Barbosa tinha então cerca de 40 anos. "Fino de espirito, mas não de corpo, dizia o Encarregado de Negocios de França, vingativo e vaidoso". Ambicioso, em todo o caso, êle o era, embora sob uma apparencia de modestia e desprendimento.

Insinuando-se manhosamente através dos reposteiros, conseguiu conquistar a confiança das principais pessoas que, com êle, cercavam e assistiam diariamente no Paço ao pequeno Imperador, e delas se fez amigo e confidente: o Tutor, marquez de Itanhaém; frei Pedro, o preceptor do Monarca; o medico Dr. Jobim; e a Camareira-mór, Dona Mariana de Verna, condessa de Belmonte.

Cercado e coadjuvado por tais elementos, não foi difficil a Paulo Barbosa criar no Paço uma situação de

incontestavel prestigio. A unica pessoa que teria podido dificultar-lhe, até certo ponto, os passos, e que apenas o tolerava, fôra a condessa de Itapagipe, Dona Romana de Aragão Calmon. Mas êle soube desde logo anular-lhe a influencia, servindo-se para isso de Dona Mariana de Verna, que era, no Paço, a grande rival de Dona Romana. E com tanto maior facilidade quanto esta havia perdido ali o principal apoio, com a destituição de José Bonifacio, seu amigo e protetor, e o atual Tutor, Itanhaém, era *um homem fraco e sem meios*, como dirá Saint-Georges, e se deixava, de resto, levar inteiramente pelas manhas do ambicioso Mordomo.

Que especie de sentimentos ligavam Paulo Barbosa ao Imperador? Apurar a natureza dos sentimentos do Imperador é sempre uma tarefa difficil, sobretudo nesse primeiro periodo de sua mocidade, quando êle se mostrava, sob este aspéto, inteiramente impenetravel. Contudo, sempre se pode dizer que uma certa estima o unia ao Mordomo. O Imperador não lhe tinha certamente amizade. Mas estimava-o; uma simples estima, pouco mais do que uma simpatia. Apreciava as maneiras melifluas do Mordomo, seu espirito cordato e sem arestas, facilmente adaptavel a todas as situações. Para o Imperador era um servçal obediente e respeitador, atento ás suas ordens, pronto sempre a descobrir-lhe as intenções. Era, sobretudo, um homem comodo. E, além do mais, como Mordomo, um excelente funcionario.

Paulo Barbosa não teve certamente junto ao Imperador rapaz a ascendencia preponderante que já se di-

zia no seu tempo, e repetiu-se depois até os nossos dias. Foi uma lenda espalhada sobretudo pelos seus desafetos ou invejosos, que os havia, e muitos, mormente na gente do grupo dos Andradas, que se viram sempre combatidos pela vontade velada porém firme e tenaz do Mordomo.

A influencia de Paulo Barbosa talvez tenha sido maior no Paço, isto é, nas antesalas do trono do que propriamente junto ao Imperador. No Paço os principais personagens eram criaturas suas, e o Imperador lhe dava ali inteira liberdade, prestigiando-lhe os atos e as atitudes. “Tomou conta do Paço”, diz um diplomata francez dessa época, o conde Ney, que o chama de “homem bastante importante”, para logo perguntar: “Está êle certo do apoio do Imperador? E’ o que parece, embora digam no Paço, onde êle tem muitos inimigos, que o Imperador não gosta dele” (98).

O Imperador não gosta dêle? *O Imperador não gosta de ninguem!*, exclamava o proprio Paulo Barbosa, quando sentia, apesar de todas as suas manhas, não poder dominar inteiramente a natureza inacessivel do pequeno Monarca (99).

Ô diplomata francez talvez estivesse com a razão: no fundo tanto o Imperador como Paulo Barbosa se receavam mutuamente. “Sua Majestade não pode, com razão ou não, dispensar seu Mordomo; este age com prudencia, evita o que poderia provocar uma ruptura; e, ou por persuasão, por intimidação e por outro qualquer

(98) Officio de 4 de abril de 1844.

(99) Officio do conde Ney, de 26 de maio de 1844.

meio, êle consegue, dizem, fazer com que o Imperador o satisfaça sempre em seus pedidos... E' um homem cujo poder está em plena evolução... Os Ministros não tomam nenhuma providencia sem o consultarem, e sua importancia está de tal modo acreditada, que se costuma perguntar, graccjando, quem é que governa, se P. I. ou se P. II" (99-a).

X

Aureliano Coutinho era homem bem diferente de Paulo Barbosa. Outra cultura, outra mentalidade, outro caráter. Sobretudo outro caráter. Era, antes de tudo, um politico. Aparecera no cenario do Imperio deputado por Minas Gerais, na sessão de 1830. Logo se impuzera por sua intelligencia, por suas boas maneiras, por seu bem falar. Assim, no ano seguinte, era despachado presidente de São Paulo. Fôra depois, sucessivamente, ministro do Imperio, de Estrangeiros e da Justiça. Ocupava essa ultima pasta no Gabinete que destituiria José Bonifacio da Tutoria imperial.

E' sabido aliás o papel preponderante que desempenhou nessa conjuração de palacio (100).

Datava dessa época sua entrada na intimidade do Paço. Desde então se unira á especie de *côterie* que ali se vinha formando, e disputava a confiança do Monarca.

Ligado a Paulo Barbosa e ao seu grupo palaciano, formando com êles o que no tempo se chamava a *cama-*

(99.^a) Paulo I ou Pedro II. Oficio cit.

(100) Vide pag. 84.

rilha ou a *fação aulica* (101), não foi difficil a Aureliano insinuar-se na intimidade do menino Imperador. Seus predicados pessoais fizeram o resto.

Aureliano era tido como um dos homens mais maneirados do seu tempo. Inteligente e bem falante, jogando com uma cultura variada, de um mundanismo insinuante e acolhedor, elle tinha, de facto, todos os predicados para vencer. A elasticidade de seu espirito, aliada a um temperamento cordial e optimista, o predispunha e acomodava ás mais dificeis situações. Era desses homens que a gente acolhe com prazer, com uma simpatia sadia e bem disposta.

Com tais predicados, e as entradas faceis que tinha no Paço, não lhe foi difficil fascinar o jovem Imperador. *Encantou o mancebo*, diz Oliveira Lima, que acrescenta: "O feitio de Aureliano era um refrigerio, ao lado da presunção dos Andradas, das excentricidades de Holanda Cavalcanti, da senilidade de Paranaguá, da secura beata de Itanhaém, da soberba de Paraná, do temperamento arisco de Abaeté" (102).

Sua influencia no Paço foi, de facto, preponderante. "Tem relações muito intimas no Paço — mandava dizer o barão Daiser para a sua côrte, e tanto o Imperador como as Princezas lhe querem bem; em todo o caso, estão habituados com a sua presença" (103).

(101) Ou grupo da Joana, por causa do rio da Joana, que corria na chacara da casa de Paulo Barbosa, onde este reunia os amigos.

(102) *O Imperio brasileiro*.

(103) Officio de 12 de agosto de 1840.

Não é facil ainda hoje definir o papel exato que Aureliano desempenhou junto ao Monarca, nesses primeiros anos do Reinado. Os testemunhos da época em geral não merecem fé: os que lhe são simpaticos procuram naturalmente elevá-lo; e os que lhe são contrários procuram rebaixá-lo. Joaquim Nabuco diz que a influencia pessoal de Aureliano, nesse periodo, constitue o que êle chama um dos enigmas da nossa historia constitucional.

Que êle formou, ao lado de Paulo Barbosa, á frente da chamada *facção aulica*, é fato incontestado (104). Tão pouco resta duvida em que desfrutou, junto ao Imperador rapaz, uma ascendencia, um prestigio, como nenhum outro politico ou personagem do tempo conseguiu igual. Estava longe, porém, de ser o válido que se dizia do Imperador. Nem o carater de Aureliano, aliás, se acomodaria com uma tal situação, de méra figura palaciana. Sua propria personalidade repugnaria aceitar semelhante papel. “O Sr. Aureliano — dizia Saint-Georges, — que desfruta, como ninguem, a amisade do jovem Monarca, é um magistrado integro, administrador de mérito, animado das melhores intenções” (105). Joaquim Nabuco nos fala de suas qualidades e dotes politicos “que raramente se encontram juntos” — como ad-

(104) “O Sr. Ferraz: — A que grupo pertence o Sr. Aureliano, cuja posição era e é sempre excelente? O Sr. Sebastião do Rego: — Não sei. Uma voz: — Ao do Paço”. — Sessão de 24 de maio de 43. Citado por J. Nabuco.

(105) Officio de 1 de julho de 1842.

ministrador, como diplomata, como homem de ação, como observador (106).

O proprio Imperador, aliás, o defenderia mais tarde da acusação de aulicismo, afirmando, de uma maneira geral: *Nunca tive favoritos. E sobre Aureliano: Davame com Aureliano, e estimava-o por suas qualidades* (107). Não tinha favoritos. De fato nunca os tivera, não os tinha eutão, nem os terá jamais. Nem Aureliano, nem Paulo Barbosa, nessa época, nem nenhum dos poucos homens que mais tarde desfrutariam um pouco de sua intimidade poderá jactar-se de ter sido objeto de favoritismo seu. Nenhum deles, aliás, alegará semelhante favor. “Num ponto, dirá Joaquim Nabuco referindo-se ao Imperador, sente agudamente e a sua susceptibilidade é grande: não deve ser suspeitado de ter válidos. Depois que termina o seu noviciado, e dispensa os conselhos de Aureliano, e o reduz a um politico tão dependente, tão ignorante dos altos misterios, como os outros, não quer ao seu lado e nos seus conselhos individualidades culminantes, governando com o seu prestigio e á sua sombra, como se tivesse poder proprio sobre a nação” (108).

Conselheiro — eis certamente o papel exato de Aureliano ao lado do Imperador, nesses anos que se seguiram á Maioridade. Conselheiro e ao mesmo tempo professor politico, uma especie de guia, de mentor, na direção geral do paiz, que lhe abria o espirito para as coisas do governo e da administração, que lhe dirigia, até

(106) *Um estadista do Imperio.*

(107) Nota a Tito Franco, *O conselheiro F. J. Furtado.*

(108) *Op. cit.*

certo ponto, os passos, sem chegar, contudo, a substituí-lo no governo de fato da nação. Estava, portanto, longe de ser tido por um válido. que o manejasse *por traz do reposteiro*, como quer Oliveira Lima, que para isso o equipara a Lord Bute, na Inglaterra, ao tempo de Jorge III.

XI

O grande serviço que se deve a Aureliano, ou mais precisamente, ao seu professorado, foi justamente o de ter iniciado o jovem Monarca no verdadeiro sentimento de rei constitucional; de o ter colocado, tanto quanto era possível nas contingências imprecisas dessa época primária de nossa organização política, êle, Imperador, e os homens de Governo, no papel exato de cada um, dentro do regime representativo. Aliando-se ora a liberais, ora a conservadores, sem, contudo, escravizar-se ou subordinar-se a uns e a outros, e deixando, portanto, que se refletisse, ora sobre um partido ora sobre o outro a preferência ou o apoio do Soberano, que êle proprio transmitia, como agente condutor, Aureliano colocava o jovem Imperador no seu verdadeiro lugar de rei constitucional — isto é, na posição equidistante entre os partidos e as facções, com êles e acima dêles, conforme o exigissem as circunstancias politicas do momento.

Talvez por isso ninguem o haja exatamente compreendido, e a politica de Aureliano tenha sido tão duramente combatida e censurada. Essa posição distanciada das facções, alheia ás tricas da politicagem, que o isolava, com o Monarca, dos cantos de sereia dos politicos profissionais,

impacientava liberais e conservadores, ansiosos que estavam ambos por atrairem, cada qual para o seu gremio, a jovem inexperiencia do Imperador, e poderem, por meio dela, montarem uma guarda avauçada junto ao trono.

Porque uns e outros houvessem concorrido para a antecipação da Maioridade — os liberais provocando o golpe de Estado parlamentar, e os conservadores deixando-se, docilmente, vencer — ambos se julgavam com direito de tutela sobre o jovem Soberano, tutela que depressa redundaria numa servidão politica. Foi o que não consentiu se fizesse Aureliano. Daí a revolta dos despeitados.

Certo, êles tinham certamente razão quando accusavam Aureliano de se intrometer na vida politica do paiz; sobretudo naquilo que se podia chamar de *politica official*, isto é, na vida e nas diretrizes dos gabinetes ministeriais. Mas que havia nisso de extraordinario?

Num paiz como era então o Brasil, onde toda a vida da nação, sobretudo a vida politica, girava em torno do Soberano, não era natural que a influencia de um homem com os predicados e a situação pessoal que Aureliano então desfrutava, não se limitasse á economia propriamente do Paço, mas abrangesse a esfera mais larga da administração e da politica ministerial?

O fato é que de 1840 a 1847, isto é, desde a Maioridade até a criação da presidencia do Conselho, quando o Imperador passou a delegar ao chefe do Governo a incumbencia de escolher os Ministros, a influencia de

Aureliano foi preponderante em todas as organizações ministeriais que se fizeram. E' claro que não é êle quem organisa os Gabinetes ou escolhe os ministros; mas nada se faz nesse particular sem que seja ouvido, sem que seja préviamente consultado, sem que dê antes o parecer.

Já na propria organização do Gabinete chamado da Maioridade, constituído a 24 de julho de 1840, o papel de Aureliano é preponderante. Não foi êle, certamente, o "organizador" ministerial. O Gabinete formou-se por si mesmo, como efeito immediato dos acontecimentos do dia, congregando, em torno do Soberano, os chefes politicos do golpe de Estado parlamentar que o elevaram ao governo de fato da nação. Mas a forma mesma por que êle se processou, e foi Aureliano incluído na organização ministerial, é uma prova do prestigio que todos já então lhe reconheciam.

Repetindo uma acusação de Teofilo Ottoni, Tito Franco attribuiu, durante algum tempo, ao Imperador, a indicação do nome de Aureliano para o Gabinete da Maioridade, como ministro de Estrangeiros. Quiz, com isso, salientar o *favoritismo* que já então lhe dispensava o jovem Monarca.

Essa acusação destróe-se por si mesma. O Imperador era então um menino de pouco mais de 14 anos de idade. Não entendia nem podia entender nada de organizações ministeriais. Como nos demais sucessos da Maioridade, tambem ali nada mais fizera do que accitar os fatos consumados. Levaram-lhe a lista dos novos Ministros, na qual figurava o nome de Aureliano com a

pasta de Estrangeiros. Que podia êle fazer, senão dar simplesmente a sua aprovação? Foi, de fato, o que fez.

Aliás, o proprio Imperador se encarregaria mais tarde de desmentir a Tito Franco em termos peremptorios, de cuja sinceridade não é licito duvidar: "Dava-me com Aureliano; estimava-o por suas qualidades. Porém não o impuz como ministro, nem, começando então a governar, com menos de 15 anos, fazia questão de ministros. Sairam dentre os que me fizeram maior" (109).

XII

O Imperador queria dizer com isso que Aureliano fôra incluído no Ministerio de 24 de julho de 1840 pelos proprios chefes liberais maioristas que o organisaram, isto é, pelos dois Andradas, os dois Cavalcanti e Abaeté. E é a verdade historica (110).

Pode parecer isso, até certo ponto, um absurdo, dadas as profundas divergencias politicas que separavam Aureliano dessa gente, sobretudo dos dois Andradas e de Abaeté. Aureliano se havia indisposto com Abaeté

(109) Nota a Tito Franco, *op. cit.*

(110) "E' a verdade historica — reconheceria, aliás, o proprio Tito Franco, quasi trinta anos depois (*Monarquia e monarchistas*), penitenciando-se de haver perfilhado a accusação de Teofilo Ottoni — e o proclamo hoje, que o preclaro Monarca já não existe, nem a sua dinastia impera no Brasil. Reconheci que não era acertado o juizo de T. Ottoni, que escrevera, aliás, em 1860, como eu em 1867, sob as impressões apaixonadas que nos levavam a culpar somente o Governo imperial, não a Monarquia, dos erros que eram tambem perfilhados pelo partido liberal". Tito Franco, que conheceu pessoalmente Ottoni, e gostava de ouvi-lo narrar os aconte-

desde a presidencia deste em Minas Gerais, em 1833, e era Aureliano ministro da Justiça. Com os Andradas a sua turra era mais profunda. A bem dizer nunca se tinham tolerado; e era ainda viva na illustre trindade a lembrança de como a perseguira Aureliano sob a Regencia, sobretudo ao velho José Bonifacio, quando este fôra violentamente afastado da Tutoria do menino Imperador, preso, e exilado depois na ilha de Paquetá.

Mas uma coisa são as incompatibilidades politicas, e outra coisa são a ambição e a conveniencia dos homens. Todos sabemos o que valem essas incompatibilidades, a sua capacidade de transformação, de adaptação e mesmo de acomodação. Apesar do feitiço de intolerancia dos Andradas, a ambição pelo poder era mais forte neles do que todas as incompatibilidades ou malquerenças politicas: *a sêde de governo*, que os tormentara durante anos

cimentos politicos em que fôra parte, acabou reconhecendo que lhe faltara serenidade, como a tantos outros de nossos politicos, liberais e conservadores, no julgamento do Imperador, de seus atos e intenções: "Deixava-se arrastar pela paixão do momento, tornando-se injusto". Defendendo o Imperador da accusação que lhe fizera Ottoni, de ter imposto o nome de Aureliano para o Ministerio da Maioridade, salienta Tito Franco, com todo o fundamento, que Aureliano, naquela época, não podia ser suspeito ao partido liberal. "Havia sido ministro do Imperio, da Justiça e de Estrangeiros no periodo regencial em que governavam os liberais. Foi quem atirou no tapête da discussão parlamentar, como relator da comissão de resposta á fala do Trono, a idéia da declaração da Maioridade em 1840, com a inclusão destas palavras — *vendo com prazer aproximar-se a maioridade de V. M. I.* (a).

(a) Foram suprimidas, por 42 votos contra 37, em virtude de uma emenda de Honorio Hermeto, futuro marquez de Paraná.

seguidos de ostracismo, fazia-os esquecer agora, ou simplesmente pôr de lado, muita lembrança amarga.

Certo, nada ferira tão profundamente o amor proprio sempre vivo desses Andradas quanto o processo violento com que Aureliano e os seus aliados de 1833 lhe inutilisaram o plano de assalto ao poder, sob pretexto de restaurarem Dom Pedro I no trono, enxotando da Tutoria imperial o truculento José Bonifacio! Mas que importavam, afinal, já agora, esses fatos, morto que era já o velho Andrada, e quando o presente era a volta triunfal dos dois irmãos ao poder, com a perspectiva de uma longa e proveitosa permanencia nas altas posições de mando?

Contudo — e ai está a exata explicação da inclusão de Aureliano no Ministerio que organisaram no dia da vitória maiorista — essa permanencia não seria jamais uma coisa duravel, se não contassem êles com o apoio e a confiança do jovem Imperador. Mas como

Era, portanto, natural e politico que, saindo dos que fizeram a Maioridade o primeiro Ministerio do Segundo Reinado, fôsse nele contemplado Aureliano" (b). — Esses argumentos, trazidos mais tarde por Tito Franco, em reforço ao desmentido categorico de Dom Pedro II, parecem irrespondíveis, e não ha, em face deles, como sustentar ainda a acusação de Ottoni. Aliás, a atitude politica deste, em 1840, em face do Ministerio da Maioridade, de que fazia parte Aureliano, não combina com a que assumiu vinte anos depois, em sua celebre *Circular*.

De fato. Em 1860 Ottoni acusa Aureliano de se ter introduzido no Ministerio de 1840 por capricho do Imperador menino, de cuja bôa fé abusara, e que sua presença ali era motivo para Ottoni *cobrir a cabeça*. Mas a atitude que este

(b) Op. cit.

conquista-los, se o pequeno Monarca vivia isolado, quasi sequestrado no Paço, sob a vigilancia ininterrupta de um grupo de cortezãos, a cuja frente estava aquele a quem Teofilo Ottoni chamava o *pontifice da seita palaciana*, isto é, o todo poderoso Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho?

Para alcançarem, portanto, as boas graças do Monarca era preciso, era mesmo imprescindivel ganharem antes de tudo as proprias boas graças do seu mentor todo poderoso. Aureliano apparecia-lhes não só como o caminho mais acessivel para alcançarem o Monarca, como, até certo ponto, o unico mesmo viavel. E o processo mais facil de se aproximarem de Aureliano era trazerem-no

manteve naquella época não estava de acordo com tais sentimentos. Subira Ottoni alguma vez á tribuna, como lhe fôra licito fazer, para acusar o Ministerio ou os Ministros, especialmente Aureliano, de palacianos, de aulicos, de invenções do poder pessoal? Não. Se recusara ser *seu colaborador official*, como diz, mantivera-se contudo no mais significativo silencio, e não guardara somente esse silencio approvador, dera repetidamente aos Ministros o seu voto — *deilhes constantemente o meu voto*. E não foi só. Nesses Ministros, dentre os quais estava Aureliano, a quem êle acusa, vinte anos depois, de ser um bastardo no Gabinete, um intruso, produto do poder pessoal do Monarca, o proprio Ottoni, atestando as dificuldades com que eles lutavam, reconhecia, naquella época, a *pureza de intenções*. — Com que autoridade, portanto, pode êle levantar em 1860 uma accusação que a sua attitude em 1840 desmente? Quem guardou, como êle, nessa época, inteiro silencio, e não desmascarou o intruso na occasião mesma em que o capricho imperial o encaixava no Ministerio, antes reconheceu-lhe a pureza de intenções e deu-lhe constantemente o voto, não pode, vinte anos depois, levantar a accusação que se contem em sua *Circular*, fruto, apenas, da paixão politica do momento e do feitio impetuoso do seu liberalismo.

para o Ministerio, associá-lo ao govêrno, captar-lhe a simpatia, o seu prestigio, e dêle se servirem depois como acesso facil junto ao jovem e inexperiente Monarca. Aureliano seria assim uma especie de *ponte*, o agente condutor, o caminho comodo e desimpedido que os levaria ao Imperador rapaz.

Foram postas de lado, para isso, todas as incompatibilidades, todas as queixas e dissensões, e Aureliano foi convidado para fazer parte desse primeiro Ministerio chamado da Maioridade. Para Aureliano, a sua entrada para o Governo, em tais condições, valia por um grande successo. Entrava independentemente de conchavos ou de compromissos partidarios, mas atendendo ás solicitações daqueles mesmos que tinham sido, até a vespera, seus adversarios politicos. Isso lhe dava um prestigio incontestavel, e valia por uma verdadeira consagração. Tendo tido a habilidade de não se gastar no poder, nem se ligar aos partidos que o disputavam (111), sua reputação de homen publico ficara a salvo dos ataques de fóra, e no Ministerio seria o elemento estavel e invulneravel, que todos obedeceriam e escutariam. “E’ o unico que até agora não somente não sofreu o ataque de nenhum partido, como é solicitado por cada um dêles” dizia Daiser (112).

(111) “Estava seguro de que teria um grande papel por ocasião da maioridade do Imperador para a qual, disse-me êle, se reservava, não querendo aceitar até então nenhuma pasta, o que efetivamente se deu” (Daiser, officio de 12 de agosto de 1840).

(112) Officio de 20 de novembro de 1840.

XIII

Quando, menos de um ano depois, esse Ministerio se retirou, e os Andradas, amargando as peores desilusões, foram obrigados a deixar o poder, passaram a acusar Aureliano de ter sido no Governo o *elemento dissolvente*. Daiser escrevia para Viena: "A opposição não deixou de atacar o Sr. Aureliano, e sobretudo de o acusar de ser o autor de uma intriga do Paço contra os seus ex-colegas, os quais attribuem sua quèda exclusivamente a esse incidente" (113). Teofilo Ottoni e Tito Franco fizeram-se mais tarde éco dessas acusações, que chegaram mesmo até os nossos dias (114).

Que Aureliano tenha tido a sua parte na dissolução do Ministerio da Maioridade, e subsequente quèda dos Andradas, pode-se crêr. Ele devia ter influido de qualquer modo no espirito do jovem Monarca, para indispor-lo com os Andradas e força-los, assim, a deixar o poder. O feitiço truculento e despótico dos dois irmãos, aliado ao espirito reaccionario de Limpo de Abreu, futuro visconde de Abaeté, seus intuitos de vingança contra os adversarios politicos, a ambição de mando que os anima-

(113) Officio de 15 de junho de 1841.

(114) O Sr. Daniel de Carvalho, num estudo interessante sobre o chefe liberal mineiro (*Teofilo Ottoni, campeão da liberdade*), insiste na acusação, e diz que Aureliano "havia de ser no Ministerio um fermento de dissolução". O Sr. Daniel de Carvalho é tambem dos que ainda hoje sustentam a acusação de Ottoni, de ter o Imperador imposto o nome de Aureliano para ministro, em 1840. "Adoto a narrativa liberal — diz êle — porque as razões apresentadas, se justi-

va, tudo concorria para incompatibilisá-los depressa com um homem como Aureliano, de maneyras, de educação e de caráter tão diferentes. Era impossível uma colaboração assídua e prolongada entre êles (115).

Além disso, os Andradas depressa deixaram trair o plano que haviam arquitetado, de se acercarem do inexperiente Monarca, conquistarem-no á sua politica e propósitos de mando, e o tornarem depois, em suas mãos, um instrumento maleavel e submisso. Ora, Aureliano estava bem pouco disposto a abrir mão da situação privilegiada que se havia criado no Paço, da confiança que tinha sabido conquistar junto ao Monarca, para satisfazer unicamente os planos ambiciosos desses Andradas,

ficam aparentemente a escolha, não provam que ela não fôra da autoria do jovem Imperante". As observações que faz o autor neste livro, á pag. 174, e que figuraram, antes, á margem da obra citada do Sr. Daniel de Carvalho, responde este: "Se Ottoni escrevera em 1860 dominado pela paixão politica, que dizer de Tito Franco em 1894? A linguagem da *Circular* nem se compara, em severidade, com o ardor de cristão novo do panfleto *Monarquia e monarchistas*. Finalmente o silencio de Ottoni, em 1849, apenas serve para atestar a sua superioridade moral e o seu patriotismo. Previa o malogro, mas desejava o exito do Ministerio hibrido". O Sr. Daniel de Carvalho termina por observar que os argumentos trazidos em 1894 por Tito Franco, em seu trabalho *Monarquia e monarchistas*, em defesa do Imperador, penitenciando-se do que escrevera em 1867, constavam já de um livro publicado em resposta á *Circular* de Ottoni e ao *Conselheiro Furtado* de Tito Franco, intitulado *Paginas da historia constitucional do Brasil*. Não dá o nome do autor. Esses argumentos são para o Sr. Daniel de Carvalho a *versão conservadora dos acontecimentos* de 1840.

(115) "O Sr. Aureliano está longe de aprovar tudo o que fazem os Andradas, que são ambos de caráter violento

inimigos de hontem, mas que o capricho da politica fizera, momentaneamente, seus aliados e colaboradores

Pouco antes da quéda dos Andradas, o barão Rouen, ministro de França, escrevia para Guizot:

“Estou informado positivamente de que se cuida de uma remodelação de Ministerio, uma modificação pelo menos parcial, com o fim especial de afastar os Andradas. O Imperador, esclarecido sobre os abusos que êles fizeram até agora da autoridade e da influencia que exercem no Conselho, e sobre a gravidade das queixas feitas contra os atos de uma administração tão violenta quanto arbitraria, reconheceu a necessidade daquela medida.

“Parece que ela é provocada aparentemente pelas novas discussões que se levantaram no Conselho sobre os negocios do Rio Grande, e pela recusa dos outros Ministros em consentir na chamada do comandante das armas dessa Provincia, proposta pelo Sr. Aureliano e aprovada secretamente pelo Imperador.

“Mas essa ultima circumstancia não pode ser considerada senão como um pretexto, do qual os Srs. Aureliano Coutinho, e outras pessoas do Paço, inquietas e enciumadas com a influencia que os Andradas começavam a ter sobre o espirito e a vontade do jovem Imperador, se serviram habilmente para os colocar numa posição onde difficilmente poderão defender-se e manter-se” (116).

Contudo, o que de fato indispoz o Imperador com os Andradas e scandalizou-lhe o espirito já precocemente honesto, foi a attitude facciosa que êles logo assumiram no governo. De fato nunca se tinha visto, e raramente

e vingador, sobretudo Antonio Carlos (officio de Daiser, de 20 de novembro de 1840).

(116) Officio de 20 de março de 1841.

se verá depois tanta desfaçatez. Com um simples traço de pena/ demitiu Antonio Carlos, ministro do Imperio, nada menos de 14 presidentes de Provincia. Martim Francisco, ministro da Fazenda, não agiu com menos escrupulo, e logo procedeu a uma verdadeira sangria na repartição do Tesouro. E Limpo de Abreu, futuro visconde de Abaeté, que era o ministro da Justiça, não lhes ficou atraz: removeu juizes de Direito, exonerou chefes de Policia, suspendeu comandantes superiores e officiaes da Guarda Nacional. Tão escandalosa falta de compostura politica foi apenas o prenuncio dessas celebres eleições de dezembro de 1840, que ficariam conhecidas como uma das mais violentas e imorais da historia constitucional do Reinado — *as eleições do cacete*.

Foi, em verdade, uma bem triste prova que deram esses Andradas de seu apregoado liberalismo! Liberais êles se diziam agora. Mas era fáto que depois da morte de Dom Pedro I, quando se extinguiu o partido restaurador, de que eram chefes, êles se haviam unido aos conservadores, com os quais desfrutaram o poder até 1839, isto é, até brigarem com Olinda. Só então é que passaram a dizer-se liberais; e sob esse rotulo moveram a mais tenaz campanha contra o Regente, que acabaram, afinal, por desalojar do poder com a declaração a`ntecipada da maioria do Imperador. No fundo, êles não passavam de dois oportunistas, liberais hoje e conservadores amanhã, conforme conviesse ás suas politicas e ás possibilidades de alcançarem ou não o poder, todo o verdadeiro escopo de suas ambições.

As convicções democraticas dos dois irmãos podiam, aliás, ser julgadas por este exemplo: encastoados no Governo com a declaração da Maioridade, e convencidos de que a escandalosa vitória eleitoral de dezembro de 40 lhes havia dado a posse do poder por largos anos, logo se apressaram em se galardoarem a si próprios, com a nomeação de camaristas da Casa Imperial, cargo que lhes dava acesso facil e diario junto á pessoa do jovem Imperador. Mas pouco depois, postos fóra do Governo, e cassados aqueles cargos, Antonio Carlos sairia a exelamar, com uma indignação de fazer rir, que êle e o irmão se haviam libertado da unica *nódoa* de suas vidas.

Limpo de Abreu, esse, era em tudo outro homem, e sua formação politica nada tinha com a dos Andradas. Apesar dos excessos que praticou nesse Gabinete, para servir á ambição de seus dois aliados, podia-se crêr, até certo ponto, na sinceridade do seu liberalismo. Mais tarde, com os anos, com a reflexão, enobrecido com o titulo de visconde de Abaeté e elevado á dignidade quasi inamovivel de presidente do Senado Imperial, êle se mostraria um homem de principios conservadores, se bem que fiel ao programa do partido liberal, um monarquista sincero, amigo do trono e do Imperador.

XIV

O Ministerio da Maioridade foi dissolvido em março de 1841. Os liberais maioristas que o formavam, isto é, os dois Andradas, os dois Cavalcanti e Limpo de Abreu

foram todos para o ostracismo. Dos Ministros salvou-se apenas Aureliano, para conservar, na organização ministerial seguinte, a pasta dos Negocios Estrangeiros.

Éssem quaes fôssem os motivos reais da dissolução do Ministerio da Maioridade (117), o fato apenas da conservação de Aureliano no Gabinete seguinte é a prova de seu prestigio politico. E tem-se a confirmação disso com a propria organização do novo Gabinete. De fato, êle será formado, pode-se dizer, quasi que exclusivamente com elementos do Paço ou ligados ao Paço. Pode ser considerado, até certo ponto, como um Ministerio *palaciano*, o que indica que Aureliano tenha tido o papel dos mais salientes na sua organização

Lá estavam Araujo Viana, futuro marquez de Sapucaí, homem apagado e sem prestigio, politicamente nulo, a quem Teofilo Ottoni qualifica de "docil até a subserviencia", e que outro titulo não tinha para justificar sua inclusão no Gabinete que não fôsse o de antigo

(117) Rocha Pombo expõe da seguinte forma a divergencia surgida no Gabinete, entre Herculano e os seus colegas liberais maioristas, a proposito do conflito aberto entre o presidente e o comandante das armas da provincia do Rio Grande do Sul, na questão dos Farrapos: "Entendeu Aureliano Coutinho que se impunha a retirada do comandante das Armas; e os colegas repeliram esse alvitre. O ministro de Estrangeiros expõe o caso ao Imperador, e pede demissão, porque não quer carregar com a responsabilidade da conservação daquele general, que estava comprometendo a sorte do Imperio. Adotando o voto singular de Aureliano, recusa-lhe o Imperador a demissão, preferindo demittir o Ministerio" ("*Historia do Brasil*").

mestre do Imperador, seu afeiçoado e empregado no Paço (118); Miguel Calmon, futuro marquez de Abrantes, que embora ligado, por relações de amizade, a Bernardo de Vasconcelos, o mais perigoso dos adversarios de Aureliano, fazia vida de cortezão, de mistura com a roda palaciana de Paulo Barbosa, divertindo o Imperador rapaz com seus ditos espirituosos, seu espirito *frondeur*, com sua eterna mocidade (119); José Clemente,

(118) A opinião que os contemporaneos faziam de Sapucaí não era lisonjeira. O Imperador possivelmente o estimava, e tinha certamente em bôa conta as suas apreciações em matéria de linguística e de literatura em geral. Vitor Viana, seu descendente, disse no discurso de recepção da Academia Brasileira (10 de agosto de 1935), que as ligações pessoais do Imperador com o seu antigo mestre criaram "uma incompatibilidade politica para Sapucaí, anulando relativamente cêdo a sua projeção partidaria". Isso se disse com relação a Pedreira, visconde de Bom-Retiro, e é exato. Mas com relação a Sapucaí resta a apurar. E é o caso de perguntar-se: não teria sido antes a fraqueza de caráter de Sapucaí que tivesse influido para o seu afastamento das posições de destaque? Ha, sobre isso, um fato significativo. Quando se cuidou de dar substituto ao visconde de Maranguape na pasta da Justiça, em junho de 62, o Imperador sugeriu a Olinda, presidente do Conselho, o nome de Sapucaí. E Olinda, com aquêlo seu feitio independente, logo "respondeu que Sapucaí não sabia sustentar suas opiniões por fraqueza de carater, e não traria força ao Ministerio". O testemunho disso é do proprio Imperador, que o dá em seu diario. Nada mais acrescenta, o que deixa supôr não tenha levantado nenhuma objeção ao *vêto* de Olinda (Arquivo da família imperial). De fato, Sapucaí não foi nomeado Ministro, e Maranguape foi substituido por Sinimbú. Sapucaí tinha sido Ministro pela ultima vez em 1841, fazia portanto 21 anos, e não mais voltaria aos conselhos da Corôa, apesar de só vir a falecer em 1875.

(119) Chegou a formar-se um começo de rivalidade entre Aureliano e Calmon, devido á situação de certo relêvo

remanescente da Independencia, velho frequentador do Paço, onde o Imperador se habituara a vê-lo desde os primeiros dias de infancia, ao tempo ainda de seu pai.

As unicas notas discordantes nessa sinfonia palaciana eram Paulino de Sousa, futuro visconde do Uruguai, representante, no Governo, do elemento conservador puro, os chamados "puritanos", que exigiam a sua parte no Governo depois de tudo que tinham sofrido dos liberais maioristas; e o velho Paranaguá, o qual, segundo a expressão pitoresca de Teofilo Ottoni, "fazia rancho á parte" — e este mesmo não podia, em rigor, ser considerado um elemento inteiramente estranho ao Paço, pois tinha nele as suas entradas privadas, e eram sabidos os laços de simpatia que o ligavam ao Imperador.

Era, como se vê, um Ministerio escolhido a dedo (120), de gente no ocaso da vida, quando as ambições

que este se fizera na roda palaciana, e tambem ás relações de amizade com Vasconcelos, sempre suspeitas a Aureliano. Daiser, em seu officio de 15 de junho de 41, nos dá conta disso, quando se refere a Vasconcelos, a quem qualifica de "maior inimigo do Sr. Aureliano". Diz que Vasconcelos não o atacava abertamente, mas "por intermedio de jornais e insinuações entre os corifeus da opposição parlamentar. Ele tem talvez um aliado no proprio Ministerio, o Sr. Calmon, actual ministro das Finanças, que não cessou de ter relações com êle, e rivalisa com o Sr. Aureliano nas boas graças do Imperador, o qual o acolhe favoravelmente porque êle o diverte. Creio entretanto que esse jovem Soberano tem mais confiança no seu ministro dos Negocios Estrangeiros, sobre cuja devoção pode contar com toda a certeza".

(120) Daiser diz que foi Aureliano quem *inventou* esse Ministerio, como inventara o anterior, embora um e outro o recusassem por pai (officio de 14 de janeiro de 1843).

começam já a amortecer, e não podia por isso criar embaraços ás vistas futuras de Aureliano e de sua roda. Paranaguá, este quasi decrépito, José Clemente, Calmon, Paulino de Sousa, Araujo Viana, são velhos já desencantados da politica e das posições de mando, “mobilia estragada e carcomida do Primeiro Reinado”, como os qualifica Timandro, e sobre os quais predomina o espirito jovem e ambicioso de Aureliano Coutinho.

XV

Quando esse Ministerio teve que se retirar, tres anos depois, ainda aí é Aureliano o *elemento de dissolução*. E' verdade que dessa vez êle não consegue manter-se no Governo: tem que demitir-se, com os demais Ministros. Mas é fato que o Gabinete foi sacrificado pelas incompatibilidades que Aureliano se criara na Camara dos deputados, a proposito da prorrogação do tratado de comêrcio com a Inglaterra, e se refletiram no proprio seio do Ministerio (121).

Sob o ponto de vista parlamentar, era um Gabinete forte, pois contava com o apoio da maioria da Camara. Esta limitava sua opposição a Aureliano, ou me-

(121) “Um dos assuntos mais debatidos na tribuna da Camara dos deputados é a prorrogação do tratado de comêrcio com a Inglaterra até o fim de novembro de 1844, prazo desejado pela Grã Bretanha. Essa discussão parece tomar um aspêto bastante hostil ao Sr. Aureliano, o que, penso, a maioria dos Ministros seus colegas não vê com desprazer” (oficio de Daiser, de 14 de janeiro de 1843). — A opposição a Aureliano não era movida apenas na Camara; tambem na

lhor, ao ministro dos Negocios Estrangeiros. Em rigor, portanto, o unico sacrificado devêra ter sido este. Mas o Imperãdor preferiu demittir todo o Gabinete, a ter de sacrificar unicamente o seu amigo. Aureliano arrastou, assim, consigo, todo o ministerio. Era a prova de seu prestigio.

Contudo, os fatos não se passariam então como em março de 41, e Aureliano se veria afastado da nova organização ministerial, formada em janeiro de 43. Iria ocupar a cadeira que o Imperador lhe dera mezes atraz no Senado do Imperio.

Essa exclusão de Aureliano foi interpretada como um prenuncio de declinio politico; e seus desafetos logo se felicitaram de o vêr afinal decaido das boas graças e preferencias do Monarca. A noticia de que o Imperador se desinteressara da organização do novo Ministerio, e dera essa incumbencia ao senador Honorio Hermeto, futuro marquez de Paraná, não tinha, para êles,

imprensa. Saint-Georges, ministro de França, escrevia a Guizot em 9 de outubro de 42: "Basta a idéia de um novo tratado com a Inglaterra para pôr os redatores fóra de si, e a *Sentinelã da Monarquia* explica essa disposição de espirito contra o Sr. Aureliano, acusando-o, o mais gratuitamente do mundo, de estar secretamente em entendimentos com o Sr. Hamilton" (ministro da Inglaterra no Rio). E a 13 do mesmo mez: "A accusação levantada contra o Sr. Aureliano, a proposito do pretendido tratado com a Inglãtterra... Essa accusação, aliás, não é sinão uma arma de que se servem contra o sr. Aureliano, que não tendo nunca assumido compromissos positivos com nenhum partido, sobretudo depois da Maioridade, não se apoia senão sobre a bõa vontade do Imperador e a influencia do Paço, que êle divide com o Sr. Paulo Barbosa".

outra significação: era a prova de que o Imperador não queria mais ter ministros *seus* e deixava á inteira responsabilidade dos politicos a organização do novo governo.

Joaquim Nabuco dirá: "Em 20 de janeiro de 43 formava-se uma nova administração, e o *Jornal do Commercio* anunciava que Honorio fôra encarregado da organização do novo Gabinete, formula nova, que mostrava da parte do Imperador o desejo de escapar á censura de inspirar a formação dos Ministerios e de ter neles sempre pessoa sua" (122).

Sem duvida, deve ter havido, da parte do jovem Soberano, ao confiar a Paraná a incumbencia de organizar governo, um pouco o proposito de fugir áquella critica, que nos ultimos anos se vinha fazendo severa e repetida. Mas a verdadeira significação do gesto do Imperador tem um alcance mais largo e menos pessoal. Era a primeira manifestação sua do proposito, que se firmará definitivamente daí a quatro anos, com a criação da presidencia do Conselho, de ceder á tendencia parlamentarista dos homens politicos do Imperio. Incumbindo a Paraná de organizar o novo Gabinete, êle abdicava voluntariamente de uma das suas excepcionais regalias constitucionais, qual a da livre escolha e nomeação dos ministros. Não importa que esse gesto tivesse tido um duplo significado, visando mostrar tambem o seu empenho em não ter ministros *seus*, exclusi-

(122) *Um estadista do Imperio.*

vamente *seus*: não exprimia menos uma *afirmação parlamentarista* do Imperador. A expressão é do Sr. Tavares de Lyra.

XVI

Ao formar o novo governo, Paraná fez empenho em constituir um Ministerio com elementos nitidamente conservadores. Os liberais estavam então completamente desmoralizados, com o ostracismo dos Andradas em 41 e o fracasso das revoluções de Minas e São Paulo, no ano seguinte, que elles haviam planejado e provocado. Em janeiro de 43 o partido conservador era o senhor absoluto da situação, e dominava todos os setores politicos do Imperio, no Senado, na Camara e no Conselho de Estado. O novo Gabinete não foi, assim, senão a consagração official desse prestigio. Pode-se dizer que foi o primeiro governo de feição nitidamente partidaria que se organisou no Imperio.

Isso explica melhor o afastamento de Aureliano do que um possivel declinio de seu prestigio politico, ou de perda da situação que se criara junto ao Imperador. Aureliano, como se sabe, não tinha e fazia mesmo empenho em não ter, desde a Maioridade, nenhuma cõe partidaria, em não se ligar a compromissos politicos de nenhuma natureza. Mantinha-se afastado dos partidos e das facções que disputavam o poder. Não tinha, portanto, por que fazer parte de um Gabinete que Paraná organisara dentro de um espirito rigorosamente partidario.

E tanto a sua exclusão do governo, em janeiro de 1843, não era prova de desprestígio ou desgraça sua, que, um ano depois, quando esse Ministerio se viu na contingencia de deixar o poder, ainda foi Aureliano, por via de seu irmão Saturnino Coutinho, outra vez o *elemento de dissolução*.

Tudo se originou, como se sabe, da attitude facçiosa de Saturnino, servindo-se do cargo de inspetor da Alfandega do Rio para fazer opposição aberta e entrar mesmo no terreno do desafio ao ministerio de Paraná. Ora, Paraná não era homem para aturar semelhante attitude de um funcionario cujo cargo êle considerava de confiança do Governo. Exigiu, assim, do Imperador a demissão immediata de Saturnino. Foi um golpe de audacia de Paraná, que sabia jogava uma cartada não contra esse funcionario, mas contra o seu irmão e protetor, o todo poderoso Aureliano. Como era de prevêr, o Imperador recusou atender á exigencia de Paraná, o que levou este a demitir-se, arrastando consigo todo o Ministerio.

Esse incidente entre Paraná e o Imperador teve a maior repercussão na época, e durante muito tempo ainda se falaria nele; não lhe faltou nem mesmo a nota de escandalo. A todos surpreendeu a firmeza com que o jovem Imperador enfrentou um dos grandes nomes politicos do regime, e justamente Paraná, tido por um dos mais altivos do seu tempo. *Paraná não se curvava!* exclamaria êle mais tarde. De fato. E teve, por isso, que retirar-se. O Imperador preferiu sacrificá-lo, e

com êle todo o Ministerio, apezar de este contar com a maioria parlamentar e o apoio da opinião publica, a ter de exonerar o irmão de Aureliano. O conde Georgi escrevia logo depois para Viena:

“O Ministerio demissionario dispunha da maioria de votos nas duas Camaras, acabara de obter a aprovação do Soberano e dos representantes da nação para todas as medidas que houvera proposto, e seguro do apoio de todos os grupos do partido conservador, proseguia na sua tarefa quando um simples empregado, o inspetor da Alfandega do Rio, Sr. Saturnino, entendeu de entrar a execução de suas ordens; e ligado á *camarilha* e ao partido de Santa Luzia (123), desafia o Governo. Um tal estado de coisas não podia convir ao chefe do Gabinete passado, Honorio Hermeto Carneiro Leão, que propõe ao Imperador a demissão do recalcitrante. Mas Sua Majestade, influenciado pelo teimoso Paulo Barbosa e pelo Sr. Aureliano, irmão do acusado, resiste a tais instancias, e não se precisou mais para levar o Ministerio a dar sua demissão” (124).

Que Aureliano haja influenciado no espirito do Imperador, para negar a demissão de Saturnino, é o que se deye crêr. Pode essa influencia não ter chegado a ser uma pressão; nem o Imperador, preparado que tinha o espirito em favor de Aureliano, e, portanto, de seu irmão, precisava de tanto para defendê-lo perante o chefe do Governo. Mas deixou-se certamente levar pela ascendencia que Aureliano ainda tinha em seu espirito.

(123) Formado pelos liberaes revolucionarios de Minas e São Paulo.

(124) Officio de 15 de março de 1844.

Sem embargo, decorridos vinte anos, êle se defende-
rá: "Entendi que a demissão (*de Saturnino*) era injusta, e pelo modo por que o Carneiro Leão insistiu, entendi que se cedesse, me reputariam fraco. Ninguem influuiu no meu espirito para assim proceder" (125).

Sem duvida que havia nessa attitude do Imperador uma grande parte de amor proprio ofendido. O rapaz caprichoso, mesmo voluntarioso, *obstinado*, como êle proprio então se julgava, e, além do mais, desconfiado de tudo e de todos, revelava-se naquela attitude (126). Mas não importa. O que releva notar é o prestigio que Aureliano conservava ainda junto do Monarca; e prova melhor não havia do que o fato apenas de seu irmão provocar uma grave crise ministerial, um verdadeiro golpe de *poder pessoal*, que iria escandalisar os arraiais politicos e servir de arma a todos quantos, daí por deante, procurariam ferir ou desprestigiar a Corôa. "A causa da retirada do Ministerio foi uma *questão pessoal*" — dizia Paraná á Camara, dias depois, explicando os motivos que o haviam levado a deixar o Governo.

XVII

Desavindo-se com Paraná e o partido conservador, Aureliano voltou-se decididamente para as hostes dos liberaes, que esquecidos já de tudo que haviam sofrido

(125) Nota a Tito Franco, *op. cit.*

(126) "O Imperador deve certamente desconfiar de todo o mundo, dizia Daiser (oficio de 22 de fevereiro de 42). E o barão Ney escreveria para Paris: "Os Ministros que ti-

por ocasião da queda do Gabinete da Maioridade, não aspiravam sinão por esse apoio poderoso para voltarem aos conselhos da Corôa. Assim, o senador José Carlos de Almeida Torres, futuro conde de Macaé, era chamado a organizar o novo Ministerio. Rechberg, ministro da Austria, escrevia para Paris: "O primeiro resultado da união da *camarilha* com o partido ultra-liberal foi a queda do Ministerio conservador, a nomeação do Ministerio José Carlos, a dissolução da Camara eletiva que havia apoiado o partido conservador e, enfim, a eleição da Camara atual, na qual domina o partido ultra-liberal" (127).

Reafirmava-se, assim, o prestigio de Aureliano. Este era logo nomeado para a presidencia da provincia do Rio, a mais rica do Imperio, e durante quatro anos irá servir-se dela para fazer ali o seu reduto politico. Essa nomeação era concertada pelo Gabinete em casa de Paulo Barbosa, o que provava as ligações de quasi subordinação dos Ministros á chamada facção aulica (128).

De fato, durante cerca de tres anos Aureliano iria conservar inalterado o prestigio politico, sem nada perder das preferencias do Monarca. Suas intervenções, directas ou indirectas, nas organizações ministeriais continuariam indisfarçaveis.

veram a honra de fazer parte de seu Gabinete concordam em que Sua Majestade tem uma vontade firme, quasi sempre encoberta e da qual nada o faz desviar" (Oficio de 26 de maio de 44).

(127) Oficio de 2 de junho de 1847.

(128) Oficio do barão Ney, de 4 de abril de 1844.

Em maio de 46 o ministerio Almeida Torres se viu na contingencia de deixar o poder por incompatibilidades com Aureliano e Paulo Barbosa: questões de prestigio e de nomeações não satisfeitas. De nada valera uma remodelação ministerial antes tentada. Veio Holanda Cavalcanti, liberal maiorista de 1840, que apezar de suas origens partidarias, meteu-se de parceria com a grei conservadora de Honorio Hermeto.

Foi a sua perdição. Logo abriu funda uma incompatibilidade com Aureliano, que na presidencia da provincia do Rio se propunha acabar com os ultimos redutos dos conservadores seus desafetos. E tanto bastou para que na primeira divergencia entre o Gabinete e a Corôa, por causa da escolha de senadores pernambucanos, Holanda Cavalcanti se visse tambem na contingencia de retirar-se.

Foi uma nova afirmação do prestigio de Aureliano. Em março de 1847 Alves Branco, futuro visconde de Caravelas, organisava o novo Ministerio. E quem era chamado para ocupar a pasta dos Negocios Estrangeiros? Saturnino Coutinho, irmão de Aureliano, aquele mesmo inspetor da Alfandega que provocara a crise tão séria de 1844!

Essa nomeação, depois de tudo que se vinha passando e apezar dos meritos incontestaveis de Saturnino, era quasi um escarneo. Levantou as mais severas criticas. Alves Branco, para defender-se, não receou dizer a verdade, embora descobrisse a Corôa: *esse candidato viera*

do Paço. Era a confissão de que a facção aulica desfrutava ainda de todo o prestígio. E não sómente fazia Ministros, como vetava ainda a nomeação de outros, como confessava igualmente Alves Branco, com relação aos candidatos ministeriais de aliados políticos seus, *que não conseguira fôsem aceitos.*

Essa intromissão indébita da gente do Paço na economia dos Gabinetes, á força de repetir-se, com escandalo publico e grande clamor nos meios politicos, acabou por levar o Imperador a decidir-se pelo que, desde algum tempo, era já um anseio de alguns de nossos homens publicos: a criação de uma presidencia do Conselho de Ministros. Na historia politica do Reinado, ella tem esta grande significação: assinala o fim do professorado de Aureliano.

CAPITULO VI

O CASAMENTO

O problema da sucessão imperial — Primeiros passos para o casamento do Imperador e de suas irmãs — Relaxamento de costumes no Paço — A “moralidade” do Imperador rapaz — Suas condições de fortuna — O negociador do casamento — Candidatos á missão — Partida de Bento Lisboa — Sua estada em Viena — O príncipe de Metternich — O ministro de Napoles em Viena — A princeza Tereza-Cristina — Assinatura do contrato de casamento — Repercussão no Rio e primeira impressão do Imperador — Carneiro Leão, embaixador especial — Sua chegada á Italia — O casamento em Napoles — Casamento no Rio de Dona Francisca — Chegada da Imperatriz á Côrte — Decepção do Imperador.

I

O casamento do Imperador começou a preocupar a atenção dos nossos homens de Estado antes mesmo da declaração da Maioridade. Como nas demais Monar-

quias hereditarias, a sucessão do trono era tida, entre nós, como uma questão politica da maior importancia. Apresentava-se com o duplo aspeto, de garantir a manutenção da forma monarchica de governo e de perpetuar a familia imperial brasileira. Esta se compunha então, apenas, de três crianças, — duas meninas e um menino, e era preciso casá-los para garantir-lhes a sucessão hereditaria.

Por força da Constituição imperial, a sucessão do Imperador, na falta de filhos seus, devia caber á irmã mais velha, a princeza Dona Januaria. Esta era, por lei, a herdeira presuntiva da corôa. Tinha por isso o titulo, que mais tarde passaria para Dona Isabel, filha mais velha do Imperador, de Princeza Imperial. Mas Dona Januaria era solteira, como solteira era sua irmã mais moça, Dona Francisca, a segunda herdeira — segunda e ultima — na ordem da sucessão hereditaria.

O casamento de Dona Januaria não resolveria, aliás, satisfatoriamente, a questão da sucessão do trono. Além de ser apenas a irmã do Imperador, o que até certo ponto enfraquecia, perante o paiz, o prestigio da hereditariedade imperial, era uma mulher, e como tal destinada, “na falta de principes de sangue brasileiros”, a casar-se com um principe estrangeiro. Ora, era sabida a situação delicada de todo principe consorte, maximé estrangeiro, e o prejuizo que trazia á popularidade da mulher, chamada um dia a governar o paiz. Ter-se-ia aliás a prova disso alguns anos mais tarde, com o casamento da princeza Dona Isabel.

Essas considerações levaram os nossos homens de Governo a pensarem cêdo no casamento do Imperador e de suas duas irmãs. A primeira vez que Olinda, regente do Imperio, falou nesse assunto ao jovem Monarca foi, parece, em março de 1840, quatro mezes antes da declaração da Maioridade. Disse-lhe então o chefe do Governo ser necessario que êle “pensasse oportunamente” em seu casamento. Foi uma simples sondagem, uma méra advertencia, que o Regente entendeu fazer ao espirito adolescente do Monarca. E para tranquilisá-lo, acrescentou que nada empreenderia nesse terreno sem se ter primeiro “assegurado da participação e consentimento de Sua Majestade”. Diz-nos Daiser: “O jovem Principe pareceu muito contente com essa referencia” (129).

Dias depois Olinda referiu o assunto ás duas Princesas, na presença do Imperador e do Tutor, marquez de Itanhaém. “Elas pareceram receber tambem esses primeiros passos com grande satisfação, embora não tivessem entrado em nenhum detalhe a respeito, dada a modestia que convem ao seu sexo” (130).

Estava lançada a semente. Agora era deixá-la germinar no espirito dos jovens Principes. Contudo, Olinda não dormiu sobre o assunto. Toda vez que se lhe apresentava uma oportunidade, não deixava de referi-lo, direta ou indiretamente, ao Imperador. Daiser objetou-lhe, certa ocasião, a pouca idade do Monarca — 14 anos incompletos. Mas Olinda ponderou-lhe a longa distan

(129) Officio de 14 de março de 1840.

(130) Officio citado.

cia que se estava da Europa, o que retardaria consequentemente as negociações que se viessem a fazer para o casamento; além disso, era necessario “pôr fim ás intrigas” (131).

Ó empenho que tinha Olinda em casar o Imperador não residia apenas na razão de Estado. No fundo, êle defendia tambem a sua Regencia, ou melhor, a sua permanencia no Governo. E’ que o velho estadista sentia crescer cada vez mais a opposição que lhe faziam nas Camaras, onde tudo era pretêsto para afastá-lo do poder. A questão dos casamentos era um desses. Os liberais chamados maioristas, servindo-se da propria opinião de Olinda, de que era necessario cuidar desde logo dos casamentos dos Principes, objetavam contudo a impossibilidade de efetivá-los enquanto o Imperador fôsse menor, sobretudo o casamento das Princezas, uma vez que era indispensavel para isso o consentimento do Monarca, que só o podia dar se declarado maior. O projeto de declaração da Maioridade, que Holanda Cavalcanti apresentou ao Senado em maio de 1840, tinha seu fundamento nesses argumentos.

II

“O Imperador terá brevemente 15 anos, escrevia Daiser a Metternich em maio de 1840. O clima deste paiz desenvolve o homem bem mais depressa do que na

(131) Idem.

Europa. A idade das paixões começa muito antes, e a vida feminina e sedentaria que o obrigam a levar contribue muito para isso. Acredito que a moralidade do jovem Imperador ainda esteja intacta. Mas a imoralidade de toda a especie está de tal modo espalhada neste paiz, e os vicios, apenas reconhecidos como tais, são tão diversos e em tão grande numero, que temo pelo futuro proximo" (132).

Daiser andava escandalizado sobretudo com o desleixo, a desordem e a sem cerimonia que reinavam no Paço. Êle via o poder do Regente praticamente destruido pelas intrigas e manejos da opposição parlamentar, e sua autoridade reduzida, com isso, a quasi nenhuma. O Tutor, por outro lado, não tinha energia. "Os homens mais indicados para influirem na educação do Imperador estão perdidos pela inepeia e fraqueza do Tutor, e pela timidez e irresolução do Regente". O unico em quem Daiser depositava inteira confiança era em frei Pedro, o preceptor do Monarca, "que continúa a gosar da estima e da afeição filial do Imperador". "Mas — acrescenta — é um frade, que antes nunca tinha saído do convento, um matematico pouco versado nas intrigas deste mundo e menos ainda nas malhas da sedução" (133).

Para isolar o Imperador e suas irmãs de um ambiente como esse, onde a distincção e as boas maneiras andavam tão relaxadas, Daiser só via um remedio: casá-los. A vinda de principes e de uma princeza, edu-

(132) Officio de 8 de maio de 1840.

(133) Idem.

cados nos meios a esse tempo exigentes das côrtes européas, é que poderia influir beneficemente na atmosfera dissolvente do Paço. Dizia êle:

“Uma melhora só pode vir de casamentos, do exemplo dado por principes e princezas educados de conformidade com suas altas posições e cercados de pessoas que saibam inspirar confiança a uns e respeito a outros. Se se chegar a casar a princeza Dona Francisca, será preciso trazer aqui o seu futuro esposo acompanhado de uma pequena côrte, composta de alguns homens superiores e de duas damas para o serviço da Princeza. A presença de um Principe, que fôsse, por seu casamento, parente proximo do Imperador, e o exemplo de respeito dado por essa pequena e bem escolhida côrte, só poderiam exercer, sob todos os sentidos, uma influencia salutar (134).

III

Com a declaração da Maioridade, em julho de 1840, o *negocio dos casamentos* iria entrar em sua fase prática. Inicia-se o periodo das negociações diplomaticas. Deve-se isso a Aureliano Coutinho, que chamado a ocupar a pasta dos Negocios Estrangeiros, logo avoca a si a questão.

Numa das primeiras reuniões do novo Ministerio, êle chama a atenção dos colegas para a necessidade de “se ocuparem immediatamente dessa questão, tanto para Sua Majestade o Imperador como para as Senhoras Princezas”. Sugere que se conclúa esses três casamen-

(134) Idem, de julho seguinte.

tos “com a casa d’Austria” — “por sua alta moralidade e pelo interesse que os laços de parentesco lhe inspiram para o bem estar da familia imperial brasileira e prosperidade deste Imperio” (135).

Obtido o apoio do Gabinete, Aureliano refere o assunto ao Imperador. Este dá-lhe carta branca, autorizando-o a entender-se a respeito com o ministro da Austria no Rio.

Aureliano expõe a Daiser as suas razões. Embora não lhe pareça possível realizar o casamento antes de dois ou três anos, entende oportuno assentarem-se o mais cedo possível a escolha e as disposições convenientes, “afim de ocupar o espirito e o coração do Imperador, e impedi-lo de tornar-se a vitima da sedução, o que seria a maior das desgraças” (136).

A tradição amorosa de Dom Pedro I pairava, ainda, ameaçadora, sobre o espirito dos homens que cercavam o Imperador adolescente. A possibilidade de uma segunda marquezia de Santos os inquietava. Inquietava-os e amedrontava-os. Eles não queriam vêr a reprodução daquelas cenas escandalosas do Primeiro Reinado, o Monarca a percorrer as ruas escuras da Capital, á caça de raparigas de má fama, ou refestelado, como um Sultão, nos braços de uma concubina oficial.

A vida no Paço podia não ser ainda a que melhor conviesse, como exemplo, para um paiz de sociedade em plena formação, como era o Brasil desse tempo. Nota-

(135) Officio de 12 de agosto de 1840.

(136) Idem.

vam-se-lhe não poucas falhas, e a desordem que andava lá dentro, a par com um certo desleixo e a liberdade de costumes, não era para tranquilizar os mais exigentes. Mas estava longe, contudo, de ser aquela vida dissoluta da regencia do principe Dom Pedro ou do Primeiro Reinado.

O proprio Imperador rapaz inspirava bem mais confiança do que o pai. Sua índole, sua educação e suas maneiras eram inteiramente outras. “A vida do pai, que não esteve, a respeito de costumes, isenta de culpas, foi apresentada como um exemplo a evitar”. E’ certo que êle andava então pelos 15 anos apenas. Mas os velhos do tempo de Dom João VI estavam bem lembrados do pai nessa idade, quando, de parceria com a ralé de São Christóvão, andava á calada da noite atropelando as filhas dos escravos e outras raparigas dessa especie, que lhe rondavam a vizinhança.

Ao contrario do pai, o filho nunca mostrara nenhuma atração pelo belo sexo. Ney nos fala de seu *desprezo pelas mulheres*, o que attribue aos principios que Frei Pedro, bispo de Crisopolis, o *Padre-mestre*, lhe incutiu desde os primeiros dias. “As disposições que levam o Imperador a fugir dos prazeres do mundo, são o fruto dos caprichos de Frei Pedro, o frade que lhe collocaram ao lado desde a sua infancia. O desprezo pelas mulheres é o resultado das mesmas lições, e fôï sempre o principio a que êle deu maior importancia” (137).

(137) Officio de 26 de maio de 1844.

De fato, êle se contentava em viver a vida enclausurada do Paço, absorvido por suas leituras prediletas, na companhia do que havia de menos convidativo ás expansões do coração. Esse seu indiferentismo e pouca propensão pelas coisas do amor iriam até facilitar a tarefa daqueles que lhe teriam de escolher uma noiva. Qualquer que fôsse ela, sob o aspecto fisico, bonita ou feia, graciosa ou não, contentaria, ou pelo menos satisfaria a natureza pouco exigente do Imperador.

Importa apurar se nessa época êle era de fato inteiramente ignorante nos assuntos do amor, e se a noiva, que lhe iriam dar, seria, realmente, a primeira mulher que conheceria? Tudo faz crêr que sim. Os que o privavam de perto não tinham, parece, duvidas a respeito. Na primeira entrevista que o barão Daiser teve com êle, para tratar de casamento, “estava muito timido e embaçado; corava todas as vezes que se falava em seu casamento” (138).

Quasi um ano depois, em vespéras de completar 16 anos, a confiança de Daiser no que êle chamava *moralidade* do Monarca continuava inabalavel. Dizia o representante austriaco: “Dom Pedro II completará 16 anos dentro de três mezes. Está forte e robusto. A natureza no Brasil desenvolve mais depressa do que na Europa, e se em dezembro de 1842 êle terá 17 anos, poder-se-á, sem nenhum exagero, considerá-lo como tendo 19. Até agora a sua moralidade é perfeita, posso asse-

(138) Officio de 22 de setembro de 1840.

gurá-lo; entretanto, o perigo cresce de dia para dia. Mas como esse Príncipe possui uma grande firmeza de caráter, e — graças aos cuidados do Sr. bispo de Crisópolis — bons princípios de moral e de religião, estou certo de que o fato de se saber noivo de uma princeza digna de sua alta posição bastará para garantir-lhe contra qualquer tentativa de sedução” (139).

“Num clima de desenvolvimento precoce — dizia, por seu lado, St. Georges, ministro de França no Rio — nada indica ainda nêle o despertar das paixões. Ostenta mesmo um desprezo e um indiferentismo singular pelas mulheres, que segundo êle são incapazes de negocios, e devem ser dirigidas pelos homens”. E St. Georges observava: “Aliás, êle põe em pratica essa maxima, exercendo sobre todas as damas, no interior do Palacio, uma especie de tirania, da qual as Princezas suas irmãs suportam todo o peso. Educado com elas numa intimidade fraternal, apenas declarado maior nada mais lhes communicou; deixou-as de lado, sem dar-lhes o menor crédito, e as submete a uma vigilancia, uma reclusão e um constrangimento ininterruptos” (140).

IV

Aureliano não via necessidade de precipitar a negociação do casamento. O essencial, por enquanto, era

(139) Officio de 30 de agosto de 1841.

(140) Officio de 1 de julho de 1842.

iniciá-la, não sómente para ganhar tempo, como para ocupar, como êle dizia, o espirito do Imperador e de suas irmãs, interessados já agora com a alviçarcira noticia.

O desejo do Imperador, ou melhor, de Aureliano, era que o imperador da Austria, tio do jovem Monarca brasileiro, se encarregasse êle proprio de abrir e encaminhar as negociações na Europa. Nesse sentido Aureliano falou a Daiser. Ter-se-ia naturalmente de mandar alguem a Viena, com os necessarios poderes para ultimar o casamento. Mas por enquanto Aureliano preferia aguardar os primeiros resultados que a côrte austriaca viesse a colher.

Conviria cuidar desde já do casamento do Imperador e da princeza Dona Januarina. Dona Francisca, mais moça, e a segunda na ordem da sucessão hereditaria, ficaria para mais tarde. Poderia mesmo ir casar-se no estrangeiro, o que não era o caso de Dona Januarina, que a Constituição obrigava a residir no Brasil, como Princeza Imperial que era.

O melhor seria, naturalmente, casar logo os dois na familia imperial da Austria, possivelmente com irmã e irmão. De toda a maneira, a noiva para o Imperador devia ser escolhida nessa familia; Aureliano fazia questão de que fôsse uma arquiduqueza.

Certo, o imperador do Brasil pertencia a uma das melhores linhagens européas. Filho e neto de Reis e Imperadores, ligado, por parentesco proximo, ás melhores casas reinantes da Europa, cabia-lhe o direito de pleitear um casamento á altura de sua nobreza. Mas, fóra

disso, que oferecia êle? Nos casamentos dessa natureza pouco ou nada conta o aspeto sentimental ou moral. Só vale, a bem dizer, o aspeto politico. Ora, por esse lado, o Brasil de então pouco contava. No concôrto das nações era uma quantidade insignificante. Politicamente, portanto, quasi nula. Economicamente, apesar de ser um paiz de grandes possibilidades, figurava em plano inferior. Socialmente, era, a bem dizer, uma nação de escravos. E historicamente nascera fazia apenas vinte anos.

Sob o ponto de vista monarchico, oferecíamos a vantagem de ser na America o perpétuador desse principio. Mas que interessava isso, no fundo, aos tronos europeus, ainda tão numerosos nessa época? A realza na America era, até certo ponto, para algumas côrtes européas, motivo antes de *blagues* ou de pilherias de mão gosto. Já não se estava mais no tempo da Santa Aliança. Os movimentos liberais que explodiam um pouco por toda a parte na Europa, sobretudo a revolução de 1830 em França, abalavam seriamente o velho prestigio das Monarquias legitimistas. O principio monarchico na America, de que o Brasil se fazia porta-voz, era, assim, coisa que não chegara a criar tradição, e de que pouco se importava o novo espirito europeu, moldado nos preceitos liberais de 1789 e de 1830.

Dom Pedro II não era, portanto, o que se chama um *bom partido*. Pessoalmente era quasi uma criança. Um adolescente. Se, por esse lado, podia acaso interessar a imaginação romantica de alguma princeza casadoi-

ra da Europa, a fama que deixara seu pai não concorria certamente para apresentá-lo como um marido ideal.

Acresce que era um noivo pobre. De renda, solida e liquida, com que garantir a subsistencia e responder aos numerosos compromissos do cargo, só tinha, a bem dizer, a dotação de 800 contos que lhe pagava o Estado, e os juros de 193 apolices da Divida Publica, que lhe deixara a mãe (141).

A Corôa possuia certamente algumas propriedades, mas que lhe davam antes despezas do que lucros. Tinha, por exemplo, o palacio do Paço da Cidade, no cais Pharoux, casarão vello e mal conservado, antiga residencia dos Vice-reis (142). Tinha o palacio de São

(141) Não é possível chegar-se a um resultado exato sobre os bens do Imperador na época de seu casamento. A escrituração da tezouraria da Casa Imperial deixa muito a desejar. Pode-se, contudo, obter um resultado aproximado, em numeros redondos, com os dados colhidos nos balanços da tezouraria da Casa Imperial e nos relatorios da Tutoria. Assim, de herança paterna recebeu o Imperador: bens no Brasil, 36 contos; bens na Europa, 28 contos; joias, baixelas, moveis, etc., calculados com largo exagero 1.300 contos. De herança materna: bens na Austria, 15 contos; apolices da Divida Publica, 193 contos; joia e outros objetos, 20 contos. Recebeu ainda por herança de sua irmã Dona Paula 10 contos.

Não ha elementos para afirmar se nos bens deixados por seu pai e situados no Brasil, avaliados em 36 contos de reis, estão incluídas algumas propriedades que couberam ao Imperador, como os palacetes chamados da Joana e São Domingos, e a fazenda do Corrego Sêco, que é hoje a cidade de Petropolis, avaliada então em cerca de 14 contos e arrendada por 1:700\$000 anuais.

(142) Vêr a respeito o Capitulo *Os Paços e a familia imperial*, no volume II desta *Historia*.

Cristóvão, no centro de uma grande area de terreno, chamada a Quinta da Boa Vista. “Esse palacio foi augmentado durante a minoridade do Imperador, graças sobretudo ao Sr. Paulo Barbosa, que administrou da melhor forma para o Imperador a renda bem mediocre de então, dando ao mesmo tempo ao Palacio um confôrto que está longe do luxo, mas que o torna, em todo o caso, mais comodo e decente do que ao tempo do imperador Dom Pedro I.

“A casa está bem fornecida em *équipages*, prataria, etc., embora lhe falte ainda muita coisa, visto ter o ultimo Imperador levado consigo e ter mandado buscar mais tarde tudo que tinha algum valor, inclusive moveis (143).

“O Imperador tem ainda o usufruto da grande propriedade da Corôa em Santa Cruz, distante oito leguas

(143) Por ocasião das negociações com Portugal, para o reconhecimento do Imperio e da Independencia do Brasil, o Governo imperial concordou em pagar a Dom João VI a soma de 250 mil libras esterlinas, como indenização pelos “predios, pratas, joias, alfaias, carruagens e bibliotéca”, de propriedade do Rei, que haviam ficado no Brasil. Essa soma fazia parte dos celebres 2 milhões de esterlinos que o Brasil pagara a Portugal pela sua independencia — com que comprara a sua independencia... Apesar disso, Dom Pedro I, quando se retirou do Brasil, em 1831, entendeu de reclamar “todas as joias da Corôa, deixando apenas o que coube em partilha a seus augustos filhos (partilha que não sei como foi feita), e levou mais toda a prata aparatosa chamada do lava-pés, que el-rei Dom João VI lhe não podia dar, nem abonar, senão pela maneira semi-forçada por que o fez” (Officio de Paula Barbosa, mordomo da Casa imperial, ao marques de Itanhaém, tutor do Imperador, do Rio, 1.º de fevereiro de 1834). — Não contente ainda, mandou Dom Pedro I reclamar mais tarde outros objetos que tinham fi-

alemãs, onde se encontra um castelo de recreio com as dimensões aproximadas de Hetzendorf. Essa propriedade tem a extensão de cerca de 20 léguas quadradas da Alemanha, e é explorada em proveito do Imperador por cerca de 1.600 negros, que pertencem igualmente á Corôa. O produto é muito mediocre em proporção á sua grande extensão, mas pode-se fazer dessa propriedade uma das mais belas e produtivas do mundo” (144).

cado no Brasil, pertencentes outróra a Dom João VI mas incorporados depois á Corôa imperial. Deve-se á energia com que Paulo Barbosa lhe defendeu o patrimonio não ter ela sofrido mais essa espoliação. “Julgando que S.M. Imperial já está lesado suficientemente, julguei não dever entregar coisa alguma do resto que ora exige”, dizia êle a Itanhaém; “parece-me que a Corôa do Brasil tem muito a reclamar do ex-Imperador, que levou tudo que havia de mais precioso e que lhe não pertencia, mas sim ao fausto da Casa Brasileira, pois assim o quiz a nação quando pagou aquelas 250 mil libras”. Dom Pedro I reclamava até mesmo os quadros que guarneciam as paredes do Paço e do Museu imperial. A isso replicava Paulo Barbosa: “Não posso admitir que os quadros que ornãm o Paço e o Museu pertençam ao ex-Imperador, porque êles foram implicitamente envolvidos nas 250 mil libras, assim como tudo que pertencia então ao Sr. Dom João VI, ignorando-se o valor do que levou o dito ex-Imperador e que pertence ao Sr. Dom Pedro II” (Oficio citado, no arquivo do Itamaratí — *Papeis da Casa Imperial*).

(144) Daiser, officio de 22 de setembro de 1840. Essas três propriedades eram as principais. A Corôa possuia ainda cerca de uma duzia de outras de proporções mais modestas, situadas na Capital, e de cujo usufruto dispunha o Imperador. Desses imoveis se falará mais adiante, a proposito do dote da Imperatriz.

V

DAISER A METTERNICH — “No dia 25 do mez pasado tive a primeira entrevista com o Imperador, que me confirmou explicitamente tudo que o seu Ministro me tinha dito relativamente ao negocio dos três casamentos. Repeti-lhe as mesmas observações que fizera antes ao Ministro, e perguntei-lhe se êle tinha por acaso em vista algumas Casas ou alguma princeza ou principes. Respondeu-me que não. Que deixava isso á escolha do Imperador seu tio, e que para si desejava sobretudo uma arquiduezza da Austria.

“Disse-lhe então que depois de muito meditar sobre a primeira conversa que tivera com o seu Ministro, viera-me a idéia de perguntar a Sua Majestade se o principe Eugenio de Savoia-Carignan, que tinha estado ultimamente aqui, não poderia talvez convir para a princeza Dona Januaria; e que opinião teria essa Princeza sobre êle. Respondeu-me Sua Majestade que de seu lado nada tinha contra êle; que iria sondar sua irmã.

A 12 do corrente tive a honra de uma segunda entrevista com o Imperador, sempre na presença do Ministro. Disse-me então Sua Majestade que havia sondado sua irmã Januaria. Que ela não se tinha, manifestado desfavoravelmente ao principe de Carignan, de sorte que êle pensava que se uma proposta lhe fôsse feita, ela não a recusaria. Aproveitei a ocasião para repetir ao Imperador que essa idéia era inteiramente minha, que eu a tinha sugerido apenas para saber qual era mais ou menos o gôsto de S.A.I., e não sabia absolutamente se essa minha proposta teria quâquer acceitação na Europa.

“Depois de ter assim colocado a questão, e inteirado diretamente pelo Imperador de seus desejos e de sua vontade, fiz-lhe sentir a conveniencia, e mesmo a necessidade de êle

escrever uma carta autografa a S.M. o Imperador nosso augusto Soberano, pedindo-lhe que se occupasse da escolha de uma esposa para êle e de dois principes para as Senhoras suas irmãs. Além disso, permiti-me observar a Sua Majestade a necessidade de êle enviar a Viena uma pessoa de sua confiança, munida de instruções e plenos poderes bastantes, para concluir essas negociações sob os auspicios do imperador da Austria, o que êle me prometeu fazer, exprimindo todavia o desejo de que, enquanto isso, eu dê conta o mais depressa possivel do encargo que êle acabava de me dar" (145).

Até então tudo se vinha passando na maior reserva. Raros suspeitavam de que já se cogitasse oficialmente do casamento do Imperador e de suas irmãs. Mas não foi possível guardar segredo durante muito tempo, ao menos para a roda mais chegada ao Paço e aos Ministeriós de Estado. Logo se soube que era intenção do Governo imperial mandar alguém á Europa, negociar os casamentos; e a cabala saíu a campo. Os candidatos, como sempre, se multiplicaram. Cada qual se julgou em condições de poder descobrir, nas côrtes do Velho Mundo, dois principes e uma imperatriz para o Brasil.

Não se sabia ainda que o Imperador tinha delegado, para isso, ou ia delegar poderes ao seu tio Imperador da Austria. Assim, os candidatos á comissão na Europa julgavam que iria caber-lhes a honra de descobrir esses principes encantados. E cada qual que fizesse alarde de seus conhecimentos nobiliarquicos, de sua erudição heraldica, de suas leituras sobre a genealogia das principais casas reinantes e principescas da Europa. Daiser no-

(145) Daiser, officio de 22 de setembro de 1840.

tava, com um fundo de ironia: "Ha muita intriga para obter a comissão que irá á Europa buscar a imperatriz e os principes com o almanaque de Gotha na mão" (146).

Até o velho marquez de Barbacena, reliquia do primeiro Reinado, já quasi septuagenario, mexia-se com o auxilio de sua familia no Paço. Como fôra o plenipotenciario do segundo casamento de Dom Pedro I, julgava-se com credenciais para arranjar tambem uma noiva para o filho. Trouxera para o Brasil a segunda Imperatriz, e queria agora trazer a terceira. Mas Metternich, que tinha contas a ajustar com êle, desde as negociações do casamento de Dona Amelia, e não o queria vêr de novo em Viena, com honras de plenipotenciario, tratou de afastar-lhe a candidatura, por intermedio de Daiser.

O candidato mais em evidencia era, naturalmente, Aureliano Coutinho. Sua qualidade de ministro dos Negocios Estrangeiros o indicava, aliás, para o desempenho de tão importante comissão. "Êle tem muito boas maneiras — dizia Daiser — um belo fisico e fala o francez com muita facilidade. Penso portanto que é o homem que convém perfeitamente para essa missão. Mas êle é tambem muito necessario no Ministerio, onde desempenha o papel de mediador entre as paixões divergentes de seus colegas, sendo ao mesmo tempo o unico dos atuais Ministros que não é atacado pela opposição e seus numerosos jornais" (147).

(146) Oficio citado.

(147) Idem.

Talvez por isso Aureliano não tivesse sido o nomeado. “Deseja essa comissão para êle mesmo — repetia Daiser, e eu o julgo inteiramente apto; mas é muito necessario aqui, e os colegas se opõem á sua partida” (148).

Coube, afinal, a nomeação a Bento da Silva Lisbôa, antigo ministro dos Negocios Estrangeiros e então 1.º official dessa Repartição. Era filho do celebre Ministro de Dom João VI, o barão de Cairú, titulo que êle devia herdar pouco mais tarde. Dadas suas estreitas relações com Aureliano, seu chefe e amigo, é de supor que tenha sido por este indicado ao Imperador para desempenho da ambicionada comissão.

“E’ um excelente homem — informava Daiser a Metternich — conhecedor dos assuntos e de seu paiz, e tem um carater geralmente estimado. Pretende evitar Londres e sobretudo Paris, e ir diretamente a Viena, onde chegará incognito, mas munido de todas as instruções necessarias, bem como das credenciais de Enviado Extraordinario temporario (*em missão especial,*) que êle exhibirá quando as circunstancias o permitirem e de acordo com Vossa Alteza” (149).

A 12 de dezembro de 1840 partia Bento Lisbôa para a Europa. Os que estavam ao par de sua missão o víram seguir com as mais fundas esperanças. Estavá-se persuadido de que o imperador da Austria não demoraria em encontrar uma noiva para o seu sobrinho do Bra-

(148) Officio de 17 de outubro de 1840.

(149) Idem de 26 de novembro de 1840.

sil, e que a nova alviçareira não deveria tardar a chegar á Côrte.

Daiser escrevia para Viena: “Bento da Silva Lisboa parte esta noite. . Vai com uma carta do imperador Dom Pedro II para S. M. o Imperador nosso augusto amo; uma carta do ministro de Estrangeiros para Vossa Alteza; e suas instruções” (150).

(150) A carta de Dom Pedro II a seu tio, o imperador Fernando II da Austria, cuja minuta fôra redigida por Daiser, era do seguinte teôr: “15 de setembro de 1840 — Senhor meu irmão muito querido, tio e padrinho. — Vossa Majestade deu-me tantas provas de sua terna afeição e de sua constante solicitude em tudo que diz respeito a mim e minhas irmãs, que é com inteira confiança que me dirijo directamente a Vossa Majestade Imperial para pedir seu apoio e intervenção num assunto da mais alta importancia, tanto para mim quanto para as Princezas minhas irmãs. — Depois de ter assumido o Governo de meu Imperio, os meus Ministros fizeram-me sentir a necessidade de pensar, desde já, na minha situação futura, assim como na das minhas irmãs. — Não pude deixar de reconhecer a justeza de suas observações, e estou decidido a ocupar-me delas sem tardança. Penso, entretanto, que para alcançar o fim desejado da maneira mais conveniente para garantir a felicidade de minha pessoa e de minhas queridas irmãs, não posso fazer melhor do que pedir a Vossa Majestade que se encarregue da escolha de uma esposa para mim e de dois principes para minhas irmãs Januaria e Francisca. — O meu maior desejo é realizar esses três casamentos, sobretudo o meu, na augusta casa da Austria, á qual já estou ligado pelo mais proximo parentesco, e pela qual tenho sempre os mais vivos sentimentos de afeto e veneração, não sómente pelas grandes virtudes que a distinguem, como pelo respeito á memoria de minha falecida mãe, que não cessamos de chorar e cuja lembrança está eternamente gravada em nossos corações e, posso afirmar, tambem no dos Brasileiros. — Na certeza de que Vossa Majestade Imperial não se negará a satisfazer-me, autorizei o meu ministro dos Negocios Estrangeiros a entrar

Depois acrescentava:

“Meu papel de primeiro intermediario está terminado. Creio ter fornecido as informações mais necessarias. Permito-me apenas observar que no caso em que se trate de uma arquidukeza, seria util e conveniente que se estipulasse no contrato de casamento que a futura imperatriz terá direito de trazer e ter com ela uma dama de honra, ou leitora com as mesmas prerrogativas; uma criada de quarto (*kammerfrau*); um medico, um confessor e um secretario”.

E um pouco com a idéia fixa na necessidade de uma renovação de costumes no Paço, terminava:

em negociações sobre este assunto com o barão Daiser, e eu mesmo encarreguei este ultimo de dar conta a Vossa Majestade Imperial destes primeiros passos. Enviarei sem tardança a Vossa Majestade Imperial uma pessoa de minha confiança, que será portadora de meus poderes e instruções para entrar em negociações e dar os detalhes e informações que poderão ser necessarias. — Aproveito esta ocasião para pedir a Vossa Majestade aceitar novamente a segurança dos sentimentos de minha consideração a mais distinta e da afeição a mais sincera, com que sou, de Vossa Majestade Imperial, o bom irmão e muito afetuoso sobrinho e afilhado — PEDRO”.

A carta de Aureliano Coutinho a Metternich, cuja minuta é de Bento Lisboa e se encontra no arquivo do Itamarati (*Papeis da Casa Imperial*), salienta “as qualidades preciosas e as virtudes” dos três principes brasileiros. Sobre o Imperador, diz: “S.M. o Imperador Dom Pedro II, cuja saúde é cada vez mais robusta, tem o corpo bem proporcionado e elegante. A tez é branca (clara), muito rosada, e seus cabelos são louros. Seus traços são muito regulares e delicados, e seu porte é majestoso. Pode-se dizer que já é e se torna cada vez mais um belo homem. Tanto o fisico como o moral têm um desenvolvimento muito além do que era de esperar-se em sua idade. E’ dotado de maneiras as

“Quando se tratar de constituir a côrte da jovem imperatriz, será preciso nomear Camareira-mór (*Grandemaitressc*) a Sra. de Maceió, a mais digna e mais apta para essas altas funções... Torna-se absolutamente necessario libertar, com precaução e sem fazer sentir, essas augustas crianças da roda que atualmente as cerca, que não está de acordo com as suas altas posições e é sempre nociva a seus interesses” (151).

mais afaveis e cortezes, e as sabe muito bem combiná-las sem perda de sua dignidade soberana. Não se ouviu ainda uma palavra desagradavel da boca do Imperador. Posso assegurar a Vossa Alteza que aqueles que têm a honra de se aproximar de S. M. I. o amam sinceramente pela amabilidade tão em harmonia com a dignidade que convém a um Imperador. S.M. tem igualmente muito criterio. Encara os objéto pelos seus verdadeiros pontos de vista, refletindo maduramente sobre êles. Sua modestia é apreciada. Não ouve um elogio sem corar. A primeira vez que tive a honra de falar-lhe sobre a necessidade de pensar em seu casamento, baixou os olhos e corou. Aprecia muito as letras, bem como a conversa com os homens instruidos e circunspectos. Quero crêr que na sua idade não exista um príncipe que possúa tão consideravel soma de conhecimentos como a tem o Imperador; e mostra o maior desejo de esclarecer e enriquecer cada vez mais o espirito. A maior regularidade e circunspeccão se refletem em todos os seus atos, e até mesmo em seus divertimentos. Todas essas qualidades do Imperador farão sem duvida a felicidade da augusta esposa que lhe será destinada, desde que, possuindo identicas, saiba apreciá-las em seu Augusto esposo mais ainda do que a corôa imperial”.

(151) Officio de 12 de dezembro de 1840.

VI

Bento Lisbôa só chegou a Viena em fins de março de 1841. Não pudera evitar a passagem por Londres, e ali os jornais logo divulgaram o carater de sua missão, pouco depois confirmado pela imprensa alemã e austriaca, quando de sua entrada em Viena. “Foi só portanto ultimamente, escrevia Daiser em junho de 41, quando chegou o ultimo paquete com os jornais contendo os artigos do *Allgemeine Zeitung*, sobre a chegada e o fim da missão do Sr. Lisbôa, que esse misterio foi em parte revelado” (152).

Durante quasi dois anos iria esperar-se no Rio pelos resultados da missão de Bento Lisbôa. Os mezes se passariam sem que de lá viesse uma noticia promissora. O Imperador da Austria encarregaria Metternich de negociar os casamentos, e o enviado brasileiro aguardaria, paciente, em Viena, os resultados da ação do Chanceler austriaco. Seria tudo quanto se viria a saber a respeito no Rio de Janeiro.

A opinião publica, os meios officiais e, mesmo, o proprio Paço, inclusive o Imperador e as Princezas, acabaram, naturalmente, por impacientarem-se com tão dilatada demora e poucos resultados. Daiser nos fala do *nervosismo* da familia imperial “desde que foi pronunciado o nome de casamento e encetadas as primeiras ne-

(152) Idem de 11 de junho de 1841.

negociações" (153). Apesar das vagas explicações de Metternich, transmitidas por intermedio de Daiser ou de Bento Lisboa, nada justificava uma tal situação, que começava até parecer desairosa para a familia imperial.

Daiser procurava atenuar essa má impressão:

"Ha três mezes que me esforço por fazer comprehender que um negocio de natureza tão delicada como esse devia necessariamente, pelos motivos que já dei detalhadamente, sofrer delongas, e fiz mesmo vêr que esse atrazo não era tão grande quanto geralmente se pensa...

"Sua curiosidade (*do Imperador*) é sempre grande em saber qualquer coisa de mais positivo. Não se mostrou muito satisfeito com a possibilidade dessa união só poder effectuar-se dentro de um par de anos. Pedi ao Sr. Aureliano que explicasse ao Imperador que esses dois anos tinham sido referidos fazia já alguns mezes; que a primeira idéia de casamento datava das primeiras propostas chegadas a Vienna, em novembro de 1840, e que por consequencia era bem possivel que essa união pudesse vir a ser celebrada antes do fim do ano proximo.

"Sem nunca dar sobre isso garantias inconsideradas, e me limitando sempre ao calculo das probabilidades, achei entretanto dever expandir-me nessa conformidade, para conter uma impaciencia que é a mais natural, e impedir os manejos de intrigas e complicações, como as que vimos por ocasião das negociações para o segundo casamento do falecido imperador Dom Pedro I" (154).

Fôssem quais fôssem as justificativas, uma coisa era certa: os mezes se passavam, e as noticias vindas de Vie-

(153) Officio de 30 de agosto de 1841.

(154) Idem. — Vêr sobre essas negociações, Heitor Lyra, *Ensaio diplomaticos*.

na não adiantavam grande coisa. Metternich estava bem á procura da suspirada noiva e dos dois principes encantados. Mas nada adiantára aos primeiros passos de ha um ano atraz. Afinal, o proprio Daiser acabou por se mostrar desassossegado com essa demora, e em outubro de 41 escrevia a Metternich: “E’ necessario que a missão do Sr. Lisbôa chegue a um resultado satisfatório. Essa incerteza prolongada causa má impressão ao publico. A opposição aproveita para tirar partido, e acusar o Ministerio de não inspirar confiança no estrangeiro” (155).

Em Fevereiro do ano seguinte voltava a insistir. Fazia vêr o isolamento em que se encontrava o Imperador, desamparado moral e espiritualmente, e a necessidade de ter alguem ao lado, em quem pudesse confiar integralmente. “Aguarda, por isso, com a mais viva impaciencia, cada chegada de um navio da Europa, porque é de lá que espera o remedio para esse seu isolamento. Sob todos os sentidos, uma solução, mesmo um simples projeto, torna-se cada vez mais desejavel e urgente” (156).

Abril de 1842. Ha quasi ano e meio que Bento Lisbôa partira para a Europa, e as noticias que vinham de Viena não eram mais animadoras do que antes. A questão dos casamentos continuava no mesmo pé. Negociações se atavam e desatavam sem alcançarem resultados positivos. Não se entrara a fundo em nenhuma delas.

(155) Officio de 20 de outubro de 1841.

(156) Officio de 22 de fevereiro de 1842.

Tudo não passara de vagas ofertas ou sugestões, logo deixadas de lado ou esquecidas. Praticamente nada se fizera. / E as Princezas não tinham mais sorte do que o Imperador. Como o irmão, elas continuavam na mesma situação de impaciente e improdutivo expectativa, á espera que o Sr. principe de Metternich se dignasse de encontrar-lhes os desejados maridos.

De vez em quando chegavam ao Governo imperial, por vias indirectas, propostas ou sugestões de casamentos fóra das vistas da côrte de Viena. Mas Aureliano e o proprio Imperador receavam iniciar qualquer outra negociação, para não dificultar ainda mais a de que estava encarregado Bento Lisbôa. Por outro lado, não queriam tambem melindrar o imperador da Austria ou o principe de Metternich, aos quais havia sido entregue, com plenos poderes, a questão dos casamentos. “O Sr. Aureliano pediu-me com grande interesse que Vossa Alteza continuasse a interpôr os seus bons officios em todas as negociações matrimoniais” — escrevia Daiser a Metternich (157).

Tantas vinham sendo as decepções, as delongas suportadas e as impaciencias mal contidas, que o Governo imperial começava a ceder em muitas de suas primitivas imposições. Já não fazia mais questão da familia imperial da Austria. Mesmo uma arquidukeza para o Imperador não era mais condição *sine qua*. Tudo que se desejava, já agora, era uma solução, contanto que fôsse

(157) Officio de 25 de abril do mesmo ano.

digna do imperador do Brasil — mas que fôsse sobretudo uma solução. “O Sr. Aureliano começa a prever que será difficil concluir esse negocio no terreno que êle desejara, e pede por conseguinte que nesse caso Vossa Alteza dirija suas vistas para outro lado, contanto que se possa chegar de um maneira aceitavel a um resultado satisfatorio” (158).

Tambem já não se insistia muito no casamento das Princezas, que poderiam esperar. O do Imperadôr era tido agora como o mais urgente. Considerava-se imprescindivel concluí-lo de uma maneira ou de outra, quando menos não fôsse como uma satisfação á opinião publica. “O Sr. Aureliano deseja sobretudo e lhe parece da maior importancia a escolha de uma esposa para o Imperador”, acrescentava Daiser, para concluir:

“Conveio comigo em que esse Principe é ainda muito jovem, mas se aproxima depressa da idade critica, quando a natureza começa a se desenvolver; dotado de grande caracter e de moralidade, basta a idéia da existencia de uma pessoa de sua categoria, á qual está ligado por laços que o casamento tornará indissoluveis, para preservá-lo dos desvios da mocidade. Se não chegar nenhuma noticia de um projeto ou de uma proposta por mais vaga que seja, se êle não vir que se inicia uma negociação, se se sentir abandonado, então será de temer-se que acabe por ceder ás seduções de toda a especie que irão cercá-lo, duplamente perigosas num paiz onde é grande a imoralidade em todas as classes, onde não se recúa diante do que quer que seja e onde existem antecedentes tão deploraveis” (159).

(158) Officio de 25 de abril de 1842.

(159) Idem.

VII

Com tudo isso, a situação de Bento Lisbôa em Viena tornava-se cada vez mais difficil. Aliás, êle nunca se sentira ali á vontade. Desde o começo da negociação que ficará patente o desinteresse, proposital ou não, de Metternich pelos casamentos brasileiros. E á medida que os mezes se foram passando, esse desinteresse se tornara cada vez mais evidente. Não era de fato crível que um homem como o Chanceler austriaco, com a projeção e o prestigio que gozava nos meios internacionais e nas côrtes da Europa, e dispondo, além disso, do apoio do imperador da Austria, não pudesse encontrar uma princeza para Dom Pedro II. Por menos prestigiado que fôsse o trono brasileiro, por menos tentadora que fôsse essa corôa americana, eram sempre um trono e uma eorôa. Era evidente, portanto, a manifesta má vontade de Metternich para com o Governo e a familia imperial do Brasil.

E quanto ao pobre do Bento Lisbôa, não lhe dava positivamente atenção. Deixava-o mofando nas ante-camaras do palacio da Chancelaria. A côrte austriaca, essa, o puzera simplesmente de lado. Fizera mesmo pior: certos fidalgotes, na falta de outro divertimento, passaram a ridicularisá-lo, a pôr em bulha esse emissario de um paiz exótico, esse simples empregado de um vago Ministerio de Estrangeiros, que se dava ares de grande personagem.

Ressentido, Bento Lisbôa deixou de frequentar a côrte. Rareou suas visitas á Chancelaria. Afastou-se do

elemento propriamente austriaco. Passou a fazer vida á parte, com um pequeno grupo de diplomatas acreditados em Viena. Entre estes, havia o ministro do rei Francisco II das Duas Sicilias, Vincenzo Ramirez. Expansivo, como bom napolitano, acolhedor e amavel, depressa cativou a simpatia e a confiança de Bento Lisbôa. Este, que vivia isolado, agastado com o acolhimento que lhe fazia a sociedade vienense, cansado de esperar que Metternich se decidisse afinal a encontrar uma noiva para Dom Pedro II, expoz suas mágoas a Ramirez, a quem confiou, ao mesmo tempo, o carater da missão confidencial que o trouxera a Viena.

Uma noiva? Bento Lisbôa estava á procura de uma noiva para o seu Imperador? E perdera, para isso, longos mezes em Viena, á espera que o serenissimo príncipe senhor de Metternich se decidisse a descobri-la entre as princezas casadouras da Europa? Pois Ramirez dar-lhe-ia essa noiva tão almejada. Era uma princeza de bom sangue, bem educada, bem prendada, dotada das melhores qualidades de coração e de carater; e além do mais extranha á *côterie* enfatuada de Viena. Que melhor oportunidade podia êle encontrar para vingar-se da displicencia de Metternich e da empáfia dos fidalgotes que lhe torciam o rosto nos salões de Schoenbrunn? Tratava-se da princeza Tereza Cristina-Maria, irmã mais moça do rei Fernando II das Duas Sicilias.

Bento Lisbôa acolheu com a maior simpatia a sugestão de Ramirez. Mas não quiz nada precipitar. Fez-lhe vêr sobretudo que dadas as suas instruções, não po-

deria entrar em nenhuma negociação sobre este assunto sem primeiro entender-se com o principe de Metternich. Iria, portanto, procurar o Chanceler austriaco.

Metternich não deixou de trair o seu desapontamento. Ele não estimava vêr o casamento se fazer fóra de suas vistas directas, e sobretudo com uma Princeza extranha á *côterie* que dominava nas antessalas do palacio da Chancelaria. Isso significaria um duplo fracasso, politico e diplomatico. E o seu desapontamento foi tanto maior quanto justamente êle se decidira afinal a fazer qualquer coisa para casar Dom Pedro II, parecendo que suas vistas estavam então voltadas para a granduqueza Olga, a mesma que se casaria, pouco mais tarde, com o rei do Wurtemberg.

Apezar de tudo, porém, êle soube guardar uma grande discreção. Limitou-se a dizer a Bento Lisboa que não via, na princeza Tereza Cristina, nenhum obstaculo quanto á illustração da familia; notava, apenas, como possivel dificuldade, a diferença de idade entre os dois jovens Principes. De fato, ella era quasi quatro anos mais velha do que Dom Pedro II.

VIII

A boa acolhida dada por Bento Lisboa á proposta de casamento com a princeza Tereza-Cristina parece ter animado a côrte de Napoles, que logo se apressou em submetê-la ao Governo imperial, por intermedio de seu

Encarregado de Negocios no Rio, Dom Gennaro de Merolla. Era um oferecimento em regra: "O rei de Napoles está disposto a dar a sua mão ao imperador do Brasil no caso em que a peça".

Aureliano limitou-se a responder que era impossível entrar em entendimentos no Rio sobre este assunto; que todas as negociações deviam ser feitas em Viena. Sem embargo, acrescentou, o Imperador "não levantava nenhuma objeção pessoal contra essa união" (160).

Merolla não precisava de mais. Essa resposta valia implicitamente por uma aceitação. Logo se apressou em partir para Napoles, afim de levar a bôa nova á sua côrte. Nessa ocasião chegavam ao Rio os officios de Bento Lisbôa, dando conta da proposta que lhe fizera Vincenzo Ramirez e de sua conversa, a respeito, com o principe de Metternich. Esses officios eram datados do começo de abril, e foram recebidos no Rio em fins de junho de 1842. Nesse intervalo — precisamente a 20 de maio — Bento Lisbôa firmava com Ramirez o contrato de casamento. De forma que quando se soube, no Rio, da proposta da união de Dom Pedro II com a princeza Tereza-Cristina, já estes estavam legalmente casados, ou pelo menos prometidos.

Bento Lisbôa, como se vê, não perdera tempo. Cansado de estar em Viena de braços cruzados, á espera que Metternich se decidisse a encontrar uma noiva para o Imperador, logo se apressou em aceitar a proposta do

(160) Officio de Daiser de 13 de julho de 1842.

ministro napolitano. Não esperou nem mesmo pela autorisação ou o parecer do Governo imperial. Cobriu-se com as instruções que trouxera do Rio e com o beneplácito do príncipe de Metternich. Ramirez falara-lhe pela primeira vez em casamento em março de 42; e dois mezes depois estava assinado o respectivo contrato. Que melhor resposta poderia dar Bento Lisbôa ás excessivas delongas de Metternich, que durante quasi dois anos o fizera esperar inutilmente em Viena?

A noticia da assinatura do contrato de casamento só chegou ao Rio a 23 de julho daquele ano. Até então tudo se vinha passando ali com grande reserva. Apenas Aureliano, seus colegas de Ministerio e alguns aliados no Paço — Paulo Barbosa e poucos mais — estavam ao par dos entendimentos de Bento Lisbôa com Ramirez. O publico de nada sabia. O proprio corpo diplomatico acreditado no Rio, com excepção de Daiser, ignorava o que se passava, e a sua surpresa foi grande, como a de todos, quando chegou da Europa o secretario de Legação José Ribeiro trazendo o contrato de casamento do Imperador (161).

(161) O contrato foi assinado em Viena, a 20 de maio de 1842, por Bento Lisbôa e Vincenzo Ramirez. Por esse contrato, a futura Imperatriz recebia de dote, do Rei seu irmão, 120 mil ducados napolitanos, ou cerca de 80 contos de réis brasileiros daquele tempo. Recebia do Imperador, como contra-dote, 150 mil ducados, ou cerca de 100 contos; e como pensão de viuva outros 150 mil ducados, portanto outros 100 contos. Somava tudo 420 mil ducados napolitanos, ou cerca de 300 contos de reis brasileiros do tempo.

St. Georges, ministro de França, escrevia para Paris:

“A negociação relativa ao casamento foi conduzida mui secretamente, e nada havia transpirado. Somente agora é que se pode explicar a partida súbita do Sr. Merolla. E’ evidente que êle partiu com o duplo proposito de fazer côrte em seu proveito e de preparar o espirito da futura Imperatriz em favor dos Srs. Aureliano e Paulo Barbosa, que se concertam para conservar e con-

Para garantia do dote, contra-dote e pensão de viuva, ficavam hipotecados os seguintes bens da Casa Imperial — copia textual:

1 — Edifício da rua de Bragança, avaliado em 50 contos;

2 — Casa assobradada, contigua ao mesmo edificio, avaliada em 25 contos;

3 — Edifício grande á rua Dom Manuel, onde funciona o teatro São Januario, avaliado em 45 contos;

4 — Casa assobradada á rua do Ouvidor, avaliada em 30 contos;

5 — Edifício nobre á rua do Passeio, avaliado em 40 contos;

6 — Chacara da Lagôa de Freitas, á rua da Floresta, adjacente ao Jardim Botânico, avaliada em 15 contos;

7 — Edifício nobre á rua da Guarda Velha que havia servido ao tempo do rei Dom João de Tezouro da Real Corôa, avaliado em 50 contos;

8 — Edifício de aspeto decoroso, tambem á rua da Guarda Velha, avaliado em 45 contos.

Soma tudo 300 contos de réis.

Além do dote acima referido, punha-se á disposição da Legação imperial em Londres, para compra das joias que o Imperador devia dar á esposa, conforme estipulava o contrato, a soma de 5 mil libras esterlinas. Recomendava-se que essas joias fôsem “um bandeau e adereços de brilhantes”. (*Papeis da Casa Imperial*, no arquivo do Itamarati).

solidar a influencia que exercem sobre o Imperador (162).

A noticia do contrato de casamento não deixou de causar uma certa decepção no Rio. Esperava-se francamente outra coisa. Nada se sabia dessa tal princeza Tereza-Cristina, cujo parentesco com o rei de Napoles nem mesmo se conhecia ao certo. Uns diziam-na filha, outros irmã do Rei. Esse proprio Rei mal lhe conheciam o nome, ou não o conheciam de todo. E até o nome do Reino era incerto: para uns era reino de Napoles, para outros das Duas Sicilias.

E quem era afinal essa moça, que viria sentar-se no trono do Brasil? Sabia-se apenas que tinha 20 anos de idade, e vivia reclusa no velho palacio Chiaramonte, numa vida modesta e sem aparato. A diferença de idade entre os noivos foi a primeira decepção que esse casamento causou á sociedade e ao publico do Rio. O Imperador tinha então 16 anos, era ainda quasi um menino, embora aparentasse maior idade; e não se comprehendia que a fôsem casar com uma moça quatro anos mais velha do que êle.

A outra decepção foi a familia da noiva. Sabia-se que Bento Lisbôa estava em Viena negociando com a côrte da Austria o casamento do Imperador, e todos esperavam que se conseguisse, sinão uma arquiduqueza, ao menos uma princeza das chamadas *grandes familias* reinantes da Europa — uma Habsburgo, uma Hohenzollern

(162) Officio de 4 de agosto de 1842.

ou mesmo uma Orléans. Tereza-Cristina era certamente uma Bourbon. Mas esses Bourbons andavam então bem desprestigiados, depois de sua expulsão do trono de França, com a quêda de Carlos X. Alem disso, ela pertencia aos Bourbons de Napoles, quer dizer, a um dos ramos colaterais da familia, talvez o menos bem visto de todos.

Era daquela familia de principes turbulentos, um pouco aventureiros e um pouco grão senhores, que dispunham e tiranisavam a seu modo esses Napolitanos desabusados, sempre prontos para accitarem ou reclamarem um novo rei.

Eles teriam a prova disso em 1860, quando um plebiscito adrede preparado os poria fóra do trono, abrindo, assim, as portas de Napoles ás hostes do rei da Sardenha. Fernando II ficaria na Historia como um Principe cruel e déspota, que não se cansara de perseguir o seu povo. Em Napoles deixaria o apelido famoso: *Il Re Bomba*. Torres-Homem, quando era ainda o panfle-tario Timandro, foi dos que mais desapiedadamente o trataram no Brasil, a êle e á sua familia — *estirpe sinistra* —, como a crismou. De Fernando II dizia não passar de um *déspota atrozmente beato e beatamente verdugo*.

Sua mulher era aquella estranha rainha Maria-Sofia, princeza da Baviera, e irmã da infeliz imperatriz da Áustria, que seria mais tarde assassinada em Genebra. Maria-Sofia era uma mulher de uma intrepidez sem limites. Daria prova de sua coragem defendendo, ao lado

do general Bosco, com o entusiasmo de um velho soldado, o trono e o reino de Napoles contra a investida das tropas garibaldinas. A condessa de Kleinmichel, que a conhecera nos ultimos anos de vida, nos fala dos cinco mezes de sitio em Gaeta, quando Maria-Sofia era vista “de noite e de dia, percorrendo a cavallo as trincheiras, entusiasmando os officiaes e soldados, dividindo com elles as privações, as fadigas, tratando os feridos e enterrando os mortos”.

IX

O retrato de Tereza-Cristina, que o secretario José Ribeiro trouxera de Viena, com o contrato de casamento, desfez grande parte da má impressão que causara no Rio o noivado. Todos foram acordes em reconhecer uma certa beleza na futura imperatriz, uma naturalidade de expressão que agradava e um ar de profunda e acolhedora simpatia. Daiser escrevendo a Metternich, ao dar conta da chegada de José Ribeiro ao Rio, com o contrato de casamento e o retrato da noiva, acrescentava:

“Como era justamente dia de grande gala no Paço, por causa do aniversario da proclamação da maioridade do Imperador, a noticia se espalhou rapidamente, e á noite o retrato circulou no teatro por muitos camarotes, o mesmo acontecendo no dia seguinte, tendo os Srs. Ministros se apoderado dêle para mostrarem a todos que o quizessem vêr. O Sr.

Aureliano me disse que o Imperador achara o retrato muito bonito, mas guardara a sua costumada impassibilidade" (163)

Não foi tanto assim, e pode-se mesmo dizer que êle foi francamentè expansivo nessa ocasião, quasi transbordante, se se levar em conta a sua natureza retraída. Temos justamente a pagina do seu diario nesse dia 23 de julho de 1842, quando êle recebeu o contrato de casamento e o retrato de sua futura mulher.

Depois de um dia cheio de cerimoniaes, com beijação, cortejos, e tudo quanto exprimia, ou fingia exprimir satisfação pelo aniversario da proclamação da Maioridade, o jovem Monarca, curvado ao peso do uniforme e das condecorações, foi repousar alguns instantes entre os familiares do Paço.

"Mal podendo comigo de cansado, fui-me assentar na sala do Despacho, onde, conversando eu com os meus Ministros, veio dizer Paulo (164) que aí estava o Ribeiro. Dissemos: o tratado de casamento, que bôa nova, que feliz coincidência! O ministro de Negocios Estrangeiros (165) saiu, e daí a pouco voltou com os officios de Bento Lisbôa e o retrato de minha futura esposa, que é mui bela, e dizem alguns diarios da Europa mui prendada e instruida. Abriam-se; deu-me Aureliano o tratado de casamento meu com a irmã do rei das Duas Sicilias, Tereza-Maria-Cristina (166). Todos nós, eu e meus Ministros, fômos alegres jantar, findo

(163) Officio de 13 de agosto de 1842.

(164) Paulo Barbosa.

(165) Aureliano.

(166) Aliás Tereza-Cristina-Maria.

o qual subi a meu quarto a largar o enorme peso que trazia.

Sinto alguém subir a escada; é Candido (167), que me pede licença para publicar tão fausto acontecimento, a qual depois de alguma hesitação dei. Os Semanarios beijam-me a mão, e vêm depois felicitar-me os criados que tinham ficado, menos o barão de Caxias (168).

Das mãos de Aureliano tomo o retrato, e corro ao quarto da mana Januarina. Elas já sabiam. Mostrei-lhes o retrato, de que gostaram muito. O barão de Caxias beija-me a mão pelos dois motivos.

Passado o resto da tarde com os Semanarios. Às oito e tanto da noite apareci na tribuna do Teatrò Grande ao povo, e o Juiz Municipal deu vivas que foram acompanhados. O hino rompeu, levantou-se o pano, e iam os atores começar a representação quando dum camarote se ouviram palmas; e um moço recitou mal uma poesia que talvez não fôsse má. A comedia ou drama intitulava-se *Os incendiarios*, e a dança, que chamaram baile anacreontico, talvez por ser amoroso, *Amor protege amor*, foi tempo perdido" (169).

X

DAISER A METTERNICH — "Trata-se agora de escolher as pessôas que devem compôr a nova côrte, sobretudo o pessoal que terá de ir a Napoles, buscar a jovem Imperatriz.

(167) Candido de Araujo Viana, marquez de Sapucaí.

(168) *Criados* eram todos quantos desempenhavam um cargo no Paço, de immediata confiança do Monarca. Caxias fôra nomeado nesse dia ajudante de campo do Imperador. Tinha chegado á Côrte na vespera, vindo de São Paulo, onde debelara a revolta dos liberais, e partiria daí a dois dias para Minas Gerais, onde, a 20 do mez seguinte, venceria os revoltosos de Santa-Luzia.

(169) Arquivo da familia imperial.

O numero de candidatos é numeroso, mas o das pessoas aptas para comissões dessa natureza é muito limitado. Parece certo que irá o Sr. Aureliano, na qualidade de embaixador extraordinario, munido de todos os plenos poderes para o pedido solene, para os esponsais e para a entrega da Imperatriz. Sente-se a intenção de oferecer á Sra. marquezia de Maceió o cargo de dama de honra, mas parece que ella só difficilmente o aceitará, e quando muito apenas durante a viagem, o que será certamente mais prudente, porque essa jovem côrte tornar-se-á um fóco de intrigas perigosas e interminaveis.

“Preparam-se duas fragatas, que devem ir a Napoles buscar a futura Imperatriz; mas ellas só poderão estar prontas em dezembro proximo, de forma que duvido que o casamento possa ser celebrado aqui antes de julho de 1843” (170).

Esse caso da embaixada especial que devia ir a Napoles buscar a futura imperatriz desnorteou a muita gente, pela surpresa da decisão do Imperador. Durante mezes teceram-se os mais desencontrados palpites. Não houve nome de personalidade politica em evidencia que não se citasse para o cargo de embaixador extraordinario. Foi indicado até o do ex-regente marquez de Olinda. Cada um dos numerosos candidatos se julgava mais apto do que os outros para a honrosa comissão. Aureliano, sendo ministro de Estrangeiros, era, naturalmente, o nome mais apontado, e parece certo que elle desejava realmente a embaixada. Mais de um ano antes, já Daiser mandara dizer a Metternich: “O Sr. Aureliano está sempre decidido a partir para a Europa, assim que

(170) Officio de 13 de agosto de 1842.

as informações recebidas de Viena tenham um carater mais pósito. Aliás, ha muita intriga para essa comissão” (171). O Imperador, como sempre, foi o ultimo a falar. Guardou, sobre isso, a mais absoluta reserva. Ninguem lhe conhecia as intenções, nem mesmo os mais chegados ao Paço.

Quando menos se esperava, êle decide nomear o embaixador. Foi buscá-lo fóra da lista das sumidades politicas que a imaginação dos interessados lhe oferecia. Coube a desejada comissão a José Alexandre Carneiro Leão, futuro visconde de São Salvador de Campos, homem independente, de largos haveres, estranho ás facções politicas, que tinha feito sua educação na Inglaterra e fôra gentil-homem da camara do primeiro Imperador. Tinha então cerca de 50 anos e era aliado, por parentesco, ás mais conceituadas familias da época. Era primo-irmão de Honorio Hermetò, futuro marquez de Paraná (172). “E’ efetivamente um homem dos mais amaveis, informava Daiser, sinceramente ligado á familia imperial, não pertencendo nem tendo nunca pertenci-

(171) Oficio de 30 de agosto de 1841.

(172) José Alexandre era filho de Braz Carneiro Leão, portuguez, antigo comerciante no Rio de Janeiro, homem de grande fortuna, falecido em 1808. Sua casa era á praça da Gloria do Outeiro (atual largo da Gloria), a mesma que pertenceria depois a Meriti, sogro do marquez de Abrantes, e serviria, mais tarde, por muito anos, de séde á Secretaria dos Negocios Estrangeiros. Em seu lugar eleva-se hoje o palacio arquiiepiscopal. José Alexandre era casado com uma sobrinha, Elisa-Leopoldina, filha de seu irmão Fernando e irmã do marquez de Maceió.

do a nenhum partido que não seja o do Paço, e extremamente cortez” (173).

Carneiro Leão foi nomeado “Comissario plenipotenciario e Embaixador junto ao rei das Duas Sicilias, para ir a Napoles receber a Princeza em nome de seu augusto esposo, e ter a honra de conduzí-la a esta Côrte, a bordo da esquadra brasileira para esse fim destinada”. Era o que resavam as suas instruções, datadas de 16 de fevereiro de 1843 (174).

Coube ao almirante Teodoro de Beaurepaire o comando da esquadra. Sua mulher, Dona Isabel, seguia como açafate da futura Imperatriz, e a filha como dama de honra. Dona Elisa-Leopoldina, mulher de Carneiro Leão, ia igualmente como dama de honra. A Camareira-mór era a marquezeta de Maceió, sobrinha e cunhada de Carneiro Leão; e um outro seu sobrinho, Braz Carneiro Belens, seguia como veador da futura Imperatriz. Era um pouco, como se vê, uma embaixada de familia. Como Mordomo-mór seguia o filho da condessa de Belmonte, Ernesto Frederico de Verna Magalhães.

Esperava-se que a Embaixada pudesse partir em fins de 1842. Mas só em começos do ano seguinte é que ficou pronta a esquadra imperial. “Faltavam marinheiros brancos, e não se queria mandar muitos negros” (175). Esse adiamento permitiu que se preparassem com mais vagar os aposentos nos palacios imperiais,

(173) Officio de 20 de fevereiro de 1843.

(174) Arquivo do Itamarati.

(175) Officio de Daiser, de 13 de janeiro de 1843.

fazendo-se vir da Europa “certos adornos, para maior esplendor da Casa Imperial” (176), escrevia Aureliano a Bento Lisbôa, acrescentando: “A fragata *Constituição*, em que deverá vir S. M. a Imperatriz, e que é de primeira ordem, está ficando mui bonita, e irá mui decentemente adornada, e com todas as acomodações necessarias” (177).

Em março de 1843 partia enfim Carneiro Leão com a sua comitiva. “Desnecessario é recomendar a V. Ex. que empregue todos os meios para fazer pouco penosa a viagem de S. M. a Imperatriz, procurando por todas as formas que ela seja tratada com as atenções e delicadezas que exige sua subida jerarchia; e que comece desde logo a apreciar devidamente o amor e alto respeito que lhe consagram os Brasileiros, que ardentemente fazem votos pela prosperidade e feliz chegada a este Imperio; porque tenho cabal conhecimento do prestimo, qualidades e distinta delicadeza de V. Ex.” (178).

(176) No palacio de São Cristóvão fazem-se grandes preparativos para a recepção da Imperatriz, que o Imperador parece aguardar com a maior impaciencia. Elle mesmo dirige os trabalhos para o embelezamento e a decoração do interior. Os moveis, que são de grande riqueza, provêm de nossas fabricas de Paris” (Oficio de St. Georges, 12 julho de 43).

(177) Despacho de 23 de dezembro de 1843, no arquivo do Itamaratí.

(178) Instruções a Carneiro Leão, no arquivo citado.

XI

A 20 de maio chegava a esquadra brasileira a Napoles. No dia seguinte desembarcava Carneiro Leão. Ocupou um palacio especialmente alugado para residencia sua e da Embaixada, tendo declinado, "como era o costume", a oferta de um dos palacios reais, que por cortezia lhe fizera o rei de Napoles. "Obsequio que S. M. só costuma fazer aos principes de sangue", prevenia o avisado Carneiro Leão. (179).

No dia 26 teve lugar a recepção official do embaixador do Brasil. Estavam presentes o Rei e o governo de Napoles. Foi revestida "de toda a pompa", diz Bento Lisbôa, que já então se encontrava em Napoles, chamando a atenção o carro de Carneiro Leão, *a sege*, como diz Bento Lisbôa, "que fôra remetida da Inglaterra pelo prestante brasileiro, meu colega Marques Lisbôa" (180).

- No dia seguinte, 27 de maio, foi a cerimonia official do pedido. Recebido no Palacio Real, com todas as honras, foi o nosso Embaixador introduzido, com o pessoal da Embaixada, na sala do trono. Aí o esperava, de pé, o rei das Duas Sicilias.

"Sire, disse-lhe Carneiro Leão em francez, o imperador do Brasil mandou-me em Embaixada extraordinaria junto a Vossa Magestade pedir em seu nome a mão de Sua Alteza

(179) Officio de 24 de maio de 1843, idem.

(180) Ministro do Brasil em Londres. Officio de 30 de maio de 43, idem.

Real a princeza Tereza-Cristina-Maria, vossa illustre irmã. As eminentes qualidades dessa Princeza, a illustração de sua familia concorrem para aumentar o ardente desejo de meu augusto Senhor, de estreitar com essa aliança os laços que já o unem a Vossa Magestadê e á familia real”.

Respondeu-lhe o Rei :

“Senhor Embaixador — A honrosa missão de que foi encarregado Vossa Excelencia pelo seu augusto Soberano o imperador do Brasil, de pedir-me, em seu nome, a mão de minha amada irmã Tereza, não podia ser mais grata ao meu coração... Estou seguro de que minha cara irmã fará a felicidade de seu augusto esposo, e que procurará merecer o amor e a estima da nação brasileira”.

Dáí Carneiro Leão foi conduzido, com sua comitiva, aos aposentos da Rainha, onde foram trocados novos discursos. Dirigiram-se em seguida aos aposentos da Rainha mãe. Outros discursos. Pediu depois Carneiro Leão licença para presentear a noiva com o retrato do imperador do Brasil. Foi ela então introduzida na sala. “S. A. R., saindo da sala ao lado, acompanhada da aia, fez uma profunda reverencia á sua augusta mãe, cumprimentou o Embaixador e colocou-se depois á esquerda da Rainha sua mãe”. Carneiro Leão recitou-lhe um pequeno discurso em francez, no estilo pomposo da época, assegurando-lhe o amor e a dedicação do Imperador. Ofereceu-lhe em seguida o retrato de Dom Pedro II, “que aceitou, depois da autorisação dada pela Rainha mãe, tendo uma dama de honra lhe pegado ao peito”. Reci-

cetou depois a Princeza um pequeno discurso em italiano, agradecendo o presente do Imperador (181).

A 30 de maio tinha lugar a cerimonia do casamento, realisada na capela Palatina. Serviu como procurador do Imperador o irmão da princeza Tereza-Cristina, Leopoldo, conde de Siracusa. Seguiu-se depois o baile, no Palacio, "em uma sala magnifica, diz Bento Lisbôa, verdadeiramente real, sendo a primeira vez que se abria. El-Rei mostrava-se cheio de amabilidades, e conversou muito com os nossos officiais de marinha, que dansaram e agradaram sumamente ás senhoras napolitanas".

"Terça-feira, acrescenta Bento Lisbôa, El-Rei irá a bordo da fragata *Constituição* pelas 4 horas da tarde, mas com a modestia que lhe é propria, mandou-me cientificar pelo principe de Scilla (182), que todas as honras nesse dia deviam ser feitas á imperatriz do Brasil. Eu respondi ao Principe para declarar a S. M. que sendo a fragata brasileira considerada como territorio brasileiro, a Imperatriz era dona da casa, sendo S. M. o hospede, e que portanto a êle é que competiam todas as honras. O Principe riu-se, e agradeceu a maneira polida com que respondi a El-Rei" (183).

(181) Officio de Paulino da Silva Barbosa, Encarregado de Negocios do Brasil em Napoles, de 4 de junho de 1843; arquivo cit.

(182) Ministro de Negocios Estrangeiros das Duas Sicilias.

(183) Officio de Napoles, 4 de junho de 1843, arquivo cit.

Finalmente, a 1.º de julho teve lugar a entrega solene da Imperatriz ao embaixador de Dom Pedro II. A cerimonia realisou-se numa das salas do velho palacio Chiarafonte. Essa sala — conta Carneiro Leão — “estava dividida por uma fita encarnada, colocada no pavimento, fazendo representar os dois territorios, napolitano e brasileiro; e tinha sobre a porta, que dava entrada pelo lado de terra, as armas napolitanas, e sobre a que dava saida para o mar, as brasileiras”.

A Imperatriz chegou acompanhada de sua cõrte napolitana, com a qual foi sentar-se na parte da sala que representava o territorio napolitano. Adeantou-se então o secretario da Embaixada brasileira, que leu o alvará de plenos poderes concedidos pelo Imperador a Carneiro Leão para receber a Imperatriz. Respondeu-lhe o sub-secretario do Estado napolitano, lendo o alvará do rei das Duas Sicilias para a entrega da Soberana.

Depois de um discurso de adeus do principe de Scilla, a Imperatriz fez as suas despedidas ás pessoas de sua cõrte napolitana, e todos lhe beijaram a mão. O principe de Scilla levou-a em seguida até a fita que dividia os dois supostos territorios, onde a aguardava Carneiro Leão, dizendo-lhe que a entregava em virtude dos plenos poderes de que fõra investido pelo seu Soberano. Respondeu-lhe Carneiro Leão, para dizer-lhe que a aceitava em virtude de seus plenos poderes. Conduziu-a depois ao territorio tido por brasileiro, onde a fez sentar e recitou-lhe um discurso. Houve depois o beija-mão da gente brasileira.

Estava finda a cerimonia da entrega. A Imperatriz deixou o Palacio, e na companhia de toda a Embaixada brasileira foi para bordo da fragata *Constituição*. Ao cair da tarde, o Rei seu irmão e toda a familia real foram ali apresentar-lhe as despedidas. E pela madrugada, a esquadra brasileira ganhava o alto mar, em direção ao Brasil, levando a nova Imperatriz. Seguia comboiada por uma divisão napolitana, composta de uma não e tres fragatas, que deveriam acompanhá-la até o Rio de Janeiro.

XII

Quando a esquadra brasileira navegava ainda em direção a Napoles, para ir buscar a nova Imperatriz, chegava ao Rio de Janeiro (a 27 de março de 1843) a fragata franceza *Belle Poule*. Comandava-a um jovem Principe da familia dos Orléans, filho de Luis-Filipe, rei dos Francezes, o Sr. de Joinville.

Era um official destemido e desinvolto, espirito aventureiro, que andava, desde muito, sulcando os mares, á procura de novas sensações, curioso de conhecer os povos e as terras deste mundo. Ele tinha tido em França o seu momento de celebridade, quando a mandado do pae foi buscar em Santa Helena, nessa mesma fragata *Belle Poule*, o corpo de Napoleão, para trazê-lo para as margens do Sena, no meio desse povo francez que êle elevava ás mais altas glorias humanas.

Quando Joinville aportou no Rio de Janeiro, nesse mez de março de 43, não teve a sensação da novidade. Já ali tinha estado sete anos antes, a bordo de outra fragata. O que foi novo para êle e lhe feriu desde logo a imaginação, foi a transformação radical que se operára naquella Princezinha, irmã mais moça do Imperador, que êle conhecera antes uma menina como tantas outras, e agora se lhe deparava uma moça positivamente bela, o corpo de estatura talvez um pouco pequena, mas esbelto e bem lançado, e de uma vivacidade de espirito que logo seduzia e conquistava.

Joinville a revê no dia seguinte ao de sua chegada, quando vai a São Cristóvão visitar Dom Pedro II. Dois dias depois volta ao Paço, para jantar com o Imperador e suas irmãs.

Foi o bastante. O coração do Príncipe deixou-se enlevar pelas graças da pequena Princeza brasileira — a *Chica*, como a chamavam em familia. Dez dias depois o *Jornal do Comercio* surpreendia a todos com esta pequena nota: “Corria hoje na cidade que S. A. R. o príncipe de Joinville tinha pedido a mão de S. A. I. a princeza Dona Francisca”.

O pedido official, entretanto, só se faria a 20 de abril, quando o barão de Langsdorff, enviado de Luis-Filipe, seria recebido, para esse fim, em audiência solene que lhe concederia o Imperador. A 1.º de maio seria o casamento. Olinda e Monte Alegre serviriam de testemunhas. E a 13 de maio partiria para França a bela fragata levando uma passageira a mais.

A lira de Carlos Tamay entoava o “Côro das Brasileiras”:

Nos vœux te suivront, Princesse!
Et sans cesse
Nous priérons pour ton bonheur;
Car ton bonheur chère idole
Nous console
Et console aussi ta soeur!

XIII

A 5 de setembro de 1843 Paulino de Souza, futuro visconde de Uruguai, e novo ministro dos Negócios Estrangeiros, passava uma Circular ao corpo diplomático:

“Com o maior prazer cumpre-me comunicar a V. S. que no dia 3 do corrente, ás 5 e 50 minutos da tarde, entrou neste porto a fragata *Constituição*, a bordo da qual veio S. M. a Imperatriz, tendo feito uma feliz viagem de 62 dias, durante a qual gosou a mesma augusta senhora a mais prospera saúde.

“S. M. o Imperador apenas a fragata fundeou junto á fortaleza Villegaignon, ao escurecer, dirigiu-se a bordo, acompanhado dos ministros de Estado...” (184).

Essa primeira entrevista entre o Imperador e a Imperatriz não foi certamente de grande cordialidade. Nenhuma expansão de um ou de outro dos recém-casados. Surpreza talvez de ambos. Constrangimento natural de

dois esposos que nunca se tinham visto, e que o destino os juntava para toda a vida. Do Imperador, que era aquella natureza reservada e desconfiada que se sabia, aquelle carater suspeitoso, que se podia esperar a mais de um simples gesto de cortezia? E daquela moça estrangeira, que fôra retirada de seu recanto discreto de Napoles, do seio de uma familia modesta e quasi obscura, para a levarem a um paiz distante, onde tudo e todos lhe eram desconhecidos, inclusive o marido que lhe davam, que se podia esperar sinão um movimento de retraimento e de natural confusão?

Atribuiu-se ao Imperador um gesto de decepção, ao vêr diante de si a companheira que lhe traziam da Europa. Confiado na beleza do retrato que lhe mandara Bento Lisbôa, êle não pudera conter o seu desapontamento ao deparar com uma moça sem encanto, de rosto banal, corpo grosso e atarracado, e ainda por cima claudicando de uma das pernas. O que ha de verdade nisso?

Não é possivel saber-sc. Nem o Imperador, nem a Imperatriz, como é natural, aliás, deixaram jamais trair o seu sentimento. O testemunho dos presentes nem sempre é insuspeito.

St. Georges, ministro de França, escrevendo a Guizot dias depois dessa primeira entrevista, diz que ella foi bastante desconcertante, o que attribue à carater reservado e á timidez do Imperador, “da qual não se desfez nessa occasião” (185). Por outro lado, o Encarregado

(185) Officio de 9 de setembro de 1843.

de Negocios da Austria (Daiser deixára o Brasil a 27 de maio), conde Giorgi, refere-se ao *embaraço* do Imperador, e á pressa com que logo se retirou de bordo (186).

Um ano mais tarde, o novo ministro austriaco, conde de Rechberg, comentando essa tão falada entrevista entre os dois esposos, atribue a attitude do Imperador ao descontentamento que lhe causara essa união, “negociada pelo Sr. Bento Lisbôa sem autorisação de sua côrte”. E acrescenta: “Sua Majestade teria desaprovado a differença de idade entre êle e sua augusta prometida. Teria ficado muito contrariado com a noticia de que o Sr. Lisbôa tomara a iniciativa de negociar esse casamento, e teria mesmo cogitado de o desautorar se as coisas não estivessem muito adiantadas para as fazer recuar” (187).

A opinião de Rechberg é suspeita. Êle não podia estimar nem esse casamento, que fôra realizado a contra gôsto e fôra das intenções de seu chefe principe Metternich, nem acolher com simpatia Bento Lisbôa, que tomara a si negociá-lo e celebrá-lo a despeito da má vontade de Metternich. A critica que se fazia agora á differença de idade entre os dois esposos não era uma novidade. Quem primeiro a levantara fôra precisamente o principe de Metternich, quando Bento Lisbôa o fôra consultar sobre a possibilidade desse casamento.

Muita exploração que se fez em torno dessa primeira entrevista do Imperador com a Imperatriz foi movida

(186) Officio de 11 de Setembro de 1843.

(187) Officio de 24 de novembro de 1844.

pela legação da Austria no Rio, despeitada com o casamento napolitano. Não é possível apurar o certo, mas o provavel é que dela tenha partido a versão, depois espalhada, de que a decepção do Imperador fôra tanta, ao vêr a Imperatriz, que os seus joelhos curvaram e por pouco as pernas não lhe falharam de todo. (188).

O que é certo, porém, é que os Ministros austriacos dessa época, Giorgi e Rechberg, não esconderam nunca a má vontade com que passaram a tratar todos aqueles que tiveram a sua parte, direta ou indireta, no casamento do Imperador. Aureliano, que fôra o ministro de Estrangeiros da negociação matrimonial, era para o conde Giorgi o *mulato Aureliano*; Paulo Barbosa, amigo e aliado de Aureliano, *a alma danada do Mordomo*. E a celebre "facção aulica", de que faziam parte Aureliano, Paulo Barbosa, a condessa de Belmonte e outros familiares do Paço, era denominada *a camarilha da mais baixa extração, que ocupa atualmente todos os corredores do Palacio*.

Quanto a Bento Lisbôa, Giorgi procurava simplesmente intrigá-lo e indispô-lo com Metternich. "O Sr. Bento Lisbôa — escrevia êle ao Chanceler austriaco — que regressou de Napoles ha poucos dias, continúa no

(188) O barão Ney, ministro de França, repetia essa versão quasi um ano depois da primeira entrevista do Imperador com a Imperatriz: "Quando o Imperador se viu ao lado da jovem Princeza, a emoção, o espanto, o sentimento que sentiu, em suma, foi tal, que seus joelhos dobraram a ponto de obrigá-lo a sentar-se; e essa emoção não era de natureza carinhosa" (Oficio de 26 de maio de 1844).

papel que desempenhara em Viena, espalhando as mais absurdas calúnias sobre a maneira de pensar da nossa côrte, especialmente de Vossa Alteza, com relação á familia imperial do Brasil, e sobre o pouco interesse que lhe presta" (189).

E quanto a Merolla, Encarregado de Negocios de Napoles, por pouco o ministro da Austria não provocou para um escandalo, por questão de precedencia, no banquete que houve no palacio de São Cristóvão, precisamente no dia do desembarque da Imperatriz.

Esse desembarque revestiu-se de toda a pompa, de acordo com o protocolo precedentemente estabelecido e largamente divulgado num impresso. St. Georges mandava dizer para seu Governo :

"A côrte, os Ministros, o Conselho de Estado, os membros da Municipalidade, os magistrados, formavam o cortejo. A Imperatriz vinha na mesma carruagem que a princeza Dona Januaria; seguia umà carruagem de honra e imediatamente depois a do Imperador, com S. A. R. o conde d'Aquila.

"O cortejo conduziu os augustos esposos á Capela Imperial, de onde, depois de ter recebido a benção nupcial, dirigiram-se ao Paço da Cidade. Não houve recepção nesse dia, estando Suas Majestades extremamente fatigados.

"O cortejo se poz em marcha para São Cristóvão, cerca das cinco horas da tarde. O Imperador, a Imperatriz, a princeza Januaria e o conde d'Aquila ocupavam a mesma carruagem. Em São Cristóvão houve um grande banquete, para o qual foram convidados os membros do corpo diplomatico com categoria de ministro.

“O cais da Imperatriz, assim chamado em memoria da cerimonia do desembarque, para o qual foi construido, estava ricamente ornamentado, assim como as ruas por onde passou o cortêjo. O povo aí se comprimia, levado pela curiosidade de contemplar a jovem Soberana, que se mostrava tão afavel, tão graciosa, tão cheia de atenção para aquelles que a procuravam vôr, que desde esse momento conquistou a simpatia da população” (190).

Durante nove dias houve na velha cidade colonial a costumada iluminação dos grandes dias, com sinos repicando, foguetes estourando, fogueiras, colchas bordadas dependuradas das janelas das casas nobres. Não faltou nem mesmo o classico arco de triumpho, levantado pelos commerciantes da rua Direita (191), então a principal da cidade. Lá estavam, lado a lado, os retratos do Imperador e da Imperatriz; e guarneecendo a ambos, este delicioso produto da musa local:

*Promete, Pedro, neste enlace amavel,
Mais que o tempo, ventura perduravel.
Este himeneu, firmando a dinastia,
Forma co'a tua a publica alegria.*

*Quiz em Cristina unir a natureza
Régia stirpe, virtude e gentileza.
Se da Italia ao Brasil sulcaste os mares,
Em nossos corações terás altares.*

(190) Officio de 9 do mesmo mez e ano.

(191) Atual rua Primeiro de Março.

CAPITULO VII

DESAVENÇA COM O CONDE D'AQUILA

Negociações para o casamento de Dona Januaria — O príncipe de Carignan — Casamento com o conde d'Aquila — Aquila e o Imperador — Intriga de Paulo Barbosa — Suposta conspiração contra o Imperador — Situação do conde d'Aquila no Paço e na Córte — Primeira altercação com o Imperador — Aquila quer deixar o Brasil — Oposição do Imperador — Circunstancias que cercaram sua partida.

I

Casado que estava o Imperador, casada a princeza Dona Francisca, restava sua irmã Dona Januaria. Que destino lhe reservarão os homens de Estado? Que príncipe, encantado ou não, lhe darão o interesse e as conveniencias das dinastias?

Seu casamento vinha sendo objeto de cogitações desde meados de 1840. Em julho desse ano, nas vespersas da proclamação da maioridade do Imperador, quando se

pensava em casar Dona Francisca na casa da Austria, Daiser escrevia a Metternich, sugerindo que o marido desta fôsse trazido ao Rio pelo arquiduque Frederico, onde sua presença exerceria “uma influencia salutar” sobre o espirito da princeza Dona Januaria (192). Era clara, aí, a insinuação de casamento.

Não passou isso, porém, de *une affaire sans lendemain*. Dois mezes depois lançava Daiser um outro nome. Dessa vez era o principe Eugenio de Saboia-Carignan, filho daquele Principe do ramo Carignan dos Saboias, a quem chamavam *Le chevalier de Savoie*. O principe Eugenio tinha então 24 anos de idade. Era já conhecido do Imperador e de suas irmãs. Estivera no Rio no ano anterior, em maio de 1839, a bordo de uma fragata sarda, e fôra então banqueteado em São Cristóvão.

Não devia ser, no fisico, um *prince charmant*. E’ o que Daiser dá a entender: “Seu aspeto talvez não agrade ás Princezas, mas o Imperador o estima, e prefere aos dois outros principes que vieram visitá-lo”.

Recebido em audiencia pelo Imperador, Daiser propõe-lhe abertamente o Principe para Dona Januaria. “Sua Majestade respondeu-me que por sua parte nada tinha contra êle, e que iria sondar sua irmã” Dias depois tinha Daiser a resposta: “Disse-me que tinha sondado sua irmã Januaria, a qual não se havia manifestado

(192) Officio de 18 de julho de 40. — Esse arquiduque Frederico era filho do arquiduque Carlos-Luiz e neto do falecido imperador Leopoldo II da Austria. Tinha então 19 anos de idade.

desfavoravelmente ao príncipe de Carignan, donde se concluir que não o recusaria se lhe fôsse feita a proposta” (193).

Foi-lhe feita a proposta. Ou melhor, o ministro da Sardenha, no Rio, conde di San Martino, deu oficialmente os primeiros passos; e estava o casamento em véspera de ser assentado, quando o rei Carlos Alberto lhe impoz inesperadamente uma condição que logo o inutilizou.

A documentação que se conhece sobre o caso não autorisa a assegurar, mas parece que êle reclamava o título de imperador para o príncipe de Carignan, quando sua futura mulher viesse a subir ao trono, por morte de Dom Pedro II e falta de herdeiros deste. E aludindo ao marido da rainha Vitoria de Inglaterra, da casa dos Coburgos, que não passava de “Príncipe consorte”, teria dito, com um orgulho bem *mal placé*, não desejar que um Príncipe da Casa de Saboia fôsse tratado como um Coburgo (194).

Mas o destino tem seus caprichos. Carlos Alberto reclamava então para Carignan o título de imperador. Achava desairoso que um príncipe da Casa de Saboia fôsse apenas o marido da imperatriz do Brasil. Entretanto, anos depois, esse Príncipe iria casar-se morganaticamente com uma simples burgueza italiana, a quem se lhe daria, para decoro da Casa, o título de condessa. E o

(193) Officio de 22 de setembro de 40.

(194) Officio de 24 de maio de 42.

proprio Carlos Alberto acabaria destronado e exilado no Porto, onde morreria esquecido e abandonado.

No fundo, a exigencia de Carlos Alberto era mais um pretexto para inutilisar o casamento do que uma condição para a realização d'ele. "Se é realmente uma condição — ponderava Daiser — é mais do que provavel que ela seja inutil ou supérflua, porque não é de supor que o Imperador, ainda moço e bastante forte, morra tão cedo e sem deixar posteridade" (195).

Fôsse como fôsse, a exigencia do rei da Sardenha causou no Rio a peor impressão. Aureliano confessava a Daiser não saber "a que attribuir uma conduta tão estranha".

"Assegurou-me ao mesmo tempo — diz Daiser — saber positivamente que essa resolução não foi tomada pelo Principe, o qual, pelo contrario, deseja muito sair da posição desagradavel em que se encontra atualmente e teria accettato com muito prazer a mão de uma Princeza que êle tinha sabido estimar e apreciar devidamente durante o tempo que estivera aqui. Parece, ao contrario, que é o proprio Rei que insiste particularmente sobre a condição do titulo" (196).

O Imperador, levado por sua simpatia pelo principe de Carignan, queria ainda tentar concertar as coisas. Êle tinha grande desejo em unir sua irmã a esse Saboia, que tão bôa impressão lhe causara em 1839. Daiser escrevia para Viena:

(195) Officio de 25 de abril de 42.

(196) Officio de 24 de maio de 42.

“Sua Majestade acha que se a recusa velada vem positivamente da parte do Príncipe, é preciso dar como rôtã a negociação; mas se se chegar a saber que a recusa parte do rei Carlos Aberto, poder-se-á ainda, sem comprometer a dignidade da Princeza, fazer uma ultima tentativa junto a S.M. Sarda para fazê-lo voltar atraz dessa condição” (197).

Afinal, nada se fez ou nada se conseguiu. O casamento na Casa de Saboia foi de antemão um casamento gorado. De nada serviu a simpatia que o príncipe de Carignan nutria pela Princeza brasileira, desde a sua curta passagem pelo Rio de Janeiro. Os diplomatas, aliados aos interesses da Casa de Saboia, depressa inutilisaram uma união, que se teria certamente realizado por outros processos mais simples e menos utilitarios.

Quem tinha razão era a rainha Dona Amelia, viuva de Dom Pedro I, e atualmente duqueza de Bragança, que consumia a sua mocidade na palacio das Janelas Verdes em Lisbôa. Para ela, devera-se ter aproveitado a estada do Príncipe no Rio, em 1839, para se assentar desde logo o casamento. O que não conseguiram mais tarde as côrtes do Rio e de Tarim, teriam certamente obtido, mais rapida e facilmente, os dois maiores interessados. A inclinação de um pelo outro, fortalecida com a aproximação de ambos, teria prevalecido sobre o orgulho do rei Carlos Alberto. E o Saboia seria tratado como um Coburgo.

II

Más o destino de Dona Januaria estava de antemão traçado, e não dependia das subtilezas da diplomacia nem dos interesses ou dos preconceitos das casas reinantes. Como se déra com a irmã Dona Francisca, seu coração decidiria, afinal, de seu proprio destino.

Participando a partida de Nápoles da esquadra que trazia a nova imperatriz do Brasil, mandara dizer para o Rio, em agosto de 1843, José Alexandre Carneiro Leão: "Previno a V. Ex., para fazer chegar ao conhecimento de S. M. o Imperador, que a bordo de uma destas fragatas vem como official S. A. R. o principe Luiz, conde d'Aquila, augusto irmão de S. M. a Imperatriz" (198).

Com que sentimento ou espirito de curiosidade teria lido essa noticia a princeza Dona Januaria? Teria ela tido a consciencia de que nessa simples comunicação de Carneiro Leão estava a chave de todo o seu futuro?

Não importa. O certo é que o conde d'Aquila chegou ao Rio com sua irmã a nova Imperatriz; e logo em seguida ao desembarque as exigencias do protocolo o puzeram na mesma carruagem que a princeza Dona Januaria. E ao lado um do outro fizeram o percurso do cais ao palacio de São Cristóvão. Não se precisou de mais. Foi o bastante para êles logo entenderem. O que não teriam conseguido, por certo, a diplomacia e a razão de

(198) Arquivo do Itamarati.

Estado, em longos mezes de difíceis negociações, puderam esses dois jovens corações ao longo do caminho que ia do cáis da Imperatriz ao portão da quinta da Boa Vista. E pouco depois, quando as fragatas napolitanas tornaram a Napoles, recambiando esse príncipe encantado, o conde Ney, que tudo via e sentia, mandava dizer a Guizot: "Parece que a partida do conde d'Aquila causou um grande pezar á Sra. princeza Dona Januaria" (199).

A verdade é que o casamento entre ambos, se não estava ainda assentado, pairava já nas altas rodas officiais. E' Ney ainda quem nos desvenda o segredo:

"O rei de Napoles escreveu sobre isso ao Imperador da maneira mais positiva, e o encarregado de Negocios de Napoles, Sr. de Merolla, tambem recebeu de seu Soberano uma carta que não deixa duvida sobre suas intenções. Enfim, espera-se aqui o Principe lá para 10 de março proximo, e o casamento será celebrado logo em seguida á sua chegada" (200).

Houve, é certo, a principio, certa relutancia por parte dos Ministros, em acederem ás inclinações do conde d'Aquila pela irmã do Imperador. Esta era, na falta de filhos do Monarca, a herdeira presuntiva da Corôa; e como tal obrigada, segundo as leis brasileiras, a residir efetivamente no paiz. Ora, o conde d'Aquila não parecia muito propenso a trocar a residencia cheia

(199) Officio de 19 de fevereiro de 44.

(200) Idem.

de facilidades e de distrações da Europa pelo meio acanhado, inconfortavel e monotono do Rio de então.

Chegou-se, porém, a uma transação: o Principe passaria á residir oficialmente no Brasil, podendo, contudo, realisar viagens periodicas á Europa, com a autorisação, que certamente não lh'a negariam, do Imperador e das Camaras legislativas. E quando nascesse o primeiro filho do Monarca, que passaria a ser o herdeiro do trono, Aquila e sua mulher recuperariam inteira liberdade de locomoção.

Isso assentado, fez-se o casamento em abril de 1844. Dona Januaria passou a ser a condessa d'Aquila. Não se pode dizer que tenha feito um casamento infeliz. Afinal, os dois sempre se gostaram, e a inclinação de um pelo outro, que os levou ao altar, se manteria mais ou menos inalterada até a velhice de ambos. Mas a Princeza bem que merecia, em verdade, um outro marido.

Podia ela não ser uma mulher bonita, e estava longe, certamente, de ter a beleza da irmã Dona Francisca. Os traços do seu rosto eram mais duros, sua expressão mais severa, e o corpo não tinha nem a graça nem a esbelteza da outra. Mas tinha, sobre esta, uma superioridade de porte, uma maior distincção de maneiras e um grande ar de dignidade e respeito. Tinha o porte de uma verdadeira rainha — “a austeridade e a dignidade de uma Soberana”, dizia Aureliano, algum tempo antes do casamento do Imperador, acrescentando que ela podia bem servir de modelo para escolha da futura Imperatriz do Brasil. O proprio Imperador dizia nessa época que

ficaria encantado se a imperatriz que lhe destinavam se parecesse em tudo com a irmã Januária.

O conde d'Aquila, como o geral dos homens da família Bourbon de Nápoles, tinha muito de um aventureiro. Estava longe de possuir as qualidades de distinção e de compostura que tanto sobravam em sua mulher. Era um espirito alegre e buliçoso, muito expansivo, como bom Napolitano, e falava mais do que raciocinava. Em moral deixava muito a desejar: *uomo di pochi scrupoli e di elastica coscienza...* (201).

Gostando do luxo ou, se não do luxo, ao menos do supérfluo, não dava, contudo, valor ao dinheiro. Gastava larga e inconsideradamente, e ao lado da mulher comedida e sensata, era um marido esbanjador. O peor, porém, é que não tinha fortuna, gastava o que não lhe pertencia, deixava-se endividar e acabava assediado pelos credores.

Mais de uma vez, de futuro, o Imperador terá que interceder para salvar não somente o dinheiro como ainda a reputação e o bom conceito em que era tida a irmã. De uma feita, residindo o Conde em Londres, foram os moveis e outros objétoes de sua casa levados á penhora, de que se salvaram graças somente ao fato de estarem hipotecados á Legação do Brasil naquela cidade. Mas acabaram em hasta publica.

Uma tal maneira de viver só serviu para distanciar cada vez mais os dois cunhados. O imperador, no fúndo,

(201) Pietro Ulloa, *Un re in esilio*.

nunca o suportou. E se não fôsse o real sentimento de amizade que o ligava á irmã, e o desejo de não magoar a Imperatriz, decerto teria acabado cortando de todo as relações com o cunhado.

III

A primeira e a mais séria desavença entre os dois surgiu em seguida mesmo ao casamento do Conde com a princeza Dona Januaria. Foi um triste caso de familia, que logo se tornou publico, como era de esperar, e do qual os intrigantes de toda a especie que se moviam dentro e fóra do Paço se aproveitaram para envenenarem as relações entre os dois cunhados.

Esse caso assumiu, na época, as proporções de um verdadeiro escandalo. Tornou-se assunto obrigatorio em todas as rodas, na imprensa, na sociedade, nas Camaras, nas ruas e nos cafés; e, naturalmente, no Paço, em cujos corredores foi possivelmente urdido e desvirtuado.

Não é facil, ainda hoje, descobrir a origem desse desentendido entre o Imperador e o conde d'Aquila, que por pouco não provocou uma séria crise dinastica no Brasil, a ponto de pôr em perigo a estabilidade mesma do trono e do principio monarchico. Fatos dessa natureza são em geral dificeis de apurar. E os documentos que se conhecem não autorizam a formar sôbre êles uma opinião segura. Que tenha havido, em todo o caso, um for-

te trabalho de intriga, visando incompatibilisar o Imperador com o seu cunhado, é ponto fóra de duvida. Inimigos ou desafetos de um ou de outro tiveram em tudo isso uma grande parte.

Mas, por outro lado, é certo tambem que dessemelhança de feitiq entre o Imperador e o conde d'Aquila contribuiu grandemente para peorar e envenenar as coisas. Foi esse o terreno propicio que a intriga encontrou para semear e colher os seus frutos.

“Desde os primeiros dias do casamento do conde d'Aquila que apareceram as desinteligencias entre o Imperador e o cunhado. Entre as causas que mais contribuiram para isso está antes de tudo na falta absoluta de afinidade de carater entre o Imperador e o jovem Principe.

“Os que cercam o Imperador asseguram que êle tem um bom coração, é estudioso, aplicado e moral, mas devido á direcção errada de sua educação, suas maneiras não são nem graciosas nem amaveis. Ele é suspeitoso, sombrio, reservado e tem a vida a mais retraída, enquanto que o Principe não pensa sinão em libertar-se dos entraves que lhe impõe uma etiqueta minuciosa e severa, para levar a vida o mais alegre possível. Popular por suas maneiras afaveis e graciosas, e pelas bôas relações em que vive com a princeza Januaria, tão justamente adorada por todos quantos têm a honra de a aproximar, sua posição teria sido facil se, habituado aos usos europeus, êle não se tivesse chocado com as maneiras do Imperador, do Paço e dos Ministros, e se tivesse conseguido vencer uma susceptibilidade bem natural de parte de um Principe educado numa côrte européa.

“Para manter a harmonia entre essas duas naturezas tão desiguais teria sido necessario o concurso de certas pessoas de confiança que se encarregassem de as conciliar. Mas

não as tiveram nem o Príncipe nem o Imperador. O unico conselheiro que Sua Majestade ouve, o homem todo poderoso neste páiz, o mordomo Paulo Barbosa, aproveitou a primeira oportunidade que encontrou para conquistar o jovem Príncipe e exercer sobre êle a influencia que exerce sobre o seu augusto Soberano. Mas tendo o Príncipe lhe feito saber que não se prestaria nunca a ser dirigido por êle, o Mordomo entendeu de lançar os germens de uma briga formal entre os dois cunhados, afim de os afastar um do outro, e garantir o dominio que exerce sobre o seu jovem Soberano" (202).

Paulo Barbosa foi, de fato, acusado de ser o instigador da desinteligencia que se abriu entre os dois. Que êle se indispoz desde logo com o conde d'Aquila, é coisa sabida; e que se tenha querido vingar do Napolitano, afastando-o das boas graças do Imperador, é fato mais ou menos provavel. Estava, em todo o caso, nos seus processos já sobejamente conhecidos. O espirito de intriga, de que êle se serviu com sucesso em tantas outras circumstancias, foi ainda aí a sua principal arma. E, como das outras vezes, surtiu o esperado efeito.

"O conde d'Aquila — mandava dizer para Paris o ministro de França — quiz ser dono em sua casa, e não consentiu que o Sr. Paulo Barbosa se metesse em seus negocios. Daí, dizem, a razão de sua animosidade. Desde o momento em que se viu afastado, começou a conspiração da qual êle é a alma e o chefe" (203).

(202) Officio de Rechberg, ministro da Austria no Rio, de 22 de outubro de 1844.

(203) Officio de 14 de setembro anterior.

O movel de toda a intriga foi a lenda — porque deve ter sido uma lenda — de que o Conde e sua mulher conspiravam contra o Imperador, no proposito de afastá-lo do trono e substituí-lo pela princeza Dona Januaria, que era então a herdeira presuntiva da corôa, assumindo o conde d'Aquila o papel de Principe Consorte.

Não ha provas, por mais remotas que sejam, de que o conde d'Aquila tivesse, de fato, se metido em tal empreitada. Tudo leva a crêr, pois, que semelhante golpe de Estado em perspectiva não passava de uma méra intriga. Mas intriga ou não, o certo é que ela tomou vulto. E o ambiente no Paço estava de tal modo predisposto, que logo penetrou no espirito suspeito e ainda infantil do Monarca, assumindo fóros de verdade em rodas que se deviam presumir inacessiveis a tão soezes manobras.

Rechberg, ministro da Austria, qua fala em *expulsão do Imperador*, chegou mesmo a escrever para Viena, pedindo instruções a Metternich para o caso de uma deposição do Monarca: deveria acompanhá-lo ou conservar-se neutro, “para não desamparar inteiramente a sobrinha do imperador da Austria e unica, soberana existente na America?” (204).

(204) Officio de 12 de junho de 1844.

IV

A intriga não se limitava a atribuir ao Conde e á sua mulher o papel de conspiradores contra o trono. Metia tambem na manobra o austero Honorio Hermeto, futuro marquez de Paraná, que pouco antes deixara o Governo incompatibilizado com Paulo Barbosa e o seu grupo palaciano. Acusava-o de estar ligado, nos tramas da conjuração, a alguns dos familiares do conde e da condessa d'Aquila, seus criados ou camaristas. Destes, os mais apontados eram o visconde e a viscondessa de Santo Amaro, que serviam provisoriamente nos aposentos da Princeza, e Dona Joaquina de Verna Bilstein, sua camareira e velha amiga.

Envenenado com tais intrigas, que os desafetos dos Aquila não se cansavam de levar-lhe sorratamente aos ouvidos, suspeito por natureza, o Imperador acabou por dar-lhes crédito. E logo surtiram os efeitos.

Dona Joaquina de Verna Bilstein é destituída de seu cargo. Depois de 20 anos de leais serviços, prestados ao lado da Princeza Dona Januaria, ela se vê enxotada como uma criada deshonestá. Não têm a menor consideração nem pelos seus serviços nem pela amizade sincera e quasi de infancia que a unia á Princeza. Não consentem nem mesmo que se despeça desta ultima: é por uma sentinela de guarda á porta dos aposentos de Dona Januaria, que ela é intimada a deixar o Paço e não mais se aproximar da Princeza.

Destituída Dona Joaquina, a severidade imperial volta-se contra o visconde e a viscondessa de Santo Amaro. Admitidos, que tinham sido, a servirem provisoriamente nos aposentos do conde d'Aquila e sua mulher, nega-se o Imperador a efetivar o Visconde nas suas funções de camaristas, apesar das repetidas súplicas de Dona Januarina. Ressentido, Santo Amaro abandona o Paço, demitindo-se, na mesma ocasião, do cargo de Ministro Plenipotenciario. Sua mulher demite-se igualmente do cargo de camareira, que occupava desde o casamento, do Imperador.

Já então era impossivel disfarçar o fôssco que se abria entre o Monarca e o cunhado. Na Côrte não se comentava outro assunto. Cada um que o interpretasse e o desvirtuasse a seu modo. E como era de esperar, com tudo isso a posição de ambos só fazia peorar. Formavam-se os partidos: havia o partido do Conde e o partido do Imperador. Criticas acerbas eram trocadas entre ambos. Acusava-se abertamente o Imperador de despeito, de nutrir ciumes da popularidade que gosavam o conde e a condessa d'Aquila em certas rodas da Capital, onde suas maneiras afaveis e expansivas conquistavam simpatias bem maiores do que o carater sombrio, frio e suspeito do Imperador.

Rechberg escrevia para Viena:

“O principio monarchico não está ainda bastante solido no Brasil para que as desinteligencias entre os membros da familia imperial, levadas ao conhecimento publico e comentadas segundo as conveniencias dos partidos politi-

cos, possam ser encaradas com indiferença. Esse acontecimento torna-se ainda mais grave se se considera a posição do Imperador e a da Princesa Januaria.

“O jovem Imperador não soube tornar-se popular. Não se lhe pode fazer nenhuma acusação fundada, mas os seus hábitos, o seu aspeto frio e reservado o põem muito distanciado de todas as classes influentes da sociedade para que êle possa contar com elas num momento de crise. Os funcionarios publicos, o clero, o exército, a marinha demonstram-lhe mais ou menos respeito, devido á sua posição, mas não seria prudente pôr-lhes á prova a fidelidade ao Imperador. Mesmo no partido tido como monarquista, não se vê os sentimentos que devem inspirar os verdadeiros principios monarchicos. Quer-se a Monarquia por interesse, para não se cair nas guerras civis e na anarquia que devastam a maioria das antigas colonias espanholas. Pouco importa que o Imperador seja destronado, desde que as rédeas do Governo fiquem em mãos bastante fortes para proteger os interesses particulares.

“Isolado de todos os partidos, de todas as classes influentes, o Imperador não tinha outro apoio senão a profunda veneração de todas as classes da população pela Princesa Januaria. Com a sua influencia, ela poderia formar um partido no caso de necessidade e prestar imensos serviços ao seu augusto irmão e á Monarquia. Por isso o partido republicano não pode conter a sua satisfação por vêr destruida essa barreira entre o trono e a realisação de seus funestos projetos. A posição do Imperador está bem comprometida” (205).

A do conde d'Aquila não estava menos. Ele sentia o ambiente que o cercava cada vez mais envenenado, seus atos e seus gestos, os mais inofensivos, interpretados e

(205) Officio de 22 de outubro de 1844.

desvirtuados com uma evidente má fé, e cada tentativa sua para justificar-se, longe de melhorar, só servia para embaralhar e complicar ainda mais as coisas. Parecia que tudo conspirava contra êle e sua mulher, que havia uma guerra subterranea para colocá-los em situação difficil, para diminuí-los, para rebaixá-los.

Sua posição é digna de todo o interesse, dizia Ney, referindo-se ao Conde. Enquanto o Sr. Paulo Barbosa estiver ao lado do Imperador, não haverá possibilidade de acomodação. Todo o prazer que tinha o conde d'Aquila, ao voltar ao Brasil, está transformado em tristeza. Suspeitado e caluniado desde sua chegada, afastado do Paço pela frieza glacial do Imperador e abandonado por todos, êle se encontra num isolamento completo” (206).

Ernesto Ferreira França, ministro dos Negocios Estrangeiros, encontra-o na rua e não o cumprimenta. A mesma descortezia lhe faz varias vezes Paulo Barbosa. O conde Ney, convidado a jantar no Paço, nota que “nenhum dos Ministros se aproximou do Principe, o qual, depois de conversar comigo e com o Sr. de Saint-Georges, ficou isolado e foi sentar-se perto da Imperatriz e da princeza Dona Januaria, até que o Imperador se retirou”.

“Eis como o Imperador trata o seu cunhado, acrescenta Ney: tendo vindo á cidade ha poucos dias fazer-lhe uma visita (207), demorou-se na sala apenas meia hora.

(206) Officio de 14 de setembro de 1844.

(207) Aquila e a mulher tinham-se retirado do Paço e alugado casa em Botafogo.

Limitou-se a olhar pela janela, a folhear alguns livros e a falar com a irmã. Não trocou uma palavra com o cunhado, nem ao entrar nem ao sair” (208).

V

O dia 4 de setembro de 1844 era aniversario de casamento do Imperador. Havia gala no Paço. Notou-se que nem o Principe nem a Princeza estavam presentes. Pensou-se que por motivo de molestia. Soube-se porém depois que não tinham sido convidados. Haviam ficado esquecidos em casa, enquanto todo o mundo official e social desfilava e reverenciava deante dos Soberanos.

Essa ausencia dos Principes causou geral consternação, conta Ney, porque significava quasi uma ruptura. “Falava-se até então de frieza ou mesmo de desintelligencia, mas não havia disso nenhuma prova publica. Deante porém do que acaba de passar-se, não ha mais duvida possivel”.

Depois da gala houve banquete em São Cristóvão. Tambem aí não compareceram os Principes, não tendo sido igualmente convidados. Foi procurá-los depois o ministro de Estrangeiros, para pedir desculpas pelo *mal-entendido*. Perguntou ao Principe se não ia á noite ao teatro “onde o Imperador ficará certamente encantado de o vêr”. Julgando que o Ministro estava ali a mandado do Monarca, e exprimisse um desejo deste de apro-

ximação, resolveu o Príncipe ir. Vestiu o uniforme e se apresentou no teatro — “onde o Imperador, como de costume, não lhe disse palavra” (209).

Certa vez o Imperador resolveu sair do seu mutismo. No Paço, deante do cunhado e da irmã, acusou-os de estarem conspirando contra êle. Rechberg, que refere a cena, acrescenta:

“A princeza não lhe respondeu sinão com lagrimas, mas o Príncipe pediu-lhe que se explicasse mais claramente. Respondeu-lhe o Imperador que num baile no Paço de São Christóvão êle tinha falado longo tempo com o Sr. Honorio Hermeto, chefe do ultimo Ministerio, da opposição conservadora e atual membro do Conselho de Estado. Tendo o Príncipe replicado que não lhe parecia crime falar a um membro do Conselho de Estado, e que na mesma noite falara igualmente com o Sr. Aureliano, membro influente da atual administração, o Imperador limitou-se a observar-lhe secamente que êle falara mais tempo com o Sr. Honorio do que com o Sr. Aureliano”. E Rechberg conclue: “Eis as futilidades com que se chegou a impressionar o espirito suspeitoso do jovem Soberano!” (210).

De outra vez voltaram a debater o assunto. O Imperador, apegado á sua idéia, insistiu em acusar o cunhado de estar tramando contra êle, aliciando adeptos, para formar um partido contra o trono e a legitimidade da successão da corôa.

— Meu partido é o seu, respondeu-lhe o Príncipe, não tenho outro; estou no Brasil porque gosto de sua ir-

(209) Officio de 24 de agosto de 1844.

(210) Officio de 22 de outubro seguinte.

mã. Se não me acredita, consinta então que eu volte para Napoles (211).

Chegadas as coisas ao ponto a que chegaram, não havia de fato outra solução senão a retirada do Príncipe e da Princeza para o estrangeiro. A distancia, com o tempo, se encarregaria de apagar as queixas e as desconfianças que se tinham creado entre elles e o Imperador.

Não ousando o conde d'Aquila pedir diretamente ao Imperador permissão para deixar o Brasil, encarregou dessa missão á mulher. Dona Januarina não andava bem de saúde, e os medicos lhe tinham aconselhado uma viagem ao Velho Mundo. Era um bom pretexto, que pouparia a susceptibilidade do Imperador. Aproveitou ella assim um jantar no Paço, no dia do aniversario da princeza Dona Francisca, para falar a sós com o irmão. Disse-lhe:

— Pedro, tenho um pedido a fazer-te. Deixar-me partir. Voltarei dentro de um anno. Asseguro-te que me sinto bem mal, e não has-de querer vêr-me enterrada no Convento da Ajuda, não é?

O Imperador limitou-se a responder:

— Veremos (212).

Por diversas vezes, directa e indirectamente, o conde d'Aquila voltou a insistir no desejo de obter authorisação para deixar o Brasil. O Imperador estava possivelmente inclinado a concedê-la, mas encontrava resistencia no

(211) Officio de Ney, de 26 de maio anterior.

(212) Officio de Ney, de 8 de outubro de 1844.

Conselho de Estado, e o Ministerio hesitava em tomar a si a responsabilidade de uma medida que, pela legislação em vigor, cabia ás Camaras resolverem em definitivo. “Receiava as discussões que não deixariam de ter lugar na proxima sessão das Camaras (213), discussões tanto mais deploraveis quanto elas exporiam ao publico as intrigas do Raço e as fraquezas de seus augustos hospedes” (214).

Outra vez ainda voltou a Princeza a insistir junto ao irmão. Não foi, porém, mais feliz do que das anteriores tentativas. O Imperador não se afastou de sua habitual frieza e quasi mudez. Respondeu por monosílabos, sem nada resolver.

— Espero que não me julgues mais uma conspiradora, disse-lhe ela por fim.

— Ah! quanto a isso, havia muita coisa a dizer! limitou-se a responder o Imperador (215).

Vendo, afinal, que nada obtinha por esses meios, resolveu o conde d’Aquila escrever-lhe uma carta, pedindo-lhe categoricamente autorisação para deixar o Brasil, afim de tratar na Europa da saúde da mulher. Deu-lhe então e finalmente o Imperador a permissão. Ney diz

(213) O Parlamento estava então em férias (outubro de 44).

(214) Officio de Rechberg, de 22 de outubro de 44.

(215) Ney, officio cit.

que nessa resposta o Imperador dizia atender o desejo do Príncipe *com prazer e por varios motivos.* (216).

VI

A verdade é que o conde d'Aquila, vendo que não conseguia obter a autorização desejada, resolvera fazer compreender a seu cunhado que a continuar nesse *impasse*, êle acabaria por dispensar qualquer autorização, e partiria de toda a maneira para a Europa numa fragata franceza que era esperada a todo o instante no Rio. "Partiria ainda quando essa permissão lhe fôsse recusada". Fôra somente diante dessa *ameaça* que o Imperador resolvera afinal ceder (217).

Obtido o consentimento do Monarca e livre, assim, em seus movimentos, já não teve mais o conde d'Aquila os mesmos receios de antes. Sua attitude logo mudou. Tornou-se arrogante. Não temeu mais enfrentar e discutir com o cunhado. A frieza e o laconismo deste não mais o amedrontaram.

Num jantar no Paço, certa noite, provocou-o a uma longa conversa, na presença da Imperatriz. Falou-lhe

(216) Idem.

(217) Rechberg, officio de 22 de out. de 44. Rechberg confirmaria isso mais tarde: "Foi somente pela ameaça de embarcar-se a bordo da fragata franceza, que o conde d'Aquila arrancou do Imperador a autorização de deixar o paiz. (Officio de 23 de abril de 45). — O Ministerio tambem acabou por ceder, "reconhecendo ser impossivel obrigar o Conde a retardar sua partida, e querendo, antes de tudo, evitar o escandalo de êle partir sem autorização do Imperador" (Of. de 22 de out. cit.). — Concorreu tambem, muito possi-

num tom a que nunca se tinha permitido antes. Censurou-o por sua atitude para com êle. Pediu-lhe que provasse ter êle ou sua mulher jamais conspirado contra a sucessão do trono. Fazendo, depois, uma clara alusão a Paulo Barbosa, aconselhou-o a que pensasse na sua propria posição, e vigiasse os que o rodeavam de perto.

Ney, que nos conta essa cena, diz que o Imperador, *que é ainda uma criança* (êle tinha então 19 anos incompletos), ficou muito emocionado e por pouco não chorou. Pediu ao conde d'Aquila que não embarcasse numa fragata franceza. Que pensariam disso? Que êle não quizera pôr um navio brasileiro á sua disposição! Adiasse a partida para quando houvesse um barco em condições de viajar para a Europa (218).

O conde d'Aquila, porém, ficou intransigente. Sentindo-se forte com a autorisação que, não sem custo, arrancara do cunhado, não houve consideração de especie alguma, nem pedidos, nem rogos, que o detivessem. Entendeu de partir imediatamente, numa precipitação de quem foge de uma terra ingrata. Solicitou e logo obteve da Legação de França licença para embarcar numa corveta franceza "*La Reine Blanche*", que dentro de tres ou quatro dias devia largar do Rio em direção a Brest, na França.

velmente, para isso, a certeza, que já então se tinha, da gravidez da Imperatriz, o que assegurava a ordem direta de sucessão ao trono. Dona Januaria deixaria de ser a herdeira presuntiva, e ficaria, assim, livre de residir onde bem entendesse.

(218) Officio de 19 de outubro de 1844.

VII

O Imperador ressentiu-se muito com tanta precipitação. Essa partida, que era quasi uma fuga, a bordo de um navio de guerra estrangeiro, feriu-o mais dolorosamente do que qualquer outro incidente em todo esse triste drama de familia. A intransigencia do cunhado em não aceitar, da parte do Monarca, nenhum favor ou concessão, magoou-o profundamente.

O Imperador oferecera-lhe a fragata *Constituição*, a mesma que trouxera de Napoles a Imperatriz, um ano antes, e que em vinte dias estaria em estado de navegar para a Europa. Recusara-a o Principe. Sugerira-lhe então que partisse numa fragata napolitana, que era esperada no Rio de um dia a outro. Tambem não aceitara. Por fim propuzera-lhe que concordasse ao menos com que a *Constituição* comboiasse a *Reine Blanche*. Acedera, mas acentuando que viajaria, de toda a maneira, na fragata franceza, o que valia dispensar praticamente o comboio, pois a *Reine Blanche* devia partir dentro de tres ou quatro dias, e a *Constituição* não podia estar em condições de navegar para o Velho Mundo antes de uns quinze dias (219).

Pediu-lhe ainda o Imperador que não partisse sem levar consigo, pelo menos, um camarista e uma dama de

(219) O conde e a condessa d'Aquila já se encontravam a bordo da *Reine Blanche* pronta a largar, e o Ministerio,

honra brasileiros, autorizando a escolhê-los dentre todos os empregados que servissem no Paço. Depois de muito instado, acedeu o Príncipe em levar em sua companhia o Conde de Beaurepaire, que embora empregado no Paço era francez de nascimento (220). Recusou, porém, e terminantemente, a dama de honra para a mulher (221).

Todas essas mesquinhas vieram a publico, e causaram por toda a parte uma péssima impressão. A precipitação do Príncipe em partir, sua obstinação em recusar todo e qualquer auxilio do Governo Imperial, em se desligar completamente dos Brasileiros, provocaram as mais acerbas criticas. As simpatias que acaso tinham creado êle e a mulher, no decurso desse triste caso, depressa se desfizeram.

Rechberg dizia com toda a razão:

“Entretanto teria sido facil evitar tudo isso. O Príncipe poderia ter ido por algum tempo para a montanha ou para as provincias do Sul, cujo clima temperado convinha

para salvar a responsabilidade e responder aos ataques da opposição, que o culpava de ter consentido em que a herdeira do trono viajasse a bordo de um navio estrangeiro, publicava a ordem do ministro da Marinha, pondo á disposição dos Principes a fragata *Constituição*, que só dentro de 15 dias estaria em condições de partir...

(220) Almirante Teodoro-Alexandre de Beaurepaire, que emigrara com sua familia para o Brasil, por ocasião da Revolução franceza e servira depois na Marinha de guerra do Brasil. Fôra o comandante da esquadra que trouxera de Napoles a imperatriz Tereza-Cristina. Datavam daí as suas relações com o conde d'Aquila.

(221) Officio de Rechberg, de 22 de out. de 44.

melhor á saude da Princeza, e lá aguardar o parto da Imperatriz. Depois do nascimento do herdeiro da corôa êle poderia partir sem barulho e sem ferir o amor proprio dos Brasileiros, enquanto que hoje êles se sentem profundamente feridos com a sua partida e a maneira pela qual ella se efetuou. Não perdoarão nunca á herdeira presuntiva da corôa ter partido para a Europa num navio de guerra estrangeiro, de não se fazer acompanhar por nenhuma senhora, nenhum criado brasileiro” (222).

Os Principes embarcaram na *Reine Blanche* a 22 de outubro. “As despedidas do Imperador á sua irmã foram muito secas, escreve Ney; ella chorou muito” (223).

No dia seguinte ponderava o conde de Rechberg para Viena:

“Essa precipitação em deixar a terra brasileira causa um péssimo effeito no espirito publico. Forma um contraste muito evidente, para não ser notado e comentado, com as boas disposições que Suas Majestades demonstraram ultimamente aos illustres viajantes. Embora os membros da familia imperial só raramente se encontrassem nestes ultimos tempos, sobretudo depois que o Principe deixou o Palacio para ir residir numa casa que alugou em Botafogo, o Imperador e a Imperatriz, apesar do estado adiantado da gravidez, foram nos ultimos três dias de São Cristóvão a Botafogo para jantar com Suas Altezas. Elles as acompanharam hontem a bordo da fragata com todos os membros do Conselho, e só se retiraram depois de terem passado três horas com a Princeza e o Principe” (224).

(222) Officio cit.

(223) Idem.

(224) Officio de 23 de outubro de 44.

CAPITULO VIII

PRIMEIRAS AFIRMAÇÕES DE AUTORIDADE

Completa-se a emancipação do Imperador — Nascimento do primeiro filho — Viagem ás Provincias do sul — Extinção da “camarilha” — Ostracismo de Paulo Barbosa — Criação da presidencia do Conselho de Ministros — Volta dos conservadores ao poder — Primeiro Gabinete do marquez de Olinda — Politica contra Rosas — Queda de Olinda — Repressão do tráfico de Africanos — Pressão ingleza — 1850 é o ano dos contratempos — Falecimento do herdeiro do trono — As duas Princezinhas — A vida no Paço — Primeiròs tempos de Petropolis.

I

E' somente depois do ostracismo de Paulo Barbosa e do afastamento de Aureliano de toda ingerência nas organizações ministeriais, com a criação da presidencia do Conselho, que o Imperador obtem a sua completa emancipação. Entra na posse de si mesmo, de todos os

direitos e prerrogativas constitucionais. Liberta-se, afinal, dos entraves de toda a sorte que lhe cercavam ou tolhiam os atos. De agora em diante êle é, de fato, o Imperador. Não tem mais tutor. Não tem preceptor ou preceptores. Não vê ao seu lado, diariamente, a figura adiposa e reverente do mordomo Paulo Barbosa. E Aureliano perde-se de mistura com os demais politicos, confunde-se com êles nas antessalas dos Paços, fica reduzido, como diz Joaquim Nabuco, a um politico tão dependente, tão ignorante como os òtros dos altos misterios da Corôa (225).

Livre desses entraves, que lhe tolhiam e até certo ponto esterilisavam os sentimentos, seu carater toma logo uma nova feição. Torna-se mais expansivo, mais comunicativo. Começa a perder aquele véo suspeito e retraído que o cobria.

Tambem influiu sensivelmente para isso o casamento e, pouco depois, o prenuncio do primeiro filho. O casamento deu-lhe o sentimento de sua personalidade, de uma nova responsabilidade e do seu exato papel na so-

(225) O declinio politico de Aureliano fica patente mezes depois da criação da presidencia do Conselho, em dezembro desse mesmo ano de 1847. Seu irmão, Saturnino Coutinho cuja entrada mezes antes para o Ministerio, como *candidato do Paço*, provocara a cealeuma que se sabe, entra em divergencia com Alves Branco, presidente do Conselho. As coisas entre os dois não se concertando, Alves Branco leva o desentendimento ao conhecimento do Imperador, a quem põe diante desta alternativa: ou retirada do Ministerio ou demissão de Saturnino. O Imperador dessa vez não hesita: dá a demissão de Saturnino, que é logo substituido por Pimenta Bueno, futuro marquez de São Vicente.

cidade do Imperio. O nascimento do primeiro filho deu-lhe um sentimento mais humano e mais elevado, que foi a consciencia da perpetuação da especie. Ney, encarregado de negocios de França, chamava a atenção para essa mudança do Imperador, achando-o “muito menos reservado do que de costume”, muito mais senhor de si, mais confiante e mais expansivo. “Conversou animadamente com muitas pessoas”, dizia. E acrescentava: “Notou-se, o que é bem verdade, que elle tomou muito mais *aplomb* depois que a gravidez da Imperatriz tornou-se uma certeza” (226).

Esse primeiro filho nasceu-lhe em fevereiro de 45. Foi o principe Dom Afonso. Logo depois de nascido o Imperador o tomou nos braços, para apresentá-lo ás pessoas que o cercavam no Paço, dizendo-lhes, emocionado: *Senhores, é um principe que Deus...* Mas não terminou: os soluços embargaram-lhe a voz (227).

No fim desse ano os Monarcas realizaram a sua primeira viagem. Para o Imperador foi uma grande novidade. Até então elle pouco se afastara da Côrte, e assim mesmo só para curtas excursões a Santa Cruz, a Sepe-tiba, a Correias. Em novembro de 43, pouco depois de casado, elle fôra passar o verão na fazenda da Taquara, propriedade de um rico agricultor, Manoel Pinto.

Agorá, porém, tratava-se de uma verdadeira viagem. Ha muito, aliás, que alguns dos nossos homens politicos sentiam a necessidade de o Imperador visitar as princi-

(226) Officio de 10 de agosto de 1844.

(227) Officio do conde Ney, de 27 de fevereiro de 1845.

paiz, ao menos, das nossas Provincias. O paiz era grande, o Soberano ia-se fazendo maior; tornava-se, portanto, mister dá-lo a conhecer e fazê-lo conhecer as demais regiões do Imperio, tão distantes e divorciadas umas de outras. Seria esse o melhor processo de identificá-lo com a nação, congregá-la em torno dêle, que melhor do que tudo exprimia a idéia de patria e de unidade nacional, e fazê-lo ao mesmo tempo conhecer *de visu* o paiz que o destino lhe puzera nas mãos e ao qual estava ou devia estar eternamente ligado.

II

Nos primeiros dias de outubro partiam os Monarcas para o sul, com destino á provincia do Rio Grande. De passagem visitariam Santa Catarina, e na volta a provincia de São Paulo.

Causou estranheza que se tivesse escolhido precisamente o Rio Grande do Sul como objetivo dessa primeira viagem. A Provincia acabara apenas de depôr as armas, depois de dez anos de luta contra o Governo Imperial. O espirito republicano, que animara a revolução, pairava ainda nas coxilhas rio grandenses. A Provincia, para muitos, era ainda a filha infiel do Imperio.

Rechberg, encarregado de negocios da Austria, dava conta da "má impressão que a noticia dessa viagem fez entre os amigos sinceros do principio monarchico. Lamentam que em vez de deixarem o jovem Soberano ir a

uma Provincia onde a revolução recentemente abafada tornará bem difficil a sua posição, não o tenham persuadido a visitar outras Provincias” (228).

Ora, o fato, justamente, de acabar o Rio Grande de voltar á comunhão politica do Imperio, depois de uma longa e penosa luta, justificava a visita do Imperador. Ela tinha por fim precisamente cimentar essa paz apenas firmada, conquistar definitivamente as simpatias dos chefes revolucionarios republicanos, identificá-los com esse jovem Monarca, que ia espontaneamente a sua casa, para estender-lhe a mão larga e generosa. Sob o ponto de vista politico, a viagem ao Rio Grande valia por um golpe de mestre. Não é impossivel que ela tenha sido uma sugestão de Caxias, o pacificador da Provincia, levado por aquella exata visão politica que o caracterisava. Rechberg dá-nos conta do interesse que êle manifestou pelo successo da viagem do Imperador á sua Provincia natal.

Do visconde de Macaé, ministro do Imperio e chefe do Governo, é menos provavel que tivesse partido a sugestão. Tinha o espirito demasiado partidario para poder compreender a largueza de um gesto como esse. Se, em todo o caso, a idéia da viagem ao Rio Grande partiu dêle, obedeceu certamente a intuitos menos patrioticos e menos nacionais. Teria sido um simples recurso de partido.

(228) Officio de 22 de setembro de 45.

Falou-se, aliás, em *intrigas do Paço*, que estariam nas origens dessa viagem. Era uma alusão aos manejos da *facção aulica*, aliada, nessa época, a Macaé e o seu grupo. Dizia-se que o Imperador andava sendo trabalhado por elementos contrarios á gente de Macaé, para induzi-lo a completar o Ministerio que este organisara em maio, com o nome de Honorio Hermeto, o futuro Marquez de Paraná e chefe, então, da grei conservadora. De fato, restavam ainda a preencher duas pastas, Guerra e Justiça.

Alarmados com essa possibilidade, Macaé e o grupo liberal que o apoiava, aliados a Aureliano e Paulo Barbosa, haviam sugerido ao Imperador a viagem ao Rio Grande, "onde se fariam manifestações a favor do actual Ministerio, de modo a convencer ao Imperador da necessidade de não mudar o espirito da administração" (229).

Mas fôsse como fôsse: o Imperador partiu para o Sul a 5 de outubro de 45. Sua comitiva era composta de gente do Paço — exclusão de Macaé, que o acompanhava na qualidade de ministro do Imperio e chefe, de fato, do Gabinete. Embarcaram todos — Imperador, Imperatriz e comitiva — na fragata *Constituição*, o nosso melhor barco de guerra do tempo. Fôra o mesmo que trouxera de Napoles a jovem Imperatriz, dois anos antes. Seguia comboiada por uma corveta, dois brigues e dois barcos a vapor. O barco a vapor era então uma novidade, porque a vela ainda dominava, por toda a par-

(229) Rechberg, of. cit.

te, a navegação. Até Santa Catarina teve ainda o acompanhamento de uma fragata norte-americana e de um brigue inglez (230).

III

Apezar das apreensões de muitos, o acolhimento dispensado pelo Rio Grande aos Monarcas foi o melhor. “Foram acolhidos com um entusiasmo maior do que se podia esperar depois de dez anos de guerra civil”, dizia Rechberg (231). E embora os antigos chefes revolucionarios tivessem guardado uma certa reserva, e preferido mesmo evitar contacto com a comitiva imperial (232),

(230) A presença desses dois barcos estrangeiros na comitiva imperial resultava de uma rivalidade entre os ministros americano e inglez no Rio. Sabedor da viagem imperial, decidira o primeiro destacar a fragata americana que estacionava no Rio para acompanhar o Imperador, e êle proprio se meteu nela “embora o corpo diplomatico não tenha sido convidado a acompanhar os augustos viajantes”, observava Rechberg com ares de censura — ou de inveja. Sabedor disso, o ministro inglez dá identicas ordens ao brigue do seu paiz que estava no Rio. O ministro americano era o celebre Henry A. Wise, com o qual o Governo Imperial se verá na contingencia de romper relações daí a dois anos, pelas insolencias que se permitirá praticar entre nós.

(231) Officio de 6 de dezembro de 45.

(232) Apezar das reiteradas recomendações dó Sr. conde de Caxias e das promessas feitas anteriormente, nenhum dos chefes do antigo partido revoltado apresentou-se até agora para prestar submissão ao seu augusto Soberano; afastaram-se mesmo dos lugares por onde devia passar Sua Majestade Imperial” (Of. de Rechberg, de 22 de dezembro de 45).

pode-se dizer que a mocidade do Imperador, seu feito generoso e cheio de simplicidade conquistou francamente a Provincia.

A viagem foi demorada. Estava-se em fevereiro de 46 e o Imperador se encontrava ainda no Sul. Fazia já cinco mezes que êle se achava longe da Côrte, a varios dias de viagem, e não se sabia ainda na Capital quando devia estar de volta. Era a primeira vez que êle fazia uma ausencia tão prolongada e para tão longe; e esse fato não deixava de provocar o maior descontentamento. Sobretudo pelos inconvenientes que daí resultavam para a administração geral do paiz.

Não se culpava tanto ao Monarca quanto ao Ministerio, responsavel constitucional pela ausencia prolongada do chefe do Estado. Todas as censuras visavam, de fato, o visconde de Macaé, que pór questões de prestigio e de partido não quizera completar o Ministerio antes de partir para o Sul. Deixara vagas duas pastas, Guerra e Justiça, ocupadas interinamente por Holanda Cavalcanti (futuro visconde de Albuquerque), ministro da Marinha, e Limpo de Abreu (futuro visconde de Abatê), ministro de Estrangeiros. Com a ausencia de Macaé, o Ministerio ficara, na realidade, composto apenas daqueles dois titulares e de Alves Branco (2.º visconde de Caravelas), que ocupava a pasta da Fazenda (233).

Rechberg escrevia para Viena:

(233) “Esperava-se que o Ministerio fôsse completado antes da partida do Imperador. Mas as intrigas de partido e do Paço impediram que êle fôsse recompôsto, e o Ministerio

“A ausencia prolongada do jovem Soberano começa a ser geralmente censurada. O Ministerio desde a sua partida se compõe apenas de três membros, e cada um dos Ministros está encarregado interinamente de duas pastas. Desunidos entre si, esses senhores deixam a decisão de todos os negocios, mesmo os mais urgentes, para a volta do Imperador” (234).

Terminara o mez de março e corriam já os primeiros dias de abril. Fazia meio ano que o Imperador havia partido. Continuava-se, contudo, sem noticia de sua volta. Sabia-se apenas que êle proseguia a viagem com o maior successo, obtendo em toda a parte os melhores aplausos. St. Georges, Encarregado de Negocios de França, refere-se ao *entusiasmo* que a sua presença inspirava aos habitantes do Rio Grande do Sul, “sobretudo pelas maneiras graciosas do Imperador, cujas faculdades parece se terem singularmente desenvolvido nessa viagem. Perdeu aquela reserva taciturna que impressionava dolorosamente a todos quantos se lhe aproximavam. Fala a todo o mundo, sobre todos os assuntos e com muito proposito, pois que tendo lido muito não lhe falta criterio” (235).

se vê assim reduzido, durante a ausencia do Soberano, a três Ministros, uma vez que o ministro do Imperio, Sr. José Carlos, acompanha Sua Majestade. A ação do Governo não ha de ser certamente facil se algum acontecimento extraordinario tiver lugar antes da volta do Imperador” (Rechberg, of. do 10 de outubro de 45).

(234) Officio de 21 de abril de 1846.

(235) Officio de 8 de novembro de 1845.

Em São Paulo, já de volta, não teve acolhida menos cordial. De lá escrevia Saraiva, então estudante de direito:

“O Imperador e sua Senhora acham-se nesta cidade... E' afavel com todos, dirige-se a qualquer, faz-lhe perguntas e procura informar-se das menores particularidades. Tem andado a pé como simples cidadão, sem aparato algum. O entusiasmo tem sido grande. E' moço, muito vivo e segundo dizem todos tem instrução muito superior á sua idade” (236).

Afinal, a 26 de abril chegavam os Monarcas de volta á Côrte. A Imperatriz sentia-se de novo grávida, esperando a criança para daí a tres mezes. Rechberg, que os fôra esperar com os demais membros do corpo diplomatico, confirmava a bôa impressão que a todos causara o Imperador: “Sua Majestade cresceu consideravelmente, e ganhou um *aplomb* que parece indicar um carater firme e decidido” (237).

IV

Se a criação da presidencia do Conselho, em julho de 47, assinala a morte da facção aulica e o fim do professorado de Aureliano, o prestigio da *camarilha* começa a declinar cerca de um año antes, precisamente em junho

(236) Carta de 4 de março de 46, Wanderley Pinho, *Política e politicos do Imperio*.

(237) Officio de 27 de abril de 1846.

de 46, quando Paulo Barbosa é afastado da mordomia do Paço e obtem, como recompensa, o exílio dourado de uma legação na Europa.

A partida de Paulo Barbosa foi um dos grandes acontecimentos da época. Não lhe faltaram as mais desencontradas interpretações. “A facilidade com que o Imperador consentiu em sua partida tem dado muito que falar”, escrevia Rechberg, acrescentando que, segundo corria, êle caíra “no desagrado do seu jovem Soberano” por causa de sua conduta na questão do conde d’Aquila. Falou-se numa carta do rei Luis-Filipe de França ao Imperador, e noutra do rei de Napoles, ambas se queixando das manobras de Paulo Barbosa (238).

Um fato, em todo o caso, ficava incontestado: e era que o Imperador se via livre de um dos que mais de perto o vinham assessorando, e ganhava mais uma etapa no caminho de sua completa emancipação. A declaração da Maioridade fôra a primeira dessas etapas; a partida de Paulo Barbosa era a segunda; a terceira e ultima seria a criação da presidencia do Conselho e o fim do professorado de Aureliano.

Que êle devia sentir-se cansado de Paulo Barbosa, de sua presença diaria no Paço, longos anos seguidos, de suas intervenções repetidas na vida palaciana e na vida politica do paiz, é o que se deve crêr. “O Imperador não estava descontente de se desembaraçar de um jugo que começava a pesar-lhe”, dizia Rechberg. O proprio Pau-

(238) Officio de 27 de junho seguinte.

lo Barbosa, sem duvida, sentia isso, e por varias vezes referira já ao Soberano o desejo de solicitar uma licença a longo prazo, afim de poder retirar-se para a Europa.

Elé devia sentir que o terreno no Paço não lhe oferecia' mais a mesma segurança de antes. Havia qualquer coisa de mudado. Não era impossivel que a Imperatriz tivesse a sua parte nisso. Ela devia ter, de fato, queixas de Paulo Barbosa, pela attitude que este assumira na desinteligencia aberta entre o Imperador e o seu irmão o conde d'Aquila. Não era mais segredo para ninguem que se devia em grande parte a Paulo Barbosa toda a articulação desse triste caso de familia.

"A Imperatriz não gosta do Sr. Barbosa, dizia o conde Ney, e o sentimento de repugnancia que sente á sua vista é tal, que ha poucos dias, estando á noite com o irmão e a princeza Januaria no seu salão de São Cristóvão, ela sentiu-se gelada quando alí entrou de repente o Sr. Barbosa. No mesmo instante todas as fisionomias mudaram, e quando o Mordomo partiu, a Imperatriz disse que a sua aparição era por certo sinal de alguma desgraça.

.....
"Ele tinha vindo, com effeito, solicitar a assinatura do Imperador para a demissão de Dona Joaquina, dama de honra da Sra. princeza Dona Januaria, que educara essa Princeza sem nunca a ter largado desde a infancia até o casamento" (239).

(239) Officio de 26 de maio de 1844. — Trata-se de Dona Joaquina Adelaide de Verna e Bilstein, sobrinha de Dona Mariana de Verna, condessa de Belmonte. Vide Capitulo anterior.

Paulo Barbosa sentia, assim, que era tempo de pensar em afastar-se do Paço, ao menos temporariamente, até que as circunstancias lhe oferecessem novamente um terreno seguro e acolhedor. Mas uma simples licença não podia satisfazer á vaidade e vistas ambiciosas do Mordomo. Ela lhe daria certamente a vantagem de não se despregar de todo do cargo importante que desfrutava no Paço, e que era, no fundo, a sua principal força. Não lhe cortaria a retirada. Amanhã ou depois podia bem voltar a ocupá-lo (240).

Mas uma licença, mesmo voluntaria, era de toda a maneira um ostracismo. E para dourá-lo, lembrou-se Paulo Barbosa de candidatar-se a um dos postos diplomaticos de Paris ou de São Petersburgo. Objetou-lhe o Imperador não lhe ser possível atendê-lo nesse desejo: “que não podia destituir o ministro do Brasil em Paris para abrir vaga para o Sr. Barbosa, e o posto de São Petersburgo estava prometido ao ex-ministro de Estrangeiros, Sr. Ernesto Ferreira França” (241).

A tenacidade, porém, do Mordomo, venceu todas as resistencias. Graças á intervenção de Macaé, ministro do Imperio e seu amigo dos mais chegados, conseguiu *arrancar* (a expressão é de Rechberg) do Imperador a nomeação para o posto em São Petersburgo. E não foi só. Saiu cumulado de honras e apanagios, tanto pelo

(240) Como voltou; mas sem recuperar jamais o prestigio de antes. Limitou-se a ser um simples empregado do Paço.

(241) Rechberg, of. cit.

Imperador como pela Imperatriz. “O Imperador deu-lhe uma licença ilimitada, metade dos vencimentos de Mordomo, e assegurou-lhe, no caso de morte, metade dessa pensão para a viuva. A instancias do Sr. Barbosa foram-lhe pagos quatro anos adiantados dessa pensão. A Imperatriz deu-lhe como lembrança um magnifico solitario montado num alfinete, e presenteou a Sra. Barbosa com um par de brincos de diamantes” (242).

V

A criação da presidencia do Conselho não foi uma iniciativa do Imperador. Resultou de uma imposição do senador Paula Sousa. Convidado pelo Monarca a participar do Ministerio que Manoel Alves Branco, 2.º visconde de Caravelas, formara em 22 de maio de 1847, êle condicionou sua entrada no Governo á criação, de um órgão permanente e responsavel, que fôsse o colaborador e o intérprete do Imperador nas organizações ministeriais, e centralisasse, por outro lado, perante a Corôa, as opiniões e os atos dos Ministros. Só assim se acabaria com a intromissão indébita da gente do Paço ou aliada do Paço nas formações dos Ministerios, como se vinha verificando desde a declaração da Maioridade. Alem disso, os Gabinetes ganhariam uma unidade e uma coesão que estavam longe de possuir, pelos defeitos mesmos de sua organização.

(242) Rechberg, officio de 27 de junho de 46.

De fato, não havia, nem podia haver, até então, entre os Ministros, nenhuma homogeneidade de vistas. Eles eram tirados um pouco de toda a parte, sem nenhuma preocupação partidaria. Cada qual vinha assim para o Governo com os seus pontos de vista proprios, com os seus matizes politicos, suas inclinações e principios partidarios. Com excepção, talvez, do Gabinete organizado por Honorio Hermeto, o futuro Paraná, em 20 de Janeiro de 43, que refletiu o sentimento do partido conservador, todos os demais haviam sido formados com homens das mais variadas origens e côres partidarias. Foram Gabinetes compostos *mozaicamente*, como diz Timandro (Torres-Homem).

Dai as constantes divergencias que se abriam entre os seus membros, os repetidos choques de opinião, com evidentes prejuizos para a coesão e a estabilidade dos proprios Gabinetes, que se viam assim reduzidos a governos de expediente em vez de governos de ação. A frase é de José Verissimo. Nesses ultimos sete anos, isto é, da declaração da Maioridade á lei da criação da presidencia do Conselho, sete Gabinetes se haviam sucedido no poder, em média, portanto, de um por ano. Não havia melhor prova da instabilidade do Governo.

Era para sanar, quanto possivel, tais inconvenientes que Paula Sousa insistia na criação da presidencia do Conselho de Ministros. "A presidencia do Conselho, dirá um dos nossos historiadores politicos, convinha pois para regularizar a marcha politica e administrativa do Ministerio, dar-lhe unidade de vistas e direção politica homo-

genea, e firmar a solidariedade, que é a condição essencial dos Ministerios no sistema representativo" (243).

O Imperador não opoz difficuldade á imposição de Paula Sousa. *Aprovei muito*, dirá mais tarde (244). E' que elle sentia tambem a necessidade de acabar-se de uma vez com o sistema de improvisações ministeriaes. Não era, de facto, possível continuar-se na prática seguida até agora, que á força de repetir-se acabaria por expor a Corôa a uma incompatibilidade irremediavel com a opinião politica da nação.

Sem duvida Aureliano e a sua gente tinham sempre agido cobertos pela autoridade imperial, e eram assim, no fundo, verdadeiros interpretes do pensamento do Imperador. Não importa. A intromissão deles nas organizações ministeriaes não deixava de ser menos indébita, e de provocar porisso os mais justos protestos sempre que se tratava de mudança de Gabinete.

A criação de uma presidencia do Conselho não queria dizer que o Imperador abdicasse de sua prerrogativa constitucional, de nomear e demittir os Ministros. Este era um *direito seu*. A tese do partido liberal (245), segundo a qual esse direito *não era absoluto*, podia até certo ponto defender-se, se encarada dentro do espirito

(243) Pereira da Silva, *Ensaios politicos e discursos parlamentares*.

(244) Nota a Tito Franco, *O conselheiro F. J. Furtado*.

(245) Defendida num folheto celebre do tempo, *A dissolução do gabinete 5 de maio ou a Fação aulica*, cit. por T. Ottoni em sua celebre *Circular*, e attribuido, ora a Bernardo de Vasconcelos, ora a Paraná. Hoje sabe-se que foi escrito por Firmino Rodrigues da Silva.

de um regime representativo puro. Mas aquele direito do Imperador não deixava, por isso, de ser uma das suas principais prerrogativas constitucionais. *Não é absoluto, dizia o Imperador, mas existe.* (246). E se existia, o interesse de todos era que êle fôsse exercido com a menor soma de atritos ou divergencias com os órgãos representativos da nação. Nisso estava toda a questão.

O Imperador não aceitava apenas o principio imposto por Paula Sousa. Ele ia alem: sugeria a adoção de "um regulamento, que unificasse o pensamento politico do Ministerio no seu presidente", de forma a resguardar de alheias interpretações a intervenção da Corôa nos atos do poder executivo, intervenção que, para o Imperador, era *inevitavel* (247). Mas neste ponto êle teye que ceder. Preferiu-se deixar que a pratica do novo sistema se encarregasse, ela propria, de regulá-lo.

A criação da presidencia do Conselho podia não resolver de pronto todos esses problemas de direito publico, tanto de ordem constitucional como de ordem politica e administrativa. Mas era certo que iria atenuar-lhes os pontos de maior atrito; tiraria ás organizações ministeriais o seu carater clandestino e improvisado; unificaria o pensamento politico e administrativo dos Gabinetes; exprimiria uma concessão ao sentimento parlamentarista da nação; e, sobretudo, cobriria a Corôa dentro do mais rigoroso espirito da Constituição.

(246) Nota a Tito Franco, op. cit.

(247) Idem.

Foi nesse sentido que o Imperador a entendeu e lhe deu logo a aprovação. Assim, a 20 de julho de 1847 êle assinava a nova lei, assumindo o conselheiro Alves Branco (Caravelas) a primeira presidencia do Conselho de Ministros do Imperio. Vitorioso no seu ponto de vista, Paula Sousa accitou a pasta do Imperio.

VI

Alves Branco retirou-se em maio de 48, quando, a 8 desse mez, Macaé organisou o seu segundo Ministerio. Derrotado, porém, na Camara, dois mezes depois, e já então sem o apoio palaciano que tivera antes na pessoa de Aureliano Coutinho, Macaé teve de ceder o poder a Paula Sousa. Paula Sousa era considerado um *puro*, e, na verdade, era um homem de uma inteireza moral como poucos. Ao lado disso, ou por isso mesmo, politicamente, um fraco. Seus principios, ou melhor, seu enraizado amor aos principios liberais o inutilisavam para qualquer ação que exigisse um pouco mais de firmeza ou de forte decisão. Assim, a falta de energia — a expressão é do Imperador (248). — contra o liberalismo revolucionario, que daí a mezes iria tentar a ultima cartada em Pernambuco, com a rebelião praieira, obrigou-o a re-

(248) “A falta de energia contra os amotinadores de setembro tambem concorreu para a retirada desse Ministerio”, notou o Imperador (Tito Franco, *O conselheiro F. J. Furtado*). — O Imperador refere-se aí ás cenas tumultuosas e degradantes, que se verificaram na Côrte em 7 de setembro de 1848, por ocasião das eleições para a Camara Municipal, quando o recinto da Camara dos Deputados foi invadido pelos arruaceiros das galerias a soldo dos liberais.

tirar-se do poder. Isso em setembro de 48. Seu Gabinete durou apenas quatro mezes.

Veio o visconde, depois marquez de Olinda. Sua volta ao poder significava uma verdadeira *rentrée en scène*. Afastado do Governo por ocasião da proclamação da maioria do Imperador, em julho de 40, apeado — é a expressão exata — pelo facciosismo e ambição de mando dos Andradas, êle teve a habilidade de conservar-se distanciado do espirito de facção, que dominou a politica brasileira nesses ultimos oito anos — sem, contudo, deixar-se eclipsar. Manteve-se discretamente atraz dos bastidores, como num entre-ato. Não se expoz. Não se gastou. Evitou tomar posição na luta que os partidos ainda em formação travaram ora a favor, ora contra a camarilha de Aureliano e de Paulo Barbosa. Foi habil e foi prudente. Conservador por indole e por educação politica, não quiz acompanhar Bernardo de Vasconcelos nos seus arroubos de eloquencia, nem Honorio Hermeto, o futuro Paraná, nos seus atos de despotismo. No fundo, como um orgulhoso que era, tinha-se na conta de homem necessario e poupava-se para as grandes crises. A observação é do Sr. Tavares de Lyra.

Sua volta ao poder em 29 de setembro de 48 teve, assim, a consagração de um grande acontecimento. É, de fato, na historia politica do Imperio ela assinala o fim do liberalismo revolucionario, que se implantara no poder com o golpe de estado maiorista de 1840, se desmoralisara, em seguida, com as rebeliões de São Paulo e de Minas Gerais, em 42, perdera, depois, a grande partida

dos Farrapos, em 45, para receber, afinal, o golpe de misericórdia com a derrota dos Praieiros em Pernambuco, em 1849.

A volta de Olinda ao Governo, em 1848, significava assim a vitória da reação conservadora, de feição nitidamente monárquica. Com ela fechava-se de uma vez o ciclo das revoluções. O liberalismo revolucionario, quando não confessadamente republicano, desmoralizado e desmantelado, recolhia afinal a quarteis de inverno. E durante cerca de 15 anos teria que sofrer no ostracismo todo um processo de evolução, até amoldar-se ás verdadeiras diretrizes do Imperio liberal.

Apeados do poder, esses liberais voltaram-se violentamente contra o Imperador, numa manobra a que depois se habilitarão. Acusaram-no de os ter enxotado dos conselhos da Corôa, para neles colocar o ex-Regente com as principais ordenanças do partido conservador. Foi talvez a primeira acusação que se fez, e tantas vezes depois se repetiu, contra o *poder pessoal*, contra o *imperialismo* do Monarca. Teofilo Ottoni, um dos implicados na revolução mineira de 42, foi nessa época o seu porta voz na tribuna da Camara. Lançou dali a expressão que ficou celebre, mas que no fundo era apenas uma frase de retorica, qualificando a subida dos conservadores: *estelionato politico*.

Certo, êle não ousou descobrir inteiramente a Corôa. Não trouxe para a discussão o nome do Imperador

(249). Mas serviu-se, para alvejá-lo, das seteiras da *facção aulica*, que êle sabia praticamente desfeita ou em vespera de dissolução, depois da partida de Paulo Barbosa e do afastamento de Aureliano das organizações ministeriais. No fundo, o seu alvo foi bem a Corôa.

Onde está a verdade nisso? Até que ponto devia-se atribuir ao jovem Monarca a responsabilidade de uma mudança tão radical nas diretrizes politicas do Imperio e entrega do poder ao elemento conservador, na pessoa do visconde de Olinda?

VII

Que êle, consultado ou suggestionado, tenha dado o seu assentimento a tal politica, e concordado com a volta ao poder de Olinda, é o que se pode crêr. Como tantos politicos que o rodeavam, tambem êle devera estar farto das revoluções que os liberais provocavam aqui e ali, sempre que o poder lhes fugia das mãos ou que a politica do Governo não correspondia exatamente ás suas vistas ou aos seus interesses. A índole pacifica do Imperador, sua tendencia para as medidas suaves, de respeito á lei e ás garantias constitucionais, sua moderação ou, numa palavra, seu bom senso, precoce já nessa idade, não podia

(249) "O nome do Imperador não pode ser trazido para a discussão", responde Teofilo Ottoni a Moraes Sarmiento, que alegava a prerrogativa constitucional do Imperador, de escolher e demitir livremente os Ministros (Discurso de 2 de outubro de 48).

deixar de reprovar tais processos de violencia, que tanto concorriam para a desmoralisação e decomposição do regime. Seu desejo não podia ser sinão o de vêr o paiz entregue a outros homens, de outra educação politica ou pelo menos de outros processos, e cuja mentalidade se amoldasse melhor á sua propria mentalidade.

Ora, onde buscar esses homens, sinão no gremio dos conservadores? Dentre os liberais é que não era mais possivel. O que lá havia de disponivel era prata usada e já gasta, quando não inteiramente desmoralizada. Almeida Torres (Macaé), Alves Branco (Caravelas), os dois Cavalcanti (Albuquerque e Suassuna), Paula Sousa, Limpo de Abreu (Abaeté), os maiores do partido, eram homens que o poder usara, que haviam perdido o crédito da opinião publica e com os quais era impossivel implantar no paiz o regime de paz e de ordem de que êle tanto necessitava.

Não havia, portanto, outro recurso sinão apelar para o elemento conservador. Havia ali um punhado de homens de valor, com o passado politico intato ou quasi intato, e cujas politicas exprimiam, nesse momento, o anseio das classes laboriosas da nação, de todos os verdadeiros patriotas ou todos quantos desejavam entrar definitivamente numa era de paz, de ordem e de trabalho.

Desses conservadores, Olinda era sem duvida a figura principal. Era a que mais se impunha. Nenhum outro o valia em autoridade. Por sua idade, por seu passado, por seus serviços, por todas as suas qualidades, êle se distanciava de todos os demais. Honorio Hermeto,

futuro marquez de Paraná, mais moço oito anos do que êle, podia, até certo ponto, fazer-lhe sombra. Mas estava longe de oferecer uma mesma fé de officio. De resto era um homem de hontem. Sua autoridade só se firmará definitivamente daí a cinco anos, quando se imporá ao paiz á frente do gabinete da Conciliação.

Além disso, estava ainda bem viva a desinteligencia que se abrira entre Honório e o Imperador — fazia apenas quatro anos — por causa da attitude de Saturnino Coutinho, e que levara Honório a abandonar o Governo da forma e nas circunstances que todos ainda se lembravam. E a não ser o futuro Paraná, quem mais, das hostes conservadoras, podia disputar a Olinda a missão de restaurar no paiz o principio da autoridade, implantar a ordem e solidificar os alicerces da Monarquia constitucional?

Não havia de ser Bernardo de Vasconcelos. Apesar de suas qualidades, do prestigio que o cercava entre a sua gente, como fundador do partido conservador, não era o homem para o momento. Êle era, sem favor, um grande tribung, um elemento de primeira ordem no Parlamento, de recursos quasi inesgotaveis numa discussão ou numa campanha parlamentar; mas não era homem de Governo. Faltava-lhe a serenidade. Faltava-lhe a visão exata das coisas, o conhecimento dos homens e do que se chamava então os “negocios”. Além do mais estava doente, paralitico; fisicamente era um incapaz. Morreria, aliás, daí a dois anos.

Que outros mais? Abrantes? Paulino de Sousa, futuro visconde de Uruguai? Euzebio de Queiroz? Monte Alegre? Rodrigues Torres, futuro visconde de Itaboraí? Eram todos homens de outro estôfo, e ao lado de Olinda faziam figura de simples recrutas.

Olinda a todos sobrepujava. Antigo Regente do Imperio, nenhum outro, além de Feijó, que já era morto, aliás, alcançara posições tão elevadas. Nenhum disputara de uma soma tão grande de poder, desfrutara igual autpridade, assumira tão largas responsabilidades. Na galeria dos grandes do Imperio, o seu lugar só podia ser e era, de direito, o segundo, logo abaixo do Imperador, com apanagios de um verdadeiro Vice-rei.

VIII

De tudo isso podia-se tirar uma conclusão: que a entrega do poder aos conservadores estava na ordem natural das coisas; e que para entregar o poder aos conservadores, numa situação difficil como aquella, quando estava em jogo a sorte mesma das instituições e se precisava de alguém cujo passado fôsse uma garantia do presente, não havia outro nome a escolher que não fôsse o do antigo Regente.

Como, pois, culpar o Imperador da inversão que se operava na politica do paiz, com a volta ao poder de Olinda e dos maioraes do partido conservador? Não havia outra solução para a crise desse ano de 48. Aliás,

se o Imperador deu, como é possível, o seu assentimento a essa solução, nada prova entretanto que tenha sido êle o seu inspirador, que tenha partido dêle a idéia dessa reviravolta politica.

O pouco que se sabe ainda hoje desse periodo confuso de nossa historia autorisa-nos, justamente, a pensar o contrario. Deve ter sido uma versão inventada então pelos liberais extremistas, a facção despeitada do partido, e repetida depois, levemente, até os nossos dias, como se repete tanta coisa errada, sem o cuidado da mais simples investigação historica.

De fato, não se consultam as fontes originaes. Não se investiga o passado, nem se procura compreender a intelligencia dos fatos historicos. Ha uma preguiça mental em estudar por conta propria. Repetem-se, digamos, copiam-se, simplesmente os erros e as heresias dos outros. Disso podem-se culpar até mesmo os nossos maiores historiadores.

Com relação aos acontecimentos de 1848, ha o depoimento inédito de Sonnleithner, ministro da Austria no Rio. Testemunha do que se passava então nos bastidores do Paço, ligado estreitamente a Olinda, êle deve ser tido como uma fonte autorizada de informação. Ora, diz Sonnleithner que foi o proprio Paula Sousa, chefe do Gabinete demissionario, quem, na impossibilidade de reorganisar o Ministerio por falta de "homens" no seu partido, aconselhou o Imperador a apelar para o concurso dos conservadores (250). E' uma versão mais

(250) Officio de 12 de outubro de 48.

que provavel. Esse desprendimento de Paula Sousa, abandonando voluntariamente o poder, e indicando os adversarios para lhe succederem no Governo, estava bem na nobreza de seu caráter, na retidão de suas atitudes, no seu patriotismo nunca desmentido.

Sonnleithner acrescenta que o Imperador, accitando a sugestão de Paula Sousa, encarregou ao visconde de Monte Alegre de organizar o novo Gabinete. Foi então que Monte Alegre lhe devera ter feito sentir que não era possível, num momento como aquele, nenhuma organização ministerial conservadora sem o concurso de Olinda, o pontífice do partido, a garantia e o sustentáculo de sua politica no Governo; e onde estivesse Olinda este tinha de ser, por direito, o chefe. Sem embargo, Monte Alegre não recusaria emprestar sua colaboração numa das pastas do novo Gabinete. E assim foi: Olinda assumiu a presidencia do Conselho de Ministros, com a pasta de Estrangeiros; Monte Alegre ficou com a pasta do Imperio. Euzebio de Queiroz, Rodrigues Torres (Itaboraí) e Manoel Felizardo completaram o Gabinete.

IX

Se o Imperador teve, ou não teve, uma parte qualquer na entrega do Governo aos conservadores, em setembro de 48, e consequente volta de Olinda ao poder, é um fato a apurar; não resta duvida, entretanto, que se deve em grande parte a êle a retirada de Olinda

do Ministerio, um ano depois. Certo, não é êle quem provoca a crise, da qual resulta a exoneração do antigo Regente. Não a agrava, tão pouco, antes a resolve, com a decisão de afastar Olinda do Governo. Mas assume nela uma attitude definida e firme, como se não terá visto ainda, e que foi para todos uma revelação.

Pode-se mesmo dizer que essa attitude do Impérador assinala a primeira manifestação sua de governo. E' a sua primeira vontade, afirmada sem reбуços nem subterfugios. Marca por isso uma época no Reinado e na sua vida. O *quero já*, por ocasião da Maioridade, foi uma lenda forjada pelos Andradas; a retirada de Honório Hermeto em 44, se resultou da intransigencia do Imperador, foi provocada pelas manobras dos irmãos Coutinho, Saturnino e Aureliano. Em 1849, não. E' o Imperador quem toma a iniciativa de provocar a retirada de Olinda. E' quem o convida a exonerar-se. E' quem o despêde.

Com 24 anos apenas de idade e nove de governo (se se pode chamar governo *seu* os sete anos de aprendizagem com Aureliano), êle dá a prova de que não será no trono uma méra figura de prôa, um boneco acaso manejado pelos seus Ministros ou Conselheiros, mas um verdadeiro chefe de Estado, rei que reina e que governa. Nisso é que estava a revelação.

A crise ministerial de 49 foi provocada, como se sabe, pela politica que o Brasil devia seguir no Rio da Prata. Que attitude convinha assumir para com o ditador da Argentina, Dom Manuel Rosas? Deviamos en-

frentá-lo e, se preciso fôsse, combatê-lo? Devíamos chamá-lo simplesmente a negociar, e não nos afastarmos do terreno diplomatico? Era o dilema. E era toda a questão.

O Gabinete dividiu-se no julgamento, ou melhor, divergiu de seu chefe o visconde de Olinda. Monte Alegre, que era, ao lado deste, o *brilhante segundo*, pugnava, com os seus outros colegas, pelo primeiro recurso: a força. Não lhe parecia mais possível temporisar. Rosas estava decidido a executar o seu plano — digamos o seu sonho — de reconstituição do antigo Vice-reinado do Prata. Para isso tinha já tomado pé no Uruguai, por via de Oribe, seu instrumento no outro lado do estuario. Ameaçava assim a fronteira do Rio Grande do Sul. Eram estes os fatos. Ninguem tinha mais o direito de iludir-se a respeito.

Olinda em verdade não se iludia. Ele conhecia, como todos conheciam, a aspiração imperialista de Rosas, “que estava no fundo do patriotismo argentino”, como diz Joaquim Nabuco. Mas êle não queria a guerra. Não queria a guerra — eis tudo. Receava por essa guerra, ou melhor, pelo successo dela. Não via o Brasil preparado para empreendê-la ou enfrentá-la com vantagem. Achava que nos faltavam recursos, tanto militares como financeiros, para lutarmos vitoriosamente contra a coligação de Rosas e Oribe. E não queria aventurar. Temia que uma guerra infeliz, além de favorecer os planos de Rosas, custasse a vida ao proprio trono e á Monarquia. “Eram as recordações do Primeiro Rei-

nado, o que entibiava o velho estadista”, dirá Joaquim Nabuco.

Talvez não. Era antes confiança em Rosas. Ele não se iludia quanto ás vistas ambiciosas do ditador argentino. Mas entendia que se podia chamá-lo á bôa razão pelos meios suasorios, e que os metodos de força tinham antes o inconveniente de exasperá-lo, precipitando-o talvez em seus planos de conquista.

Em suma, Olinda queria negociar. Ministro dos Negocios Estrangeiros no Gabinete de que era chefe, acreditava nos recursos diplomaticos de que dispunha. Parece que muito influiram para isso as relações de quasi intimidade que mantinha então com Dom Tomás Guido, ministro de Rosas na Côrte. De fato havia entre ambos uma grande estima. Guido frequentava assiduamente a casa de Olinda, onde era recebido como pessoa de amizade, e geitosamente, pouco a pouco, acabara se insinuando no animo do presidente do Conselho.

Monte Alegre e os demais Ministros não ignoravam isso. Eles não viam com simpatia essas intimidades de Olinda com o agente de Rosas. Sabiam quanto Guido era manhoso. Não ignoravam as manobras com que êle soubera conquistar a confiança de Olinda. Mantiveram-se por isso irreductiveis. Apesar do respeito que todos tributavam ao velho chefe, não o quizeram acompanhar em seus propositos intransigentes de paz.

Certo, nenhum queria a guerra a todo o custo. Mas nenhum queria tambem evitá-la a todo o custo, como era o proposito de Olinda, mas, ao contrario, recorrer a ela

se os meios pacíficos não bastassem para chamar Rosas ao bom caminho.

Entrou-se, assim, num *impasse*. A intransigência de parte a parte tornou o caso insolúvel. Não era possível uma transação, pois o dilema estava posto: intervem-se ou não se intervem no Prata? Os colegas de Olinda não queriam desautorá-lo em publico, desmascarar a sua politica, demittir-se coletivamente e abandoná-lo numa situação tão difficil. Mas tambem não queriam pactuar em suas intimidades com Guido, acompanhá-lo em sua politica de paz à *outrance*.

Foi nessa altura que o Imperador decidiu intervir.

X

O Imperador, por principio, era partidario da paz. Nada de violencia — era a sua divisa. Com ela governará durante cincoenta anos uma nação de insubordinados. Em relação á politica externa, seus propositos pacíficos e conciliadores eram ainda mais decididos. Ele nada ambicionava para o Brasil. Entendia que o Brasil se bastava a si mesmo. Prestigio no Continente não lhe faltava: era, de fato, a primeira nação da America Latina. E extensão territorial tinha de sobra (251).

(251) Em seu diario, êle deixará dito: "Protesto contra qualquer idéia de anexação de territorio estrangeiro" (arquivo da familia imperial).

Com relação aos paizes do Prata, seu pensamento, então como de futuro, era o mesmo: abstermo-nos de nos intrometer em suas lutas intestinas. Em carta que escreverá ao visconde do Rio-Branco, dezanove anos mais tarde, êle definirá, sobre isso, o seu pensamento. Tudo faz crêr que em 1849 já êle o tinha como norma de politica exterior no Prata. Dirá:

“Entendo que a politica util ao Brasil será a de não intervenção direta nos negocios do Rio da Prata, estando nós prontos, ao mesmo tempo, mas em nossa casa, para defendermo-nos de qualquer aggressão, e desafrontarmos a honra nacional ofendida” (252).

Nada mais claro. Para tomar posição no caso de Rosas, e assumir a attitude que se verá, êle não precisava afastar-se desse critério. Mas para que possamos melhor comprehendê-lo, faz-se mister conjugar aquele seu pensamento com este outro, que êle exporá bem mais tarde a Vicente Quesada, e que até certo ponto o completa: “Nenhuma mudança na geografia politica da America do Sul” (253).

Ora, de que se tratava em 1849? De estar prevenido para evitar a todo o transe que Rosas, de parceria com Oribe, realisasse a reconstituição do antigo Vice-reinado do Prata, criando a cavaleiro de nossas fronteiras do sul e do sudoeste um Estado formidavel, formado da Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolivia.

(252) Carta de 26 de janeiro de 1868, no arquivo do Itamaratí.

(253) Vicente Quesada, *Mis memorias diplomaticas*.

Que a politica de Rosas no sul visava a realisação dessa aspiração, era para o Imperador um fato iniludível. Todos os atos do Argentino, desde que implantara a ditadura em Buenos Aires, suas querelas com o Brasil, suas relações com Oribe, sua ingerencia na economia interna do Urúguai e do Paraguai, eram provas exaustivas das verdadeiras intenções que o animavam. Seu agente no Rio, Tomás Guido, não se cansava, ha bem sete anos, de protestar contra o reconhecimento que fizera o Imperio da independencia desses dois paizes.

Aliás, não era apenas o Imperador: ninguem no Brasil se iludia sobre as intenções imperialistas de Rosas. Olinda, tão condescendente para com o Ditador, e apesar de suas ligações com Tomás Guido, a quem chamava, no Conselho de Estado, um *homem de honra* (254), tinha igualmente a certeza disso. Somente êle acreditava poder chamar Rosas á realidade e á bôa razão pelos meios suasorios, e não admitia a hipótese do Imperio chegar a combatê-lo pelas armas.

Até aí, porém, não ia a ingenuidade do Imperador, nem o seu sentimento pacífico. E foi o que o distanciou de Olinda. Ele compreendeu que o presidente do Conselho estava errado na apreciação com que julgava Rosas, e não duvidou, na divergencia que se abriu entre Olinda e os demais Ministros, de formar partido com estes ultimos.

(254) Parecer de 20 de janeiro de 48, no arquivo do Itamarati.

Daí a sua decisão: alijar Olinda do Gabinete. Se o antigo Regente fôsse um homem menos orgulhoso, teria desde logo compreendido a posição insustentavel em que se colocara, e não duvidaria em afastar-se voluntariamente de um Gabinete onde passara a ser, para todos, um estôrvo.

Em vez disso, teimou em ficar, na esperança de que os colegas, o Imperador inclusive, acabassem por ceder á sua politica de paz. Não se pode assegurar, mas por tudo que se conhece do caráter de Olinda deve-se presumir que êle não admitiu a possibilidade de ser compelido, nem pelos colegas nem pelo Imperador, a abandonar o poder. Conhecia os sentimentos de submissão e respeito que lhe devotavam os primeiros para supô-los capazes de semelhante gesto. E quanto ao Imperador, sabia-o desde a infancia um homem tímido e reservado, inimigo de decisões bruscas, e não o acreditava em condições de poder tomar uma tal attitude contra êle.

No que Olinda se enganava redondamente. Ele guardava do Imperador a opinião que formara ao tempo da Regencia, quando o Monarca era um menino de cerca de dez anos, e êle, Olinda, dispunha do prestigio sem igual que lhe dava o cargo de regente do Imperio. Mas então as condições eram outras. O Imperador vivia entretido com os livros, sujeito á disciplina rigorosa que lhe ditava o Regente, e nenhuma ou quasi nenhuma noção possuia de governo. Nutria por Olinda o respeito que tributaria ao pai, se o tivesse.

Mas já nove anos eram passados. O Imperador fôra feito maior e assumira a direção do Estado. Casara-se. Era pai de familia. Libertara-se de seus tutores e mentores. Adquirira a consciencia de si mesmo, de suas prerrogativas e de seus direitos. Queria ser, e começava de fato a ser o rei. Olinda pouco o conhecia agora. Afastado do poder durante tantos anos, não privara mais de perto e assiduamente com o Imperador desde que abandonara a Regencia. O menino timido, de quem êle se separara em 1840, baixo e atarracado, silencioso, suspeitando de tudo e de todos, era agora um homem já formado, senhor de si, alto, de barbas longas, olhar aberto e atitudes decididas. Era, em suma, um homem.

XI

Foi esse homem que tomou a si afastar Olinda da presidencia do Conselho de Ministros. Chamou Euzebio de Queiroz, que era o ministro da Justiça, e disse-lhe francamente que não estava satisfeito com Olinda. Nada tinha a dizer dos demais Ministros, cujas vistas coincidiam em tudo com as suas. Mas divergia radicalmente da attitude que Olinda assumira na questão do Prata.

— Quer Vossa Majestade que eu comunique isto aos meus colegas? perguntou-lhe Euzebio.

O Imperador disse que não. Dias depois, porém, voltou atraz dessa decisão, e autorizou Euzebio a transmitir seu pensamento aos demais Ministros (255).

(255) Joaquim Nabuco, *Um estadista do Imperio*.

Monte Alegre, que era no Gabinete a pessoa de maior autoridade depois de Olinda, achou indispensavel que o presidente do Conselho fôsse pessoalmente cientificado desse sentimento do Imperador. Foi, assim, procurar o Monarca, combinaram os dois se dêsse ainda a Euzebio, como amigo intimo de Olinda, o encargo de o pôr ao par do que se passava. Euzebio foi procurar Olinda, e este logo ás primeiras palavras de seu colega, compreendeu que estava despedido (256).

Pouco depois, em reunião do Gabinete, declarou que abandonava o poder. Mas ainda aí prevaleceu o seu orgulho: não admitiu que se alegasse, para justificar essa retirada, motivo qualquer, de saúde, como era intenção de alguns, para evitar possiveis explorações da opposição. Aceitaria qualquer outra explicação que se quizesse dar ao publico, menos essa. Assentou-se então em alegar a verdade, isto é, a divergencia sobre a politica no Prata (257).

Olinda exonerado, Monte Alegre assumiu a presidencia do Conselho, guardando contudo a pasta do Imperio. Para a repartição dos Negocios Estrangeiros, em substituição a Olinda, foi nomeado Paulino José Soares de Sousa, futuro visconde do Uruguai (258). Paulino era na Camara e no partido conservador um dos mais

(256) Pereira da Silva, *Memorias do meu tempo*.

(257) Joaquim Nabuco, *op. cit.*

(258) O Sr. Pedro Calmon diz em seu livro *O marquez de Abrantes*, que Paulino de Sousa, "que era o chanceler, a energia do Ministerio, a personificação da politica intervencionista, precisava afastar o antigo Regente para enfrentar

décidos partidarios da politica de intervenção no Prata. Na realidade veio para o Governo preparar, no terreno diplomático, a guerra contra Rosas. Era a derrota completa da politica de Olinda.

Este alegrará mais tarde, despeitado, que foi traído por seus proprios colegas. Não perdoará a *injuria*, como dirá, que lhe fizeram. Chegou-se até a fantasiar uma conjuração do Imperador com os demais Ministros, para alijar Olinda do Gabinete. O que é certo, porém, é que Olinda sofreu profundamente no seu orgulho, vendo que sua cooperação e seus conselhos eram dispensados pelos colegas do Ministerio, homens que, excepção de Monte Alegre, tinham estreado na politica quando o velho Marquez era já, na constelação do Imperio, uma figura de primeira grandeza.

Não foi menor o ressentimento que guardou de seus correligionarios politicos. Atribuiu sua saída do Gabinete e manobras planejadas no seu proprio partido. Datam de então os primeiros sinais do divorcio, que se efetuará com o tempo, entre Olinda e os conservadores, e que irá favorecer sua evolução para o campo dos liberais.

o tigre de Palermo" (Rosas). E' evidentemente um engano. Paulino, que era deputado, só entrou para o Gabinete em 8 de outubro de 49, para substituir justamente Olinda na pasta de Estrangeiros, que se demitira dois dias antes.

XII

Essa crise de 1849 vinha mostrar a importancia que tinha para o Imperio a politica no Prata. De fato, era ali já então que estava a chave das nossas relações externas. Durante esses proximos vinte anos, isto é, até a terminação da guerra do Paraguay, os *negocios do Prata* serão o principal objéto da nossa politica internacional. E nenhum estadista poderá considerar-se tal, se não fôr um perfeito conhecedor dos acontecimentos que ali se desenrolarão e de suas repercussões no Brasil.

Para um grande numero dêles o Prata passará a ser a verdadeira escola politica. Alguns terçarão ali as suas primeiras armas, como Paranhos, futuro visconde do Rio-Branco, como Sinimbú, como Pimenta Bueno, mais tarde marquez de São Vicente. Outros, já formados na politica interna, irão buscar no Prata, em Buenos Aires, Montevidéo e Assunção, essa dóse de prestigio exterior que tanto serve para cimentar e solidificar uma situação politica. Para uns e para outros, a *escola do Prata* será a grande prova onde exhibirão as suas qualidades, os recursos de suas inteligencias, de suas habilidades, a extensão de seus conhecimentos. Será, de fato, uma dura escola, e por cla passarão, além de Rio-Branco, de Sinimbú e de São Vicente, Paraná, Abaeté, Saraiva, Octaviano e Cotegipe.

No fundo, em cada politico do Imperio havia sempre um diplomata. Eram quasi todos negociadores de pri-

meira ordem, dotados dos mais surpreendentes recursos de imaginação e ninguém, como êles, sabia nortear uma discussão ou evitar os seus pontos de maior atrito. Valiam os melhores diplomatas de carreira. Não lhes ficavam atrás, em todo o caso, nem na força dos argumentos, nem na vivacidade da discussão, nem no cavalheirismo das atitudes. Daí, possivelmente, a força da diplomacia imperial, o seu enorme prestigio, na America e fóra da America.

A politica externa do Imperio foi sobretudo, pode-se dizer, obra desses homens. A parte que o Imperador tevê nela foi certamente preponderante, sobretudo nesse ano de 49, quando a sua attitude decisiva definiu a politica que nos levou á guerra contra Rosas; em 1862, quando se teve de repelir as insolencias de Christie; e em 1864 quando se decidiu enfrentar Aguirre e, logo depois, o seu associado Lopez. Mas nessas questões, o papel do Imperador não é tanto o de um inspirador quanto o de um colaborador. Ele não cria essas politicas, não lhes traça as linhas diretrizes. Dá-lhes apenas, o que era muito, aliás, o que era decisivo, afinal, a sanção de sua enorme autoridade, o apoio de seu prestigio e da sua vontade.

O grosso do trabalho, porém, o processo de imaginação, toda a elaboração paciente e cuidadosa, é dos politicos, dos homens de Estado. A politica internacional, nas suas linhas gerais como nos seus detalhes, é dêles. A responsabilidade de todo o seu traçado é dêles. E' fructo de suas iniciativas, de seus labores, criado e ama-

durecido nas salas das nossas legações no Prata ou no gabinete do Ministerio dos Negocios Estrangeiros.

A pasta de Estrangeiros era tida, por isso, da maior importancia. Nenhum estadista podia considerar completa a sua carreira politica se não houvesse passado pelo estagio dessa pasta, feito ali o tirocinio de politica externa. E poucos, com efeito, foram aqueles que não passaram por essa escola. Foram ministros de Estrangeiros, uma ou mais vezes, Aureliano, Caravelas, Maranguape, Olinda, Uruguai, Paraná, Abaeté, São Vicente, Rio-Branco, Sinimbú, Saraiva, Dantas, Cotegipe, Paranaguá — vale dizer, quasi todos os estadistas do primeiro planô.

XIII

Com a demissão de Olinda e a vinda de Paulino para a pasta de Estrangeiros, a politica do Brasil no Prata entra afinal em sua fase decisiva. Ha agora uma diretriz assentada, que tem o apoio franco do Imperador e de todo o Gabinete. Não ha mais a nota dissonante do antigo Regente. Todos sabem o que querem, e a vontade de um é a vontade de todos.

Paulino vem para o Governo afim de impedir a todo o transe, custe o que custar, a concretisação das ambições imperialistas de Rosas. Nada mais claro. Nada mais simples de se compreender. E êle não tarda em agir. Perdera-se muito tempo a tergiversar com Rosas.

e a paciência dos Brasileiros começava a esgotar-se. Era mister recuperar o tempo perdido.

Assim, em julho do ano seguinte o Brasil começa a auxiliar financeiramente a praça e o governo de Montevidéo, contra o cerco de Oribe. Em dezembro assina com o Paraguai um tratado de aliança defensivo. Em março de 51 Paulino declara oficialmente que o Brasil toma a si defender Montevidéo contra a investida de Oribe. Pouco depois obtém, contra Rosas e Oribe, o concurso de Urquiza, presidente de Entre-Rios, e de Virasoro, presidente de Corrientes. Foi um golpe de mestre, dos mais rudes para Rosas, que se verá agora combatido em sua propria patria. E todos, sob a mesma bandeira de guerra ao Ditador e ao seu lugar tenente, marcham contra Montevidéo e Buenos Aires.

Foi uma guerra *fraiche et joyeuse*, essa! Oribe capitula a 19 de outubro. Em dezembro é Greenfel, comandante da Marinha imperial, que força a passagem de Toneleros. E em fevereiro de 52 é Urquiza, á frente das tropas aliadas, que derrota em Monte Caseros as forças do Ditador, e entra logo em seguida, vitorioso, em Buenos Aires. Rosas foge. E assim se desfaz, para sempre, o sonho argentino do Vice-reinado do Prata. Em tres anos a politica imperial conseguia destruir definitivamente todo o longo trabalho de evolução patriotica, elaborado nos corações dos homens de Buenos Aires desde os primeiros dias da Independencia.

XIV

A politica de intervenção no Prata coincide com a repressão do tráfico dos Negros. “E’ o ano dos grandes contratemplos”, diz Joaquim Nabuco referindo-se a 1850. De fato, é nesse ano que o Governo inglez entra a fazer proezas em nossos portos, rios e aguas territoriais.

A importação dos Negros fôra proibida pela lei de 1831. Mas como tantas entre nós, tambem essa lei ficara letra morta. Não passara de papel impresso. Os traficantes de escravos, Portuguezes na quasi totalidade, não se cansavam de violá-la aberta e escandalosamente.

Foi nessas circunstancias que o Governo inglez, arrogando-se em protetor dos Negros, resolveu promulgar a celebre lei Aberdeen (*bill Aberdeen*, 8 de agosto de 1845), em virtude da qual se dava o direito de visita e busca em todo barco brasileiro suspeito de fazer o tráfico, e de submetê-lo, depois, com carga e tripulação, á jurisdição do Almirantado britanico.

“Os navios de guerra inglezes aqui estacionados — escrevia do Rio de Janeiro, em julho de 1850, o ministro de França — não põem mais limites no rigor com que controlam a navegação e o comercio do Brasil. Penetram nos portos, visitam os navios, arrestam os que lhes são suspeitos, enviando-os depois ao cabo da Bôa Esperança e a Santa Helena, quando não os incendia á vista mesmo dos canhões dos fortes e das populações. O litoral brasileiro tornou-se, assim, para a Marinha ingleza, um teatro de proezas igual ao que era até agora a costa de Africa. Os cruzeiros têm

ordem. segundo parece, de arrestarem todo navio suspeito não somente de fazer o tráfico, como tambem de tentar fazê-lo ou tê-lo feito outrora" (259).

Essa intervenção do Gabinete de Londres colocou o nosso Governo numa situação sob todo o ponto de vista difficil. Praticamente, era-lhe impossivel obstar ou sequer dificultar a ação dos cruzadores inglezes. Faltava-lhe, para isso, o elemento material. Legalmente, êle nada podia alegar, pois deixara de cumprir ou fazer cumprir as leis e os tratados que o obrigavam a extinguir o tráfico. E moralmente era inaceitavel qualquer explicação sua, sabido que os proprios agentes do Governo estavam implicados na importação clandestina dos Negros. "O Governo brasileiro faltou sempre aos compromissos assumidos — escrevia St. Georges — ou pelo menos consentiu que se faltasse, deixando de punir os delinquentes. Seus proprios agentes vendem ainda secretamente e re-gateiam os preços dos Negros" (260).

Monte Alegre era sinceramente favoravel á extinção do tráfico. Mas para poder agir estava numa situação das mais delicadas. Tinha contra si o elemento liberal, que por espirito de opposição fazia causa comum com os traficantes de escravos. Tinha uma facção do proprio partido conservador, cujos interesses estavam intimamente ligados á conservação do tráfico e escravidão dos Negros. E tinha, finalmente, a quasi totalidade da

(259) Officio de St. Georges, de 2 de julho de 1850.

(260) Officio de 18 de julho de 50.

opinião pensante do paiz, que não comprehendia nem aceitava outro sistema de trabalho que não fôsse o dos Negros, e outra fonte de braços que não fôsse a da costa de Africa. St. Georges chamava a isso o "criterio inveterado de considerar o tráfico uma *necessidade social*" (261).

Paulino de Sousa (Uruguai), ministro de Estrangeiros, embora ligado, na politica, a um dos maiores centros escravocratas do paiz — o da Provincia do Rio — podia ser pessoalmente contrario ao tráfico. Mas, como aos demais Ministros, faltava-lhe autoridade para discutir com a Legação ingleza as medidas de repressão adoptadas pelos cruzadores da Grã Bretanha. Os tratados que o Imperio se comprometera cumprir estavam ali como letra morta. As leis que fizera votar eram outros tantos papeis sem valor. As estatisticas das entradas de Negros no Brasil, nesses ultimos anos, valiam pela melhor defesa do Governo inglez. Elas provavam, com efeito, que, depois da votação da lei Aberdeen, a importação de Africanos no Imperio crescera numa forma verdadeiramente escandalosa. De cerca de uns 20 mil, nos anos anteriores á lei, o numero de escravos entrados no Brasil subira a 50 mil em 1846; a 56 mil em 47; a 60 mil em 48; e a 54 mil em 49 (262).

Dir-se-ia até que essa importação escandalosa de Negros, favorecida ou, pelo menos, tolerada pelo Governo imperial, era um desafio que se lançava ao Gabinete inglez. Era esta, pelo menos, a opinião geral: "O tráfico

(261) Officio de 24 de janeiro do mesmo ano.

(262) J. P. Calogeras, *Formação historica do Brasil*.

não persiste senão como uma provocação á Inglaterra”, dizia St. Georges ao seu Governo.

A posição de Paulino de Sousa no Ministerio era tanto mais difficil quanto êle fôra dos primeiros a se insurgirem contra a politica ingleza de repressão ao tráfico, pouco antes da promulgação da lei Aberdeen, quando era ministro de Estrangeiros do Gabinete Honorio Herméto (Paraná). Voltando agora ao Ministerio, Paulino tinha que enfrentar uma situação bem mais delicada. Já não se tratava de simples declarações, ou de ameaças mais ou menos veladas, como em 1843: o Governo inglez passara abertamente aos atos, e os seus cruzadores estavam ali á entrada de nossos portos exercendo, sem nenhum constrangimento, verdadeiros atos de soberania.

Não podendo enfrentar esse estado de coisas, nem discutir com o Governo inglez, Paulino procurou criar-lhe difficuldades. Tentou, para isso, obter o apoio do Governo francez. Fez sentir a St. Georges a situação difficil em que se encontrava o Imperio, e a esperança de que a França, “como amiga do Brasil, não ficaria indifferente á sua sorte”. Chegou a colocar a questão no terreno da “honra nacional ofendida”.

St. Georges, porém, não se deixou levar por esses cantos de sereia. Com uma franqueza que talvez o tenha surpreendido, logo dissuadiu Paulino. Respondeu-lhe que o Governo francez não desejava senão a tranquillidade do Imperio; mas que em se tratando do tráfico, o Brasil não podia contar com apoio algum, nem da Fran-

ça nem de nenhum paiz civilizado. Teria, portanto, de prosseguir sozinho nesse caminho (263).

Perdida essa esperança, que era a ultima, Paulino se viu colocado num verdadeiro *impasse*. Não sabia o que fazer. Não podia ir contra o Governo inglez: faltavam-lhe meios materiais e a autoridade. Também não podia enfrentar abertamente os traficantes de escravos: seria tocar nos principais redutos politicos de sua Provincia. “Dir-se-ia, escrevia St. Georges, estar convencido, por enquanto, de que lhe faltam meios de agir, seja com relação á Inglaterra, que tem por ela a força e o direito, seja com relação ao tráfico, favorecido por todas as tendencias nacionais” (264).

XV

Foi nessas circunstancias que Euzebio de Queiroz, ministro da Justiça, resolveu tomar a iniciativa de tirar o Governo do *impasse* em que se achava. Compreendeu que na impossibilidade de se fazer frente aos atos de violencia dos Ingleses, não lhe restava outro recurso senão o de resolver o problema por sua propria iniciativa.

O Sr. Evaristo de Moraes diz que Euzebio foí nessa ocasião o “orientador do movimento” (265); sem duvida, mas na realidade êle foi mais que isso — foi o seu

(263) Officio de 23 de julho de 50.

(264) Officio de 18 de julho de 50.

(265) *A escravidão africana no Brasil*.

verdadeiro inspirador e propulsor. Seu mérito não esteve tanto no fato de ter sido o autor da lei de 4 de setembro de 1850, que poz fim, virtualmente, ao tráfico dos escravos; mas antes no ardor, na tenacidade nunca esmorecida, na coragem com que se empenhou por sua votação, e, sobretudo, pela execução, tanto quanto possível, integral de todos os seus artigos (266).

Sem duvida a atitude de Euzebio, e do Gabinete, que lhe deu inteiro apoio, foi uma consequencia da pressão ingleza. Premidos pelos cruzadores da rainha Vitoria, ôles tiveram necessariamente que agir. Euzebio dirá mais tarde, naturalmente por uma questão de amor proprio, que a pressão dos cruzadores inglezes só serviu para dificultar a ação do Ministerio, já definitivamente decidido a acabar com o tráfico. Não importa. Nem por isso o seu mérito é menor. Foi graças á energia do ministro da Justiça que o Imperio se viu livre, afinal, do tráfico dos Negros, e, sobretudo, do vexame degradante que lhe davam os canhões inglezes — “um dos maiores insultos infligidos por um povo forte a um povo

(266) Para se avaliar o que foi preciso de energia a Euzebio de Queiroz, para fazer cumprir a lei, basta considerar a reação que lhe opuzeram as pessoas mais conceituadas do paiz, que não mediram recursos em sua hostilidade ao Governo. Teofilo Ottoni refere o burlesco caso de um senador do Imperio, que para tornar publica a sua attitude contra a lei, e solidariedade com o tráfico, “fez entrada triunfal em uma povoação importante da Provincia do Rio, escoltando uma ponta de moleques de tanga e barrete vermelho, em um domingo, á hora em que o povo estava reunido para ouvir a missa” (*Circular aos eleitores de Minas Gerais*).

debil”, segundo a expressão do celebre viajante Sir Richard Burton (267).

A decisão de Euzebio, de acabar de uma vez com o tráfico e com os traficantes de escravos, não teve apenas o apoio de seus colegas de Gabinete. Teve ainda este outro muito mais valioso e certamente mais decisivo: a vontade do Imperador. *A vontade sabida* do Imperador, como diz o Sr. Evaristo de Moraes. St. Georges, de volta de uma audiência com o Monarca, na qual este se lhe queixara dos atos de violencia do cruzeiro inglez, diz que o encontrara *contra o tráfico* (268).

Já o Imperador revelara, aliás, todo o seu pensamento a respeito quando a facção do partido conservador, aliada dos traficantes, tentara uma modificação no Ministerio, visando alijar-lhe os elementos que lhe eram sabidamente contrarios. Sondado sobre essa manobra, o Imperador logo manifestara a sua formal reprovação. Respondera “que só modificaria o Ministerio quando e como julgasse dever fazê-lo em beneficio dos interesses do paiz” (269).

Ele nunca pôde ocultar a repulsa que lhe causavam os traficantes de escravos. Nem os interesses dos politicos, nem dos lavradores e proprietarios de escravos jamais pezaram, a esse respeito, em suas deliberações. Manifestava abertamente o pensamento, sem nenhuma

(267) *Explorations of the Highlands of the Brazil.*

(268) Oficio de 23 de julho de 1850.

(269) Oficio de St. Georges, de 4 de setembro do mesmo ano.

preocupação de poupar fôsse a quem fôsse. Já de uma vez, em sessão do Conselho de Estado, quando se levantaram alí certas objeções a essa sua attitude desassombrada, êle replicara que preferia perder o trono, a tolerar a continuação do tráfico dos Negros (270).

Era uma *antipatia visceral*, que êle guardaria pelos anos vindouros, contra todos quantos se tinham envolvido no degradante commercio. A condescendencia que nesse particular sempre tiveram os homens politicos, mesmo aquelles tidos então ou posteriormente como abolicionistas, êle nunca a teve. Joaquim Nabuco diz que se não fôsse o Imperador, os peores traficantes de escravos teriam sido feitos condes e marqueses do Imperio. E o Sr. Batista Pereira nos conta este fato: “Pereira Marinho, na Baia, fizera-se opulento no tráfico. Depois de deixá-lo, tudo envidou para ter do Governo uma condecoração, um titulo, uma fita. Embalde. O Imperador nunca transigiu. Pereira Marinho fez-se conde. Mas em Portugal” (271).

XVI

1850 é bem, para o Imperador, o ano dos contra-tempos. Não bastam os dissabores que lhe trazem a intervenção no Prata e o cruzeiro inglez em nossas costas. Sobrevem-lhe, logo em janeiro, o falecimento do herdeiro

(270) Joaquim Nabuco, *O abolicionismo*.

(271) *Civilização contra Barbarie*.

do trono, o príncipe Dom Pedro. Foi um rude golpe para o seu coração, que depositava, nesse pequeno, todas as alegrias e esperanças. O Imperador não teve ao menos o consôlo de estar ao lado do filhinho, na ocasião do seu falecimento. Ele tinha vindo dias antes da fazenda de Santa Cruz, onde a família imperial passava o verão, para assistir, na Côrte, á abertura da Camara. Em sua ausencia o Principezinho adoceceu repentinamente e morreu no meio de convulsões. Não tinha ainda completado dois anos de idade.

Em verdade, a fatalidade pesava sobre os herdeiros da corôa! Já o outro, o príncipe Dom Afonso, falecera em 1847, com pouco mais de dois anos de idade. Agora ia-se o segundo. “O trono está de novo sem herdeiro masculino — escrevia o ministro da Austria para Viena — e o principio monarchico enfraquecido, por falta do apoio com que contava, para o futuro, a elite, já de si tão fraca, da população” (272).

Perdido esse filho, todo o seu amor de pai volta-se para as duas filhas que lhe restam, Isabel, nascida em julho de 46, e Leopoldina, nascida um ano depois. São essas duas meninas que irão, doravante, alegrar-lhe o lar, amenizar-lhe os dissabores da politica e as labutas diarias da administração publica.

O Imperador toma a si o encargo de educá-las. E' o seu preceptor. E' o seu guia. E' o seu professor

(272) Of. de Sonnleithner, de 14 de janeiro de 1850.

(273). E' quem lhes incute as primeiras noções dos conhecimentos humanos. Com o tempo, quando elas forem crescendo, êle reservará uma hora em cada dia para fazer-lhes leitura dos classicos portuguezes: João de Barros ás segundas feiras, Camões ás terças feiras... Noutras horas dá-lhes lições de mathematicas, de latim; explica-lhes a fisica de Ganet (274).

• Dona Rosa de Sant'Ana Lopes, mais tarde baroneza de Sant'Ana, é quem acompanha as duas meninas desde os seus primeiros anos. Só posteriormente é que virão Mademoiselle Templier e a condessa de Barral para dirigir-lhes a educação, a segunda, filha do visconde de Pedra Branca e casada com um francez de pequena nobreza (275).

Em agosto de 1850 Isabel completa quatro anos de idade. E' ainda uma pequerrucha, mas já muito compenetrada, muito senhora de si. Na falta de um herdeiro do trono, ella é reconhecida oficialmente como tal, e recebe, em consequencia, o titulo de Princeza Imperial. Iria conservá-lo até o fim do Reinado.

A familia imperial reside habitualmente em São Christóvão na quinta da Bôa Vista. No grande parque,

(273) Mais tarde confiará a Joaquim Manoel de Macedo, o romancista da *Moreninha*, o encargo de ensinar-lhes a História, e a Sapucaí o de ensinar-lhes o inglez e o alemão.

(274) Diario do Imperador, no arquivo da familia imperial.

(275) *Alegrias e tristezas*, esboço autobiografico da princeza Dona Isabel, em manuscrito no arquivo da familia imperial.

á sombra das velhas mangueiras, brincam as duas Princesinhas. Quando chove, ou o tempo está inclemente, é dentro do Paço que elas passam os dias. Numa das salas ha um pequeno teatro, que o Imperador mandou armar, e onde se representam peças ligeiras, interpretadas pelas duas meninas e algumas crianças das relações privadas dos Monarcas.

Fazem-se jogos florais. Festeja-se o carnaval, com mascaradas e entrudo. Nas noites frias de São João e de São Pedro armam-se grandes fogueiras no parque. O Imperador vem fazer companhia ás filhas e suas amiguinhas, e entra com elas nos folguedos. A criançada do bairro e os filhos dos criados do Paço juntam-se á familia imperial, e todos saltam as fogueiras, numa algazarra de gritos e gargalhadas (276).

No verão todos sobem para Petropolis, que começa a tornar-se uma pequena cidade. A viagem é longa e demorada. Leva-se um dia para alcançar-se a Raiz da Serra, em diligencias puxadas por uma ou duas parelhas de cavalos ou mulas. Depois de toda uma jornada ao longo da baixada fluminense, coberta de ricos cafezais e onde labutam milhares de escravos, chega-se á Fabrica de Polvora. Aí se dorme. E no dia seguinte, nas primeiras horas da manhã, começa-se a galgar a Serra dos Orgãos, através de vales e despenhadeiros, até alcançar-se, no alto, as primeiras casas da colonia alemã do major Koeler. Como o palacio que ali se está construindo ainda não se ache terminado, é na casa do intendente da colo-

nia que o Imperador se hospeda nesses primeiros anos, com a familia e os empregados do Paço que o acompanham (277).

Às vezes, para evitar-se a fadiga com tão longa viagem, penosa principalmente para as pequenas Princezas, o Imperador e a Imperatriz se deixam ficar pelas proximidades da Côrte, na fazenda de Santa Cruz, propriedade da familia imperial, para onde iam antes regularmente, ou na chacara do velho Figueiredo, no Andaraí Pequeno, onde depois foi o Hotel Aurora. Aí o filho de Felix Taunay, Alfredo, que seria mais tarde o visconde de Taunay, e sua irmã Adelaide, são os companheiros de folguedo das duas Princezinhas (278).

(277) *Alegrias e tristezas*, mss. da princeza Dona Isabel cit. — Começou-se a construir o palacio em 1845; as obras só terminaram em 1856. Dois anos antes abriam-se ao tráfego publico a estrada de ferro que ligava o porto de Mauá, situado no fundo da baía de Guanabara, á Raiz da Serra. Foi a primeira estrada de ferro construida no Brasil. A partir de então o percurso do Rio a Petropolis ficou sensivelmente reduzido, passando a ser feito em algumas horas. Ia-se por mar até Mauá; por caminho de ferro de Mauá á Raiz da Serra; e de diligencia daí até Petropolis.

(278) Visconde de Taunay, *Trechos de minha vida*.

CAPITULO IX

A CONCILIAÇÃO

O Imperador firma a sua autoridade — Gênese da Conciliação — O marquez de Paraná — Gabinete da Conciliação — Governo dos moços — Politica da Conciliação — Morte de Paraná — Problema de sua successão — Volta de Olinda ao poder — Novas divergencias com o Imperador — Gabinete Abacté — Gabinete Angelo Ferraz — Fim da Conciliação.

I

Com o seu feitio retraido e suspeito, o jovem Imperador não é popular. Nunca o será, aliás. Mistura-se, é certo, ao povo, desce até êle com uma simplicidade de um Marco Aurelio; mas não se identifica com a massa das ruas. Seu porte, suas maneiras (porque, com toda essa simplicidade era, no fundo, um aristocrata), todo o seu temperamento o mantem distanciado da plebe.

Os estadistas, os politicos, os homens de Governo que o cercam, estes, não o estimam. O Imperador começa já a tê-los sob seu *contrôle*, a contê-los em seus excessos par-

tidarios, em suas querelas politicas, polindo-lhes as arestas e dando-lhes, por vezes, lições de moral politica. Torna-se, por isso, para esses homens susceptiveis, cheios de exaltação partidaria, um personagem incomodo.

Eles fazem, contudo, justiça á nobreza de suas intenções, ao seu patriotismo, ao seu desejo de acertar. Reconhecem-lhe a honradez do carácter, já posta largamente á prova, a alta moralidade de propositos. Sobre-tudo, respeitam-no. Respeitam-no pela serenidade de suas decisões e firmesa de atitudes, de que dera exemplos por ocasião da intervenção no Prata e da extinção do tráfico africano. Sabem já que êle não está no trono para ser manejado ou manietado, e que nada se pode fazer sem que êle seja consultado, seja solicitado a dar e dê, de antemão, o seu *placet*.

De fato, a administração pública começa desde então a fazer-se através do gabinete de São Christóvão. As intervenções do Imperador no governo do paiz passam a prevalecer ou, pelo menos, a pesar sobre o pensamento e as decisões dos Ministros. E' que êle se sente mais familiarizado com os negocios do Estado, mais conhecedor dos seus segredos, de seus lados obscuros e quer, por isso, ser consultado e escutado.

A politica, porém, êle a deixa aos politicos. O partidario, aos partidos. E' uma attitude essa que o caracteriza desde os primeiros até os ultimos dias do Reinado. Não é politico. Não quer ser politico. Não dá apoio nem simpatia a nenhum dos partidos. Não quer ter nem tem preferencias. O partido conservador que,

por sua propria finalidade, devêra estar mais identificado com os interesses do trono do que o partido liberal, não é por isso melhor contemplado nem mais bem acolhido pelo Monarca. Trata os dois no mesmo pé de igualdade. Suas simpatias ou antipatias vão indistintamente para os dois partidos. Faz timbre em governar e de fato governa com um e outro. Acolhe com a mesma atenção os homens de ambos os campos. Não lhes dá preferencias, nem de ordem pessoal nem de ordem politica. E' uma decisão em que se firma desde quando se desembaraça de Aureliano e sua camarilha, e passa a governar por si, até o ultimo dia, a ultima hora do Reinado. Não tem nem quer ter amigos nos dois partidos. Põe sua amisade a salvo de qualquer facciosismo. O unico homem publico no Brasil a quem se ligará por um sentimento de coração, Pedreira, visconde do Bom Retiro, foi o menos partidario dos politicos do Imperio.

E' essa sua attitude de absoluta independencia que lhe dá toda a autoridade para pleitear junto aos politicos, em 1853, uma trégua geral nas lutas partidarias, e obter deles a formação de um Governo de união nacional, que congregue em torno de uma mesma bandeira gregos e troianos, liberais e conservadores.

II

Estava-se de fato cansado de revoluções e lutas politicas. Os partidos, ainda desarticulados e inorganicos,

não se respeitavam entre si nem se impunham á opinião publica. Viviam, a bem dizer, de méros expedientes, sem principios nem diretrizes determinadas. O que havia, no mundo partidario, era sobretudo uma luta de paixões, de sentimentos pessoais antagonicos ou interesses contrariados.

Aspirava-se á paz. Mas a uma paz verdadeira. Uma paz que puzesse uma *detente* nas paixões politicas e acabasse de vez com o espirito revolucionario, que apesar de abatido por toda a parte ensaiava ainda renascer de suas proprias cinzas. A nação reclamava essa paz. Sentia necessidade dela para refazer-se das lutas que a dilaceravam, cuidar do crédito publico, desenvolver as fontes de riqueza e as forças materiais do paiz. Toda essa aspiração resumia-se numa unica palavra: conciliação.

Era um anseio que vinha de longe. Não era uma necessidade que se tivesse imposto da noite para o dia, como o programa de um partido que se acabasse de criar. Vinha, desde muito, evoluindo no espirito de grande numero de nossos homens publicos. Expressia um sentimento que se formara lentamente na consciencia da nação. Paranhos, futuro visconde do Rio-Branco, já o pregava em 1844, pelas colunas do *Novo Tempo*, quando reclamava o que êle chamava “o balsamo da conciliação”. Dois anos mais tarde era Limpo de Abreu, depois visconde de Abaeté, que apelava para a concordia politica, para a união dos partidos, afim de se collocarem todos acima das competições e dos interesses de facção, que dividiam e azedavam os homens. No ano seguinte, era o

gabinete Alves Branco (2.º visconde de Caravelas) que, pela voz do ministro de Estrangeiros, Saturnino de Sousa, dava sua adesão de principio á politica de conciliação, — *a qual nunca regeitamos*. Em 1851, finalmente, as idéias da Conciliação eram proclamadas, pela primeira vez, na fala do Trono, e as duas casas do Parlamento admitiam-nas em seus respectivos votos de graça.

A Conciliação era, assim, a synthese de uma expressão geral, de todo esse anseio que vinha remoendo os corações dos homens de bôa vontade. E quando o Imperador a proclamou do alto do trono, quando lhe deu o *pensamento augusto*, exprimiu bem o sentimento geral da nação.

Mas não bastava que houvesse esse sentimento. A Conciliação de nada valeria se não fôsse objetivada num largo e generoso programa, dentro do qual cada um pudesse trazer os seus ideais e contentar todos os anseios de suas aspirações. E não era só. Precisava, além disso, que houvesse alguém que, por suas excelsas qualidades, sua fé publica e indiscutível autoridade, estivesse á altura de implantá-lo no mundo politico desarticulado do Imperio.

Esse homem foi um predestinado: Honorio Hermeto Carneiro Leão, visconde e futuro marquez de Paranaá. Em setembro de 1853, retirando-se o gabinete Rodrigues Torres (Itaboraí), o Imperador lhe confiava a tarefa de organizar o Governo da Conciliação. Nenhum dos nossos estadistas assumia, no Imperio, uma tão grande responsabilidade.

III

Paraná era Senador por Minas Gerais, sua Provincia natal. Como muitos dos nossos homens públicos no Imperio, fôra um antigo magistrado. Na politica era um veterano. Aparecera pela primeira vez na Camara dos Deputados na legislatura de 1830, a segunda do Imperio. Em 1842 passara-se para o Senado. Presidira as provincias do Rio de Janeiro e de Pernambuco em época de agitação revolucionaria, quando revelara as suas excepcionais qualidades de energia. Fôra depois, por duas vezes, ministro da Justiça e ùma vez, interinamente, de Estrangeiros. Fazia pouco chegára da missão especial a Montevidéo e Buenos Aires, onde fizera a aprendizagem das coisas e dos homens do Prata. Fôra alí o negociador da aliança do Imperio com Corrientes e Entre-Rios, o instrumento diplomatico que decidira, por assim dizer, da sorte de Rosas.

Liberal sob o Primeiro Reinado, fizera-se moderado após o 7 de abril, e acabara francamente conservador. Ao ser chamado para organizar o Gabinete, era a figura de maior proeminencia desse partido. Talvez não fôsse um verdadeiro homem de Estado. Era demasiado impulsivo e caprichoso para aspirar legitimamente a esse titulo. Faltavam-lhe os contôrnos suaves. Não tinha a flexibilidade de outros politicos do seu tempo, como, por exemplo, Aureliano. Tambem não tinha o *savoir faire*, o mundanismo e a elegancia de atitudes de Monte Ale-

gre. Nem a serenidade de Paula Sousa. Paraná era rispido e era agressivo. Possuía aquêlê fundo despótico de Richelieu. Mas sem a maleabilidade, a astúcia do grande ministro de Luiz XIII. *Paraná não se curvava!* dissera um dia o Imperador. Esta frase definia o homem.

Tinha pouca cultura. E essa mesma de formação defeituosa. Mas sobravam-lhe, em compensação, uma grande intelligencia, uma energia como não a terá nenhum outro politico do Imperio, excepção talvez de Ouro-Preto, e uma agudeza de visão politica verdadeiramente surpreendente. Raros dos nossos estadistas, talvez apenas o visconde do Rio-Branco, homem aliás de feitio todo diferente de Paraná, igualavam a este na segurança com que julgavam uma situação difficil ou discerniam as qualidades e os defeitos dos homens.

Déra uma prova disso em julho de 1832, quando fizéira fracassar o golpe de Estado que se esperava succedesse á renuncia do Ministerio, para a decretação de uma nova Constituição. Então, pode-se dizer, salvara a ordem constitucional e a Monarquia representativa. Fôra a estaca do Impeçio. Tinha apenas 31 anos de idade.

Outra prova dava êle agora, ao formar o gabinete da Conciliação. Nenhum outro organisador ministerial no Imperio conseguiria congregar em torno de si uma igual coleção de capacidades. Eram homens, como dirá Joaquim Nabuco, "que iriam bastar a todas as exigencias do Imperio até quasi á Republica" (279). No en-

(279) *Um estadista do Imperio.*

tanto, era um grupo de moços, ignorados quasi do paiz, estreantes na alta administração do Imperio, mas que o *faro* de Paraná soubera descobrir nos bancos do Parlamento e trouxera para a grande cena aberta do Ministerio (280).

Ao lado de Caxias, já celebre por suas vitorias militares, de Abaeté, um veterano, e de Bellegarde, um general *doublé* de matematico, via-se Pedreira, futuro visconde de Bom-Retiro; Nabuco de Araujo; Paranhos, futuro visconde do Rio-Branco; Wanderley, futuro barão de Cotegipe, todos Ministros pela primeira vez, que não saíam mais do cartaz politico do Imperio. Três dêles serão futuros presidentes do Conselho de Ministros, dos quais um, Rio-Branco, o maior homem de Estado, o mais completo, o mais capaz, o mais honrado, que terá tido o Brasil (281).

(280) “E’ difícil tarefa de achar-se em uma opinião politica successivamente tres fileiras de homens capazes de entrarem no Ministerio; e compreende que devia eu ter mais difficuldades no desempenho da incumbencia, do que tiveram os Srs. Monte Alegre e Torres” — Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí. (Carta de Paraná a Paranhos, futuro visconde do Rio-Branco, de 12 de setembro de 1835, no arquivo do Itamarati).

(281) A primeira organização ministerial de Paraná, feita em 6 de setembro de 53, compreendia Pedreira na Pasta do Imperio; Nabuco na da Justiça; Limpo de Abreu na de Estrangeiros; e Bellegarde nas da Marinha e da Guerra; Paraná, presidente do Conselho, guardava para si a da Fazenda. Em dezembro desse mesmo ano, Bellegarde cedia a pasta da Marinha a Paranhos. Em junho de 55 Paranhos cedia-a, por sua vez, a Wanderley, e se passava para a de Estrangeiros, da qual se exonerava Limpo; e Bellegarde deixava a da Guerra, sendo substituído por Caxias.

Como a Monarquia brasileira, que êles se propunham defender da investida revolucionaria; como o Imperador, que era então um rapaz de 28 anos de idade; como o proprio chefe do Ministerio, que tinha apenas 52 anos, — esses homens, excepção de Abaeté, formavam um punhado de jovens sadios e vigorosos, animados todos daquella *bienveillante jeunesse* de que nos fala Voltaire, e davam a esse mundo politico em formação, a toda a maquina administrativa do Imperio, pode-se dizer que na fase ainda das experiencias, uma confiança, uma fé, uma decisão de vencer que animava e revigorava a todos. Nenhum tinha ainda completado 50 anos. Caxias, general já celebrisado em todo o Imperio e fóra dêle, por suas memoraveis campanhas militares e o papel, com que a Historia o sagrará, de Grande Pacificador, tinha apenas entrado nessa idade; Nabuco andava pelos 40; Wanderley mal chegara aos 38; Pedreira aos 35; e Paranhos não passava de um rapaz de 34 anos.

IV

O Imperio era, realmente, o governo dos moços. Porque o Brasil acreditava nos moços. Tinha uma confiança sadia e ilimitada na mocidade. Esses jovens, e outros que lhes succederão, como os que os precederam, serão os verdadeiros obreiros da patria, os criadores da nossa nacionalidade.

Tem-se dito que o Imperio era antes o governo dos velhos, ou se não dos velhos, pelo menos dos envelhecidos. E que o Brasil não acreditava na mocidade. E' uma apreciação sob todos os pontos de vista errada. Não somente se acreditava nos moços, como o Brasil era então a propria mocidade. Seus estadistas formavam uma galeria de gente nova e vigorosa, como talvez não se terá visto depois, que apenas saída das Escolas superiores era logo chamada a colaborar nos altos conselhos da Corôa. Eram homens que vinham para a vida publica em pleno viço, em plena mocidade, em pleno verdor dos anos..

Vimos Aureliano Coutinho, chefe de fato do gabinete da Maioridade e da facção aulica, o homem todo poderoso do seu tempo, apontado como o mentor e o guia do Monarca, sinão da propria Monarquia, quando apenas completara 40 anos. Paraná, chamado agora para fazer a Conciliação aos 50 anos de idade, com poderes de quasi ditador, fôra ministro da Justiça, o organisador e a primeira figura do gabinete de 20 de Janeiro de 1843, quando apenas completara 42 anos. Zacarias seria presidente do Conselho, na época mais difficil da guerra do Paraguai, aos 49 anos. Paranaguá, o segundo, seu ministro da Guerra, aos 43. Otaviano, ministro de Estrangeiros do Gabinete anterior, aos 36. Afonso Celso, depois visconde de Ouro-Preto, seria chamado a dirigir a pasta da Marinha na fase mais delicada da guerra, a enfrentar a formidavel resistencia do inimigo com

a improvisação de toda uma esquadra, quando não passaria de um rapazola de 27 anos.

Poder-se-á objectar que a mocidade nem sempre está em função do numero de anos, e que todos esses jovens, o Imperador inclusive, eram, precocemente, uns velhos, compenetrados, pezados, de alma endurecida. A objecção estará certa até certo ponto com relação ao Imperador, mas não com relação aos demais. Podiam êles não ter e certamente não tinham a alegria exuberante, movediça e barulhenta de hoje. Mas tinham a mocidade do seu tempo, que era outra que não a actual, porque outro era o meio, outros os costumes, outra a educação. A austeridade, a gravidade de tom, a justa medida, que são hoje apanagio dos velhos, não eram então sintomas de velhice precoce, mas atributos de uma bôa educação, de bôas maneiras, de civilidade e de bom tom.

Não se estava ainda nos tempos actuais, quando a licenciiosidade é a regra. Tambem não se estava mais no seculo dos minuets, das frases galantes, dos calções de seda, das rendas e da cabeleiras empoadas. O seculo XIX tinha as suas características proprias, a sua côr, a sua mentalidade, os seus atributos. A Revolução Franceza, em 1789, o separara dos anos que lhe tinham ficado atraz, qual um largo e intransponivel fôssõ divisorio, como a Grande Guerra, em 1914, o iria isolar dos que lhe viriam depois. O seculo XIX estava, assim, enquadrado e isolado em sua propria época, com os seus atributos proprios, que eram a austeridade, as bôas ma-

neiras, o tom grave e sizudo, a *respectability*; e a mocidade desse tempo, produto da época, dava a todos o exemplo dessa educação discreta e comedida.

V

Paraná subia ao poder disposto a aceitar nobremente o concurso de todos os homens de bôa vontade. Era, em sintese, o seu programa. Aos conservadores, seus correligionarios, dava a fiança de seu nome e de seu passado; aos liberais, seus adversarios de hontem, dava o penhor de seus propositos de paz, — de governar com os principios e não com os homens, de acolher a politica e a aspiração de cada um, para discutí-las e resolvê-las num largo ambiente de calma e de tolerancia. Convidava a todos a colaborarem na obra de restauração da ordem publica e do fortalecimento do poder civil. Estendia-lhes cordialmente a mão, sem paixões nem pensamentos máus, dizendo-lhes apenas: *as lutas passadas estão terminadas e esquecidas*. E em poucas palavras resumia todo o programa de seu Ministerio: conciliar para governar e governar para conciliar.

Para a realização da obra que se propunha empreender, Paraná precisaria, pelo mênos, de dez anos de governo. Dez anos de paz, de trabalho, de perseverança e de bôa vontade. Ora, aconteceu que a fatalidade lhe foi adversa: tres anos, apenas, depois de subir ao poder, no auge de sua carreira, cercado de um pres-

tigio imenso, êle morria fulminado pela febre amarela. Morria em plena gloria, em pleno fausto de uma vida politica. Desaparecia como Robert Peel, cercado de um triunfo de verdadeiro herôe. Essa morte, os funerais magnificos que lhe fizeram, foram a maior apoteose da vida de Paraná.

Ela não marca, entretanto, o fim da Conciliação. Mas é o primeiro sintoma de sua precariedade. E' o primeiro sinal de sua decadencia. Paraná era a alma, o guia, o sustentaculo, quasi a razão de ser da situação que se inaugurara em 1853. Graças á sua energia de ferro, ao seu grande prestigio de chefe, êle conseguira, vencendo todas as dificuldades, lançar os alicerces dessa larga trégua politica, sobre as quais levantara o edificio da Conciliação.

Sua morte inesperada deixou essa obra em suspenso. Tirou-lhe o grande sôpro que a animava. Não a destrôe desde logo porque os fundamentos que lhe dera tinham a solidez da sua tempera. Mas entra, praticamente, em decomposição.

Aliás, quando Paraná morreu, em 1856, a Conciliação não era mais a mesma que êle proclamara em 1853, ao formar o seu Ministerio. Tinha sido, em grande parte, desvirtuada e abastardada. Seus verdadeiros propositos haviam sido deturpados. A politica generosa e idealista que lhe dera origem e fôra, na realidade, a sua razão de ser, depressa se transformara numa outra bem diferente, onde predominava o interesse pessoal, a conquista ás posições, o amôr proprio e a vaidade.

Paraná foi culpado, em grande parte, desse desvirtuamento, e é certo que assim se fez porque êle assim o quiz. Sua culpa está em ter querido dar á Conciliação uma largueza, uma extensão, que não estavam nem podiam estar necessariamente na concepção originaria de seus principios. No empenho de obter o apoio de todo o mundo, não somente abriu largas as portas da Conciliação, acolhendo todos quantos a procuravam, fôsem com que propositos fôsem, como saiu a recrutar adherentes por toda a parte, sem distincção de pessoas nem de interesses. Ofereceu para isso, a uns e a outros, para melhor conquistá-los, os premios mais tentadores, as coisas mais cativantes. “Maçonaria politica de nova especie, dizia Tito Franco de Almeida, que recrutava adherentes em todos os campos, em todas as opiniões, em todas as industrias, em todas as religiões” (282).

A Conciliação tornou-se, assim, uma especie de arca de Noé ou torre de Babel, onde se cruzavam os homens dos mais distanciados matizes, das mais diferentes seitas, de origens e formação as mais antagonicas. Deslumbrado com a idéia de reunir, sob seu comando, toda a massa pensante e politica da nação, Paraná não refletiu nem nos meios de obter a adesão dessa gente á politica do Gabinete, nem na qualidade e propositos dos adherentes. Tudo quanto lhe cahia na rêde era bom, fôsse quem fôsse, quizesse o que quizesse, viesse de onde viesse.

(282) *O conselheiro F. J. Furtado.*

Os liberais, que vegetavam no ostracismo desde 1848, e não viam possibilidade de voltar tão cedo ao poder por seus próprios meios, aplaudiram, naturalmente, o desvirtuamento que se dava ao conceito primitivo da Conciliação. Graças a êle, todas as portas das salas e antessalas do poder lhes foram largamente abertas. E aquilo a que tão cedo não teriam podido aspirar — o aconchêgo do Governo, ou mesmo o usufruto do Governo, com todos os seus encantos e proveitos, foi-lhes facil e generosamente consentido.

Os conservadores, que detinham exclusivamente o poder por ocasião da vinda de Paraná, e se viram, assim, obrigados a compartilhar as posições com essa especie de cristãos novos, foram os primeiros a protestar contra a falsa concepção que se queria dar á politica da Conciliação. Um grupo de correligionarios de Paraná logo se opoz a colaborar na nova ordem de coisas: preferiu afastar-se discretamente do Gabinete, como Uruguai, como Euzebio, como Itaboraí, os três conservadores puros, que formavam o chamado *triumvirato saquarema*. “Retiraram-se silenciosos á tenda do repouso”, dirá Eupapio Deiró (283). Outros, como Olinda, o velho Regente, preferiram combatê-la com epigramas, com sarcasmos, com ironias.

Outros ainda, mais impetuosos, romperam franca e violentamente contra a politica do Gabinete, contra essa “adesão em massa”, essa Babel de interesses e de ambições pessoais que se abrigava á sombra da Conciliação.

(283) *Estadistas e parlamentares*,

Angelo Ferraz, futuro barão de Uruguaiana, pôz-se á frente desse grupo. Foi, na Camara, o chefe da opposição parlamentar. “Conciliação de homens e não de idéias, exclamava êle, que falsêa o sistema parlamentar, rebaixa os caracteres, satisfazendo os instintos e estimulando as ambições”. Denunciava a Conciliação como não sendo outra coisa mais do que a compra de adesões (284).

Corrupção, foi a expressão com que se procurou condenar a politica de Paraná. Todo aquele que lhe dava a sua adesão, e vinha sentar-se á sombra do Gabinete, era um corrompido — *conciliado*, era o eufemismo com que se feriam ironicamente os novos convertidos. Sales Torres-Homem, futuro visconde de Inhomerim, o antigo panfletario do *Libelo do Povo*, que Paraná chamara para o Tezouro, era um “conciliado”.

O Imperador foi dos que primeiro discordaram do criterio com que Paraná quiz aplicar a Conciliação. Ele tinha sido talvez dos mais entusiastas da idéia que o levará ao poder, e talvez tenha sido tambem dos primeiros desencantados dela. “Nunca entendi a Conciliação como a quizeram deturpar”, deixará êle escrito em seu diario (285). Tito Franco diz que a Conciliação não se fizera “como a comprehendia e procurou fôsse executada” o Imperador, o que é exato, e este, anos depois, lembrou as advertencias que então fizera a Paraná “sobre o que não me parecia conciliação” (286).

(284) Joaquim Nabuco, *op. cit.*

(285) Arquivo da familia imperial.

(286) *Op. cit.*

VI

Quando Paraná morreu, em setembro de 56, a Conciliação não exprimia mais, assim, o ideal de 1853. De um lado, criara uma massa soffrega de adherentes de toda a especie; de outro lado, um punhado grande de descontentes.

O Imperador era um destes. Não foi, contudo, dos que primeiro lhe jogaram pedra, uma vez morto Paraná. Confiou nos beneficios que a Conciliação podia, apesar de tudo, trazer ainda para a politica geral do Imperio, para a educação partidaria dos homens, para o restabelecimento da paz e do trabalho ordeiro da nação. Quiz que ficassem de pé os fundamentos básicos da obra de Paraná. Para êle, a Conciliação não era um homem, mas um principio, e o desaparecimento daquele que primeiro lhe lançara as bases não queria dizer, necessariamente, que o principio estava morto. Seu desejo era que o falecimento de Paraná não levasse cada um a desertar o posto, mas, ao contrario, que todos guardassem as posições, e não houvesse solução de continuidade na politica de pacificação geral. Ele tinha sobretudo o empenho em que as novas eleições, já annunciadas, fossem feitas dentro das diretrizes assentadas por Paraná: ia-se experimentar a nova lei eleitoral, chamada a *lei dos Circulos*, talvez o fruto principal da Conciliação, e êle queria que o *espírito de Paraná presidisse a eleição*.

Caxias, ministro da Guerra, tinha assumido interinamente a chefia do Gabinete, depois da morte de Paraná. Mas Caxias não era o homem para levar avante a obra da Conciliação. Se lhe sobravam bom senso e espirito de concordia, faltava-lhe autoridade politica. Não estava em condições de poder suster, sob o seu mando, todas aquelas paixões ocultas que a mão forte de Paraná soubera, durante tres anos, conter e controlar. Caxias tinha já muita gloria militar, e o seu prestigio pessoal era grande. Mas em politica era um novato, e a pasta da Guerra, que agora occupava, era a sua estreia ministerial. Ele proprio, aliás, com aquele desinteresse pelos cargos publicos que tanto o caracterisava e nobilitava, aquella modestia, aquella franqueza habitual, confessou-se logo incapaz de ser o continuador da obra de Paraná, a *pezada cruz*, como disse. Se o Imperador fôsse um homem de genio, ou valesse simplesmente a Paraná, na largueza de vistas e intencões de mando, teria então mui facilmente se substituido a este, não somente na direção da politica geral do Imperio, congraçada sob o principio da Conciliação, como de todas as forças vivas da nação. E teriamos tido então, quarenta anos de ditadura imperial. Mas faltavam ao Imperador todos os attributos de um ditador. Tinha já uma repugnancia instintiva por tudo quanto fôsse prepotencia, e não comprehendia nem aceitava nada que não fôsse dentro do espirito e da letra da Constituição. Tinha por esta um verdadeiro culto. Era para êle um dogma infalivel e indiscutivel.

Como Caxias, nenhum dos demais Ministros estava em condições de substituir, num momento como aquele, o grande chefe desaparecido. Paraná deixara a politica da Conciliação em plena evolução — peor, na fase inicial dessa evolução, no seu periodo mais critico e mais incerto, e por isso o mais difficil. Não se tinham ainda fixado as diretrizes gerais dessa politica, e havia por toda a parte uma grande incompreensão, que gerava necessariamente confusão e máo estar. Paulino de Sousa, filho de Uruguai, escrevia a Carvalho Moreira, futuro barão de Penedo, nosso ministro em Londres: “A morte de Paraná deixou tudo em uma confusão, da qual êle mesmo talvez não se poderia tirar se não falecesse quando as complicações mais avultavam” (287).

Os membros do Gabinete — Wanderley (Cotegipe), Paranhos (Rio-Branco), Pedreira (Bom-Retiro), Nabuco de Araujo, eram todos gente nova, estreantes na alta administração do Imperio. Paraná os escolhera na Camara entre dezenas de outros jovens saídos fazia pouco dos bancos das Escolas, para fazê-los seus colegas nos altos conselhos da Corôa. Não tinham, assim, autoridade, nem projecção na vida publica. Começavam apenas a ser conhecidos do paiz. Faltava-lhes a antiguidade,

(287) Carta de Paris de 13 de novembro de 1856. Nessa mesma data escrevia do Rio o pai, visconde do Uruguai, a Penedo: “A politica e os embaraços internos dão que fazer ao Governo, e os proprios Ministros reconhecem que não podem ir além de maio, principalmente tendo perdido Paraná, que era o Ministerio todo. Está tudo muito confuso e baralhado, e ninguem se entende nem sabe a quantas anda” (Arquivo do Itamarati).

fator que conta sempre no mundo politico, quando não se é um homem superior para logo se impôr por suas qualidades proprias. Nenhum dêles possuia um longo tirocinio dos homens e das coisas, um passado que dêsse respeito a toda aquella clientela politica que se me-xia dentro da Conciliação.

VII

Foi nessas circumstancias que o Imperador se voltou para Paulino de Sousa, visconde do Uruguai, que era um dos mais autorisados chefes do partido conservador, possivelmente a figura de maior destaque do partido, agora que Olinda evoluia francamente para os liberais e perdia, uma a uma, as suas antigas ligações com a grei conservadora (288).

Uruguai fôra, como vimos, dos primeiros correligio-narios de Paraná que se haviam oposto á politica da Conciliação. Não abandonara por isso o partido, nem chegara a um rompimento com Paraná. Retraira-se,

(288) Diz Joaquim Nabuco (*Um estadista do Imperio*) que "para substituir Paraná, o Imperador, desde que não se podia inclinar para os conservadores puros, incompativeis com o espirito da nova Camara, tinha que procurar um estadista que continuasse a politica de Conciliação". E' isso uma méra suposição de Nabuco, que não corresponde aos fatos. Tanto assim que o Imperador primeiro voltou-se para Uruguai, que era dos mais puros conservadores, e só apelou para Olinda, como se verá adiante, por se ter Uru-guai recusado a formar Gabinete.

apenas. Preferira desinteressar-se da politica. E para mais acentuar esse proposito, fôra viajar pela Europa, de onde acabara agora de chegar. Essa sua ausencia só servira para augmentar-lhe ainda mais a autoridade. Não a gastara nas lutas da politica. Soubera poupar-se. E agora que voltava ao Brasil via o seu nome por todos apontado como o do successor de Paraná (289).

Ele não era, aliás, em principio, contrario á Conciliação. O que não aceitara fôra o processo pelo qual ela fôra executada, a diretriz que lhe haviam dado, o desvirtuamento de sua primitiva finalidade. Aceitava, não a *Conciliação*, mas *uma conciliação*, que exprimisse apenas uma trégua entre os dois partidos e não implicasse uma exclusão de ambos, ou uma supremacia de um sobre o outro; uma trégua que significasse uma concessão feita pelo partido conservador no poder ao partido liberal, com o esquecimento das culpas e dos erros passados; e que permitisse a ambos colaborar em nos interesses superiores da nação. Era, em suma, uma conciliação no sentido unionista inglez, quer dizer, onde cada um guardasse a sua propria individualidade, e os partidos a sua personalidade, sem a abdição dos principios que os nortearassem.

(289) Seis mezes antes da volta de Uruguai e logo depois da morte de Paraná, Sonnleithner previa que o Imperador teria que recorrer forçosamente a Uruguai. "Entre os atuais Ministros — escrevia — não ha nenhum com prestigio bastante para dominar a situação. Minha impressão pessoal é que esse papel estaria reservado ao visconde do Uruguai, esperado agora de Paris" (Oficio de 13 de setembro de 1856).

Podia-se depreender melhor o pensamento de Uruguai a esse respeito da carta que o filho, Paulino de Sousa, escreveria pouco mais tarde a Penedo:

"Quándo, no sistema constitucional, desaparecem os partidos, e com êles as idéias, o interesse individual ou a corrupção é o meio para o qual apelam inevitavelmente os governos baldos de outros recursos com que em épocas normaes poderiam formar maiorias. Infelizmente estamos neste caso, e é desagradavel entrar nos comicios quando a dissolução se apodera de Roma" (290).

Uruguai declinou, entretanto, do encargo de organizar Gabinete. Alegou simplesmente ao Imperador o máo estado de sua saúde. Ao barão de Penedo escrevia:

"O Ministerio Paraná-Caxias se retirou, e fui chamado para organizar o outro. Julguei dever declinar essa honra, nas atuais circunstancias. Não me irei deitar no leito de Procusto sem ter alguma esperança de fazer alguma coisa de util, e certeza de organizar um ministerio forte, que possa lutar com as inumeras e complicadas dificuldades que nos cercam" (291).

(290) Do Rio, 13 de maio de 1857, no arquivo do Itamarati.

(291) Disse-se que Uruguai não chegou a formar governo porque lhe vetara o Imperador os nomes de sua organização. Uruguai nega isso em carta a Penedo: "Não acredite o que insinúa o *Mercantil*, a saber, que não organizei Ministerio porque não foram aceitos os nomes que propuz. Declinei liminarmente o encargo" (Arquivo do Itamarati). — Entretanto, Sonnleithner, ministro da Austria no Rio, que mantinha as melhores relações pessoais com Uruguai, confirma até certo ponto a versão do *Mercantil*, em officio para

VIII

Com a recusa de Uruguai, o Imperador apelou para o marquez de Olinda — *revenant político*, como o chama Paulino de Sousa em carta a Penedo. Olinda, como Uruguai, comò Itaboraí, como Euzebio, divergira também da politica de Conciliação praticada por Paraná. A *politica de mistura*, como êle dizia num tom critico e ao mesmo tempo sarcastico. Mas Olinda era outro homem diferente de Uruguai. Não tinha como este o fetichismo dos principios. Podia ter em tudo idéias proprias, como diz Joaquim Nabuco (292), sentimentos pessoais que difficilmente se podiam modificar, e era sabidamente um homem de preconceitos. Mas em politica tinha uma elasticidade que a todos surpreendia. Adaptava-se facilmente ás mais dificeis e desencontradas situações. “Era politicamente de uma ductibilidade extrema, diz Joaquim Nabuco; se ninguem o torcia, êle mesmo achava sempre as razões as mais inesperadas e subtis para mudar” (293). Nada o definia melhor do que estas palavras, que êle proprio pronunciara ao tempo em que era Regente do Imperio: “Em politica não ha principio jus-

Viena, dizendo que Uruguai não pode harmonisar os seus principios politicos com os da fusão dos dois partidos, sobretudo diante de “novas e importantes concessões”, que teria de fazer aos liberaes no novo Gabinete (Oficio de 14 de maio de 1857). Que concessões seriam essas? Muito possivelmente de pastas.

(292) *Um Estadista do Imperio*.

(293) *Op. cit.*

to nem injusto. Tudo depende da mobilidade das circumstancias. A transação é a unica lei da moral politica” (294).

Transigiu, portanto, com a sua primitiva opinião contraria á Conciliação, com a sua “tradicional convicção conservadora”, como diz Sonnleithner, e aceitou o encargo de ser no Governo o verdadeiro sucessor de Paraná. Sonnleithner acrescenta que Olinda se viu diante deste dilema: ou aceitava organizar um Gabinete *conciliador*, pois que era esta a vontade decidida do Imperador, ou recusava o poder. E uma recusa sua do poder, seguida á de Uruguai, quer dizer, dos dois principais chefes conservadores, podia bem levar o Imperador a ceder á “tendencia liberal” da Camara (295), e chamar um dos chefes desse partido para organizar o novo Governo (296).

O Gabinete que êle constituiu a 4 de maio de 57 foi um Ministerio onde havia de tudo, homens de todos os matizes, tirados dos dois partidos, e mesmo sem nenhum partido, como Lopes Gama, visconde de Maranguape, seu amigo intimo, dos raros que o tratavam por *tu*. E no Senado, annunciando a politica do novo Gabinete, decla-

(294) Citadas por Tito Franco, *op. cit.*

(295) A nova Camara, saída das eleições de 1856, era ainda, em sua maioria, uma Camara conservadora; mas os liberais tinham obtido nela cerca de duas dezenas de cadeiras.

(296) Officio de 14 de maio de 1857. — Olinda não era ainda um *liberal*, na expressão partidaria desse termo. Embora já estivesse, nessa época, se afastando de seus antigos companheiros do partido conservador, tinha ainda aí os seus principais interesses politicos.

rou que seguiria *eficazmente* a da Conciliação — “primeira das necessidades publicas numa ocasião como esta”.

Mostrou-se, assim, fiel ao pensamento de Paraná. Seu Governo ficou dentro do espirito e das diretrizes politicas da Conciliação. Podia não exprimir e certamente não exprimia uma convicção sua, nem da gente que o cercava no poder. Mas não provava menos que a Conciliação, apesar do desaparecimento de Paraná, sobrevivia ainda ao grande chefe.

Olinda manteve-se no poder cerca de ano e meio. Retirou-se em dezembro de 58. Em dificuldades com a opposição parlamentar á politica financeira do Gabinete, preconizada por Sousa Franco, seu ministro da Fazenda, resolveu abandonar o poder. “A opposição do Senado — dirá o Imperador — foi a causa da mudança do Ministerio, e essa opposição era sobretudo dirigida contra as idéias de Sousa Franco” (297).

Na verdade, porém, não foi precisamente esta a causa exata ou, pelo menos, a unica da retirada de Olinda, mas a posição que assumiu o proprio Imperador, ao lado da opposição parlamentar, contra os projetos financeiros de Sousa Franco — “idéias a que sempre ofereci objecções”, dirá elle (298).

Essa attitude do Imperador desgostou a Olinda. Sousa Franco era no Ministerio o representante da corrente liberal, e tinha na pasta da Fazenda uma grande

(297) Nota a Tito Franco, *op. cit.*

(298). Idem.

liberdade de ação. A politica financeira do Gabinete era, na realidade, uma politica *sua*. Mas nem por isso deixava de ter a solidariedade dos colegas, inclusive do proprio presidente do Conselho. Por isso, a opposição do Imperador feriu a susceptibilidade e o amor proprio de Olinda. Conhecendo já melhor o Imperador, e sabendo-o *emperrado* em certas idéias ou preconceitos que abraçava, Olinda preferiu retirar-se a abrir luta com a Corôa. Não quiz repetir o erro de 1849, que lhe custara ter sido pôsto fóra do Governo. Nem mesmo solicitou ao Imperador o recurso constitucional da dissolução da Camara (299).

IX

Exonerando-se Olinda, o Imperador chamou Euzebio de Queiroz, que se excusou. Apelou então outra vez para o concurso de Uruguai, que novamente recusou aceitar o poder. "Provavelmente julgaram que ainda não era chegada a época dos conservadores puritanos", observará mais tarde o Imperador (300).

Foi chamado então Abaeté, que aceitou formar Governo. Abaeté nunca fôra um entusiasta da Conciliação. Mas tambem não lhe movera guerra. Seu Gabinete

(299) Nota do Imperador a Tito Franco: "Olinda não me propoz a dissolução da Camara para consultar a nação". Aliás, as novas eleições não teriam podido modificar sensivelmente a posição difficil em que se encontrava o Gabinete, uma vez que ela provinha da opposição que lhe movia o Senado vitalicio, á qual dava apoio o Imperador.

(300) Nota a Tito Franco, *op. cit.*

te é de 12 de dezembro de 1858. Fica sendo o ultimo da situação conciliadora inaugurada cinco anos antes por Paraná. Com excepção de Sergio Teixeira de Macedo, ministro do Imperio, um novato e extranho á politica (que servira, aliás, á Conciliação, como diplomata), os demais Ministros — Nabuco, Paranhos (Rio-Branco) e Sales Torres-Homem (Inhomerim), eram sabidamente ligados á politica da Conciliação. Nabuco e Paranhos tinham sido colegas de Paraná no Gabinete de 53; e Torres-Homem se gabava de ter sido o primeiro, naquele ano, que pronunciara a palavra “conciliação” (301). Era, em todo o caso, um *conciliado*.

Foi voz corrente que a sua inclusão no Gabinete, como ministro da Fazenda, partira de uma insinuação do Imperador a Abaeté. Não ha prova disso. Mas tudo faz crêr que se o Imperador não a pleiteou, lhe tenha dado, em todo o caso, pleno assentimento. Sales Torres-Homem fôra na Camara o *leader* da opposição que combatera os projetos financeiros de Sousa Franco, e suas idéias coincidião aí em tudo com as do Imperador. Era natural, portanto, que este olhasse com simpatia a sua inclusão no Gabinete, para dirigir a repartição da Fazenda. As ofensas que o antigo panfletario do *Libelo do Povo* lançara contra o Monarca não impediam que este apoiasse agora a sua entrada para o Governo, a bem da causa publica; tão pouco não faziam Torres-Homem hesitar em sentar-se, na mesa dos Ministros, ao lado do Imperador.

(301) Joaquim Nabuco, *op. cit.*

Abaeté não conseguiu firmar-se por muito tempo no Governo. Menos de um ano depois, em agosto de 59, era obrigado a retirar-se. Foi quando o Imperador apelou para Angelo Ferraz, futuro barão de Uruguaiana.

A vinda de Ferraz era uma coisa prevista. Oito mezes antes, isto é, em dezembro de 58, quando Euzebio e Uruguai, convidados, sucessivamente, recusaram aceitar à sucessão de Olinda, o Imperador lhes dissera: "Os Senhores me obrigam a recorrer ao Ferraz. (302). E' que Ferraz fôra o chefe da violenta opposição que se fizera na Camara de 53 contra a Conciliação, e o Imperador não queria, chamando-o para o Governo, lançar a ultima pá de cal no que restava ainda da politica de Paraná. Se êle fôra um dos primeiros desencantados dela, era tambem, agora, um dos seus ultimos descrentes.

Na falta, porém, de outros homens para proseguirem na politica da Conciliação, pois que Euzebio e Uruguai se recusavam a isso sistematicamente, Olinda estava gasto, Abaeté descrente, e os companheiros de Paraná no gabinete de 1853 eram todos gente nova, sem tradição nem autoridade politica, o Imperador não teve outro remedio senão curvar-se ao sentimento geral e dar por encerrado definitivamente o ciclo da Conciliação. Daí a vinda de Ferraz em 59.

Na verdade, a Conciliação já estava morta. Passara a ser uma palavra que nada mais exprimia, sobre o sentido da qual ninguem mais se entendia. Assinalava uma época já vivida e para sempre enterrada. O *espiri-*

(302) Joaquim Nabuco, *op. cit.*

to de Paraná, que durante cerca de cinco anos presidira os destinos da politica brasileira, passara definitivamente á Historia.

Ninguem mais tinha fé, nem na utilidade nem na eficiencia da Conciliação. Os politicos que a haviam combatido, não desejavam sinão esquecê-la para melhor destruí-la. Os que dela se haviam aproveitado, para se passarem de um campo para outro e disfarçarem, assim, uma fuga, não lhe tinham mais amor nem apêgo. E os que lhe eram sinceramente afeiçoados, como o Imperador, não acreditavam mais nos beneficios que esperavam dela. Tinham-se afinal desencantado. Num ponto, em todo o caso, todos estavam de acordo: o que ela tinha que dar já havia dado; o que teria ainda a dar, não o daria mais.

A Conciliação desapareceu, assim, no silencio das coisas mortas. Diluiu-se como uma nuvem de vapor d'agua. Faça-se-lhe entretanto a necessaria justiça: ela assinala, na historia politica do Reinado, uma época cujos frutos ficarão até o fim do Imperio. Acabou com o espirito revolucionario, e firmou definitivamente a paz dentro da qual viverá a Monarquia. Preparou um punhado de homens novos para o Governo do paiz, pela seleção dos mais capazes, adextrando-os na escola da tolerancia, do respeito mutuo, e do interesse publico, que será, doravante, a escola do Reinado. E criou, finalmente, o ambiente constitucional em que passaram a se revesar, sem se excluir, os dois grandes partidos da Monarquia.

CAPITULO X

CHRISTIE — CASAMENTO DAS PRINCEZAS

Primeiras ligações do Imperador com os “sábios” — Manzoni e Alexandre Herculano — Gonçalves de Magalhães — Gonçalves Dias — Varnhagen, correspondente imperial — Ressurreição de Monte Alverne — Feitio simples e acessível do Imperador — O colera morbus de 1855 — Viagem ás Provincias do norte — A questão Christie — O “ultimatum” de 1862 — Atitude energica do Imperador — Intervenção suspeita de Mauá — Repulsa do Imperador — A displicencia de Abrantes — Retirada de Christie — Kompimento com a Inglaterra — Casamento das Princezas — Noivos em perspectiva — O filho do conde d’Aquila — Papel da princeza Dona Francisca — Gastão, conde d’Eu e Augusto, duque de Saxe — As mulheres põem e os corações dispõem — Nuvens no horizonte.

I

Esse Imperador de pouco mais de trinta anos não é ainda um desencantado do trono. Mas a corôa peza-lhe já sobre a cabeça, e tem as atribuições soberanas como dos mais ingratos dos deveres. Suas propensões são outras. “Nasci para consagrar-me ás letras e ás ciencias”, confiará êle, em 1861, ao seu diário. E noutra pagina dirá: “O que sei devo sobretudo á minha applicação, sendo o estudo, a leitura e a educação de minhas filhas, que amo extremamente, meus principais divertimentos” (303).

As letras e as ciencias... E’ dessa época, ou de pouco antes, que datam suas primeiras ligações espirituais com os homens de pensamento. Os politicos já o aborrecem e o entediam, e é no commercio dos homens de letras que êle busca uma distração e um paliativo para os dissabores que lhe dá o exercicio do cargo soberano.

Manzoni e Herculano são os seus principais correspondentes nessa época: dois velhos espiritos que seduzem a curiosidade nascente do joven Soberano. E’ com umas poucas linhas escritas em italiano, um simples pedido de autografo — “algumas estrofes da ode imortal *Cinco de Maio*” — que êle inicia, com Manzoni, uma correspondencia que se prolongará, com alguma interrupção, por cerca de vinte anos, até quasi ás vespervas da morte do poeta.

Essa primeira carta é de junho de 1851. O Imperador não tem ainda 26 anos. Manzoni responde-lhe com a ode copiada inteiramente por sua mão. Não precisou de mais para animar o seu joven admirador, que logo se apréssa em escrever-lhe novamente. Mas já então noutro tom; mais senhor de si, menos tímido, quasi com a coragem de um velho confrade. Entra na apreciação dos versos do poeta, comparando-os, salientando as contradições encontradas nas duas edições que guarnecem a sua bibliotéca. Seu respeito por Manzoni leva-o, porém, a não arriscar uma opinião sua. Não quer, não se sente com autoridade para contrariar o poeta — *non voglio fondare un' opinione, che si arrischierà a contrastar di tal maniera il pensamento dell'autore* (304).

Seu italiano é de um incipiente. Sente-se que êle conhece a lingua. Mas não a domina ainda. Os erros de syntaxe e outros de gramatica são frequentes. O Imperador aliás sabe disso. E noutra carta a Manzoni, pede-lhe benevolencia, confessando ao mesmo tempo o prazer que lhe dá “o estudo da bela lingua italiana”, da qual tem na familia o principal incentivo (305). Quer, evidentemente, referir-se á Imperatriz, napolitana.

Sua correspondencia com Alexandre Herculano tem outro tom. Nela, o Imperador se sente mais á vontade. A afinidade entre ambos é maior. Seus espiritos estão mais visinhos. Compreendem-se melhor. Primeiramen-

(304) Carta de 13 de agosto de 1852, no arquivo da Bibliotéca Braidense, de Milão.

(305) Carta de 13 de setembro de 1853, idem.

te, ha a questão do idioma, que os aproxima; depois, Herculano não é propriamente um estrangeiro para o Imperador. Este o tem quasi na conta de um dos seus suditos. Por isso seu desembaraço para com êle, é maior, e lhe dispensa uma confiança que não ousa dar a Manzoni.

Em sua correspondencia com Herculano o que se nota é o tom puramente, quasi exclusivamente, literario que ella logo assume. Cria-se immediatamente uma especie de *camaraderie* de letras entre ambos, como se se tratasse de dois velhos amigos e confrades. Para o espirito culto, em plena formação literaria do Imperador, as cartas de Herculano têm um sabor todo especial, um grande cunho de novidade. São um puro encantamento. São paginas de uma critica inteligente e actual da litteratura portugueza, da tendencia das novas escolas, do valor, dos defeitos e das qualidades dos principais escriptores de Portugal.

“Se anuncia um novo romance de Camilo Castello Branco (escrevia êle ao Imperador em abril de 57), *Um homem de brios*, continuação de outro intitulado *Onde está a felicidade?* Camilo Castello Branco pode-se dizer que nasceu romancista, e ninguem em Portugal tem, aos 30 ou 32 anos, produzido tanto como êle, ao menos neste genero. Sabe conciliar a atenção e a curiosidade dos leitores, e é singular no talento de observador. Os seus grandes defeitos literarios explicam-se pela sua índole. Descrente e pouco severo nos costumes, os seus escriptos não são a melhor escola moral. Trabalha mais com o intuito de ganhar dinheiro e de fazer ruido, do que com um fim literario. Assim, os seus esfor-

ços dirigem-se inteiramente a publicar muito e a produzir impressões fortes, embora falsas ou menos duradouras. Nos seus livros, ao lado de uma passagem excelentemente escrita, vem outra recheada de trivialidades, quando não de idéias inexatas, o até de efeitos quasi pueris de estilo o de linguagem. Não ha talvez, entre os nossos escritores moços nenhum, mais desigual" (306).

II

Não o interessavam, porém, apenas os literatos estrangeiros. Procurava tambem aproximar-se no Brasil de todos quantos cultivavam as coisas do espirito. Animava a uns e auxiliava a outros. Mandava dar a Pedro Americo 400 francos de seu bolso particular afim de que fôsse estudar pintura em Roma. O artista tinha então 27 anos. Ia em auxilio de Gonçalves de Magalhães, futuro visconde de Araguaia, para a impressão do seu poema *A confederação dos Tamoios*. Despachava Gonçalves Dias á Europa, com a missão official de colher documentos de interesse para a historia do Brasil, mas na realidade para facilitar ao poeta a impressão de suas obras em Leipzig, com o editor Brockhaus, cunhado de Wagner. (307).

O mesmo interesse que punha na correspondencia de Manzoni e de Herculano, dispensava á de brasileiros

(306) Carta de Lisbôa, de 10 de abril de 1857, no arquivo da familia imperial.

(307) Vêr, para outros detalhes, o Capitulo intitulado *Os sábios*, do volume II desta *Historia*.

modestos, funcionarios do seu Imperio, que viviam ainda na obscuridade, e que outros titulos não tinham para uma tal distincção do que os puramente intellectuais. Era o caso de Francisco Adolfo Varnhagen, futuro visconde de Porto-Seguro. Tinha êle então pouco mais de 30 anos, e era secretario da nossa legação em Madrid. Mas começava a se fazer conhecido com os seus estudos historicos, e trabalhava já na elaboração de sua grande *Historia Geral do Brasil*.

Autorisado a corresponder-se com o Imperador, Varnhagen apressava-se em manifestar-lhe todo o seu reconhecimento por essa honra:

“Eu que me criei entre papeis e correspondencias daqueles seculos de mais lealdade e civismo, em que os suditos escreviam aos reis, como Vaz Caminha ao Snr. Dom Manuel, ou como Duarte Coelho ao piedoso João III; eu que amo tanto a justiça e a verdade, e que tenho encontrado no mundo poucos tão discretos e superiores ás mesquinhezas dele, como é o augusto Monarca brasileiro, aprecio a honra de escrever a Vossa Majestade Imperial como o maior dom de quantos me poderá, em seu vasto dominio, outorgar o punho imperial; e isso tanto mais quanto não sendo uma honra publica não pode excitar invejas — que ás vezes não deixam saborear completamente as proprias recompensas ganhas com o suor do rosto em risco da vida” (308).

Poetas, prosadores, artistas, historiadores... Todos quantos, emfim, estavam ligados ás coisas do pensamento

(308) Carta de Madrid, 1.º de fevereiro de 1852, no arquivo citado.

atraiam o espirito indagador e sequioso de cultura do Imperador. Este ia procurar Monte Alverne, que ha 20 anos se recolhera ao silencio do convento de Santo Antonio, para induzÍ-lo a recitar o sermão na festa de São Pedro de Alcantara, a 19 de outubro de 1854. O grande Franciscano era então um sepultado em vida. Desde que a cegueira o atacara, deixara-se esquecer voluntariamente entre as paredes sombrias da cela. Raros eram os que se lembravam ainda de seus famosos sermões, pregados na Capela Imperial, ao tempo do primeiro Reinado.

Monte Alverne hesitava, porém, em deixar o seu recolhimento para subir novamente ao pulpito da Capela Imperial. Não se sentia com coragem para interromper um silencio de vinte anos, e á supplica dô Imperador respondia com uma carta que era um verdadeiro grito de angustia :

“Senhor, estou na firme convicção de que as ovações e os aplausos passaram para não voltar mais. Falo a um Principe ilustrado, justo e magnanimo. Êle reconhecerá que eu não arriscaria uma denegação se uma necessidade de ferro não me tivesse a isso obrigado. Deus collocou-me entre mim e Vossa Majestade Imperial privando-me da vista, cercando-me de aflições; êle quiz advertir-me que eu nada mais tenho a pretender do mundo. Sei, não receio dizê-lo, sei o alcance deste passo; aprecio bem a perspectiva que vai abrir-se deante de mim; ouço a voz do desprezo, da ironia e do escarneo — é a mesma voz que escutei na solidão quando, exausto de forças e já cego, não pude continuar os serviços que prestara com tanto ardor e successo.

A vontade de Deus seja feita! Empreguei na carreira do pulpito vinte e seis anos; vinte foram consumidos na Capela Imperial; quatorze foram gastos no ensino filosofico. Servi o Soberano, glorifiquei a Deus, não fui inutil á Patria. Senhor, não posso pregar o sermão de São Pedro de Alcantara!" (309).

O empenho do Imperador foi tanto, porém, tão pressuroso, que conseguiu vencer toda a resistencia de Monte Alverne. Este acedeu, afinal, e fez o sermão de 19 de outubro. Foi o seu canto de cisne. J. M. de Macedo refere-se ao successo que coroou essa oração, *que não se pode explicar nem descrever* (310); e José de Alencar, no entusiasmo de seus 25 anos, todo emocionado ainda ao deixar a Capela Imperial, nos descreve a figura do grande Franciscano, quando appareceu na estreita arcada do pulpito, envolta na meia-escuridão da Capela, a bela cabeça encanecida, o rosto palido e emagrecido, e entre as mangas do burel do seu habito de Franciscano, os braços nús e descarnados.

"Ajoelhou. Cruzou a cabeça sobre a borda do pulpito, e revolvendo as cinzas de um longo passado, murmurou uma oração... Ergueu a cabeça; alçou o porte; a sua fisionomia animou-se. O braço descarnado abriu um gesto incisivo; os labios quebraram um silencio de vinte anos... Frei Francisco de Montalverne pregava" (311).

(309) Carta do convento de Santo Antonio, do Rio de Janeiro, agosto de 1854, no arquivo citado.

(310) *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro.*

(311) "*Correio Mercantil*", do Rio de Janeiro.

III

Todos os anos, ás sextas feiras santas, fazia-se a exposição do Senhor morto na Capela Imperial. Era alí que o Imperador se prestava á cerimonia de lavar os pés dos pobres. E na procissão do *Corpus Christi* era visto, com outras pessoas de qualidade, ajudando a carregar o pálio, durante todo o percurso do cortejo. Mucio Teixeira o focalisa num desses momentos:

“A figura olimpica do Soberano, alto, airoso, de uma distincção verdadeiramente majestosa, o cabelo e a barba louros, os olhos de um azul celestial, o passo cadenciado, na mão direita a vara de prata do pálio que abrigava o Bispo, com o Santissimo; o Monarca ia fardado de Almirante, cheio de grã-cruzes, o Tosão de Ouro sobre o largo peito, o chapéo armado na mão esquerda, os cachos das dragonas tremendo nos hombros, os cabelos ondulando ao vento...” (312).

Não era mais o rapazola baixo e atarracado de poucos anos atraz, a cabeça grande e o corpo de uma gordura precoce e pouco sadia. Crescera. Desenvolvera-se. Tudo nêle parecia agora proporcionado. Alcançara a alta estatura dos Habsburgos. Podia-se talvez chamá-lo um belo rapaz, ou antes, um belo homem. Por sua elevada figura, suas feições severas, seus modos lentos, tinha, porém, uma apparencia envelhecida. Parecia antes um homem de meia idade do que um rapaz de cerca de trinta anos.

(312) *O negro da Quinta Imperial.*

Conservava as suas maneiras reservadas. Gostava muito de ouvir, mas pouco falava. Observava tudo e todos. Tinha sempre o olhar escrutador, algo suspeito-sc. Desnorteava, com isso, todos quantos se aproximavam d'êlo pela primeira vez.

Alexandre, artista meio excentrico, uma especie de magico, que andava a exhibir-se por esse tempo no Rio, obtinha uma audiencia do Imperador, para agradecer-lhe a honra de o ter tido em um dos seus espectaculos.

“Recebeu-me — conta Alexandre — á entrada do salão, e estendeu-me a mão para o osculo. Ficou, então, calado, á espera do que ia dizer. Confesso que sua extraordinaria calma, ou antes indiferença, embaraçou-me. Falei da graça e honra, favorecendo o meu espetaculo com a sua presença. Por sua vez êle indagou ha quanto tempo eu estava viajando pela America, qual o lugar que mais me agradava, onde havia aprendido o espanhol, que cidadão eu era. Inclinou, então, levemente, em despedida, a cabeça e saíu”.

Deixou Alexandre um pouco perplexo no meio da sala. A rapidez da entrevista não dera tempo ao artista de formar de pronto uma opinião sobre o Monarca. E quando desceu as escadas do Paço, foi fazendo as suas reflexões :

“Se havia deixado bôa ou má impressão, não consegui lêr no seu semblante, que não mudou. A mim me parece que isso é estudado, para obstar, tanto quanto possivel, que a critica de extranhos chegue a uma conclusão segura. Não se mostrou dado ou não, comunicativo ou retraido, elegante ou deselegante, rispido ou amavel. Em uma palavra, parece

tomar o caminho do meio, que é o mais cauteloso, dando com isso uma prova de sua natural prudencia e conhecimento dos homens" (313).

Apezar desse feitiço reservado, êle ia aos poucos se identificando com o povo. Não era certamente popular. Nunca o será, aliás. Mas o paiz começava a compreendê-lo. Começava a estimá-lo por suas maneiras delicadas, cortezes, sempre atenciosas para com todos, fôsse com os poderosos, fôsse com os humildes. Seu feitiço democrata, despido já, inteiramente, de qualquer veleidade de mando ou sentimento aristocratico, seduzia francamente a todos. Começava a ser visto em atitudes simples e desprezenciosas, o que não deixava de impressionar o espirito absolutamente avêso a qualquer especie de snobismo do povo brasileiro.

No Rio como em Petropolis, mais em Petropolis do que no Rio, pelas condições campestres e quasi rusticas da antiga colonia do major Koeler, êle apparecia a todos com a simplicidade de qualquer cidadão do Imperio, sem séquitos, sem cortezãos ao lado, apenas com os empregados do Paço em serviço na semana, e sem nenhum aparato ou attributo da realza.

Pedro Lamas, filho de André Lamas, a esse tempo ministro do Uruguai no Brasil, e que passava o verão com a familia em Petropolis, como era já o costume entre o corpo diplomatico estrangeiro, nos deixou este quadro bem caracteristico :

(313) Diario de Alexandre, datado de 1852, comunicado por Alexandre Hasa, de São Paulo ("Correio da Manhã", do Rio de Janeiro).

“Com relativa frequencia viamos o Imperador penetrando na chacara de meu pai, com a Imperatriz ao lado, avançando com o seu passo lento, seguido do veador e do camarista da semana, através do jardim apenas traçado... Avisado — parece-me o estar vendo — meu pai, com a sua roupa ligeira e o seu chapéo de palha, saía ao encontro do Imperador, quando este não o surpreendia conversando com o Antonio, o jardineiro, um portuguez de grandes barbas...” (314).

IV

De outras vezes era visto, no Rio, tomando banhos de mar com a familia em Botafogo, “na bela baía de Bota-Fôgo”, como dizia o ministro da Austria, recomendados pelos medicos á Imperatriz e ás duas jovens Princezas (315). Hospedavam-se para isso na casa do marquez de Abrantes, situada na praia, á esquina do Caminho Novo de Botafogo (316). Em 1855 passaram lá o mez de abril.

Foi no verão desse ano que irrompeu no Rio o colera morbus. Veio com uma violencia inesperada, e bem maior do que na epidemia de 1830. O panico logo se apoderou das familias, que fugiram apavoradas para o interior,

(314) *Etapas de una gran politica.*

(315) Oficio de Sonnleithner, de 14 de maio de 1855.

(316) Atualmente rua marquez de Abrantes. A casa do Marquez, um dos mais ricos palacios particulares do Rio, que faria honra a qualquer cidade, foi destruida ha pouco tempo com o unico fim de se vender em retalhos o respectivo terreno. Isso mostra o gráo de cultura de um povo.

para as fazendas, para as casas dos amigos, para as cidades fluminenses. Nessa deserção em massa, coube ao Imperador dar o exemplo. Para trazer a calma á Capital, resolveu conservar-se com a familia em São Cristóvão, adiando para mais tarde sua habitual subida para Petropolis.

Fez mais. Com uma atividade desdobrada, só comparavel á que desenvolveria alguns anos mais tarde, nos dias apreensivos da guerra do Paraguai, mostrou-se incansavel nas visitas aos hospitais, na assistencia aos colericos, nas providencias de toda a sorte que podiam minorar ou fazer cessar os padecimentos dos desgraçados. “Parava seu carro á porta dos hospitais, penetrava nessas fôcos de epidemia, aproximava-se dos leitos dos colericos, falava a todos êles, robustecendo a coragem dos fortes, inspirando valor e animo aos fracos e enchendo de esperança, de fé e de gratidão os corações dos miseros doentes”.

De seu bolso particular deu cerca de 15 contos para a assistencia aos necessitados. Acompanhava-o na visita aos hospitais seu amigo de infancia Luiz Pedreira, visconde do Bom-Retiro. A marquezia de Abrantes, Madame St. Georges, ministra de França, a marquezia de Monte-Alegre, uma das mais belas senhoras desse tempo, a condessa de Iguassú, eram as damas da sociedade que ajudavam a Imperatriz na instalação de hospitais, na feitura de roupas, na distribuição de alimentos e outras obras de assistencia aos colericos.

Em setembro desse ano de 55 falecia em Niteroi Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, visconde de Sepetiba. Tinha a idade do seculo. O homem que durante tanto tempo governara quasi discrecionariamente o Imperio, que desfrutara, sobre o jovem Imperador, uma ascendencia como nenhum outro viria a possuir, morria agora esquecido, ou quasi, numa obscuridade que era o melhor e o mais edificante dos exemplos para todos quantos se deixassem ainda inebriar pelas alturas do poder. Afastado do mando politico desde 1847, com a criação da presidencia do Conselho de Ministros, êle passara, desde então, a desfrutar apenas as honrarias que lhe dava a cadeira de Senador do Imperio — *otium cum dignitate*. Historicamente era, ha muito tempo, um homem morto. E' o Imperador o via agora partir para sempre com o mesmo indiferentismo com que a gente vê desaparecer do solo a folha ressequida e amarelada, que já desde muito caira da arvore e perdera para sempre o verde de sua côr.

V

O Reinado iniciara, nessa época, o periodo aureo de sua existencia, o qual se prolongará por esses proximos vinte anos, até alcançar o apogeu logo depois de terminada a guerra do Paraguai. O tempo das guerras civis tinha passado. A paz interna, a ordem civil, a segurança e a liberdade individual imperavam por toda

a parte. Não se conheciam, desde muito, nem processos politicos, nem processos de imprensa, nem conSPIrações, nem deportações. O Estado não tinha prisioneiros politicos nem perseguidos. “A alma é livre em todas as suas confissões, e o cidadão em todos os seus movimentos”, atestava um republicano illustre, que se exilara de França depois do golpe de Estado de Luiz-Napoléão e viera refugiar-se á sombra da liberdade do Imperio (317).

Essa liberdade, essa justiça, esse respeito á lei, pode-se dizer que tinham no Imperador a sua maior garantia, o seu principal fiador. Era, de fato, no seu caráter réto, no rigor com que já então, com pouco mais de trinta anos, queria ser e era realmente um rei justiceiro, que assentava toda a garantia individual, todo o respeito á ordem publica, toda a confiança na lei.

“Tenho o espirito justiceiro, escreveria êle, sem falsa modestia, pouco mais tarde, e entendo que o amor deve seguir estes grãos de preferencia: Deus, humanidade, patria, familia, individuo”. Logo adiante acrescentaria: “Minha politica sempre foi a da justiça em toda a latitude da palavra, isto é, da razão livre de paixões tanto quanto os homens o podem alcançar”. E noutra pagina: “Procuro cumprir meus deveres de Monarca constitucional. Jurei a Constituição, mas ainda

(317) Charles Ribeyrolles, *Le Brésil pittoresque*.

que não a jurasse, seria ela para mim uma segunda religião” (318).

Essa Constituição era, em 1858, com excepção da ingleza e da norte-americana, a mais antiga do mundo. O Brasil podia sentir-se orgulhoso em possuir instituições que serviam de exemplo a muito paiz culto da Europa; e na America, alem dos Estados Unidos, nenhum outro podia sequer pretender disputar-lhe a igualdade. Com excepção dos Estados Unidos, França, Inglaterra, Russia, Prussia, Austria e Espanha, não havia então receita mais avultada do que a do Imperio (319).

VI

Na Fala do Trono de setembro de 1859 dizia o Imperador ás Camaras: \

“Para melhor conhecer as Provincias do meu Imperio, cujos melhoramentos morais e materiais são o alvo de meus constantes desejos e dos esforços do meu Governo, decidi viajar as que ficam ao norte da do Rio de Janeiro, sentindo que a estreiteza do tempo que medêa entre as sessões legislativas me obrigue a percorrer somente as provincias do Espirito Santo, Baía, Sergipe, Alagôas, Pernambuco e Paraíba, reservando a visita das outras para mais tarde”.

(318) Diario, dezembro de 1861, no arquivo da familia imperial.

(319) Pereira da Silva, *Escritos politicos*.

Partiu a 1.º de Outubro, acompanhado da Imperatriz e de um pequeno séquito: Sapucaí, como camarista e Pedreira (Bom-Retiro), como veador, entre outros empregados do Paço; Almeida Pereira, ministro do Império, e Dona Josefina da Fonseca Costa, como dama da Imperatriz.

Embarcaram todos no vapor *Apa*, que seguiu comboiado por uma divisão de tres navios de guerra, comandada pelo chefe de Esquadra Joaquim Marques Lisboa.

Seis dias depois chegavam á Baía. O Palacio do Governo foi transformado em Paço Imperial. O Imperador fez questão em que as despesas com sua hospedagem corressem por conta da Mordomia da Casa Imperial. Foi um principio que assentou desde então, e do qual não se afastará em todas as suas futuras viagens.

A baixela posta a seu serviço era toda de prata massiça, “não havendo para a mesa de Suas Majestades uma só peça que não fôsse desse metal”. E os talheres eram de ouro. Pertenciam á familia Pedroso de Albuquerque, que os recebera, de presente, do principe, Jeronimo Bonaparte, irmão de Napoleão I, quando por lá passara no começo do seculo (320).

A 20 de outubro foram visitar a cachoeira de Paulo Afonso. “Sua Majestade sentiu’ arroubado seu espirito,

(320) Foram utilizadas, como fontes, para a descrição dessa viagem do Imperador: Rodolfo Garcia, *Viagens de Dom Pedro II* e *Memorias da viagem de Suas Majestades Imperiais* (publicação da época, sem nome do autor).

escrevia o correspondente do *Jornal do Comercio*; as-sentou-se num rochedo, largamente mirou tudo nessa primeira e profunda emoção, que se não revela, mas que se sente... Havia qualquer coisa de solene na contem-plação silenciosa do Imperador..."

Para melhor gravá-la na memoria, traçou êle um desenho a lapis da cachoeira. Era essa uma de suas distrações na viagem, copiar as inscrições que mais o interessavam ou desenhar os aspetos interessantes da natureza. Esses desenhos não eram obra de mestre, mas revelavam um conhecimento exato do traço e um acentuado sentimento artistico. Valiam mais, em todo o caso, já nessa época, do que as suas produções litera-rias.

Da Baía rumaram para o Recife, onde chegaram a 22 de novembro. *Pernambuco é um céu aberto!* exclamou o Imperador, fascinado pela beleza do dia e o pi-toresco da cidade.

Como na Baía, o Palacio do Governo, que era o ve-lho Palacio das Torres, do tempo de Mauricio de Nas-sau, foi transformado em Paço Imperial. Em certo dia o Imperador foi almoçar em Rio-Formoso, onde o ser-viram no mesmo aparelho que servira em seu batisado; pertencia á familia do visconde de Goiana, que o tive-ra, de presente, do primeiro Imperador.

Foi a Guararapes visitar o campo das batalhas travadas com os Holandezes. Foi a Olinda, acompa-nhado de uma guarda de 100 cavaleiros "da melhor sociedade pernambucana", que trajava "completa gala".

Uma tarde percorreu as ruas do Recife acompanhando a procissão do Corpus Christi, onde foi visto conduzindo o pálio. Foi ao convento de Carmo, para visitar a cêla onde outróra habitara o seu antigo professor e preceptor, frei Pedro de Santa Mariana, o bom do *padre-mestre*.

Tamandaré era uma pequena vila ao sul da cidade do Recife. O Imperador foi visitá-la. Pediu-lhe então o chefe da Esquadra, Joaquim Marques Lisboa, licença para exumar do cemiterio local os restos mortais de seu irmão Manoel, ali sepultado ha 35 anos, e trazê-los consigo a bordo do *Apa*. Esse irmão fôra um antigo revolucionario; combatera em 1824 ao lado dos republicanos de Pais de Andrade contra o Governo Imperial, e caira morto, lutando, em Tamandaré.

Accedeu prontamente o Imperador ao desejo do chefe de Esquadra, mandando ainda que fôsem prestadas todas as honras ao antigo revolucionario. Mais tarde, quando se cogitou de dar um titulo honorifico a Joaquim Marques Lisboa, como homenagem aos seus serviços no Rio da Prata, Pais Barreto, ministro da Marinha, sugeriu que se lhe dêsse o de algum lugar do Rio Grande do Sul, sua Provincia natal. Atalhou, porém, o Imperador que se devia dar o titulo de Tamandaré, como homenagem ao irmão revolucionario que tombara combatendo em 1824. Alguem objetou que isso valia em ligar o nome de Marques Lisboa á insurreição contra o Imperio. Replicou o Imperador que se o irmão do chefe de Esquadra se levantara contra as institui-

ções monarquicas, em 1824, levado por um ideal mal compreendido, havia combatido, dois anos antes, em compensação, como voluntario, pela independencia do Brasil. E Marques Lisbôa passou a ser o marquez de Tamandaré, nome que ficaria gravado nos anais gloriosos da historia naval do Imperio.

De Pernambuco seguiram para Paraíba. Voltaram depois para o sul, por Alagôas, Sergipe, de novo Baía e Espírito Santo, onde chegaram em fevereiro de 1860.

No Espírito Santo o Imperador encontrou-se com o arquiduque Maximiliano da Austria, seu primo, que vinha do Rio de Janeiro e se dirigia á Baía, a bordo de uma corveta austriaca. Tocara em Vitoria justamente para encontrar-se e conhecer o seu parente do Brasil. Maximiliano teria mais tarde o mais trágico dos destinos: elevado a imperador do Mexico, por uma fantazia da politica imperialista de Napoleão III, cairia em 1867, fuzilado pelos patriotas mexicanos.

A 11 de fevereiro de 1860 chegava finalmente o Imperador de volta á Côrte. Sua viagem ao norte durara cerca de quatro mezes.

VII

Dias depois êle recebia solenemente o novo representante da rainha da Inglaterra, William Dougal Christie.

Este nome entraria em breve para a história do Imperio, cercado da mais triste fama. A serie de incidentes provocados pelo Ministro inglez, suas insolencias, as repetidas desavenças que se abriram entre êle e o Governo Imperial assinalam o que se passou a chamar, na historia diplomatica do Brasil, a *questão Christie*.

Logo em meado de 1861 Christie entrava em divergencia com o gabinete Caxias, por haver subtraído á ação da justiça brasileira alguns tripulantes de uma fragata ingleza surta no Rio. Depois, ainda nesse ano, foi o incidente provocado pelo naufragio, na costa do Rio Grande do Sul, da barca *Prince of Wales*, e subsequente saque dos salvados. No ano seguinte foi o caso dos officiaes da fragata ingleza *Forte*, que, embriagados, tinham sido presos por desacato á policia da Côrte.

Foram sobretudo esses dois ultimos incidentes, episodios no fundo sem a maior importancia, que seriam, noutras circumstancias, resolvidos com duas notas de chancelaria, que Christie transformou num grave problema de politica internacional, e por pouco não levou o Brasil á guerra com a Inglaterra. Tudo pelo feito intratavel do diplomata inglez, por suas reclamações descabidas e insolentes, e pela forma com que usou e abusou das instruções do Gabinete de Londres. “Preferiu o abuso ao uso dessas instruções” (321).

Faltou-lhe sobretudo serenidade. Ele era um homem que não tinha, como o geral dos Inglezes, o dom de

(321) “Daily News”, de Londres, cit. por Pedro Calmon, *O Marquez de Abrantes*.

refletir maduramente sobre os assuntos, de deixá-los dormir, para que o tempo se encarregasse de cortar-lhes as arestas e os pontos de maior atrito. A maxima ingleza, *wait and see*, espere e observe, não pertencia certamente á escola diplomatica de Christie. O barão de Penedo dizia que êle “aprendera diplomacia no territorio de Mosquitos”, os indios selvagens de Honduras. E Zacarias resumia todas as suas tropelias nesta frase: “As loucuras de Mr. Christie”.

Era, em todo o caso, um homem irrefletido, susceptivel, impulsivo e violento. No proprio corpo diplomatico estrangeiro do Rio, entre seus colegas, que por espirito de classe deviam sem mais complacentes e perdoar-lhe o máo carater, êle era tido como um homem incomodo e desagradavel.

Com o ministro dos Estados Unidos, por pouco não chegou, certa vez, ás vias de fato. O caso passou-se em Petropolis, onde ambos residiam, em casa do ministro da Russia, quando Christie jogava *whist* com o colega americano; e logo se tornou publico, assumindo, por tóda a parte, o aspeto de escandalo, a ponto de Christie sé vêr obrigado a deixar temporariamente Petropolis e meter-se isolado num recanto da Tijuca.

Esse incidente deu-se justamente quando Christie começava a discutir com o Governo Imperial a procedencia das reclamações inglezas, e certamente não o predispoz á calma e á meditação, como se fazia mister. Antes o azedou.

De fato, seu primeiro passo irrefletido foi deixar de comparecer ao Paço no dia do aniversario natalicio do Imperador, a 2 de dezembro de 62, quando era convocado ali todo o corpo diplomatico. Fê-lo acintosamente (322), na falsa persuasão de que um tal gesto de descortezia pódia servir (quando de fato desservia) ao bom successo de suas reclamações. “Sinto dizer — escrevia, a proposito, o seu colega francez — que a ausencia do Sr. ministro da Inglaterra foi notada, e deu lugar a comentarios desagradaveis a seu respeito” (323).

O Imperador ressentiu-se com esse seu procedimento. Pode-se dizer que datam daí as suas prevenções contra o ministro da rainha Vitoria. Em todo o caso, é desde então que o Imperador avoca a si as negociações com a Inglaterra, se reserva o papel de árbitro e de principal responsavel por tudo quanto se vem a fazer em resposta ás impertinencias de Christie e á solidariedade que lhe empresta o Governo de Londres.

VIII

Englobando os dois casos num só — o da barca *Prince of Wales* e o da fragata *Forte* — Christie exigiu, em forma de *ultimatum*, a immediata satisfação de suas reclamações: uma indenisação para o caso da barca nau-

(322) Escreveu, é certo, a Abrantes, alegando motivo de saúde, mas que todo o mundo sabia, e êle não ocultava, ser inexato.

(323) Officio de 8 de dezembro de 1862.

fragada, e uma reparação formal para o caso da fragata. Foi-lhe respondido que não se lhe dava nem uma nem outra coisa. Repliou então, em 30 de dezembro de 62, dizendo que dava ordens para que os navios ingleses estacionados no Rio entrassem a praticar represálias contra os barcos mercantes brasileiros.

“No dia 31, com geral espanto, viu a população da cidade levantarem ancoras os vasos ingleses, caminharem-se para a barra, divisarem cinco navios mercantes costeiros que procuravam penetrar no porto, e apreendê-los á vista das fortalezas da entrada, em mares territoriais do Brasil” (324).

Dias antes, quando Christie ameaçara apelar para os navios de guerra ingleses, afim de forçar o Brasil a lhe dar satisfações, o Imperador declarara em conselho de Ministros que, efetivada aquela ameaça, êle seria o primeiro a ir para o arsenal de Marinha, afim de aguardar ali os acontecimentos. “Disse que me avisassem de qualquer movimento hostil, dentro do porto, da marinha de guerra inglesa, para eu ir para o arsenal, de Marinha. Os Ministros observaram-me que seria melhor eu ir somente para o Paço da Cidade, para que minha presença no Arsenal não excitasse a população. Eu respondi: “que apenas desejava não aparecer indiferente em tal conjuntura, indo para o meio da população, e que portanto sairia para o Paço da Cidade logo que o ministro da Marinha me avisasse pelo telegrafo” (325).

(324) Pereira da Silva, *Memorias do meu tempo*.

(325) Diario do Imperador (27 de dezembro de 1862), no arquivo da familia imperial.

De fato, no dia 31, apenas conhecedor do que se passava á entrada da barra, o Imperador se apressou em ir para o Paço da Cidade, no cáis Pharoux. Ali o acolheu uma grande multidão, que apreciava do cáis as façanhas dos navios inglezes, e logo se solidarizou com o Imperador na repulsa contra as insolencias do estrangeiro.

A excitação, aliás, já era grande por toda a parte. Uma massa de povo percorria as ruas da cidade, manifestando contra os principais estabelecimentos comerciais inglezes. Teofilo Ottoni, deputado liberal por Minas, punha-se á frente dos mais exaltados. E quando correu a noticia, certamente infundada, de que Christie tivera o desplante de atravessar a rua do Ouvidor empunhando um chicote, foi preciso a intervenção dos guardas da policia para evitar-se o desvario da multidão.

No Paço da Cidade foram ter com o Imperador os Ministros. O almirante de Lamare, ministro da Marinha, já lá o esperava. Contou ao Imperador uma historia meio confusa, em que aparecia o barão de Mauá arvorado em mediador ou intermediario de uma mediação entre o Governo Imperial e a Legação ingleza. O Imperador logo se aborreceu com essa intempestiva e prematura intervenção de Mauá, num momento como aquêlê, quando o Rio de Janeiro e toda a população, o Governo inclusive, se achavam sob a ameaça dos canhões inglezes. E a que titulo se metia Mauá nisso? Como banqueiro e homem de negocios, com interesses e capitais intimamente ligados aos Inglezes? Era mais que suspeito.

Chegou o marquez de Abrantes, ministro de Estrangeiros. Sua calma, a absoluta serenidade, era um contraste com a preocupação de todos. O Imperador o interpela sobre as manobras de Mauá. Abrantes explica que êle e Olinda (326) tinham sido procurados por Mauá, que “lhes suggerira a idéia de recorrer na questão da *Forté* a uma terceira potencia, não parecendo Christie opôr-se a semelhante idéia”. Abrantes — conta o Imperador em seu diario — respondera a Mauá dizendo que se este “lhe assegurasse por escrito a aceitação por Christie da mediação dêle, a apresentaria a seus colegas e a mim, mostrando a carta de Mauá neste sentido”... (327).

O Imperador repeliu imediatamente essa intervenção de Mauá em assunto de tamanha gravidade, que tão fundo feria o sentimento nacional. Estranhou a precipitação com que Abrantes lhe dera logo acolhida., “Manifestei-me logo contra semelhante alvitre no momento atual”. Abrantes se desculpava. Para êle, não se deviam levar os acontecimentos ao trágico, pois que *o negocio não era de escarcéo*. A isso respondia Polidoro, ministro da Guerra, com uma risada — “creio que sem intenção de ofender a Abrantes”, nota o Imperador. Em suma, Abrantes julgava ter feito o seu dever, aceitando, como fez, a intervenção de Mauá.

(326) Presidente do Conselho e ministro do Imperio.

(327) Diario do Imperador (31 de dezembro de 1862), no arquivo cit.

Replicou-lhe o Imperador, já mal humorado: “cumpriria seu dever se, não repelindo logo a lembrança de Mauá, ouvisse a seus colegas e a mim antes de ter dado qualquer resposta a Mauá” (328).

A attitude de Abrantes era realmente censuravel. Elle não se dava conta da gravidade da situação. Com o seu feitiço leviano e brejeiro, não ligava a importancia que todos davam, o Imperador sobretudo, ás insolencias do Ministro inglez. Suetonio fala nesse seu *pouco caso*, e para melhor illustrá-lo refere a cena hoje em dia historica. Abrantes jogava o voltarete em seu palacio de Botafogo, na companhia de amigos. Chegou-lhe o secretario, annunciando o *ultimatum* de Christie, com a ameaça de intervenção dos navios de guerra inglezes. Receava-se que elles chegassem a bombardear a cidade. Abrantes não se alterou nem interrompeu o jogo. Respondeu apenas, num tom de pilheria:

— Qual, historias, bombardeado estou eu com os *codilhos* que tenho levado! (329).

O Imperador não comprehendia essa displicencia de Abrantes, o seu *desanimo*, como elle dizia. Preocupava-o, por outro lado, a desunião que reinava no Gabinete. Olinda era outro *desanimado*. Sinimbú, ministro da Agricultura, que daí a dias passaria para a Justiça, em substituição a Maranguape, não escondia sua desapprovação á attitude displicente de Abrantes. E' no caso da intervenção de Mauá, ameaçava retirar-se do Ministerio

(329) *O antigo regime.*

(328) *Diario cit.*

se ela acaso fôsse aceita. Acentuando a desunião que reinava entre os Ministros, observava com tristeza o Imperador: “Deus queira que antes de brigarmos com os inglezes, não briguem êles entre si!” (330).

IX

Em todo esse triste episodio, o Imperador foi talvez o mais consequente. Sua attitude ficou desde logo definida, e dela não se afastou até o fim. Não cedeu ás ameaças dos canhões inglezes. Poz-se francamente á frente do movimento de repulsa a essas ameaças. “O proprio Imperador colocou-se á frente do movimento”, atestava St. Georges, ministro de França, que o encontrou, numa audiencia diplomatica, *très animé*.

Para ficar ao lado do povo, desistiu de subir nesse verão para Petropolis, como fazia todos os anos logo depois do Natal. Deixou-se ficar na Côrte, animando a todos com a sua presença, visitando os arsenais, percorrendo as fortalezas, ordenando por toda a parte a organização da defesa, para o caso de ultima necessidade. O povo, que o via numa atividade incessante, fazia justiça ás suas intenções, e tudo era pretexto para ovacioná-lo, para secundá-lo, para fortalecer ainda mais, se possível, o animo do jovem Monarca, que com a espontaneidade de seus 37 anos se punha valente e decididamente á frente da consciencia nacional. St. Georges notava:

(330) Diario cit.

“Hontem, quando o Imperador ia á igreja para o dia de Reis, seu carro foi cercado pelo povo, que o felicitava com entusiasmo pela resistencia oposta á Inglaterra. Êle falou ao povo para o calmar, assegurando que o seu Governo não trataria, em qualquer caso, sinão de uma maneira honrada e digna. As mesmas manifestações acompanharam a sua volta á São Cristóvão.” (331).

Êle não era, em principio, oposto a uma mediação estrangeira. O que não admitia era que ela se verificasse sob a pressão da esquadra ingleza. Retirasse primeiro Christie essa ameaça, e fôsem devolvidos os nossos barcos apresados. Só então o Governo acederia em negociar. “Não consideraria encaminhado o entendimento antes que a Marinha ingleza lhe restituisse os navios apresados. O povo devia vê-los de volta ao porto — desfaldando, muito alta, nos penoes, a bandeira da patria...” (332).

A enérgica intransigencia do Imperador fez compreender a Christie que êle jogava uma partida errada. E Christie cedeu. Deu ordem para que cessassem as represálias, e para que os navios inglezes relaxassem as presas. Propoz, ao mesmo tempo, que as duas questões em litigio fôsem submetidas á arbitragem. Aceitou-a o Governo apenas para o caso da *Forte*, que foi entregue ao rei dos Belgas; quanto aos salvados da barca *Prince of Wales*, preferiu pagar, sob protesto, a indenisação exigida pelo Foreign Office.

(331) Officio de 7 de janeiro de 1863.

(332) Pedro Calmon, *op. cit.*

De tudo isso ficava, no Imperador, uma profunda mágoa contra o Ministro inglez. Fôra êle o culpado de tudo. Não fôsem as suas impertinencias, as suas insolencias, a maneira desastrada com que encaminhou as negociações, e não se teria chegado ao ponto dramatico a que se chegou. Por todos os seus atos, por sua attitude intolerante, ofensiva aos brios dos Brasileiros, Christie se tornara incompativel entre nós. Dêle, pessoalmente, não mais queria saber o Imperador. Não se entenderia mais com êle. E só por dever de officio, não podendo evitá-lo, é que o toleraria em sua presença. Dirá: "A êste nem eu nem minha familia receberemos mais em ato que não seja publico enquanto não terminarem os negocios em Londres" (333).

Incompatibilizado com o paiz e com o Imperador, não cabia outra solução a Christie que não fôsse a sua saída do Brasil. Aliás, o Governo imperial havia reclamado em Londres contra a sua insolita attitude, o que valia, implicitamente, um pedido de retirada. E o Governo inglez compreendeu que não era mais possivel sustentá-lo no pôsto. Foi-lhe concedida assim uma licença. Veio Cornwallis Eliot, primeiro secretario da Legação, que tinha viajado para a Inglaterra e voltava agora para substituí-lo como Encarregado de negocios.

Desastrado, a má sorte ainda por cima perseguia a esse pobre de Christie. Eliot era seu desafeto pessoal. Tinham os dois brigado pouco tempo antes, e o Secretario

fôra justamente a Londres justificar-se e queixar-se ao mesmo tempo do chefe. Voltava agora para substituí-lo á frente da Legação. Que melhor satisfação podia acaso receber?

A partida de Christie do Rio foi uma coisa triste. Verdadeira derrocada. Saiu como um fugido, quasi clandestinamente. Dias antes pedira, por escrito, uma audiencia ao Imperador para si, e outra da Imperatriz para a filha. Foram-lhe ambas negadas. Escarmentado, não foi ao Ministerio de Estrangeiros despedir-se de Abrantes. Tão pouco não se despediu dos colegas estrangeiros que moravam no Rio. Desceu diretamente de Petropolis para bordo (334). E desapareceu para sempre barra fóra.

X

Com a partida de Christie fecha-se no Rio o primeiro ato do nosso drama com a Inglaterra. O segundo abre-se em Londres.

Carvalho Moreira, depois barão de Penedo, era o ministro do Imperio na Inglaterra. Reclamou êle junto ao Foreign Office contra a attitude de Christie, pedindo ao Governo de Londres uma satisfação pela offensa que havíamos recebido dos navios de guerra inglezes. Era, para o Governo Imperial, uma questão de decoro. E

(334) Officio de St. Georges, de 10 de março de 1863.

para o Governo da Rainha uma questão de justiça. Fômos, entretanto, desatendidos. Diante disso, não foi possível outra solução: Penedo pediu os passaportes e retirou-se da Inglaterra com toda a Legação. No Rio dava-se o mesmo com a Legação ingleza: com a diferença, porém, que era o Governo Imperial quem mandava os passaportes a Eliot, e o convidava a deixar o territorio do Imperio.

O pobre do Eliot pagava o mal que não fizera. Ele nos era sinceramente afeiçoado. Mas a sua situação era a mais difficil, dada a má vontade que o Governo inglez persistia a ter para com o Brasil. O Imperador não lhe queria mal, e talvez o tivesse mesmo em simpatia. Mas via nele o representante inglez. Já por ocasião de sua volta ao Rio, demorara em recebê-lo mais do que era costume, e Eliot ficara, durante dias, com um pedido de audiencia sem resposta. De outra vez o Imperador ainda foi mais rigoroso, e para mostrar a sua insatisfação ao Governo inglez deixou esse pobre de Eliot em apuros como nunca se vira.

O incidente passou-se por ocasião de uma das audiencias mensais que o Imperador concedia ao Corpo diplomatico, e dêle foi testemunha St. Georges, que nos conta:

“Depois de ter conversado longamente com o Internuncio e os ministros da Russia, de Portugal e do Perú, Sua Majestade teve que dirigir a palavra ao Encarregado de negocios da Inglaterra. Assumindo então um tom glacial, perguntou ao Sr. Eliot: *Como vão a Rainha e a familia real?* Mal o Sr. Eliot ia formular uma resposta, o Imperador se

afastou, não permitindo nem mesmo que o Encarregado de negocios da Inglaterra lhe apresentasse um novo secretario da Legação, como estava autorizado oficialmente a "fazê-lo" (335).

Com a retirada de Eliot ficavam rôtas inteiramente as relações entre os dois paizes. Foi isso em Junho de 1863. Nessa época Christie já se achava em Londres. Não era de crêr que estivesse ali trabalhando pela aproximação do Brasil com a Inglaterra. Pelo contrario. Com certeza fôra distilar no Foreign Office, aos ouvidos de lord Russell, o seu odio contra o Brasil e o Imperador. E o resultado aí estava: o rompimento das relações.

Certo, na intransigencia de Londres tinha que se vêr, antes de tudo, o amor proprio do Ministerio inglez em jogo, a vaidade, o orgulho, do Governo da velha Albion. Expressia, por outro lado, um aspeto da sua diplomacia de mão de ferro — contra os fracos, naturalmente. Era a pata do leopardo inglez, como diz o Sr. Pedro Calmon, que havia quarenta anos assentara contra o Imperio, e difficilmente se conformava em largar a preza.

O Gabinete de Londres sabia bem que a attitude de Christie no Brasil era indefensavel, e que dela tinham surgido, para nós, os maiores vexames, as mais injustas e duras provações. E não desconhecia que as façanhas dos barcos inglezes, á entrada da baía de Guanabara, va-

(335) Officio de 7 de maio de 1863.

liam pela mais flagrante violação da soberania do Imperio. Mas o Brasil era um paiz fraco e desarmado. E não estava na tradição da diplomacia de Sua Majestade a Rainha curvar-se ante as nações debeis. Teria sido preciso primeiro que a Inglaterra fôsse atingida em seus interesses vitais. Só então é que concederia em que se fizesse justiça.

Moralmente, a situação do Gabinete de Londres era a mais precaria. Já a sentença do rei dos Belgas, tio da rainha Vitoria, proferida em julho de 63, déra plena razão ao Brasil na questão da *Forte*. Depois, a Inglaterra não era o Foreign Office, não eram os lords que decidiam de seus destinos das salas de Saint James, ditando leis ao mundo pela boca dos canhões da esquadra ingleza. Se Russell e Palmerston tratavam o Brasil como um paiz de Cafres, Malmesbury, Cobden, Fitzgerald, Salisbury e outras figuras da politica ingleza tomavam abertamente a defesa do Imperio.

Contudo, seriam precisos mais de dois anos de relações suspensas, com os maiores prejuizos para o commercio inglez no Brazil, para forçar o Governo de Londres a reconhecer sua culpa e dar ao Brasil a satisfação devida. Terá que dá-las todas, pela voz de um enviado especial seu, que mandará curvar-se diante do Imperador, na barraca imperial de Uruguaiana. Mas de ordem moral, apenas; o dinheiro, que nos era devido, não pagará nunca.

XI

As duas Princezas iam ficando moças. Era mister, portanto, pensar em casá-las. Separadas do Velho Mundo por semanas de viagem, através do Atlantico, não lhes era facil o contacto com as côrtes européas, onde estavam os possiveis candidatos. Salvo algum principe que se decidisse vir até o Brasil por simples espirito de aventura ou curiosidade em conhecer terras novas, nenhum outro se abalaria a viajar para tão longe com o proposito determinado de conhecer e se aproximar das duas Princezas brasileiras. Havia tantas outras Princezas disponiveis ali mesmo na Europa, e tão mais tentadoras, pelo brilho de suas Casas, pela importancia politica dos pais, pelo valor das heranças!

Era necessario, portanto, atrair ao Brasil os principes pretendentes, fazê-los vir ao Rio, sem o que as duas Princezas se arriscavam a ficar solteiras. Ainda quanto á mais moça, Dona Leopoldina, não haveria por isso um inconveniente politico. Mas já o mesmo não se daria com relação a Dona Isabel, que, destinada a subir mais tarde ao trono, necessitaria ter alguém a seu lado; um companheiro que a guiasse nos momentos dificeis, a aconselhasse, a sustentasse e fôsse tambem o seu colaborador no governo da nação.

E' verdade que as duas irmãs do Imperador se tinham casado no Brasil sem que tivésse sido preciso, para isso, atrair da Europa os seus futuros maridos.

Mas como se haviam elas casado? Por méra coincidência. Joinville, marido de Dona Francisca, tinha vindo ao Brasil como oficial de marinha, no exercicio de sua profissão, e aquí a conhecera por um simples acaso. Enamorara-se dela e voltara depois com o proposito, dessa vez, de torná-la sua mulher. O outro, Aquila, viera ao Rio na companhia da irmã, feita imperatriz do Brasil; e tambem era, de profissão, um homem do mar. Mas nem todos os principes são marinheiros; nem todos têm irmãs que se fazem imperatrizes do Brasil!

.Era preciso, portanto, chamá-los ao Brasil. Era preciso atrail-os. Em suma, tornava-se necessario negociar os casamentos.

As primeiras vistas das pessôas interessadas nisso se voltaram para os Principes mais chegados, por parentesco, ás duas Princezas brasileiras. Ou mais precisamente, para o principe Luiz, filho mais velho do conde e da condessa d'Aquila; esta era, como se sabe, a princeza Dona Januaria, irmã do Imperador. Destinavam o principe Luiz a Dona Isabel. Eram primos irmãos. Esse "negocio", como se dizia, fôra objeto de cogitação ai por meado de 1857. Os dois possiveis noivos eram então bem jovens: Luiz tinha cerca de 13 anos e Isabel ia fazer seus 12 anos.

Sonnleithner, ministro da Austria, escrevia para Viena: "A idéia de colocar, por um futuro casamento, um principe filho de uma princeza brasileira, no trono que a princeza Dona Isabel terá que ocupar, parece tanto mais natural quanto se adapta perfeitamente ás

tendencias e sentimentos exclusivos dos Brasileiros” (336). E não era só isso. Esse casamento daria lugar forçosamente a uma aproximação entre o Imperador e o seu cunhado, o conde d’Aquila, concertando assim o desentendido que se abrira entre ambos no ano de 44, e que, tão tristes recordações havia deixado no Rio de Janeiro.

Em agosto de 1860 ainda se falava na possibilidade desse casamento. “Idéia plausivel”, dizia Sonnleithner, para a qual o Imperador “se inclinaria talvez momentaneamente, enquanto não apparecesse uma outra combinação que correspondesse melhor aos seus desejos e aos interesses do paiz”. (337)

Mas não passou disso. Foi, a bem dizer, um casamento de antemão gorado. O Imperador, como se vê, não o tinha, nunca o teve em grande estima. Os Aquila, por seu lado, parece que também não se inclinavam por êle. Foi uma idéia que feneceu antes de tomar corpo. Dona Isabel continuou em sua vida de moça solteira, nas salas de São Christóvão, e Luis d’Aquila seguiu, no caminho da vida, o seu destino (338).

Ainda nesse ano de 1860, a proposito da visita ao Rio do arquiduque Maximiliano, falou-se na possibilidade de casar Dona Isabel com o irmão, o arquiduque Luiz-

(336) Officio de 13 de maio de 57.

(337) Officio de 7 de agosto de 60.

(338) Casaria nove anos mais tarde, em Nova York, com Maria-Amelia-Hamel, feita condessa di Rocca Guglielma.

José, ou com o cunhado, o conde de Flandres (339). Depois foi a vez do filho de Dona Francisca, princeza de Joinville, irmã mais moça do Imperador. Tratava-se do príncipe Dom Pedro, que seria mais tarde duque de Penthièvre, oficial na marinha portugueza.

XII

Dona Francisca, ao que parece, não facilitou o casamento do filho com a sobrinha Dona Isabel. Irmã do imperador do Brasil, não a tentava o papel de sogra da futura imperatriz. Mas se não dava o filho em casamento, em compensação oferecia o dos outros. Para isso não necessitava de ir muito longe. Bastava colhê-los na família, que era numerosa e casadoura.

Seu cunhado, Nemours, tinha um filho, Gastão, conde d'Eu, rapaz alto e desempenado, culto, um pouco herói depois da guerra que fizera em Marrocos, a serviço da Espanha. Que excelente marido para uma das Princezas brasileiras!

Enviando ao irmão o retrato do novo *prince charmant*, em fevereiro de 64, dizia-lhe Dona Francisca: "Se se pudesse agarrar esse para uma de suas filhas, seria excelente. Ele é grande, forte, belo rapaz, bôa índole, muito amável, muito instruído, estudioso, e além do mais tem já uma pequena fama militar" (340). Para

(339) Alberto Rangel, *Gastão de Orléans*.

(340) A. Rangel, *op. cit.*

a outra Princeza havia o principe Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha, primo irmão do conde d'Eu (341), e como este, rapagão forte e simpatico. Tinha então 20 anos.

Dona Francisca distribuia assim os pretendentes: Augusto para Isabel, e Gastão para Leopoldina. "A ambição dos Coburgos, diz o Sr. Alberto Rangel, veria com bons olhos a possibilidade de um dos seus coparticipar do trono do Brasil" (342). E não eram esses Coburgos talhados para principes consortes? Já lá não estava um, Fernando, no trono de Portugal, ao lado de Dona Maria II? Augusto, no trono brasileiro, iria compensar o desaparecimento desse outro Coburgo principe consorte, o perfeito Alberto, que Vitoria, rainha da Inglaterra, chamara para o seu trono, mas que a fatalidade lhe roubára em 1861.

Muito bem: Augusto para Isabel e Gastão para Leopoldina. Em maio de 64 estavam assentados os casamentos. Mas tudo por enquanto em segredo. Não passara dos conciliabulos de familia, no Brasil em São Christóvão, e na Europa em Claremont. O grande publico sabia apenas que as duas Princezas estavam "colocadas". E quais eram esses Principes encantados? Não se sabia. Pairava em tudo um misterio.

Sonnleithner, pressuroso em tudo informar ao seu Governo, não conseguira desvendar o segredo, apesar de toda a sua perspicacia. Limitava-se a escrever:

(341) Filho do duque de Saxe e da princeza Maria-Clementina, irmã do duque Nemours, que era o pai do conde d'Eu.

(342) *Op. cit.*

“Não posso deixar de chamar a atenção para o discurso do Trono... em que Sua Majestade informa á Camara que os casamentos das duas Princezas terão lugar no correr do ano, sem dar porém nenhuma indicação sobre as pessoas destinadas a serem seus futuros genros. A esse respeito se está aqui completamente no escuro. O Imperador dirigiu pessoalmente esse negocio, não o deixando transpirar, a ninguém, nem mesmo nos circulos que lhe são mais próximos. A escolha de principes europeus, que parece já feita, é para todos, até agora, um segredo” (343).

Perdendo-se em cogitações e méros palpites, o ministro da Austria referia-se a uma suposta sugestão que Dom Fernando, segundo marido de Dona Maria II de Portugal e cunhado, portanto, do Imperador, fizera para casar dois de seus sobrinhos com as Princezas brasileiras. Encontrára, porém, sérias dificuldades, que explicavam “porque os casamentos não foram ainda anunciados oficialmente”. E o Austriaco rematava revelando uma suposta desinteligencia entre Dom Fernando e o Imperador, a ponto de levar o primeiro a renunciar á viagem que projetára ao Brasil, na companhia dos dois sobrinhos (344).

Sonnleithner só acertara em tudo isso numa coisa: que se tratava realmente de dois sobrinhos de Dom Fernando, que outros não eram sinão Gastão de Orléans e Augusto de Saxe. Em tudo o mais fôra de uma penetração absolutamente negativa. E quando êle transmitia

(343) Officio de 9 de maio de 64.

(344) Officio de 23 de agosto de 64.

para Viena as balelas de uma suposta desinteligencia entre Dom Fernando e o Imperador — 23 de agosto de 64 — e o adiamento da viagem dos dois pretendentes, já estes se achavam a caminho do Brasil. De fato, haviam partido de Lisbôa a 13 de agosto e a 2 de setembro seguinte chegavam ao Rio de Janeiro.

XIII

Que impressão tiveram os dois Principes das coisas, dos homens e do paiz a que vinham ligar seus destinos? De Augusto de Saxe não se conhece o sentimento. De Gastão de Orléans foi o peor possivel.

Desembarcados, foram levados para o Paço da Cidade, palacio que não passava de um velho casarão de salas vazias. Numa delas deparou o Orléans com o quadro da coroação de Dom Pedro I, “que logo o impressionou pessimamente, dando-lhe triste ideia do que poderia ser a arte nacional”. Os alabardeiros postados á entrada das salas eram “escuros e gaforinhentos”, e todos de aspeto “mesquinho” (345).

A multidão que os cercou no dia seguinte, quando eles se dirigiram a São Christóvão, pareceu a Gastão de Orléans uns “desocupados”, que a policia devia remeter para Mato Grosso e Goiaz. O carro que os conduziu á quinta da Bôa Vista era “elegante”; mas ao lado tro-

(345) A. Rangel, *op. cit.*

tava uma ordenança, de uniforme verde e galões dourados — e era um homem negro. “Nada chocou-me tanto — observou o Orléans — entre as mil esquisitices deste paiz, quanto vêr um negro com calções de pele e botas à revers” (346).

Seu primeiro encontro com o Imperador e a Imperatriz não deu margem a um grande entusiasmo. O Imperador pareceu-lhe um *esprit distingué*; a Imperatriz, uma *bonté parfaite*. O justo para ser amavel. O olhar do Imperador pareceu-lhe “muito sério e quasi rebarbativo”.

E as Princezas? Ah! as Princezas! Uma palavra, apenas, para classificá-las: feias. A segunda, Leopoldina, ainda mais feia do que a primeira, mais baixa, mais atarracada, “em summa, menos simpatica”. Positivamente esse Príncipe não tinha sorte: era essa justamente a que lhe destinavam!

A que lhe destinavam... Quer dizer, a que os homens lhe destinavam. Mas os homens nunca governaram os corações das mulheres. Dona Isabel anotava em seu diario: “Chegaram o conde d’Eu e o duque de Saxe. Meu pai desejou essa viagem com o fito de nos casar. Pensava-se no conde d’Eu para a minha irmã e nó duque de Saxe para mim. Deus e os nossos corações decidiram diferentemente” (347).

Em 24 de setembro de 64 escrevia Sonnleithner:

(346) Idem.

347) *Alegrias e tristezas*, manuscrito da princeza Dona Isabel, no arquivo da familia imperial.

“O casamento de Dona Leopoldina com o principe Luiz-Augusto de Saxe Coburgo está decididamente combinado. Mas sendo o Principe ainda menor, e não tendo consigo ninguem com plenos poderes para assinar o contrato de casamento, o Imperador envia á Europa o ministro do Brasil em Washington, Senhor Miguel Maria Lisbôa, penso que a Viena, afim de obter do chefe da familia do jovem Principe os plenos poderes necessarios. Logo que voltar, terá lugar o casamento”.

Tambem se aguardava, para o casamento de Dona Isabel, o consentimento do duque de Nemours. Quando o filho embarcara para o Brasil, levava autorização do pai para casar-se com Dona Leopoldina. Como porém “Deus e os corações” haviam decidido diferentemente, precisava-se agora de nova autorização de Nemours.

Mas não tardou em chegar. E a 15 de outubro podia Dona Isabel casar-se com o conde d’Eu. Um mez depois chegavam os plenos poderes para o Saxe. A 15 de dezembro êle casava com Dona Leopoldina. “As ceremonias para esse casamento — observava Sonnleithner dias depois — eram idénticas ás que se fizeram para o casamento da Princeza herdeira. Sua Majestade quiz com isso demonstrar que as duas Princezas lhe são igualmente caras”.

Foi um fim de ano alegre no Paço, esse de 1864, com o casamento das duas jovens Princezas. O Imperador podia sentir-se satisfeito, por ter dado suas filhas a dois jovens cheios de vida, dotados de tão boas qualidades, e que eram, para elas, a melhor garantia de felicidade.

Lá fóra, porém, nas fronteiras do sul do Imperio, as coisas não corriam tão bem quanto nas salas tranquilas de São Christóvão. Nuvens ameaçadoras se amontoavam no horizonte.

A politica tortuosa do governo de Montevidéo tinha já levado o gabinete Zacarias a despachar-lhe o conselheiro Saraiva, que desatendido em suas reclamações apresentara o *ultimatum* de 4 de agosto (1864). Logo depois Zacarias se via na contingencia de demitir-se, sacrificando todo o Gabinete, por causa de uma inhabilidade politica de seu ministro do Imperio, José Bonifacio, o moço.

Essa crise ministerial em nada alterava, porém, as diretrizes da politica externa. O gabinete do senador Furtado (31 de agosto de 64) prosseguiu no programa que se traçara o seu antecessor, e reforçou os meios coercitivos para obrigar o governo de Montevidéo a dar-nos razão. Assim, em dezembro desse ano, pouco antes do casamento de Dona Leopoldina, as forças brasileiras iniciavam as operações contra o Uruguai.

Foi o pretexto de que logo se aproveitou Solano Lopez, para lançar contra o Imperio o exercito paraguaio.

Desta vez foi a guerra verdadeira.

CAPITULO XI

GUERRA DO PARAGUAI — DE AGUIRRE A LOPEZ

*A questão uruguaia — “Blancos” e “colorados”
— A missão Saraiva — Negociações com
Aguirre — Ruptura das negociações — O “ulti-
matum” de 4 de agosto — Protesto de Solano
Lopez — Intervenção do Paraguai — O tratado
da Triplice Aliança — O Imperador e a poli-
tica do Prata — Invasão do Rio Grande do Sul
— Guerra com o Paraguai — Partida do Impe-
rador para a guerra.*

I

1864 assinala, na historia da nossa politica no Prata, o ano da *questão uruguaia*. É a origem, por assim dizer da longa e penosa guerra que tivemos de sustentar contra o ditador paraguaio Solano Lopez.

Desde o ano anterior que a Republica Oriental do Uruguai andava a braços com mais uma de suas guerras civis. O general Venancio Flôres, chefe do partido

colorado, e que durante oito anos vivera emigrado na Argentina, ali desembarcara com um troço de correligionários seus, e em poucos dias, como diz o barão do Rio-Branco, “levantara um exército”; e, com tal rapidez, que em março de 64, quando Anastasio Aguirre, chefe do partido contrario (*blancos*), assumiu a presidência da Republica, o paiz todo já estava dividido e convulsionado pelos rebeldes. Abria-se, assim, mais uma vez, a luta tradicional entre *blancos* e *colorados*.

Em geral, era rara a discórdia intestina no Prata em que as populações fronteiriças dos Estados vizinhos não procurassem, de qualquer modo, envolver-se, ainda quando se limitassem a tomar um partido puramente platónico. Na luta civil uruguaia de 64, as simpatias das populações limitrofes, da Argentina como do Brasil, iam quasi todas para os *colorados* de Flôres. Na Argentina havia mais do que simpatia, havia um franco apoio moral e material. Flôres recebia de lá não somente auxilio em dinheiro, como ainda armas, munições e até voluntarios. A imprensa de Buenos Aires não poupava, em sua linguagem violenta, nem os *blancos* nem os seus chefes, principalmente o presidente Aguirre.

Entre nós não chegavamos a tanto. Mas ninguem fazia misterio da antipatia que nos inspiravam os *blancos* e os seus processos de governo. Antes de tudo, tinhamos para isso um motivo sentimental, sempre tão importante em nossas manifestações coletivas: a *tragédia de Quinteros*, em 1858, ainda estava bem viva em nossa memoria, e esse ato de pura selvageria indispu-

zera, desde então, a opinião pensante do Brasil com seus ferozes autores. Todos sabiamos a parte que os *blancos* tinham tomado nessa traição, trucidando os 30 officiaes prisioneiros cujas vidas haviam sido garantidas, na véspera, ao ministro do Brasil e ao corpo diplomatico de Montevideo. “O povo brasileiro tomou em horror os seus autores. É que nossos costumes eram outros. Aqui conheciamos varias revoluções, até com caráter republicano e separatista; mas não se fuzilavam prisioneiros. Os *tigres de Quinteros* deviam inspirar horror num paiz assim educado” (384). *Tigres de Quinteros* foi como os chamou, em pleno Senado do Imperio, o visconde de São Vicente (Pimenta Bueno). Teofilo Ottoni, na mesma occasião, os collocava “fóra da especie humana”.

II

Não era, porém, apenas o trucidamento de Quinteros que nos incompatibilizava com os *blancos* uruguaioes. Eram sobretudo as condições difficis de vida que elles impunham aos nossos patricios ali residentes. Nisto está toda a explicação da *questão uruguaia*. O numero de Brasileiros domiciliados no Uruguai orçava então em mais de 40 mil, quer dizer, mais de um quinto da população total. Em 1850, isto é, quatorze anos antes, já elles andavam por aquele numero, com propriedades de uma superficie total de 1.782 léguas quadra-

(348) Alberto de Faria, *Mauá*.

das, e cerca de um milhão de cabeças de gado *vaccum* (349). Formavam assim um contingente dos mais importantes para o desenvolvimento da riqueza e do progresso do Uruguai.

Apezar disso, estavam longe de gosar ali a segurança e a tranquilidade que mereciam. Eram antigas as queixas que nos chegavam, dos vexames de toda a sorte, dos assaltos, espancamentos e, até, assassinatos, que se praticavam contra os Brasileiros residentes e proprietários no Uruguai, sem que as nossas justas e repetidas reclamações lograssem ser atendidas ou reparadas pelos homens do governo *blanco*.

“Assaltos á propriedade, violencias de autoridades, recrutamento de Brasileiros para as tropas legais, assassinatos impunes, roubos consentidos, tinham acumulado durante dez anos reclamações que o governo oriental não dava a merecida atenção” — são palavras de Alberto de Faria, o qual, entretanto, tem todo o interesse, na sua obra sobre Mauá, em atenuar as culpas dos *blancos*. “Sem querer inocentá-los de todo — acrescenta — era fóra de duvida que os vexames que sofriamos iam se tornando insuportaveis. Aguirre era um tanto fraco e seus agentes militares, particularmente Leandro Gomez, eram sanguinarios”.

Tantas queixas acumuladas, tantos dissabores passados, tantas perseguições sofridas acabaram, como é natural, por explodir na capital do Imperio. O senti-

(349) Dados tirados por Alberto de Faria (*op. cit.*) da obra *Negotiations between the Oriental Republic and the Empire of Brazil*.

mento nacional, já tão duramente abalado com as recentes proezas do ministro inglez Christie, depressa se exacerbou novamente. E a opinião publica passou a reclamar do Governo Imperial uma ação pronta e eficaz, que puzesse termo ás vicissitudes de nossos patricios do Estado visinho. Neste particular, pode-se dizer que nunca, como então, um ato de nossa politica externa foi tão exaltadamente reclamado pelo paiz.

É verdade que o Governo Imperial ha mais de dez anos se queixava em Montevidéo contra um tal estado de coisas. Mas eram reclamações até certo ponto de pura forma, pelo menos de resultados praticamente nulos.

“Compulsei cuidadosamente uma longa serie de relatorios de nossa secretaria de Estrangeiros — dizia, da tribuna da Camara, o deputado Ferreira da Veiga — e não encontrei um só exemplo de reparação completa, um só caso que fôsse de reparação condigna. As reclamações passam de um para outro ano, perpetuam-se numa discussão esteril; nossos ministros transcrevem uma por uma as notas mais ou menos enérgicas da Legação brasileira e as contestações cavilosas, dubias, ás vezes mesmo sarcásticas, ironicas, do Governo oriental, que declina de hoje para amanhã, ora satisfação, ora explicação de tudo; até que afinal fatiga-se a diplomacia, cansa dessa luta, esquece-a e, dormindo no caso, deixa esmorecer a reclamação, e finalmente perde-a e desaparece do histórico do relatorio” (350).

(350) Discurso citado por Souza Docca, *Causas da guerra com o Paraguai*.

III

Diante desse estado de coisas a posição do Gabinete Zacarias, então no poder, não era nada fácil. Peor tornou-se ela, quando milhares daqueles brasileiros domiciliados no Uruguai se alistaram abertamente no partido *colorado*. Fiados na promessa de que Ihes faria justiça assim subisse ao poder, passaram os nossos patricios a combater ostensivamente nas fileiras da oposição, contra os agentes e as forças militares dos *blancos* de Aguirre.

“Eles foram arrastados a tomar tão audaz e arriscada deliberação — acrescentava o deputado Ferreira da Veiga — porque, com razão, pouco ou mesmo nada deviam esperar das reclamações feitas por intermedio dos nossos agentes diplomaticos, as quais têm sido sem nenhum resultado, até hoje, e pois resolveram apelar para o campo de batalha, preferindo morrerem a ser assassinados em suas proprias casas”.

A exaltação dos espiritos no Rio tornou-se ainda maior, quando apareceu aí o velho general Sousa Neto, brasileiro residente e proprietario no Uruguai, trazendo as queixas impressionantes de nossos patricios do sul. O general Neto ganhara celebridade desde quando se vira citado e elogiado nas *Memorias* de Garibaldi, publicadas por Alexandre Dumas, e passara por isso a ser conhecido entre nós como o *Garibaldi brasileiro*.

Zacarias bem que tentou amainar a irritação popular contra os *blancos*. Mas inutilmente. Com isso sua po-

sição no governo só fez peorar. Por todo o paiz corria já um grito só de revolta; de todas as partes se exigia do Gabinete uma ação definitiva e enérgica. Do Rio Grande do Sul, onde, pela posição geográfica e interesses fronteiriços, os espiritos se mostravam mais excitados, escrevia-se para o Rio de Janeiro: "Nós, Riograndenses, chegada a ultima necessidade, saberemos fazer com que nos respeitem. Torna-se inevitavel um conflito do Imperio com a Republica (Uruguai) ou com a provincia do Rio Grande". E mais adiante: "Se a nacionalidade não serve aos nossos compatriotas para serem respeitados no exterior, para nada mais lhes presta" (351).

Era clara a ameaça de separatismo, com a repetição de todos os tristes dias dos Farrapos. Na capital do Imperio, o jornal do conselheiro José Maria do Amaral, ex-ministro do Brasil em Montevidéo, punha o Ministerio diante deste dilema: "Os negocios do Rio da Prata exigem que o Gabinete ou se resolva ou se retire. As coisas chegam ao ponto em que a hesitação é perigosa. O Ministerio hesita em avançar porque tem dificuldades? Pois considere que, se recuar, terá pela retaguarda a resistencia do Rio Grande do Sul" (352).

No Parlamento os animos não eram mais serenos. Conservadores opositoristas ou liberais correligionarios do Gabinete, todos juntavam-se para exigir deste uma politica da maior energia. São Vicente (Pimenta

(351) Alberto de Faria, *op. cit.*

(352) Idem.

Bueno), Silveira da Mota, Felipe Neri, Ferreira da Veiga, Barros Pimentel eram os mais exaltados. O primeiro deles levava seu entusiasmo a ponto de aconselhar o Governo Imperial a fazer imediatamente justiça por suas próprias mãos, apoderando-se do território uruguaio na região do Quaraim. Referindo-se á sessão da Camara dos Deputados, de 5 de abril de 1864, Alberto de Faria diz que ela valeu por uma *declaração de guerra*. E acrescenta: "As vozes discordantes emudeceram. O proprio Zacarias, a alma forte para a empreza de desafiar a impopularidade na resistencia por uma opinião, fraquejava".

IV

De fato Zacarias resolvera finalmente agir. Despachou para Montevidéo um dos estadistas mais respeitáveis do Imperio, o conselheiro Saraiva, incumbido de exigir do governo do Uruguai a "garantia dos direitos e dos interesses" de nossos patricios ali domiciliados, sob pena de lançarmos mão das forças do Exército estacionadas na fronteira do Rio Grande, para nos fazermos, nós mesmos, justiça, ou, como diziam suas instruções, "para proteger a propriedade dos cidadãos do Imperio" (353). A missão de Saraiva representava,

(353) *Correspondencia e documentos officiais relativos á Missão especial do conselheiro José Antonio Saraiva ao Rio da Prata em 1864, referidos por Joaquim Nabuco, Um estadista do Imperio.*

segundo a propria expressão do Governo Imperial o *nosso ultimo apelo amigavel*.

No começo de maio Saraiva já estava em Montevidéo. Por natureza e por educação politica, Saraiva era dos mais transigentes dos nossos homens publicos. Seu feitiço era todo acomodaticio. Numa época em que nossos estadistas eram apontados como modelos de ponderação, Saraiva salientava-se justamente por seu espirito transigente, por sua prudencia, pelo geito com que sabia acomodar situações as mais embaraçosas. O grande prestigio que desfrutava na politica do paiz, vinha sobretudo desse seu feitiço conciliador, sempre pronto a ouvir as ponderações dos adversarios, a levá-los pelos caminhos mais suaves, procurando aplainar-lhes antes o terreno, afastar-lhes os obstaculos, sanear-lhes a atmosfera, para que amigos e inimigos pudessem assim discutir num ambiente sadio e produtor.

É dizer, portanto, que êle se apresentou em Montevidéo antes como um emissario de paz do que como um provocador de guerras. Seus melhores esforços foram logo, de fato, para conseguir um acordo entre os dois partidos em luta. Compreendendo que sem a pacificação do paiz difficilmente obteriamos uma garantia solida e duravel para os interesses de nossos patricios, deixou de lado o que suas instruções tinham de "mais imperativo e violento", para só falar no tom persuasivo. Êle queria antes de tudo a paz: a paz nos partidos, a paz no espirito, a paz nos campos, a paz nas cidades.

"A atualidade da Republica — dizia para o Rio, referindo-se á guerra civil — permanecerá sem variações por

muito tempo, e assim teremos que despende somas consideráveis e afrontar muitas dificuldades até o fim da guerra, com o proposito, em que estamos, de tornar efetiva a proteção dos Brasileiros. Não serão essas considerações suficientes para pensarmos em impôr a paz aos combatentes? Estou persuadido de que, se por qualquer modo e por uma ação combinada com a Republica Argentina, déssemos a paz a este Estado, nossa tarefa facilitar-se-ia, e o Brasil teria muito que ganhar e nada que perder. A prolongação da guerra civil ha de obrigar-nos mais cedo ou mais tarde a intervir para dar a paz a este paiz. Não seria mais generoso apressar desde já esse acontecimento?" (354).

V

Vê-se por estas palavras, que contrariamente á expectativa geral em Montevidéo, Saraiva não appareceu ali como um instrumento do partido *colorado*, procurando, de parceria com este, destruir a ferro e fogo o poder de Aguirre (355). Manteve, ao contrario, a mais insuspeita neutralidade, fazendo empenho em não demonstrar predileção nem por um nem por outro grupo. Fez mais: offereceu todo o apoio do Imperio ao governo estabelecido

(354) Officio de 14 de maio de 1864, Joaquim Nabuco, *op. cit.*

(355) E de fato nunca o appareceria. O nosso primeiro entendimento com Flôres, como se verá adiante, só virá a ser feito por Tamandaré, e ratificado mais tarde por Paranhos (Rio-Branco), depois da retirada de Saraiva. O que não quer dizer que este não chegaria a tanto, se tivesse ficado no Prata, pois que estava isso dentro da evolução natural dos acontecimentos. Auxiliar a Flôres e depôr Aguirre, como diz acertadamente Alberto de Faria (*op. cit.*), estava no *bojo*, era uma consequencia da missão Saraiva.

de Aguirre, para que este pudesse firmar um acordo duravel com os adversarios em armas e pacificar assim o paiz.

Só mais tarde, pelo encaminhar dos acontecimentos, e diante da attitude intransigente dos *blancos*, é que o Governo Imperial, não mais com Saraiva, mas com Tamandaré e Paranhos (Rio-Branco), se verá na contingencia de aliar-se aos *colorados* contra os *blancos*. No começo isto é, ao tempo da missão Saraiva, toda sua politica foi manter-se afastado dos partidos e tentar a pacificação do paiz.

“Nada nos importa — dizia Dias Vieira, ministro de Estrangeiros, a Saraiva — que governem a Republica *blancos e colorados*; o Governo Imperial não dá apoio nem opõe estorvos ao predominio quer de um quer de outro; tão somente exige de ambos o respeito devido á vida, honra e propriedade dos subditos brasileiros residentes no territorio da Republica. Se hoje, para reclamar pelos seus incontesteis direitos, dirige-se o Governo Imperial ao partido *blanco*, que está no poder, procederá do mesmo modo amanhã para com o partido *colorado*, se conseguir este apeiar o seu adversario. Não é o nome ou denominação do partido que governa, que determinará o procedimento nosso — são os fatos, e estes infelizmente têm occorrido durante o dominio quer de *blancos* quer de *colorados*” (356).

Em dado momento, pareceu de fato possivel a paz entre os dois partidos. Os bons officios de Saraiva, secundados pelos representantes da Argentina e da Inglaterra,

(356) Souza Docca, *op. cit.*

iam produzindo os melhores resultados. Aguirre mostrou-se resolvido a entrar definitivamente em um acordo amigavel com Flôres. Com esse fim foi assinado por ambos um protocolo, pelo qual Aguirre oferecia a paz aos rebeldes, e estes, por sua vez, reconheciam o governo blanco, com a condição de se proceder imediatamente a novas eleições. Pareceu com isso que a missão Saraiva terminava com o mais completo e auspicioso dos sucessos. Todos vislumbravam já a pacificação geral do paiz. A Solano Lopez, que do Paraguai nos oferecia nessa época seus bons officios, para colaborar conosco no Uruguai, respondia o Governo Imperial declinando a sugestão, visto como estava persuadido de obter, com o bom successo das negociações de Saraiva, solução amigavel para todas as questões pendentes.

VI

Infelizmente, porém, tudo era ilusão! Logo depois de assinado o protocolo de paz, Aguirre, levado por sua fraqueza e pelo grupo extremado dos *blancos*, volta atraz da promessa dada e inutiliza todo o trabalho dos pacificadores.

A causa do fracasso das negociações foi a recomposição do Ministerio de Aguirre, condição *sine qua*, para Flôres, da pacificação. Aguirre estava, é verdade, disposto a substituir o Ministerio, mas por outro ainda mais

partidario, com o que, naturalmente, não pactuou Venancio Flôres.

A ruptura das negociações, depois de tão penosamente encaminhadas para um acordo honroso entre os dois partidos, não deixou de impressionar o espirito conciliador de Saraiva. Era, em verdade, sua obra que naufragava, sua tarefa que se perdia toda, depois de quasi levada a termo. Desde então êle não esconde mais suas simpatias pelos homens do partido de Flôres, que estes, ao menos, se haviam portado, durante toda a negociação, com um espirito de cooperação, de lealdade e de sacrificio como êle não encontrara nos *blancos*.

A Aguirre êle dirá, ao retirar-se para Buenos Aires:

“O general Flôres vai aparecer aos olhos de todos como cheio de razão no malogro da negociação e poderia defender-se dizendo: — Pedi ao governo, a quem combati, dinheiro para pagar as dividas do meu exército, póstos para os soldados a quem promovi, esquecimento de todas as faltas, que se haviam qualificado crimes, e tudo isso se me concedeu, quando tudo isso se me deveria negar, se o governo não se achasse em tão má situação. Tratei, porém, sob a condição de que dar-se-iam garantias ao meu partido, e essa condição, que era o dever do governo, é exatamente o que se me recusa. A pacificação, pois, não tinha por fim evitar a guerra civil, mas assegurar o predomínio do partido dominante” (357).

De fato, outra coisa não visava, nunca visaram, aliás, Aguirre e seus partidarios, sobretudo o grupo exaltado

(357) Nota citada por Joaquim Nabuco, *op. cit.*

dos *blancos*. O que êles queriam, prestando-se a negociar a paz com os adversarios, era assegurar-se de um meio artificioso para sairem das dificuldades em que estavam, e impôrem definitivamente o seu predominio ao paiz. Agiam com inteira má fé. Serviam-se ou tentavam servir-se de Saraiva, não como instrumento de paz, mas como arma contra os seus adversarios *colorados*.

VII

Havia, por outro lado, um fator da maior importancia, que pesou, pode-se dizer, decisivamente, na attitude dos *blancos*, rompendo as negociações de paz. É que êles contavam já como certo, nessa época, com o apoio do governo paraguaio de Solano Lopez, sinão tambem com o do general Urquiza, caudilho de Entre-Rios. A ajuda de ambos, fôsse embora platônica, quer dizer, o apoio moral que lhes dariam, levaria, no juizo dêles, o Brasil a levantar a pressão que exercia sobre o governo de Montevidéo. E caso esse apoio moral não bastasse, e o Imperador realizasse a ameaça da intervenção armada, Aguirre contava que a entrada em guerra das forças de Lopez bastaria, por si só, para conter facilmente os Brasileiros (358).

(358) O Sr. Souza Docca, no excelente livro já citado, estuda exhaustivamente este assunto, e prova, com o testemunho mesmo de historiadores platinos, toda a maquinação de Aguirre e Lopez contra o Brasil. — Posteriormente, o Sr. E. de Castro Rebelo (*Mauá*) poz em evidencia a attitude do

O perigo de um entendimento de Lopez com Aguirre não era, aliás, uma surpresa para Saraiva. Em 28 de maio de 1864, quer dizer, dias depois apenas de sua chegada a Montevideo, já elle o previra, quando mandara pedir ao Governo Imperial que o habilitasse a entender-se tambem com o Governo Paraguaio, "pois que podem de improviso surgir dai difficuldades. V. Ex. sabe que o Governo Oriental ha muito faz muitas diligencias perante o presidente Lopez, e tem procurado sua coope-
ração" (359).

Com a ruptura das negociações de paz, os acontecimentos logo se precipitaram. Em 21 de julho de 1864 o Governo Imperial dava ordem a Saraiva para lançar mão das medidas extremas, e a 4 do mez seguinte apresentava elle um *ultimatum* ao governo de Aguirre, intimando-o a satisfazer as condições exigidas pelo Brasil dentro do prazo de seis dias, sob pena de passarmos a agir por nossas proprias mãos.

governo do Uruguai, quer dizer, dos *blancos*, recusando aceitar a indicação do nome do Imperador, proposto pela Argentina, no protocolo de 20 de outubro de 1863, como árbitro nas futuras divergencias entre estes dois paizes, desde que não fôsse dada identica função ao presidente do Paraguai. "A idéia dessa ampliação do protocolo, já subscripto, salienta mui oportunamente o Sr. Castro Rebelo, evidencia a existencia de um entendimento com o governo de Lopez" o que era tanto mais sintomatico quanto isto se dava antes mesmo da subida de Aguirre ao poder, quando as relações entre o Imperio e o Uruguai eram ainda, se se pode dizer assim, excellentes. Provava pelo menos a acentuada simpatia dos *blancos* pelo ditador paraguaio.

(359) Joaquim Nabuco, *op. cit.*

Três dias depois Aguirre devolvia esse *ultimatum* com a declaração de que semelhante documento não podia ficar nos arquivos da Republica. No dia seguinte expedia Saraiva uma circular ao corpo diplomatico acreditado em Montevidéo expondo os acontecimentos, e ordenava ao almirante Tamandaré e general Mena Barreto, comandantes, respectivamente, das forças de mar e das forças de terra estacionadas nas proximidades do Uruguai, que déssem começo ás represálias. Finalmente, a 22 do mesmo mez de agosto assinava êle em Buenos Aires, com Mitre, presidente da Argentina, um protocolo estabelecendo os termos em que os dois Governos se auxiliariam no ajuste de suas questões com o Uruguai.

VIII

A precipitação com que os acontecimentos se desenrolavam no Uruguai levou o Governo Paraguaio a descobrir inteiramente as baterias. Assim, quando Saraiva, assinado o protocolo com Mitre, se retirava para o Rio, onde o gabinete Zacarias fôra substituido pelo do senador Furtado, Solano Lopez protestava contra as represálias anunciadas pelo Brasil, sob a alegação de que eram atentatorias ao equilibrio do Prata. Pouco depois, sem nenhuma declaração prévia, mandava aprisionar em Assunção o vapor brasileiro "Marquez de Olinda", inclusive as autoridades do Imperio que nêle viajavam. E no mez seguinte era a guerra aberta, com a invasão da

provincia do Mato Grosso pelas forças de seu Exército (360).

Felizmente que a nossa situação no Uruguai se tornava, assim mais desafogada. Em vez de lutarmos em duas frentes, contra os Uruguaios no sul e contra os Paraguaioes a léste, e termos a neutralidade, quiçá pouco simpatica, dos Argentinos, colocados entre os dois, o que nos seria muito possivelmente fatal, iriamos em breve apparecer unidos tanto á Argentina como ao Uruguai, contra o Exército isolado de Solano Lopez.

Nossa aliança com os colorados do Uruguai tem suas bases lançadas em Santa-Luzia, em outubro de 64, no accordo secreto que aí firmaram Flôres e Tamandaré, este agindo na qualidade de representante politico do Imperio, depois da retirada de Saraiva. Em janeiro do ano seguinte é ella publica e oficialmente proclamada por Paranhos (Rio-Branco), substituto de Saraiva na missão especial ao Prata, em circular dirigida ao corpo diplomatico de Montevidéo (19 de fevereiro de 1865). Desde então Flôres passa a ser nosso aliado, para o fim de

(360) É oportuno salientar o *memorandum* de outubro de 1864, dirigido pelo representante diplomatico do Uruguai em Assunção ao Governo Paraguaio, no qual se reconhece a Lopez o *direito de invadir o Brasil em silencio*, e se lhe aconselha a declarar-nos a guerra *antes mesmo das operações*. É uma das muitas provas do entendimento prévio de Aguirre com Lopez contra o Brasil. Esse *memorandum* é referido pelo Sr. Sousa Docca (*op. cit.*). — Posteriormente, Ronald de Carvalho (*Estudos brasileiros*), num interessante capitulo sobre a diplomacia secreta do Uruguai, transcreveu-o na integra, tecendo a proposito comentarios de toda a oportunidade.

ajudar-nos a pacificar o Uruguai, e suas forças são por nós reconhecidas oficialmente como beligerantes. Essa circular “ficou sendo o manifesto e declaração de guerra do Brasil contra o governo de Montevideo” (361).

A *questão uruguaia* entrava assim em sua derradeira fase. A 15 de fevereiro daquele ano Aguirre passava o governo a Villalba, eleito presidente pelo Senado, que logo entrou em acordo de paz com o Governo Imperial, firmando a Convenção de 20 de fevereiro de 1865, em virtude da qual os *blancos* eram apeados do poder e substituídos pelos *colorados*; Flores, seu chefe, elevado e reconhecido presidente da Republica.

“O Governo que nos insultara desaparecia — dirá o barão do Rio-Branco — e o general Flôres, nosso aliado, era reconhecido em toda a extensão da Republica e pelas potencias neutras, como chefe supremo e legitimo do Estado Oriental. O governo do Paraguai, que tinha no de Montevideo um aliado contra o Brasil, via trocarem-se inesperadamente as posições: o Imperio e a Republica Oriental uniam-se em aliança contra o ditador Sólano Lopez” (362).

IX

Liquidado o caso uruguaio, toda nossa atenção voltava-se agora para o Paraguai. Graças á habilidade e á energia da politica imperial tinhamos transformado os Uruguaios, de nossos inimigos, em nossos amigos e aliados.

(361) Rio Branco, *Biografia de José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio-Branco*.

(362) Rio Branco, *op. cit.*

Quanto aos Argentinos, caberia ao proprio Solano Lopez a desastrosa tarefa de torná-los aliados do Imperio. Permittiu assim que o Brasil firmasse em Buenos Aires o Tratado da Triplice Aliança, em virtude do qual o Imperio appareceria á face do mundo de braços dados ás duas Republicas do Prata, contra a tirania do governo de Asunção.

Se Lopez se tem limitado a hostilizar apenas o Brasil, localizando a guerra em Mato Grosso, o destino da luta seria certamente outro, e a sorte do Imperio estaria possivelmente consumada. Invadindo, porém, como fez, a provincia argentina de Corrientes, sem outro motivo que não fôsse a recusa de Mitre em deixar passar por ali as suas tropas, para alcançarem o Brasil na provincia do Rio Grande do Sul, Lopez perdeu sinão um futuro aliado, em todo o caso as simpatias de um governo e de um povo que por suas origens e finalidades historicas estavam mais identificados com êle do que com o Governo imperial brasileiro.

Na peor das hipoteses a Argentina se conservaria neutra no conflito, e deixaria que o Brasil e o Paraguai ajustassem sózinhos suas proprias contas. Estava isto, aliás, no proprio interesse dela.

“O governo do general Mitre, a imprensa, os homens politicos e o povo de Buenos Aires viam com imenso prazer a perspectiva de uma luta prolongada e destruidora entre o Imperio e o Paraguai, mas desejavam que, sem sacrificio algum para a Republica Argentina, pudesse esta, conservando-se apenas neutra, recolher todos os proveitos da nossa

vitoria. A guerra esgotaria os recursos militares, o erario do Brasil e traria o aniquilamento do Paraguai... O poder militar de Solano Lopez, que era uma ameaça e um perigo para os Argentinos, ia ser destruido pelo Brasil, sem que nossos visinhos tivessem de despende um real ou sacrificar um soldado. Tais eram os desejos do governo de Buenos Aires, e essa politica egoista mas habil foi só abandonada quando a 14 de abril do ano seguinte (1865); Solano Lopez a tornou impossivel, ocupando militarmente a provincia de Corrientes e apoderando-se de dois vapores de guerra argentinos" (363).

X

A parte que teve o Imperador nessa fase crítica de nossa politica no Prata foi de completo apoio á ação do Ministerio. Êle não era, em principio, partidario de nossa intervenção no Prata. "Depois da guerra contra Rosas, sempre fui partidario da abstenção do Brasil nos negocios do Prata, sem prejuizo da honra nacional e dos interesses brasileiros", escrevia em seu diario, pouco antes de aberto o conflito com Aguirre, isto é, em janeiro de 1862 (364). Já anteriormente dissera: "Quanto á politica externa, entendo que só nos convem por ora a da abstenção nos negocios do Prata, tornando-nos fortes nas provincias do Rio Grande e do Mato Grosso, para defender nossos legitimos interesses quando ofendidos" (sic) (365).

(363) Rio Branco, *op. cit.*

(364) Arquivo da familia imperial.

(365) *Idem.*

Aberto o conflito com Aguirre e chegadas as coisas ao ponto que chegaram, não foi possível ao Imperador manter essa politica abstencionista. Compreendeu que era forçoso ao Brasil intervir novamente no Prata, mesmo com sãcricio de uma politica que parecia, a seu ver, a que mais nos convinha. Nestas suas palavras, escritas no periodo mais agudo de nossa desavença com Aguirre, em agosto de 64 (366), quando o *ultimatum* de Saraiva fôra já repellido pelos *blancos*, e nossas forças de terra e mar se preparavam para iniciarem as represálias contra êles, está justificada, por assim dizer, toda a attitude que o gabinete Zacarias assumiu nesta questão: "A politica que tenho aconselhado como a mais conveniente no Estado Oriental é a da completa abstenção na luta civil dessa Republica, e energica reclamação a favor das pessôas e dos interesses dos cidadãos brasileiros, sendo seguida, no caso de desprezo, do emprego da força para nos fazermos justiça, tanto a respeito dos fatos passados como do futuro" (367).

(366) No proprio dia em que o gabinete Zacarias deixava o poder e era substituido pelo ministerio Furtado, o que deixa supor que essas palavras do Imperador tivessem sido escritas para governo do ultimo chefe liberal, de modo que não houvesse, com a mudança de Ministerio, uma solução de continuidade na politica externa. Aliás, isto era tanto menos provavel quanto a subida de Furtado ao poder não alterava a situação politica dominante, que continuava nas mãos dos liberaes, nem se fazia por divergencia acaso existente quanto á politica externa do Governo.

(367) Notas do Imperador, no arquivo cit.

Por estas palavras do Imperador pode-se julgar toda a evolução que se fizera em seu espirito, com relação á nossa politica no Uruguai. Como o Ministerio, como o Parlamento, como a imprensa, êle tambem se deixara levar pelo clamor da opinião publica. E a tal ponto que não hesitará, mezes depois, em demittir Paranhos, o futuro visconde do Rio-Branco, da missão especial no Prata, por não ter êle obtido ali satisfação completa para as reclamações brasileiras. Que essa exoneração, feita da maneira inopinada por que se fez, sem nenhum aviso ao interessado, que já era entretanto um dos mais respeitaveis estadistas do Imperio, tivesse sido uma sugestão do gabinete Furtado, como quer o barão do Rio-Branco, ou tivesse partido exclusivamente do Imperador, como querem alguns historiadores, Pereira da Silva entre outros (368), não importa ao caso: ela não prova menos a identidade de sentimentos que unia o Imperador á politica energica do Gabinete.

Levando em conta tais sentimentos, não é difficil compreender quanto o ofendera a attitude de Solano Lopez, atravessando-se entre o Brasil e o Uruguai numa questão em que nada tinha a vêr, aprisionando, depois, sem nenhuma declaração de guerra, um vapor e autoridades brasileiras, e invadindo, porfim, o proprio territorio do Imperio.

O Imperador não nutrira jamais a menor simpatia pelos caudilhos que infestavam as Republicas do Conti-

nente. Via nêles muito possivelmente uns homens turbulentos, dominados quasi exclusivamente pela ambição do mando politico, e sempre perigosos para a tranquillidade e segurança de nossas fronteiras. Por isso timbrou em mantê-los numa linha de respeito para com o Imperio. Sentia-se que um abismo de sentimentos separava esse Imperador erudito, inimigo de toda violencia, imbuído dos mais rigorosos principios de direito publico, e aqueles caudilhos, na sua generalidade homens rudes do campo, educados, por assim dizer, no lombo dos cavalos, acostumados, desde o nascer, ao uso da garrucha, e desprovidos da menor noção de moral politica.

Colocado em face da agresião inopinada de Lopez, o Imperador não admitiu outra attitude do Brasil que não fôsse aceitar immediatamente a luta, para castigar, como se fazia mister, o autor de um gesto tão contrario á sua indole de homem civilizado e sua natureza visceralmente pacífica.

XI

Idêntico sentimento, aliás, empolgou desde logo a maioria do povo brasileiro. Sobretudo porque ninguem contava com semelhante golpe. Foi para todos uma dolorosa surpresa. Pegou-nos completamente desprevenidos, inclusive o proprio Governo, apesar das judiciosas advertencias do conselheiro Saraiva em maio de 1864.

Quando, dois anos antes, alguns politicos mais extremados entendiam que o Governo Imperial devia for-

çar o Paraguai a resolver conosco a questão de limites, antes que uma agressão armada de lá nos obrigasse a isso, o conselheiro Paranhos, futuro visconde do Rio-Branco, então ministro dos Negocios Estrangeiros, declarava da tribuna da Camara, com a autoridade do cargo e do traquejo que tinha nos negocios do Prata: "O Paraguai não pode provocar uma guerra conosco. Não está isso nos seus interesses. Não pode desconhecer a desigualdade de recursos que ha entre um e outro paiz... Quando se trata de uma nação fraca, não queiramos só resolver á valentona" (369). E dois anos depois, no momento mesmo em que Lopez decidia apoderar-se do vapor brasileiro *Marquez de Olinda* e invadia Mato Grosso, o nosso ministro no Paraguai declarava, com um completo desconhecimento do meio e da gente em que vivia, que o Governo Paraguaio "não emprenderia nunca uma guerra com o Imperio!" (370).

A ilusão era, assim, completa. E não sómente não se acreditava numa agressão paraguaia, como não se dava a menor importancia á capacidade belica daquele povo. Tinha-se o Exército paraguaio como uma *verdadeira fantasmagoria* (como dizia o nosso ministro em Assunção ao almirante Tamandaré), *já pela sua péssima organização, já pela falta absoluta de officiais de alguma capacidade e instrução* (371). Assim como não se acre-

(369) Souza Docca, *op. cit.*

(370) Cit. por Lemos Brito, *Narração historica dos prisioneiros do vapor "Marquez de Olinda"*.

(371) Lemos Brito, *op. cit.*

ditava na sua eficiencia, tambem não se dava crédito ao volume do Exercito paraguaio. O proprio Imperador, escrevendo a Saraiva em junho de 65, dizia não acreditar no numero das forças paraguayias que invadiam o nosso território; parecia-lhe *exagerado* — era sua propria expressão.

Elas orçavam, entretanto, nessa época, em cerca de 80 mil homens, bem armados e municidados, enquanto o Brasil contava 16 mil, a Argentina 12 mil e o Uruguai 2.500 homens. Com o desenrolar da campanha, essa proporção se modificaria sensivelmente, sobretudo com relação aos Aliados. Assim, em 1866, as nossas forças alcançavam já o total de cerca de 67 mil homens; as argentinas tinham baixado a cerca de 11.500, e no ano seguinte desceriam a 7 mil homens; as uruguayias não chegavam nem mesmo a mil homens (372).

XII

Quando se teve no Rio a noticia da invasão do Rio Grande pelas forças paraguayias de Estigarribia, o Imperador não hesitou: decidiu partir imediatamente para a fronteira. Ele entendia que o seu lugar, como chefe de Estado e como Brasileiro, era ao lado do Exército.

Essa decisão foi mal acolhida pelos politicos. O proprio Gabinete manifestou-se contra ela. Parece que só

(372) Souza Docca, *op. cit.*

um Ministro, Silveira Lobo, a apoiou francamente. Os políticos eram de opinião (que não provou ser acertada), “que o Imperador no Sul levantava sómente o Rio Grande, ao passo que na Capital animava para a guerra o paiz todo” (373). O Imperador, porém, num daqueles momentos de teimosia, não cedeu a nenhuma consideração. Estava de tal forma decidido a partir que ás objeções que lhe apresentaram no Conselho de Estado, respondeu:

— Se me podem impedir que siga como Imperador, não me impedirão que abdique, e siga como voluntario da Patria (374).

E' no momento de embarcar proferia estas belas palavras:

— Sou defensor perpetuo do Brasil, e quando meus concidadãos sacrificam suas vidas em holocausto sobre as aras da Patria, em defeza de uma causa tão santa, não serei eu que os deixe de acompanhar (375).

Seu embarque, no Rio, foi um dia de grandes emoções para todos. Pela primeira vez êle ia pôr-se em contacto com um exército inimigo. Ninguém esperava, é claro, que o fôsse combater em pessoa. Não se desejava tanto arrojo (376). Seria expôr a um perigo desnecessario as

(373) Joaquim Nabuco, *Um estadista do Império*.

(374) Rio-Branco, notas a Schneider, *A guerra da Triplice-Alliança*.

(375) Revista do Instituto Historico.

(376) Dizia Bôa-Vista ao conselheiro Nabuco, pouco mais tarde, quando o Imperador já estava no Sul: “Sua Majestade continúa a expôr-se e vai marchar para São

proprias instituições monarquicas, nele encarnadas. E partindo de um homem como o Imperador, de mentalidade profundamente civil, avêso por completo á-mais rudimentar arte da guerra e insensível, por natureza, ao brilho das armas, fôra sobretudo um gesto de pura forma.

O Imperador era a negação mesma do espirito militar. Êle não tinha, é verdade, essa repugnancia pelo soldado, como acontece não raro a certos temperamentos visceralmente pacifistas. Mas tambem não lhe tinha amor, nem o sensibilizavam jamais as grandes propensões guerreiras. O militar era, “aos seus olhos de estudioso insaciavel de ciencia, senão uma futura inutilidade, uma necessidade que êle quizera utilizar melhor, fazendo, em vez de um militar, um matematico, um astrônomo, um engenheiro” (377). Oliveira Lima dirá: “Estava muito longe de ser um chefe marcial, e não tinha interesse pelos assuntos belicos. Exagerava-se contudo esse paisanismo, e até contava-se, para intrigá-lo com o Exército, que ao assistir a um desfile de tropa, êle dissera aos que estavam perto, apontando para os soldados: — *Assassinos legais...*” (378).

A verdade é que apesar de nada ter de guerreiro, êle sabia dar o justo valor aos atos de bravura prati-

Gabriel, o que no entender de alguns é uma temeridade, como é mesmo sua avançada para pontos proximos das fronteiras, indefezas como elas estão ” (Joaquim Nabuco, *op. cit*)

(377) Joaquim Nabuco, *op. cit.*

(378) *O Imperio brasileiro.*

cados no campo de batalha. É que aí não se tratava de gestos inúteis, ou mal utilizados, sinão porém de uma forma de patriotismo, barbara embora, mas que exigia o emprego de qualidades excepcionais, postas voluntariamente a serviço da Patria. Quem, como êle, era profundamente patriota, não podia deixar de ter, como tinha, na mais alta conta tais atos de abnegação.

Joaquim Nabuco chegou mesmo a dizer que o Imperador foi o unico amigo verdadeiro que teve o Exército em nossa politica. Haverá, talvez, exagero nesta afirmativa, embora seja certo que a quasi totalidade dos estadistas do Imperio estava menos identificada com a farda do que êle; e que se os nossos soldados se sentiram sempre cercados de apoio, não partia este, certamente, dos politicos. No fundo, em suas relações com a farda, êles se limitavam a tirar da proverbial ingenuidade dos chefes militares o maior proveito para suas politicas, como fizeram os liberaes com Osorio e depois com Deodoro, e os conservadores com Caxias e mais tarde com Pelotas. Do Imperador, a assistencia que tiveram os militares foi sempre espontanea e desinteressada. Dirá ainda Joaquim Nabuco: "Não houve um voluntario da Patria que não devesse a êle, exclusivamente, o cumprimento da promessa nacional feita durante a guerra; não houve um oficial de mérito, de terra ou de mar, que não lhe devesse o paladio misterioso que protegeu a sua carreira" (379).

(379) Joaquim Nabuco, *Agradecimento aos Pernambucanos*.

XIII

O Imperador seguiu para o Sul em julho de 1865. No Rio foi um reboliço. A população desceu para as praias, afim de assistir á partida do *Santa Maria*, o vapor contratado pelo Governo para levá-lo, comboiado por dois transportes cheios de tropas.

De sua familia, acompanhou-o apenas o duque de Saxe, seu genro; o outro genro, o conde d'Eu, então em viagem de volta da Europa, devia seguir pouco mais tarde, e encontrar-se com o Imperador no Rio Grande do Sul. "Sua Majestade trajava casaca e bonet de marinha, bem como S. A. o Sr. duque de Saxe — dizia o cronista elegante do tempo. Com a severidade no semblante, a palavra amavel nos labios, Sua Majestade a todos atendia e acariciava, abraçando a uns, apertando a mão a outros, e mostrando, assim, na palavra e nos atos, que era o primeiro brasileiro, o Imperador popular, o pai do povo, o sustentaculo da nação".

Afinal, partiu. Essa viagem, que devia ser tão cheia de peripécias interessantes, através dos campos rio-grandenses, começou por um incidente grotesco. Na primeira noite de bordo, como o mar estivesse muito agitado, o comandante do *Santa Maria* entendeu descer ao camarote imperial, indagar se o seu hospede desejava alguma coisa. Eis sinão quando deparou, espantado, com o Imperador caído por terra, deitado ao longo do corpo, numa

posição de completa imobilidade. Essa cena, que lhe pareceu a principio de trágicas consequencias, teve logo a explicação: durante a noite, certamente com o balanço do navio, o Imperador escorregou do beliche, e com êle o colchão. Fatigado com a jornada anterior, e profundamente adormecido, a quéda não conseguira despertá-lo.

CAPITULO XII

GUERRA DO PARAGUAI — URUGUAIANA

Chegada do Imperador ao Rio Grande — Sua comitiva — Viagem através da Provincia — Dificuldades a vencer — Chegada a São Gabriel — Primeiro prisioneiro paraguaio — Nos campos de Ituzaingó — Entre Alegrete e Uruguaiana — O temor de espiões — Chegada a Uruguaiana — Encontro do Imperador com Mitre e Flóres — Anuncia-se o assalto — Rendição de Estigarribia — Entrada do Imperador em Uruguaiana — Recepção do ministro Thornton e epílogo da questão Christie.

I

O Imperador e sua comitiva pouco se demoraram em Porto Alegre. Logo seguiram para o interior, em demanda da fronteira com a Argentina, para onde se dirigiam as forças paraguaias. Na altura de Caçapava juntou-se-lhes o conde d'Eu.

A caminhada pelos campos rio-grandenses não foi sempre facil. Máos caminhos, máo tempo, máos transportes, tudo concorria para tornar penosa a marcha da comitiva imperial. Esta se compunha, além do Imperador e seus dois genros, de Caxias, do general Cabral, depois barão de Itapagipe, do general Beaurepaire, do almirante de Lamare, do Dr. Meireles, medico do Imperador, do ministro da Guerra Angelo Ferraz, depois barão de Uruguaiana, com a sua duzia de secretarios e empregados, e, finalmente, de uma escolta de 300 homens armados. Mais tarde o ministro da Guerra adiantar-se-ia á comitiva, para alcançar antes dela as imediações de Uruguaiana, e preparar ali a recepção do Imperador.

A comitiva imperial viajava nuns carros a que se chamavam *carretilhas*. Eram estes cerca de uns quinzé. A vantagem desses carros estava em que, não podendo a comitiva, por numerosa, alojar-se nas casas que encontrava á beira dos caminhos, êles serviam não sómente para transporte da bagagem miuda, e mesmo dos viajantes, quando os cavalos cansavam, como sobretudo para dormir: armava então nêles cada qual a sua cama. Tinham nessas ocasiões a vantagem sobre as barracas, além de ser menos humidos, pois não se dormia no chão, de não precisarem do trabalho de montagem. Essas carretilhas eram puxadas por cavalos, geralmente quatro para cada uma. Os carros que se lhes seguiam, trazendo a grossa bagagem, eram puxados por juntas de bois. Tudo muito pitoresco. E muito inconfortavel.

Pelos campos afóra, subindo e descendo vales, transpondo rios, galgando serras, lá se ia a interminavel caravana, qual uma tropa multicolor de ciganos. Ao cair da noite fazia-se alto. Armava-se uma grande barraca, de forma quadrada, sob a qual se abrigavam o Imperador, os Principes e os officiais Generais; e em redor da mesa aí improvisada, todos saboreavam o jantar que a cozinha imperial lhes preparava. Terminada a comida, o tempo estando bom, vinham todos para fóra. E, aconchegados ao fôgo do bivaque, a conversa fazia-se facil e communicativa: comentarios sobre a guerra, sobre as possibilidades do inimigo, sobre o concurso dos Aliados, asuntos da Côrte, ou mesmo de mais longe, da Europa, ventilados estes pelos dois Principes genros do Imperador, unicos da comitiva que conheciam o velho Continente, e sobretudo pelo conde d'Eu, que de lá chegara havia pouco. As horas corriam assim rapidas e agradaveis. A's oito horas o Imperador dava o sinal de recolher. Cada qual subia para a sua carretilha, corria as respectivas cortinas e — até amanhã!

II

Nem sempre, porém, as coisas se passavam assim tranquilamente. De vez em quando lá vinha um contra-tempo, que deixava o Imperador e a sua gente no maior dos apuros.

Certo dia, de chuva torrencial e continuada, a comitiva lutou horas seguidas para poder ir adiante. Opunham-se-lhe todas as dificuldades: os caminhos enxarcados, quasi intransitaveis; o frio, o vento, o nevoeiro, que mal deixava ver cinco passos adiante; e, sobretudo, aquella maldita chuva, cada vez mais inclemente, cada vez mais copiosa! De repente, no mais forte do temporal, a comitiva sentiu que estava desnorteada: perdera-se naquelles campos sem fim, onde tudo se confundia, o solo, o horizonte, o céo... Na região circunvisinha, nem o menor sinal de vida. Parar? Era impossivel! Proseguir? Mas em que direção? Procurou-se o capitão Morais, a unica pessoa que conhecia perfeitamente bem a região. Mas onde estava o capitão Morais? Capitão Morais! Capitão Morais! Todos reclamavam o capitão Morais, Mas, qual! Tinha ficado para traz, com todas as viaturas!

O momento era realmente de consternação geral. Pouco depois, porém, começa a aparecer um luar de esperança: descobriu-se á direita, a pequena distancia, uma sombra que parecia uma casa. Caminhou-se um pouco mais. A sombra precisou-se. Caminhou-se ainda: era de fato uma casa!

“Para lá nos dirigimos, e foi com indizivel alegria que nos apeamos e nos abrigamos da agua do céo. A casa era habitada por uma viuva e suas tres filhas, uma das quais, casada, tinha o marido na guerra. Não possuia a familia, para todos, senão duas pobres camas e tres compartimentos, a que era impossivel dar-se o nome

de quartos. Em um dêles estavam pendurados, de cordas, em todo o comprimento, pedaços de um boi morto na vespera. Como era o mais espaçoso nêle nos alojamos, á espera de que a chegada dos carros nos permitisse mudar de botas; e cada um se poz a fazer considerações mais ou menos filosoficas sobre o resultado pouco brilhante da jornada. Duas horas. A's quatro apareciam os carros tão ardentemente desejados. Mas, ai! se as pernas iam ter com que se enxugassem, os estomagos ficavam logrados: o carro que trazia o jantar quebrarase, e todos os alimentos se haviam espalhado pelo charco! Tinhamos pois de aceitar com reconhecimento a carne de vaca meio assada, que a dona da casa nos trazia espetada num páo. O general Cabral apoderou-se dela e, arvorando-se *maitre d'hôtel*, distribuia os bocados que ia cortando com uma faca. A operação podia ser suja; mas, realmente, o sabor era excelente" (380).

No dia seguinte, a situação não era mais promissora. "Passa-se o dia nas carretilhas. Almoça-se churrasco, porque das carretas que trazem a cozinha e os cozinheiros não ha vestigio. Para o jantar, a bôa dona da casa encontra meio de acrescentar ao churrasco uma galinha cozida e uma tijela de pirão, massa de farinha de mandioca, sem sal, que eu acho sem sabor, mas que o Imperador declara deliciosa!"

(380) Esta e outras transcrições sobre a viagem ao Rio Grande, foram colhidas na memoria do conde d'Eu: *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*.

Enfim, pela madrugada do outro dia, a chuva cessou de cair. Horas depois apareceu o sol, que foi recebido com uma alegria geral e comunicativa. E como tivessem afinal chegado as celebres carretas tidas como perdidas, a comitiva tocou novamente a marchar, para a frente, sempre para a frente...

III

Dias depois estavam todos em São Gabriel.

O Imperador seguiu logo visitar os estabelecimentos militares. No hospital foram notados o interesse e a paciencia que êle demonstrou para com os feridos. Eram estes todos da brigada Fontes. O Imperador passou junto a cada um, perguntando-lhes de que se queixavam, de que Provincia eram, a idade que tinham.

A' tarde trouxeram-lhe o primeiro prisioneiro paraguaio. Era um Tenente, um rapaz bem apessoado, bem cuidado, simpatico. O Imperador mandou que êle sentasse ao seu lado. E longo tempo demorou-se a conversar com o Tenente inimigo. Este, ou por timidez ou por esperteza, falava pouco. Respondia apenas ás perguntas que se lhe faziam. O Imperador indagou-lhe de seus antecedentes, de sua vida no Paraguai, antes da guerra, sua estada no exército de Lopez, seus estudos. Pelo tom da conversa, pela cordialidade e aspeto da cena, dir-se-ia tratar-se da simples visita de um inferior a superior, e nunca de um Tenente inimigo, prisioneiro de guerra,

diante do Imperador do Brasil! Realmente, este, com as suas maneiras chãs e todo aquele ar de extrema simplicidade, levado ás vezes ao exagero, desconcertava a toda a gente. Perguntou ainda ao prisioneiro se desejava voltar para o seu paiz. Que não! respondeu prontamente, com uma voz apavorada, porque lá certamente o matariam, assim que soubessem ter êle caído em mãos dos Brasileiros. Para terminar a conferencia, fez-lhe ainda o Imperador varias perguntas, inclusive sobre a lingua guaraní, o que o levou a concluir que, excepção de muito poucos termos, o guaraní paraguaio e o guaraní brasileiro eram dois dois idiomas quasi identicos.

A parada em São Gabriel não foi longa. Apenas o tempo bastante para um pequeno descanso, e a comitiva prosseguiu a marcha para a frente. A certa altura do caminho, o Imperador desviou-se para ir visitar o campo onde se ferira, havia trinta e três anos, a celebre batalha de Ituzaingó, entre as forças argentinas do general Alvear e as brasileiras do marquez de Barbacena. Duas cruces, apenas, toscas, de madeira, assinalavam o antigo campo de luta.

O general Cabral (barão de Itapagipe), que dela participara, tomou a iniciativa de explicar ao Imperador o desenrolar da batalha. Natureza exaltada, pouco simpatico aos Rio-grandenses do sul, Cabral attribuia todo o insuccesso do combate á cavalaria dos Gaúchos brasileiros, que na sua opinião se comportara desordenada e inefficientemente. Nessa altura de seu discurso, o barão de Saican, ali tambem presente, saíu em defesa da honra

da cavalaria rio-grandense. Para êle, o resultado pouco brilhante da batalha deveu-se á impericia de Barbacena e do seu Estado-maior. "Acendeu-se entre os dois uma acalorada controversia, que a tal ponto se embrulhou, que por fim já nem sequer sabiamos qual fôra o ribeiro do campo de batalha, nem de que direção tinham vindo os dois Exércitos". O Imperador, paciente, tolerante, sorria calado, meio ceptico, a esse terrível combate verbal. . .

Alegrete. Recepção festiva. Meninas vestidas de branco, com adornos de fita verde e amarela, dão vivas ao Imperador. Uma delas, com um passo á frente, pronuncia um discurso patriótico, saudando o Monarca. Outros vivas, muitos vivas, depois do que a comitiva seguiu para a Camara municipal, onde tomou posse dos aposentos que lhe estavam reservados. Lá fóra, na praça, um destacamento do 1.º de voluntarios dava a guarda de honra ao Imperador: chapéus de feltro, blusas vermelhas e calças brancas. A variedade e o tom vivo das côres emprestavam uma nota alegre á pequena cidade dos pampas. A' tarde serviu-se o jantar, e terminado este o Imperador saiu para visitar o hospital. No dia seguinte, pela manhã, a partida.

IV

Entre Alegrete e Uruguaiana acelerou-se a marcha. O Imperador começou a mostrar-se impaciente por che-

gar ao nosso Exército. Num só dia percorreu-se cerca de 84 kilometros, andando-se 12 horas a cavallo. O Imperador e os que o rodeavam iam tão rapidamente, que a escolta e as viaturas acabaram por ficar definitivamente para traz. Como era a primeira vez, desde Rio-Pardo, que o Imperador se separava da sua escolta, esta circumstancia encheu de receios a todos os presentes. Um incidente veio logo aumentar esse receio.

Em um lugar pouco habitado, onde pousaram para dormir, um individuo, "que parecia andar a rondar á volta da casa onde se abrigava a comitiva, se aproximou de um dos criados para perguntar quem era o Imperador. Indicaram-lh'o; e supondo que desejava apresentar-lhe alguma petição, perguntaram-lhe se queria ser levado á presença do Imperador. O homem disse que não, e pretendeu afastar-se. Mas o seu procedimento levantou suspeita; prenderam-no, e trouxeram-no ao general Cabral, que assumiu o seu ar o mais solene para interrogá-lo. Declarou o desconhecido ser Tenente da Guarda Nacional, e ter saído do Exército ao meio-dia, encarregado pelo General em chefe, barão de Porto Alegre, de saber em que ponto estava o Imperador, e de lhe ir participar. Qual o numero do seu Regimento? Ignorava-o. Apenas sabia que o Coronel se chamava Bento Martins. Já bastava esse fato incrível, de um official não saber o numero do seu Regimento, para pôr em duvida a qualidade do desconhecido. O seu ar espantado, o terror que parecia ter-se apoderado dêle, a completa ausencia que se lhe notava, de trajos militares, confirmaram

as suspeitas: este pretendido official podia muito bem ser um espião dos inimigos. Ficou de sentinela á vista durante a noite.

“Mas eis que o dono da casa onde se abrigava a comitativa, veio declarar que já á noitinha passara outro official com seis homens, que igualmente se recusavam a dizer o numero do seu Regimento; e disse que lhe pareceu que não podiam estar longe. Esta revelação dizia bem o sobressalto, que toda a sociedade começava a sentir. Reuniram-se os poucos soldados que seguiam a comitativa como ordenanças, e deu-se-lhes ordem de trazer o pelotão suspeito. Conseguiram-no sem resistencia; e o segundo official passou a ser interrogado. Contou a mesma historia que o outro: foi o barão de Porto-Alegre que o mandou para saber onde estava o Imperador; mas sómente saiu do acampamento ás três horas da tarde. Mostrava o mesmo modo espantado. Balbuciava da mesma maneira. Trazia farda militar, mas chapéo de palha, com uma lista encarnada. Tudo isto era singular. Tornou-se geral a impressão de que os inimigos formavam o projeto de se apodèrar do Imperador antes de êle chegar ao Exército que sitiava Uruguaiana, e de que se acabava de surpreender os vedetas encarregados de os avisar. Confrontaram-se os dois pretendidos officiais; declararam que se não conheciam. A seu favor só tinham a lingua: eram evidentemente Brasileiros, porque o seu idioma era o portuguez”.

Afinal, indaga dalí, indaga daqui, revolve-se a mala do segundo official, examinam-se as armas de am-

bos, armas indiscutivelmente do modelo brasileiro, e chega-se á conclusão de que se tratam, realmente, de soldados nossos, e não de supostos espiões paraguaios ou terríveis traídores á Patria e ao Imperador.

No dia seguinte, pela madrugada, a comitiva prosseguia a marcha em direção ás forças aliadas, acampadas em frente á cidade de Uruguaiana. A distancia não era longa, e o tempo estava bom. Assim, três horas depois apresentava-se já o ministro da Guerra, Angelo Ferraz, o qual, com os principais chefes militares brasileiros que estavam em Uruguaiana, — Porto-Alegre, Caldwell, Tamarandé — adiantava-se para saudar o Imperador.

V

Ficara assentado que o encontro dos três chefes supremos aliados — o imperador do Brasil, o presidente Mitre da Argentina e o presidente Flôres do Uruguai — se daria em frente á cidade de Uruguaiana, dentro da qual estavam cercadas as forças invasoras. O ato teria assim toda solenidade.

Pela primeira vez, ia o Imperador avistar-se com os dois Presidentes republicanos. Também pela primeira vez, dar-se-ia o encontro do Monarca brasileiro com chefes de Estado hispano-americanos. Por isso todos aguardavam essa entrevista com a mais viva curiosidade. O conde d'Eu, ao lado do Imperador, com as de-

mais pessoas da comitiva, tecia já, na sua imaginação romantica, o quadro historico que contava presenciar, de encontro tão significativo. “Esperava eu que os dois Presidentes chegassem a galope, e que uma nuvem de poeira tornasse mais pitoresca esta reunião, unica nos anais da America do Sul”.

A cena, porém, passou-se mais simplesmente: nem corseis fogosos, nem galopes, nem nuvens de poeira. Tudo muito prosaico, muito singelo e muito burguez. “Foi ao voltar da esquina do muro de um pomar de laranjeiras, que ambos os Presidentes apareceram a três passos do Imperador. Este, a principio um tanto surpreendido, estendeu a mão a Mitre, depois a Flôres, e fez-lhes sinal para se collocarem cada qual a um lado dêle”.

Bartolomeu Mitre tinha então 45 anos. Era cinco anos mais velho do que o Imperador. Alto, elegante de porte, e de maneiras delicadas, logo conquistou a todos pela sua cativante simpatia. Tinha o rosto magro, alongado, e a palidez da pelè realçava ainda mais o negro da barba e da vasta cabeleira que flutuava ao vento. “A attitude, as feições, o olhar, tudo nêle respirava reflexão, suavidade e certa melancolia. Quando falava, elevava um pouco a voz e como que fazia uma pequena pausa a cada frase; exprimia-se sempre corretamente”.

Já outro homem era Venancio Flôres. O contraste de Mitre. Ao lado deste, parecia um rude camponez, ou melhor, um homem dos pampas. Tinha então 57 anos. Para Mitre e Dom Pedro II êle era, assim, quasi um

ancião. Pequeno de estatura, feio de rosto, onde brilhavam dois olhinhos de rato, cavados, redondos, de um colorido azeitonado. Tinha o cabelo liso, quasi escorregadio, de uma côr negra desbotada; o bigode era louro, e a barba, que lhe guarnecia todo o queixo, começava a ser cortada de fios brancos. "Tinha as unhas e as palmas das mãos pouco limpas", notou o olhar perspicaz do conde d'Eu.

Essa primeira entrevista dos três chefes de Estado foi estritamente protocolar. Colocados, Mitre á direita, e Flôres á esquerda do Imperador, marcharam os três para defronte da barraca do barão de Porto-Alegre. Ali apearam-se dos cavalos. Dom Pedro II dirigiu então algumas palavras de saudação ao presidente da Argentina; este respondeu-lhe com os cumprimentos usuais. Depois voltou-se para o Presidente uruguaio, a quem repetiu outras amabilidades; Flôres agradeceu-as. Feito isto, os dois Presidentes tornaram a montar os cavalos. E retiraram-se acompanhados dos respectivos estados-maiores.

Estava selada, por assim dizer, a verdadeira aliança politica das três nações, que juntas se decidiam a combater a tirania paraguaia, limpando o solo da America latina de um dos seus mais temiveis flagelos.

VI

O Quartel imperial, formado por uma linha de carretilhas, fôra instalado a principio numa posição eleva-

da, especie de coxilha, do alto da qual se podiam alcan-
çar quasi todos os acampamentos aliados que cercavam
Uruguaiana. A cidade, propriamente dita, ficava um
pouco distante, cerca de quatro quilometros além, para
o lado do ocidente. Nela estava cercado todo o corpo
de Exército paraguaio comandado pelo coronel Estigar-
ribia. Eram cerca de cinco mil homens. Como o Impe-
rador se sentisse ali distante de todas as forças aliadas,
deliberou-se a mudança do Quartel imperial para mais
baixo, junto á barraca do general em chefe das tropas
brasileiras, o barão de Porto-Alegre. Assim, ficava tam-
bem o Monarca mais proximo da cidade e, portanto, do
inimigo.

Sendo o oposito do guerreiro, é claro que o Impera-
dor não estava em frente de Uruguaiana ansioso por
montar a cavalo e arrojarse, de lança em punho, contra
os inimigos invasores. Seria um ato de puro quixotismo,
inadmissivel num homem que tinha sempre a noção exa-
ta da justa medida e, portanto, do ridiculo. Mas tam-
bem não estava como uma simples figura de prôa. Ele
bem compreendia que a dignidade da sua função, e não
apenas o seu patriotismo, obrigava-lhe a partilhar a sor-
te de seus companheiros guerreiros, caso lhe fosse exi-
gido semelhante dever. Não tendo veleidades de bater-se,
não se recusaria a isto, se a tanto o levassem as circuns-
tancias. Seria, no seu entender, uma maneira como ou-
tra qualquer de cumprir o dever de Brasileiro.

Por isso viu-se, mais de uma vez, nos momentos de
apreensões, quando se tinha como possivel uma sortida

do inimigo sitiado, com o fim de vir bater-se cá fóra, para desafogar o cerco, o Imperador prevenir-se para qualquer eventualidade, preparando-se para montar a cavallo afim de sair com as nossas tropas ao primeiro alarme. Em sua *entourage*, essa decisão de bater-se não deixava de provocar receios; achava-se que o Imperador não devia expôr-se a tanto. *Acoimaram-me de imprudente*, dirá êle (381).

Durante cerca de oito dias permaneceu o Monarca em frente a Uruguaiana, á espera do momento escolhido pelos Estados Maiores aliados para o assalto á cidade. Enquanto isso, suas horas eram ocupadas em conferencias com Mitre, Flôres, e outros comandantes aliados, com revistas ás tropas, visitas aos hospitais.

VII

Anuncia-se, finalmente, o dia do assalto.

Pela manhã, cêdo ainda, o Imperador monta a cavallo. Os generais, os comandantes de corpos, todos os officiais já estão a postos. A soldadesca toda se agita, de um lado para outro, sobraçando armas, num vai-e-

(381) Notas a Sinimbú, no arquivo da familia imperial. Sem embargo, não faltou (e alguns jornais da opposição se fizeram especialmente êcho disso) quem o accusasse de medroso, por sua attitude passiva defronte de Uruguaiana, e não ter desde logo investido contra a cidade. "O artiguinho falou do *heroi de Uruguaiana*, dando a entender que medroso não recebi o povo em *massa*. Convem explicar bem o motivo do meu procedimento. Em *Uruguaiana* fez-

vem incessante. Começam-se a formar as fileiras das companhias. A artilharia se desloça, pesada, barulhenta, arrastando-se pelos caminhos revolidos. Cada batalhão, cada regimento, cada bateria que desfila, já formada, ao passar diante do Imperador, para ganhar sua posição de combate, lança os vivas do estilo, num côro de muitas vozes: *Viva Sua Majestade o Imperador! Viva a nação brasileira!* O entusiasmo é geral, tanto entre as nossas tropas como as de nossos Aliados. Mitre, á frente dos Argentinos, e Flôres, á frente dos Uruguaaios, assumem cada qual o comando de seus contingentes, que aos toques estridentes dos clarins vão colocar-se nas posições que lhes estão destinadas.

Ao meio-dia, enfim, todas as forças se acham em linha de combate, numa extensão de alguns quilometros, a léste da cidade. Formam três grandes divisões: a primeira de Brasileiros, sob o comando de Porto-Alegre, a segunda de Argentinos, sob o comando de Mitre, e a terceira de Uruguaaios, sob o comando de Flôres. Cada um desses Exércitos guarda a sua completa autonomia. Só mais tarde se criará o comando unico. Nossas tropas occupam a direita, dando as costas para o pequeno cemiterio da cidade, perto do qual se conserva o Imperador.

se o que se acordou entre o ministro Ferraz, Porto-Alegre e os dois Presidentes argentino e oriental. Eu nada disse em contrario porque entendi que, inutilizada essa força paraguaia para o resto da campanha, não se devia derramar sangue nem estragar ainda mais com o bombardeio de nossas peças uma cidade brasileira. Se tive medo, digam-nos que estiveram comigo em Uruguaiana". Notas cit. Os grifos são do original.

Alinhadas as forças, com a infantaria, a cavalaria e a artilharia a postos, e prontos todos para o assalto final, manda-se um parlamentar a Estigarribia, a quem se propõe, pela ultima vez, a rendição da cidade e a de toda a divisão paraguaia. Dá-se-lhe o prazo de duas horas para responder.

Mas não foi preciso tanto. Antes disso, compreendendo a inutilidade de qualquer reacção, o Coronel paraguaio se entregava, com toda a sua divisão, á clemencia do Imperador e dos generais aliados. Era a rendição sem condições.

Começou então o espetaculo impressionante do desfíle, sem armas, do Exército paraguaio prisioneiro. Pouco antes houve a cerimonia da entrega das bandeiras inimigas, que eram três: a primeira trouxe-a Porto-Alegre ao Imperador; a segunda foi por este entregue a Mitre, o qual, ao aceitá-la, inclinou-se profundamente; a terceira, enfim, foi dada a Flôres, que a recebeu com a mesma solenidade. O desfile foi longo e fastidioso. A todo êle assistiu o Imperador, sempre a cavalo, ladeado pelos dois Presidentes.

Terminado êle, Dom Pedro II fez sua entrada na cidade, acompanhado dos chefes aliados. Uruguaiana estava completamente abandonada. Nenhum habitante ali ficara. Todas as casas destruidas ou saqueadas, tudo sujo, tudo em desordem. O triste espetaculo da guerra, com todas as suas misérias.

Feita a inspeção, voltou o Imperador para o Quartel imperial, onde, no dia seguinte, se realizou um *Te Deum* em presença de todos os chefes militares. E á noite, numa grande barraca para isso especialmente levantada, houve o jantar oferecido pelo Monarca aos chefes de Estado aliados e seus respectivos Estados Maiores. Fóra tocavam as bandas de musica. A alegria era geral e a atmosfera de franco otimismo.

Antes do Imperador deixar Uruguaiana e voltar para o Rio, poucos dias após a rendição, houve ali a cerimonia da recepção do novo ministro inglez, Edward Thornton. Foi o epílogo feliz da questão Christie. Thornton vinha exprimir ao Imperador, em nome da rainha Vitória, o pezar e as desculpas do Governo inglez pelas violencias que os seus navios haviam praticado, dois anos antes, na barra do Rio de Janeiro, contra barcos mercantes brasileiros. Ficavam com isso reatadas as relações entre o Brasil e a Inglaterra, rôtas desde então. Era a satisfação completa, que o Imperio recebia da mais poderosa nação do globo. A diplomacia imperial, secundada pela intervenção decidida do Imperador, colhia agora sob os muros de Uruguaiana uma de suas mais brilhantes vitórias.

A cerimonia foi a um tempo simples e solene. Armada uma grande barraca, e anunciada a aproximação do Ministro inglez, o Imperador foi colocar-se ao fundo, de pé, cercado por seus generais e demais comandantes de corpos. Thornton chegou numa carruagem, escoltado

por um destacamento de cavalaria. Vestia o uniforme diplomatico, sobre o qual se destacava a comenda da Ordem do Banho.

O general Cabral, muito compenetrado em suas funções de introdutor, levou-o á presença do Imperador. Trocaram-se em francez os discursos adequados, depois do que retirou-se o enviado da rainha Vitória. Lá fóra, a musica entoava o *God save the Queen*. Estava finda a cerimonia e desagravada a honra do país.

CAPITULO XIII

GUERRA DO PARAGUAI — CAXIAS CONTRA ZACARIAS

Ilusão de uma curta guerra — Decisão de vencer do Imperador — Caxias e o gabinete Zacarias — Intervenção do Imperador a favor de Caxias — Demissão de Ferraz e nomeação de Caxias para o comando do Exército — Relações do Imperador com Caxias — O titulo de Duque — Caxias e Zacarias — Uma carta insolente de Caxias — Pedido de demissão de Zacarias — Intervenção do Conselho de Estado — Reconciliação de Caxias com Zacarias — Agonia do gabinete Zacarias — A senatoria de Sales Torres-Homem — Demissão de Zacarias — Gabinete Itaboraí e subida dos conservadores ao poder — Acusações ao Imperador — Defesa de sua attitude.

I

Com a rendição de Uruguaiana, pareceu a todos que a guerra estava praticamente terminada, e que daí em diante, qualquer que fôsse a resistencia que oferecesse o

inimigo, não passaria ela de uma simples diversão militar. “A rendição de Uruguaiana faz crêr que a guerra vai acabar. O exercito de Lopez retrocede de Corrientes, e para todos o peor da guerra está vencido. Acredita-se que Lopez não oferecra quasi resistencia em seu proprio territorio. O Ministerio, um momento, vê a guerra, na sua frase, *debelada*” (382). Saraiva, ministro da Marinha, suspende a partida de voluntarios, e o conselheiro Nabuco, ministro da Justiça, escreve a Paranaguá: “A rendição de Uruguaiana e o efeito moral que daí deve vir, determina menos esforços para a guerra e mais atenção para a organização e pacificação da provincia do Rio Grande; parece que não são precisos mais esforços á vista do estado da guerra” (383).

A ilusão dessa gente seria tremenda: a guerra duraria cinco anos, cinco anos de pesados sacrificios para todos, e que ficariam, nos anais da historia militar do Brasil, como os melhores atestados do patriotismo, do espirito de sacrificio e do heroismo do nosso povo.

O Imperador disse mais tarde que se êle estivesse no Rio de Janeiro, e não no Rio Grande, Saraiva não teria suspendido a ida de voluntarios (384). O que vale dizer que o Imperador não se enganara, como os demais, quanto á terminação da guerra, e não a tinha então como prati-

(382) Joaquim Nabuco, *Um estadista do Imperio*.

(383) *Idem*.

(384) “Se estivesse no Rio, Saraiva não teria suspendido a vinda de voluntarios”, escreveu á margem de Tito Franco (*op. cit.*); e noutra nota disse: “Saraiva pensava que tinha a guerra por assim dizer terminado”.

camente debclada. É muito duvidoso, porém, que êle tivesse agido dessa maneira, ainda que estivesse no Rio, dado que todos, ou quasi todos os responsaveis pelos destinos do paiz, acreditavam decididamente no fim proximo da guerra e, portanto, na desnecessidade de novos contingêntes de combate.

Não ha, até agora, uma prova conhecida de que o Imperador tivesse pensado diferentemente de seus Ministros, apesar de encontrar-se nas visinhanças, sinão mesmo no local do teatro da guerra, portanto mais apto do que os que estavam no Rio, a julgá-la em seu justo valor.

Se êle, um momento, tivesse tido, como deixou transparecer mais tarde, a visão exata do futuro da guerra — e seria quasi uma preciencia, dada a ignorancia em que todos estavam das possibilidades belicas do inimigo — e comprehendesse, assim, que eda se prolongaria, nada lhe seria mais fácil, mesmo no Rio Grande, do que dar ordens a Saraiva para próseguir na remessa de voluntarios. Porque, embora afastado da Côrte, êle nunca perdera, durante toda a viagem através do Sul, o contacto com os seus Ministros, aos quais dava ordens detalhadas e repetidas, diretamente ou por intermedio de Angelo Ferraz (Uruguaiana), ministro da Guerra, que o acompanhava. E não sómente dava ordens, como tomava a iniciativa de fazer-lhes sugestões as mais diversas, mesmo as mais insignificantes, tanto sobre os assuntos relacionados com a guerra, quanto sobre os problemas mais variados da administração publica.

A verdade, porém, é que mesmo quando já de volta ao Rio, o Imperador, como toda a gente no Brasil — e não sómente no Brasil, também nos paizes aliados — estava persuadido de que o fim da guerra realmente se aproximava. Chegou-se mesmo, na Argentina como no Brasil, a apressar-se a feitura dos tratados de paz! (385).

II

O que se deve reconhecer como certo, em beneficio do Imperador, é que no dia em que ficou patente que a guerra se prolongaria, e seria rude, ninguém se identificaria mais com ela, ninguém a intensificaria com maior ardor, com maior entusiasmo, com mais acentuado patriotismo do que o Imperador. Elle foi o grande animador da resistencia. Sua atividade desdobrou-se. Fez verdadeiros milagres.

“A influencia do Imperador foi notavel nessa época, dirá Joaquim Nabuco. Cedeu para as despezas da guerra a quarta parte da sua lista civil. A sua atividade proverbial aumentou ainda mais. Visitava os arsenais, administrava o serviço. A sua solicitude não teve limites. O seu ardor em animar os que partiam dava ás suas palavras a emoção da voz da Patria”. E Saraiva dirá: “Foi

(385) Cotegipe escrevia a Penedo, nosso ministro em Londres, em outubro de 1865: “Lopez pode preparar as malas, e até março talvez tenhas de recebê-lo na Inglaterra” (Arquivo do Itamarati).

o mais tenaz, o mais dedicado e talvez o mais prudente dos campeões da desafronta nacional”.

Como que por encanto, voltou-lhe aquele ardor que o fizera vibrar mezes atrás, quando no Rio Grande do Sul, e que levara o conde da Bôa-Vista a ponderar, cauteloso, ao conselheiro Nabuco: “O Imperador arrasta atrás de si quantos o circundam, e receio que o homem, no seu impetuoso patriotismo, só parará na fronteira; isto causa grandes sustos. Confiemos em Deus” (386).

Seu interesse pelo desenvolvimento da campanha não teve, de fato, um instante de esmorecimento. Tudo o preocupava nos assuntos da guerra, desde a questão, talvez a mais importante para o desfecho da luta, do comando supremo das forças aliadas, até os menores detalhes da administração militar, como, por exemplo, a remessa de algumas peças de artilharia. Suas cartas dessa época, bilhetes, lembretes, notas, dirigidos diariamente aos Ministros, contêm trechos como este: *Quantas peças de 12 francezas, foram para o Exército, e quantas de 6? Ou este: A remessa de tudo que se refere a peças de 32 me parece urgentissima. Ou ainda este, em carta a Ferraz: Ha falta de cavallada, e no terreno em que estão perdê-la-emos toda, apesar da alfafa, que aliás foi bôa idéia; mas um exército tão grande não pode mover peças até Curupaiti, ao menos, ainda que todos os Estados Maiores e menores andem duas leguas apenas a pé.* (387) A Paranaguá, que substituiu Ferraz, êle escrevia: “Não

(386) Joaquim Nabuco, *op. cit.*

(387) Minuta no arquivo da familia imperial.

se esqueça a polvora. Logo que puder vá até a fabrica da Estrela, onde parece que houve intrigalhada. Veja se manda o trabalho que tenho pedido, sobre as necessidades para uma campanha como a do Paraguai de um Exército de 40 mil homens das três armas: munição, fardamento, equipamento, etc., reserva de polvora e dos mais objetos. É preciso que saibamos bem de tudo o que é preciso, embora assuste a alguns (388).

Contra a burocracia militar, contra a inércia do funcionalismo civil, contra a moleza dos Ministros, a má vontade dos chefes, as negações dos subalternos, contra tudo e contra todos se elevava sempre, vigilante, a sua voz. *Chame na conferencia de hoje — dizia a Paranaguá — a atenção de seus colegas mais seriamente para os negocios da guerra. Sabem que estou disposto a todos os sacrificios para que triunfem brevemente as armas brasileiras (389).* E dias depois voltava, mais premente: *Muito é preciso fazer, mas cuidem sobretudo de soldados. Não ha tempo a perder. Eu já lembrei os meios que me parecem eficazes. A demora da remessa de forças, nas circunstancias atuais, ha-de prejudicar-nos bastante (390).* Noutra carta: *Herval (Osorio) é muito ativo, mas êle tem que lutar com os embaraços dos homens, muito maio-*

(388) Carta a Paranaguá, ministro da Guerra. — Os originaes das cartas do Imperador, citadas neste Capitulo, quando não se declare o contrario, pertencem ao arquivo do Instituto Historico Brasileiro.

(389) Carta de 7 de fevereiro de 1867.

(390) Carta de 26 do mesmo mez e ano.

res que os do céu e da terra (391). De novo a Paranaguá: *Cumprê mandar soldados e mais soldados, e todos os outros meios de guerra; o resto pertence aos generais e a Deus* (392).

Forças e mais forças a Carias — escrevia êle em dezembro de 66 — *aprêsse a medida de compra de escravos e todos os que possam aumentar o nosso Exército.* (393). A marcha lenta dos navios que transportavam tropas era outro motivo de preocupação, e ainda aí nada escapava á sua vigilancia: *O “Galgo” chegou a Montevidéo só a 17; que seria a causa de tanta demora? Tomara que não encalhe no rio Paraná! O “Arinos” já tarda* (394). A insistencia com que repetia certas frases tinha alguma coisa de uma *delenda Carthago*: *Mais força e mais força para o Paraguai, e acabe-se com honra a guerra que tudo o mais se arranjará depois, havendo perseverança.* — *Carecemos de mandar força e mais força.* — *Cumprê mandâr soldados e mais soldadós aos nossos generais.* São frases de todos os dias, em suas cartas dessa época.

Com o entusiasmo que o empolgava pelo desenvolvimento da guerra, sua mentalidade de filosofo e homem de ciencia transformava-se, como que por encanto, na de um estrategista: *Tenho estado a estudar o mapa* — escrevia em abril de 1867, ao ministro da Guerra. *Creio*

(391) Carta de 25 de março de 1867.

(392) Carta de 3 de setembro do mesmo ano.

(393) Carta de Paranaguá.

(394) Idem.

que Osorio vem com a sua gente nos vapores até Itati, na margem direita do Paraná, o que dista légua e meia a duas de Pero-Gonzales. De nossa extrema direita a este lugar, ha de cinco a seis léguas, e de Pero-Gonzales a Humaitá outro tanto. O inimigo portanto não pode ter vantagem em bater a parte do Exército que fica em Tuiuti, retirar-se-ha para Humaitá, enquanto Caxias fizer o movimento de flanco. Se a esquadra não forçar Curupaití e Humaitá, haverá assédio desta praça, e urge cuidar de remeter o que é preciso para esse fim. Se o inimigo atacar Osorio no desembarque deste, na sua marcha para Pero-Gonzales, terá mais que andar do que Caxias para socorrê-lo. O plano de Caxias, se o terreno da direita está bem explorado, como deve depreendê-lo de uma observação no mapa, é o melhor possível nas circumstancias em que se acha o nosso Exército.

Durante os cinco anos de guerra esse seu entusiasmo foi sempre o mesmo; jamais declinou. O Imperador foi de uma perseverança rara entre nós. Tinha a tenacidade de um Britanico. Por vezes, sua pressão era quasi uma supplica: *As circumstancias são muito graves — escrevia depois da derrota de Curupaití — e todos devem concorrer para o fim patriótico de concluir a guerra como só posso admitir que termine, com honra para o Brasil. Caxias está animado. Porém êle merece, e o bem do Estado exige, que êle receba, como até agora, o maior apoio do Governo* (395).

III

As ultimas palavras dessa carta denunciam os receios, que a esse tempo já preocupavam o Imperador, de uma possivel desavença entre Caxias e o Ministerio. Sinal de que as coizas, entre os dois, não andavam bem. É o primeiro sintoma do sério desentendido, que se vai abrir daí a cinco mezes, entre o gabinete Zacarias e o comandante em chefe das forças em operações de guerra, fase inicial da grave crise politica do ano de 68, cujo epílogo foi, como se sabe, a retirada espetaculosa de Zacarias e a quéda do partido liberal.

Quando a guerra se declarara, no começo de 65, Caxias fôra afastado intencionalmente de qualquer comando militar. Apesar do enorme prestigio que o cercava, por suas vitórias militares dentro e fóra do Imperio, ou por isso mesmo, o partido liberal, com o senador Furtado na presidencia do Conselho, não quizera utilizar-se dos serviços do general conservador. Deixara-o completamente á margem. Preferira recorrer aos *seus* proprios generais, Osorio e Porto-Alegre entre outros. Vencera, portanto, o espirito de facção.

Quando Furtado fôra substituido por Olinda, em maio daquele ano, a situação de Caxias só fizera peorar, com a inclusão, no novo Gabinete, de Angelo Ferraz, futuro barão de Uruguaiana, a quem Olinda confiara, precisamente, a pasta militar. Ferraz era inimigo pessoal de Caxias. Sua nomeação para a pasta da guerra não tivera,

certamente, o proposito de hostilizar Caxias; fôra ditada por interesses da politica do partido. Mas não deixara de colocar Caxias numa posição ainda mais difficil perante o Governo, sobretudo pelo carater irascivel e voluntarioso de Ferraz. Cotegipe dizia que faltava a este o essencial — *juizo e prudencia*, e lembrava uma frase de Abrantes, o qual costumava dizer que Ferraz tinha *boça de galo da India para brigar* (396).

Caxias bem o sentiu, quando teve de acompanhar o Imperador ao Rio Grande, na qualidade de ajudante de campo, em julho de 65. Ferraz, como se sabe, fazia parte da comitiva. Em Uruguaiana, defronte da praça asse-diada, Caxias foi acintosamentè afastado, e teve de contentar-se com fazer simples figura de assistente. O comando de nossas forças foi entregue a Porto-Alegre (397).

Porto-Alegre era sem duvida um official de grande valor. Seu passado militar, sobretudo na campanha contra Rosas, o atestava; o futuro o confirmaria. Seria aquele general que, defendendo Tuiuti, exclamaria: *Hoje morre aqui até o ultimo Brasileiro!* Duas vezes, nessa batalha, seria derrubado do cavallo. Ela terminada, com a vitória para as nossas armas, Porto-Alegre sería recolhido, quasi desfalecido, prostrado pelas cargas de baio-

(396) Carta a Penedo, de 12 de dezembro de 1859, no arquivo do Itamarati.

(397) “Caxias anda muito amuado, escrevia Ferraz a Nabuco, em parte tem razão, mas êle é o culpado. Nunca se deve vir fazer de sóta ou de valete no lugar onde se foi rei. (Vide *Estadista do Imperio*).

neta, a farda em farrapos, 47 vezes perfurada pelas balas inimigas. Era então um velho de 61 anos de idade!

Mas, apesar de tudo, o seu valor militar não podia ser comparado ao de Caxias. Este tinha uma fé de officio, uma folha de serviços ao Brasil e á Monarquia, como não a possuia nenhum outro dos nossos generais.

O Imperador foi em parte culpado, pelos correligionarios politicos de Caxias, de haver consentido na situação difficil em que este se viu colocado, diante de Uruguaiana, pelos rancores politicos de Ferraz. Mas a posição do Imperador alí não era fácil. Antes de tudo, dado o genio quasi que intratavel do ministro da Guerra, que era, afinal, o superior de Caxias, qualquer intervenção sua contra o Ministro e favoravel ao General, iria provocar um incidente de caráter politico-militar, cujas consequencias ninguem podia prevêr, o que era tanto mais aconselhavel de evitar-se quanto se estava diante do inimigo, na iminencia ou de atacá-lo ou de ser por êle atacado. Demais, tanto o Imperador como os que alí se encontravam, não davam maior importancia ao comando militar de Porto-Alegre, que a todos se afigurava de curta duração, uma vez que se tinha o inimigo por irremediavelmente vencido, e a guerra por praticamente debelada.

Em agosto de 66 Olinda cede o lugar a Zacarias, continuando Ferraz, porém, na pasta da guerra. Com isso, Caxias passou a ter, em vez de um, dois inimigos no Governo, e agora o proprio presidente do Conselho de Ministros. A turra entre Zacarias e Caxias era antiga.

Vinha de longe, e se acentuara em 1862, quando Caxias fôra apeado do poder por Zacarias, que nêle o substituiu. Desde então haviam ficado interrompidas as relações pessoais entre os dois. Mas se a politica os desunira, a guerra, ou melhor, as exigencias da guerra, secundadas pela yontade e patriotismo do Imperador, iriam novamente aproximá-los.

Quando Zacarias assumiu o poder, em agosto de 66, a guerra, como se sabe, entrava no periodo mais critico. Tinha havido, logo de inicio, o sério revés de Curupaití, a que se seguira uma grande estagnação nas operações militares. O desanimo na tropa era geral. Os chefes quasi não se entendiam, divididos que estavam por intrigas e rivalidades de ante-camara. Curupaití fôra mesmo, até certo ponto, o resultado desse lamentavel estado de coisas.

Além de desarticuladas, as nossas tropas sofriam tambem as consequencias da falta de uma unidade de comando. Era certo que pelo tratado da Triplice Aliança cabia a Osorio a direção suprema das forças. Mas, na realidade, êle nunca exercera essa direção. Logo no inicio da campanha, fôra-lhe entregue o comando do 1.º corpo de Exercito, sendo o 2.º confiado a Porto-Alegre. Depois do Passo da Patria e de Tuiuti, Osorio, doente, teve que retirar-se. Foi substituido á frente do 1.º corpo por Polidoro. Ambos os corpos operaram sempre, por assim dizer, distanciados e divorciados um do outro, sem laços que os unissem numa ação eficaz comum. Havia, é certo, o comando geral da guerra confiado a Mitre, presidente da Argentina. Mas isto valia antes por uma

honoraria do que precisamente por uma direção militar efectiva.

“Até a batalha de Curupaití — dirá o Sr. José Maria dos Santos — não houve, propriamente, nas forças brasileiras do Paraguai, um comando geral que lhes centralisasse os serviços e as submetesse a uma orientação uniforme. A coordenação das disposições estritamente militares, fazia-se através do comando em chefe aliado, entregue, como sabemos, ao general Mitre. Os nossos dois corpos de Exército só iam articular-se, em ultima análise, na Junta da Guerra, presidida pelo chefe argentino, gosando de uma independencia ainda maior a nossa Esquadra, que dependia exclusivamente do almirante Tamandaré” (398).

“A guerra precisava menos — reconhecerá o proprio Zacarias — de remessas de tropas do que de uma cabeça, de um general, que reunisse aos conhecimentos profissionais a precisa vantagem de inspirar plena confiança a seus camaradas” (399).

IV

Esse homem era Caxias. Só podia ser Caxias.

Mas como chamá-lo para o comando em chefe de nossas forças, quando o partido liberal estava no poder,

(398) *A politica geral do Brasil.*

(399) Discurso de 8 de junho de 1868, no Senado do Imperio.

e quando o presidente do Conselho e o ministro da Guerra, além de adversarios politicos, eram tambem seus inimigos pessoais? Para quem conhece a intolerancia partidaria de nossos homens, não é difficil avaliar o que podia significar, para o prestigio dos liberaes, zelosos de suas prerrogativas no Governo, a direção militar da guerra entregue a um dos mais prestigiosos chefes conservadores. Seria a inversão de todos os principios partidarios, de que os *leaders* politicos se mostravam sempre tão ciosos.

É certo que Caxias disséra, quando a guerra fôra declarada — *minha espada não tem partido*. Mas uma frase, por bonita que fôsse, não bastava para tranquilizar as velhas raposas liberaes.

Posta a questão no terreno estritamente partidario, como era em geral a tendencia dos politicos, não havia, portanto, como justificar-se a chamada de Caxias. O Imperador, porém, que pela sua posição e alto senso patriotico olhava as coisas por outro prisma, conseguiu, com aquella dose de habilidade que nunca lhe faltou, desfazer todos os preconceitos partidarios do Gabinete. Fez da guerra, não uma questão de facção, como era a tendenciã dos politicos, mas o que realmente devia ser, uma questão nacional, que interessava indistintamente a toda a nação, e cujo triumpho dependia do concurso de todos os Brasileiros de bôa vontade, fôssem de que partido fôssem. “A guerra contra Lopez, dizia, nunca foi questão de partidô para as pessôas sensatas, e quem a terminar

como exige o bem do Brasil, terá por si a opinião nacional” (400).

Pode-se dizer que graças em grande parte a êle, Caxias foi chamado á frente do Exército. Pereira da Silva, em suas *Memórias*, nos dá o testemunho disso. Geitosamente, com mil rodeios, para não ferir a susceptibilidade sempre viva do presidente do Conselho, sugeriu-lhe a nomeação de Caxias.

Zacarias tinha dessas contradições: sendo um dos mais intratáveis dos nossos estadistas, mostrava-se ás vezes de um espirito de conciliação surpreendente. Foi o que se deu nessa ocasião. Aceitou facilmente as razões do Imperador, concordando com a indicação do nome de Caxias. Havia, possivelmente, nesse seu gesto um pouco de orgulho. Ele quiz certamente dar mostra de superioridade de espirito, aceitando um dos seus mais poderosos inimigos pessoais e politicos para collocá-lo á frente da politica militar do Gabinete. É certo que as necessidades da guerra o forçavam a tanto, e, mais do que as necessidades da guerra, a vontade do Imperador. Não importa. Não impressionava menos o seu gesto cavalheiresco.

V

Reunido o Ministerio, expoz Zacarias a necessidade de esquecer-se quaisquer ressentimentos pessoais ou po-

(400) Carta a Paranhos (Rio-Branco), de 31 de janeiro de 1869, no arquivo do Itamarati.

liticos, e de aceitar-se francamente o concurso de Caxias. Fêle proprio, acrescentou, seu desafeto pessoal, dava o exemplo desse desprendimento patriótico. Seus colegas não lhe opuzeram dificuldades. Eram homens, aliás, sabidamente de facil acomodação, como Dantas, Martim Francisco, Paranaguá. Concordaram todos com as razões do presidente do Conselho. Restava, porém, o assentimento de Angelo Ferraz, que estando doente nesse dia não comparecera á reunião ministerial. E a palavra de Ferraz, no caso, era imprescindivel, senão mesmo decisiva.

Foram-lhe despachados Dantas e Martim Francisco, com a incumbencia de o cientesficarem do ocorrido na reunião e trazerem, ao mesmo tempo, o seu parecer. A resposta do ministro da Guerra veio pronta e sem rodeios, como era, aliás, de esperar-se de seu feitio impulsivo: não concordava com a indicação do nome de Caxias; não lhe daria o apoio; não assinaria uma tal nomeação. Preferia antes demitir-se.

A demissão de Ferraz privaria o Gabinete de um de seus mais fortes esteios. Mas, num momento como aquele, representava a salvação de Zacarias senão também de todo o Ministerio. Pois não dissera o presidente do Conselho que estava disposto a demitir-se se Ferraz, vetando a nomeação de Caxias, continuasse, apesar disso, á frente da pasta da Guerra? Ou se Caxias impuzesse, como condição de sua aceitação, a exoneração de Ferraz?

A iniciativa de Ferraz, de retirar-se voluntariamente do Governo, aplainava, assim, todas as dificuldades. Facilitava a chamada de Caxias sem o sacrificio de Zacarias e do proprio Ministerio. Expressia, portanto, um grande senso patriotico. Ferraz comprehendia que era de seu dever não colocar os rancores pessoais ou partidarios seus acima do interesse geral. E o interesse geral, naquela occasião, estava na nomeação de Caxias para o comando geral do Exército.

Essa nomeação tinha o apoio geral. Mas tinha sobretudo o apoio do Imperador. De fato, não se fazia segredo do empenho que êle puzera em vêr Caxias á frente de nossas forças militares. Sabia-se mesmo que a indicação de seu nome partira *do alto*, e que a transigencia de Zacarias fôra devida sobretudo á forte pressão *do homem de São Christóvão*.

Isso é tanto mais de salientar-se quanto se comentava, já nessa época, uma suposta malquerença entre o Imperador e Caxias. Dizia-se que não se gostavam, e que uma funda desinteligencia os desunia de longa data. Não ha, sobre isso, nenhuma prova ou indicio de verdade. De Caxias, o que se sabe, é que deu sempre os maiores testemunhos de devoção ao Monarca. Entre tantos politicos displicentes, preocupados, sobretudo, em manipular os partidos, quando não declaradamente desafeiçoados ao regime e á familia imperial; Caxias foi dos raros monarquistas sincera e profundamente convictos, amigos do Rei e da dinastia. Pôz sempre a espada

não apenas a serviço de um Brasil unido e forte, mas também de um Monarca digno e respeitado.

Do Imperador, o que se pode dizer hoje com acerto, pela documentação que se conhece, é que êle tinha por Caxias senão uma verdadeira estima, ao menos uma profunda simpatia. *Leal e meu amigo*, é como o chama numa frase de seu diário, acrescentando, não sem um traço de malícia, *mesmo por ser pouco homem politico* (401).

Durante todo o tempo em que Caxias iria permanecer na guerra, á frente do Exército, não haveria quem mais o prestigiasse, quem mais o animasse do que o Imperador. Suas cartas dessa época nos dão a prova disso. *Caxias é digno de todos os louvores*, dizia êle a Muritiba, ministro da Guerra do gabinete Itaboraí (402). A Paranhos, futuro visconde do Rio-Branco, que lhe transmitira certas queixas do General, escrevia: *Muito pesar me causou a carta de Caxias. Louve-o e anime-o de minha parte* (403). Noutra carta a Paranhos: *Minha fé nêle (Caxias) é sempre a mesma* (404). Noutra ainda: *Tenho inteira confiança em Caxias* (405).

(401) Arquivo da familia imperial.

(402) Idem.

(403) Carta de 20 de agosto de 68, no arquivo do Itamaratí.

(404) Carta de outubro do mesmo ano, no arquivo citado.

(405) Carta de novembro, idem. — Carta de 17 de agosto de 68, também a Paranhos: *Estou certo de que Caxias ha de empregar toda a diligencia e tem, as mesmas convicções que eu sobre o que se deve fazer até que possamos depôr as armas...* (Arquivo citado).

Em dezembro de 68, ao ter noticia das vitórias de Tororó e Avaí, voltava a escrever a Paranhos: *Caxias encheu de alegria todos os que o prezam, como eu. E como se falasse que o General andava adoentado, acrescentava: Estou certo de que êle não peorará, e que brevemente comunique a derrota do resto do Exército de Lopez, e que o Paraguai ficou livre do seu ditador. As comunicações de Caxias a Muritiba são muito interessantes, e robustecem-me na fé de que findará a guerra com o presente ano* (406).

VI

Quando, no ano seguinte, Caxias, alegando molestia, abandonou a guerra contra a vontade do Governo e do Imperador, como se verá adiante, e deu a luta por terminada, apenas com a entrada das nossas forças em Assunção, retirando-se em seguida para o Rio, que fez o Imperador?

Disse-se que manifestou seu desagrado deixando de ir recebê-lo no cais, no dia de seu desembarque no Rio. Mas como, se Caxias chegou de surpresa, sem prevenir a ninguem, nem mesmo as pessoas de sua familia? Chegou "sózinho, sem nenhum aviso prévio, ás dez horas da noite; meteu-se num *tilbury*, mandou tocar imediatamente para o Andaraí e de lá foi para a Tijuca" (407).

(406) Mesmo arquivo.

(407) Vilhena de Moraes, *O duque de Ferro*.

Sua propria mulher foi surpreendida com essa chegada inesperada, e tornou-se preciso preparar-lhe antes o espirito, para que não soffresse uma emoção demasiado forte. Durante mais de um mez ficou Caxias quiéto no seu refúgio da Tijuca, sem ter vindo uma só vez á cidade — “longe dos foguetes e musicas da cidade, acompanhados de longos discursos, que é coisa com que os casacas pagam aos militares que têm a fortuna de não morrerem na guerra”, dizia êle em carta a Osorio (408).

O Imperador, portanto, não tinha porque ir esperá-lo ao cais. Mas concedeu-lhe honras que nenhum outro Brasileiro recebeu. “Tive hontem o prazer de dar a Caxias a medalha de distincção com bravura” — participava com indisfarçavel aqodamento a Muritiba, ministro da Guerra. Deu-lhe ainda a *Ordem de Pedro I*, condecoração que ninguem mais recebeu nem receberia entre nós, assim como o titulo de Duque, que o elevava, sózinho, ao mais alto gráo da nobiliarquia do Imperio.

Não se podia dizer que fôsse esse um titulo de pouca valía, que se distribuisse com grande generosidade, como acontecia ás vezes com os de Barão. Luis XIV teve um dia esta frase profunda: *Je ferai tant de ducs qu'il sera honteux de l'être et honteux de ne l'être pas*. O Imperador não diria o mesmo, porquanto só fizera um unico Duque, que foi Caxias. Nenhum outro Brasileiro recebeu tamanha honraria, a qual, entretanto, não estaria em nada deslocada num Paraná, num Rio-Branco ou mesmo num Osorio.

(408) Citada por Vilhena de Moraes, idem.

O titulo de Duque deu a Caxias um prestigio que é difficil negar. Ofuscou-lhe, até certo ponto, o proprio apelido, já de si glorioso. Êle passou a ser, desde então, o *Duque*. Não se lhe precisava declinar o nome. Bastava o titulo — o Duque. *O Duque*, no Brasil, era êle, só podia ser êle, como *the Duke*, na Inglaterra de Jorge IV, só podia ser Wellington. *O nobre Duque*. . . era como Zacarias se referia, em discurso no Senado, com um respeito nada habitual naquele carater irreverente, quando acusava Caxias de haver abandonado a guerra sem licença do Governo imperial.

Quando não se precisasse de outras provas do apreço em que o Imperador sempre tivera Caxias, a quem chamava, em 1842, com o entusiasmo sincero de seus dezesete anos, *o pacificador de São Paulo*, (409) bastava considerar a forma quasi afetuosa, bem rara naquele carater tão pouco expansivo, com que iria apelar, em 1875, para o concurso de Caxias, afim de substituir Rio-Branco na chefia do Governo. E' o proprio Caxias quem nos dá o testemunho disso, na carta que escreveu então á filha, relatando a entrevista com o Imperador.

Chamado a São Christóvão, partira decidido a não aceitar o poder. Mas tal foi a maneira por que o recebeu o Monarca, que se viu forçado a ceder, comovido. "Quando me meti na sége para ir a São Christóvão, a chamado do Imperador, ia firme em não aceitar. Mas êle, assim que me viu me abraçou, e me disse que não me largava

(409) Diario, no arquivo da familia imperial

sem que eu lhe dissesse que aceitava o cargo de Ministro... Ponderei-lhe as minhas circunstancias, a minha idade e incapacidade; a nada cedeu. Para me poder livrar d'êlé, era preciso empurrá-lo, e isso eu não devia fazer. Abaixei a cabeça, e disse que fizesse o que quizesse... Mas a nada atendeu, e disse-me que só fizesse o que pudésse, mas que não o abandonasse, porque êle então tambem nos abandonaria e se iria embora" (410).

Contudo -- e são estes contrastes que nos desconcertam, ás vezes, na apreciação da sensibilidade do Imperador — quando Caxias faleceu, cinco anos depois daquela cena tocante, Dom Pedro II não encontrou outra frase para exprimir seu pezar pelo desaparecimento de tão grande Brasileiro do que esta, num bilhete a Baependi, seu camarista, que lhe comunicara a triste noticia: *Diga que eu e a Imperatriz sentimos muito a morte de tão distinto servidor do Estado e amigo de quasi meio século* (411).

VII

Nomeado comandante em chefe das forças em operações de guerra, durante pouco mais de um ano Caxias e o ministerio Zacarias iriam viver senão num ambiente de grande cordialidade, ao menos de reciproca confiança.

(410) Carta referida por Vilhena de Moraes, *O Gabinete Caxias*.

(411) Idem.

No começo de 68, porém, começou-se a sentir que havia qualquer coisa no ar. Murmurava-se que Caxias não andava contente com a atitude do Gabinete a seu respeito. Por outro lado, alguns jornais da Côrte, orientados ou subvencionados pelo Governo, começaram a fazer uma *guerra de alfinetes* a Caxias, — a frase é sua — a quem culpavam do prolongamento da luta no Paraguai, atribuindo isso á sua falta de ação ou frouxidão no cumprimento do dever de soldado.

Afinal, em fevereiro daquele ano, a coisa explodiu no Rio, com uma carta quasi insolente, que Caxias dirigiu a Paranaguá, ministro da Guerra. Queixava-se êle dos ataques da imprensa, inclusive de uma folha estrangeira, que vivia “á custa de uma consignação pecuniária, saída dos cofres publicos”; culpava Paranaguá de lhe faltar á consideração, dirigindo-se diretamente a um subordinado seu, sobre assunto de serviço que êle, Caxias, já houvêra antes resolvido, conforme participara ao Governo. Caxias via nisso, “além de falta de confiança, uma ofensa que não posso deixar de repelir com a maior energia”. Dava, por fim, a sua demissão de comandante em chefe: “O maior favor que o Gabinete atual me pode fazer, é aceitar quanto antes a minha exoneração, indicando-me sem perda de tempo qual o meu sucessor, afim de tirar-me de uma posição que, á vista do exposto, julgo insuportavel, e não me compêlir a qual-

quer ato que dela me desembarace por violento que seja" (412).

Diante dos termos dessa carta, a primeira suspeita de Zacarias foi que houvesse em tudo isso uma intrighada politica. Desconfiado, por natureza, sentindo sua situação no governo extremamente difficil, com a opposição que os conservadores e os liberais historicos lhe moviam na Camara, com a maioria do Senado contra êle e o Conselho de Estado formado, em grande parte, de adversarios politicos seus, suspeitou que estes estivessem atigando o General contra ele, affim de enxotá-lo do poder.

Em sua carta, Caxias se referira a certa "correspondencia privada", que recebera do Rio, e cuja leitura o induzira, mais que nunca, a sollicitar a demissão. "Entendi — confessou Zacarias ao Senado — que alguma parte dessa correspondencia privada provavelmente teriam os principais amigos do nobre Marquez (Caxias não fôra ainda elevado a Duque), esses a quem reputo em mais elevada posição no seu partido" (413).

A alusão era clara. Zacarias queria referir-se aos chefes conservadores do Senado e do Consêlho de Estado. E para descobrir de uma vez as baterias, desmascarar prontamente os conspiradores, resolveu apresentar tambem ao Imperador o pedido de demissão do Ministerio. Com isso, êle esperava lançar a confusão nas hostes dos adversarios, se acaso estes tivessem tido parte no

(412) Carta de Tuiucuê, 4 de fevereiro de 1868, transcrita por Wanderley Pinho, *Politica e politicos do Imperio*.

(413) Discurso de 6 de junho de 1868.

gesto de Caxias; forçava-os a se descobrirem, e a se decidirem abertamente entre o Gabinete e o partido que o sustentava na Camara, e o General e os conservadores que o insuflavam.

VIII

O pedido de demissão de Zacarias foi, portanto, antes de tudo, uma sonda que êle lançou no mar político do paiz, para saber até que altura de fato navegava, e até onde podia o seu barco prosseguir. Mas foi tambem um gesto de coerencia politica. No seguinte.

Quando êle convidara Caxias para comandante em chefe das forças em operações, dissera-lhe francamente que a sua presença nesse pôsto era a tal ponto considerada indispensavel pelo Ministerio, que este estava disposto a retirar-se se êle acaso puzesse qualquer dificuldade em aceita-lo. "Julgava importantissima a sua ida para o sul — dirá Zacarias — tão importante que o Ministerio estava decidido a retirar-se, se, mostrando repugnancia em servir com êle, S. Ex. (Caxias) se tivesse recusado a partir" (414). Mas Caxias nada exigira. Aceitara o comando sem fazer qualquer imposição politica.

(414) Discurso de 8 seguinte. — Em sessão do Conselho de Estado, de 20 de fevereiro anterior, já explicara Zacarias que o Gabinete estava disposto a retirar-se se acaso Caxias manifestasse repugnancia em servir com êle. "Para nós a guerra não é questão de partido, o essencial é acabá-la honrosamente, esteja quem estiver no poder".

Sou sobretudo soldado, dissera. Apenas acrescentara: *só ponho ao Governo uma clausula — a da mais inteira confiança* (415).

A coerencia de Zacarias estava portanto nisto: desde que o comandante em chefe se demittia, agora, alegando falta de confiança do Ministerio, este não tinha outra coisa a fazer senão oferecer tambem a sua exoneração. O Imperador, que era o arbitro, decidiria, afinal, entre o Ministerio e o General, cujos serviços, *importantissimos*, na opinião mesma do Ministerio, eram tidos mais necessarios do que os d'ele proprio.

É certo que a Camara dos deputados continuava, por sua maioria, apoiando o Governo. Mas esse apoio de nada valia na situação presente. De muito pouco valeria numa situação normal, de vez que, na realidade e, até certo ponto, pela Constituição, o Ministerio só durava enquanto contasse com a confiança da Corôa. De nada valia em tempos anormais, como eram esses de guerra. Que valor podia, de fato, exprimir o apoio da Camara á facção liberal-progressista (porque era uma facção), quando o Ministerio se desaviera com o Senado, contava com uma maioria adversa no Conselho de Estado e perdia agora a confiança do comandante em chefe das forças em operações de guerra?

A questão foi levada á deliberação do Conselho de Estado pleno. *Qual julga o Conselho o menor mal, a de-*

(415) Wanderley Pinho, *op. cit.*

missão do General ou a do Ministerio? Foi o dilema em que o poz-o Imperador.

Olinda, o mais velho dos Conselheiros, não duvidou em responder: “Posta a questão neste terreno, entre o Ministerio e o General, parece que este não deve ser conservado”. Falou aí a voz da razão. O antigo Regente dava de pronto o exemplo do bom senso. A escolher entre o civil e o militar, entre o Ministro e o General, não havia por que hesitar: preferia guardar o Ministro. O contrario seria a subordinação do Governo ao poder militar, isto é, a subversão dos mais sagrados principios constitucionais.

Seus colegas acompanharam-no nesse parecer. Foram todos acordes, com pequenas divergencias de detalhes, em que o Ministerio devia ser prestigiado. Os proprios Conselheiros conservadores, correligionarios de Caxias, foram de igual parecer. Prevaleceu nêles a voz do patriotismo. Mesmo o marquez de São Vicente, que além de correligionario era amigo intimo de Caxias, não duvidou em declarar-se contra o General — “por amor de um grande principio”, disse.

Para Zacarias, o parecer do Conselho de Estado foi um verdadeiro desafôgo. Foi a melhor prova da inexistencia, que êle tanto temia, de uma conjuração conservadora agindo por detrás de Caxias. Tirava desde logo todo caráter politico á desavença surgida entre o General e o presidente do Conselho. *Desarmou o Ministerio* — foi a expressão de Zacarias, referindo-se á atitude do Conselho de Estado: “Formado por uma maioria de ami-

gos dedicados do marquez de Caxias, e ao mesmo tempo de homens de primeira ordem do partido conservador, entendendo que não havia motivo para a retirada do Ministerio, desarmou-o completamente” (416).

Essa attitude desassomburada do Conselho de Estado é uma honra para a grande instituição constitucional do Imperio. Foi a prova mais impressionante que podia ter mostrado do respeito que sabia dar a si mesmo. Manifestando-se sem rebuços contra o mais glorioso e prestigiado general do Imperio, o proprio comandante em chefe das forças em operações de guerra, quando o Exercito estava todo êle de armas na mão, e cada soldado era uma ameaça viva, o Conselho de Estado, formado de velhos e inofensivos conselheiros, dava o exemplo mais frizante de sua independencia, da coragem de seu membros e do alto senso patriotico de seus objetivos.

Cortava, por outro lado, com essa decisão, qualquer tentativa que acaso encobrisse o gesto de Caxias, de um possivel golpe de espada, de uma ofensiva dessa planta até então desconhecida no Brasil mas endemica nas Republicas do Continente — o caudilhismo. *Imposição da caudilhagem* — foi, mesmo, a expressão dura de que usou Zacarias.

Nunca fôra, aliás, intenção de Caxias semelhante objetivo. Seu gesto valera apenas como um gesto de soldado, impetuoso e aggressivo. Não passara disso. Movera-o sobretudo um excesso seu de susceptibilidade.

(416) Discurso de 6 de junho de 68, no Senado.

Caxias podia ter tudo, menos o estôfo de um caudilho. Seu passado militar, seus serviços ao paiz, ao tempo das guerras civis, pela pacificação dos espiritos, seu desamor ás posições, sobretudo seu desapêgo á politica, muito embora não a desprezasse de todo, eram tantas proças de como a *gaúchocracia* não poderia jamais contar com a ajuda da sua espada.

Outra prova daria êle agora, no incidente com Zacarias, com a attitude conciliante que logo manifestou, apenas recebeu explicações de amigos e adversarios. De fato, solicitado, pelos chefes conservadores do Conselho de Estado (que davam com isso mais uma prova de seu patriotismo, e do desejo sincero de concertarem de uma vez o desentendido entre o General e o presidente do Conselho), a dar por findo o incidente, retirando, cada qual, o seu pedido de demissão, prontamente aquiesceu.

“Pareceu-nos, e parece-nos ainda — diziam-lhe os chefes conservadores, Paranhos, futuro visconde do Rio-Branco, São Vicente, Muritiba e Bom-Retiro — não convir nem a demissão de V. Ex. nem a retirada do Ministerio, e que se devia apelar para o patriotismo do General e dos Ministros, no intuito de que se restabelecesse a confiança recíproca que V. Ex. julgou quebrantada, e que os Ministros, consultando as suas intenções, afiançam que existiu sempre em toda a pureza e força...

“V. Ex. sentiu-se ofendido em seus melindres de cidadão e soldado, leal e dedicado; viu em certos fatos da imprensa, e em atos recentes do Ministerio da Guerra, uma demonstração de falta de confiança. É natural o ressentimento de V. Ex., bem como o seu receio em posição de tamanha res-

ponsabilidade. Mas o Ministerio, se não procurou desvanecer a impressão que o artigo da folha estrangeira podia produzir no animo de V. Ex., se não viu ofensa á dignidade do cargo de V. Ex. nos dois avisos a que se refere... afiança que sempre procedeu com as melhores intenções.

“Posta a questão nestes termos, pensamos que era natural e fácil o restabelecimento das boas relações que existiam entre o Ministerio e V. Ex... apagando-se inteiramente a impressão daqueles incidentes. Assim se pouparia ao Imperador e á nação a grave dificuldade de uma mudança de Ministerio nestes momentos, ou a de dar-se um substituto a V. Ex.

“Vimos, pois, como amigos e como Brasileiros, pedir a V. Ex. instantemente que desista da sua demissão; que conclua uma campanha que só V. Ex. pode concluir, aceitando a deliberação do Imperador, que não lhe pode ser mais honrosa, fazendo quanto esteja da sua parte para reatar suas boas relações com o Ministerio... Aceda ao nosso pedido, caro amigo e Sr. Marquez; é uma nova e assinalada prova de sua dedicação ao Imperador e á nação, que êle tão dignamente representa. Aceite a mão de cavalheiros que de novo lhe vão estender os Srs. Ministros, já agora identificados com V. Ex. no grande empenho de concluir a presente campanha...” (417).

IX

O espirito de Caxias estava tanto mais predisposto a aceitar a proposta de conciliação dos conservadores, quanto Zacarias já lhe havia escrito pouco antes, respondendo, até certo ponto, a carta que êle dirigira a Pa-

(417) Transcrita por Wanderley Pinho, *op. cit.*

ranaguá, com explicações as mais completas sobre o incidente.

Zacarias, com aquele seu orgulho indomável, chegou a negar que o Governo tivesse respondido a Caxias, como negaria também a intervenção pacificadora dos conservadores, guardada durante algum tempo em sigilo. Mas uma coisa e outra são fatos hoje conhecidos (418).

“Sei que inexas apreciações de uma parte da imprensa da Côrte e cartas particulares de pessoas que não conheciam a fundo as coisas — dizia o presidente do Conselho a Caxias — abalaram em V. Ex. a persuasão de que continuasse inalterável a confiança que determinou em outubro de 66 a nomeação de V. Ex. para comandar as forças brasileiras em operações contra o governo do Paraguai. É felizmente um engano”.

Dava depois explicações sobre a atitude dos jornais do Rio, de cujos ataques se queixara Caxias, fazendo vêr que os mesmos não poupavam também o Ministerio, sobre os avisos e officios do ministro da Guerra, que nunca visaram desconsiderar o General, uma vez que a confiança que nêle depositava o Governo continuava iuteira. E prosseguia :

(418) A resposta de Caxias ao apelo de seus correligionarios só agora, entretanto, é publicada. Não se conhecia o teor desse documento, cujo paradeiro do original se ignora. O autor deste livro conseguiu descobrir-lhe uma copia no arquivo da familia imperial, e á qual dá aqui publicidade.

“Essa inteira confiança V. Ex. a teve ao partir, teve-a enquanto circumstancias extraordinarias, imprevistas, retardavam os golpes decisivos contra o inimigo, como tem-ná hoje, que tudo conspira a fazer acreditar que se aproxima o termo da guerra sob a direção de V. Ex. Falo assim porque tenho consciencia de que estudados os fatos, e reconhecidas as intenções com que foram praticados, ha de verificar que a lealdade do Governo para com V. Ex. é igual á lealdade de V. Ex. para com o Governo, não tendo jamais variado a confiança que nos fez escolher V. Ex. para tão importante comissão” (419).

Aos conservadores respondeu Caxias:

“Sou o primeiro a dar ás considerações que Vossas Excelencias emitem em sua apreciavel carta, todo o peso e valor a que elas têm indispensavel direito; sei as difficuldades com que terão de lutar o Imperador e a nação, tendo ou de mudar o Ministerio ou de dar-me substituto. Mas Vossas Excelencias, como cidadãos conspicuos que se têm sentado já nos conselhos da Corôa, e que avaliam em toda a sua extensão os deveres árduos do homem publico, em certas e determinadas circumstancias, me farão a honra de concordar comigo que não bastaria o que acabo de dizer para resignar-me a uma posição que eu considerasse humilhante.

“As explicações, porém, que acabo de receber não só do Exmo. Sr. conselheiro presidente do Conselho de Ministros, como do Sr. ministro da Guerra... que apelam para o meu cavalheirismo e amor da patria, formarão poderoso auxiliar ás observações que como amigos e correligionarios me fizeram Vossas Excelencias.

“Sinto ter dado aos Srs. Ministros e aos meus amigos alguns momentos de desassocêgo, e não está em minhas mãos

poder oferecer-lhes nenhuma outra compensação que não seja a de lhes afirmar que continuarei no posto de honra em que me acho, proseguindo na serie nunca interrompida de sacrificios que estou fazendo para corresponder a essa confiança ilimitada, com que parti do Rio de Janeiro e que me assegura se manterá inabalavel.

“...Acedi ao pedido de Vossas Excelencias; êle importa indeclinavel prova da minha dedicação ao Imperador e á nação brasileira. Accito a mão de cavalheiros que de novo me extendem os Srs. Ministros, identificados comigo no grande empenho de concluir esta campanha, salvando incolume o decôro nacional. Vossas Excelencias dizem haver preenchido a missão que se impuzeram — escrevendo-me; o Ministerio fez o que a consciencia de sua lealdade para comigo lhe ditou; as explicações vieram; pela minha parte de tudo me esqueço, para só ter diante dos olhos a patria e suas insttuições, e a para mim mui veneranda religião do dever” (420).

X

Encerrara-se com isso o incidente. Mas encerrara-se unicamente para Caxias. Para Zacarias êle ficara apenas concertado, um concerto que não passava de rebôco, obra precária e provisoria. Scria, aliás, desconhecer o presidente do Conselho supôr que êle pudesse iludír-se quanto ás condições difficis em que ficara o Ministério, depois desse incidente com o comandante em chefe.

Houvera, de fato, reconciliação. Mas, na realidade, essa reconciliação era apenas aparente. Apesar do pare-

(420) No arquivo da familia imperial.

cer do Conselho de Estado favoravel ao Ministerio, apesar das manifestações gerais de simpatia de seus adversarios, apesar do *aperto de mão* de Caxias (421), havia ficado, entre os dois, isolando-os, uma barreira moral, um terreno neutro, imperceptivel, talvez, ao grande publico, mas que não iludia aos profissionais da politica. Ambos se haviam saído honrosamente do incidente; mas *arranhados*. Arranhado, sobretudo, o presidente do Conselho, que tivera de dar a Caxias, para induzi-lo a retirar o pedido de demissão, satisfações que valiam, até certo ponto, por uma *mea culpa* do Ministerio. O orgulho de Zacarias não esqueceria facilmente essas coisas.

Ele se sentia, aliás, politicamente gasto. A fraqueza de seu Ministerio não iludia mais a ninguem. O partido liberal, dividido, desarticulado, em luta com suas proprias facções, não estava mais em condições de o sustentar por muito tempo no poder. Seis anos de dominio o inutilizaram. Enfraquecera-o, não tanto o uso do poder, mas sobretudo as repetidas crises ministeriais desses ultimos anos, agravadas com a guerra estrangeira, que logo se lhe atravessara no caminho. Nesses seis anos de situação liberal, seis Ministerios se tinham revezado no poder: Zacarias, primeiro, depois Olinda, em 62; Zacarias, novamente, em 64; Furtado tambem em 64; Olinda, outra vez, em 65 e, finalmente, Zacarias, pela terceira vez, em 66.

(421) "Vejo que o General comprehende toda a lealdade do Governo, apesar de tanta intriga", — dizia Zacarias em carta ao Imperador (de 16 de julho de 68, no arquivo cit.).

Desde então êle se conservava á testa do Governo. Havia portanto dois anos. Se considerarmos a instabilidade propria do regime parlamentar, não era uma curta vida para um Ministerio. Dois anos consecutivos no poder era mesmo um fato quasi inédito na historia governamental do Imperio. Com excepção do gabinete Paraná, que governára de setembro de 53 a agosto de 56, e ainda assim graças sobretudo á politica da Conciliação, nenhum outro, desde o inicio da Monarquia, conseguira até então manter-se no poder por um periodo tão longo. Zacarias tinha, de fato, de que se orgulhar. A longevidade de seu actual Gabinete devia compensar-lhe, até certo ponto, a precariedade do Ministerio que êle formara em maio de 62, o Ministerio chamado dos *anjinhos*, que vivera apenas seis curtos dias, e morrera, por assim dizer, no nascedouro. Fôra o mais curto Gabinete da Monarquia.

Mas a fraqueza do Ministerio não estava sómente no longo e trabalhoso periodo de sua administração, e no reflexo, que necessariamente o atingia, de uma situação politica já gasta e desacreditada: provinha tambem de outras causas. Com relação á politica da guerra, ela ficara patente desde quando Zacarias se vira forçado, para acelerar a luta, a socorrer-se de um general seu adversario pessoal e politico, e dera a entender que deixaria o poder se esta fôsse a condição imposta pelo General, para aceitação do convite. Por mais que quizesse depois disfarçar, Zacarias caíra aí no erro grosseiro de subordinar a existencia do Gabinete á vontade da espada. Caxias, é certo, se comportara como um verdadeiro soldado;

aceitara o comando sem nada exigir, a não ser a confiança do Governo. Mas o Ministerio não ficara menos exposto, sobretudo sabendo-se que o convite a Caxias provocara já o sacrificio de um de seus membros mais prestigiosos, Ferraz, justamente o ministro da Guerra. Despediu-o antecipadamente para convidar Caxias, acentua o Sr. Wanderley Pinho.

É verdade que Caxias disséra: “A guerra não é questão de partido, o essencial é acabá-la honrosamente, esteja quem esteja no poder”. Mas não é menos certo que fazendo a existencia do Ministerio liberal depender das imposições que acaso lhe fizesse o general conservador, Zacarias tornara precisamente a guerra uma questão de partido. Se o bom senso e o patriotismo de Caxias assim não o entenderam, e êle aceitara o comando sem condições, é uma outra questão.

A opinião publica, aliás, não se iludia quanto a isso. Ela conhecia os homens, seus defeitos, os lados vulneráveis de seu caráter. A dureza de Zacarias era tradicional. Tinha o prazer maldoso de maltratar os adversarios. Sua ironia feria como a ponta de um estilete. Era desses homens que têm o maior desprezo pelos preconceitos e susceptibilidades dos outros. O que conta, para êles, é a sua vontade. *Pour être aimé, il faut être aimable.* Zacarias não praticava este preceito. Não tinha empenho em ser amado. Bastava-lhe ser temido. *O nosso Guizot* — era como o chamava Tavares Bastos, em carta a Penedo.

Era desses homens que não sabem acomodar-se nas posições subalternas. Não sabem pedir. Não sabem es-

cutar. Só êles contam. Só êles falam. Zacarias vivia fascinado pelos postos de comando. Era um homem talhado para dar ordens. Tinha a tendencia despotica de um Sultão. Toda a sua ambição politica resumia-se numa palavra — mandar. Para tanto, sacrificava preconceitos, doutrinas, tradição politica, tudo. Antigo conservador, passara-se, em 1862, para os liberais, quando Olinda, Saraiva, Octaviano e Teofilo Ottoni fundaram a liga e o progressismo, seduzido unicamente com o bastão do mando. É Eunapio Deiró quem o atesta (422).

Ora, quando se viu um homem como esse, o incorruptivel, o mais intransigente e mais duro dos nossos estadistas, adversario pessoal e politico de Caxias, subir as escadas do general, para implorar-lhe, quasi, que viesse salvar a honra do Exército e a politica de guerra do Gabinete, em risco de serem sacrificadas em Curupaití, muito poucos se iludiram quanto ao resto de prestigio que Zacarias ainda alardeava ter. E quando se soube, então, que êle sacrificara antes o seu ministro da Guerra, em holocausto ao general seu desafeto, e não contente com isso, oferecera tambem o sacrificio de todo o Gabinete, ninguem mais poz em duvida a existencia precária do seu Ministerio. Em junho de 67 Sinimbu escrevia a Penedo: "Muito desgosto se manifesta contra o atual Ministerio. Alem de atos imprudentes que tem praticado, acha-se embaraçado com a propria Camara

(422) *Estadistas e parlamentares.*

que fez eleger. Duvido muito que tenha existencia longa, e a prolongação da guerra é quem mais o mata” (423).

Penedo, embora residisse no estrangeiro, era um dos homens mais bem informados sobre o nosso meio politico. Os seus correspondentes na Côrte eram dos melhores. Compadre de Cotegipe, e amigo intimo de Sinimbú, soubéra fazer solidas amizades, ao tempo da Academia do Recife e, mais tarde, na Camara dos deputados. Grande parte dessa gente subira, galgara as primeiras posições no cenario politico do Imperio, e era agora os seus correspondentes habituais. Ministro em Londres durante muitos anos, êle soubéra aproveitar-se de suas funções para obsequiar os politicos que por lá passavam, os quais, de volta ao Brasil, não esqueciam de mandar-lhe, de vez em quando, uma palavra amavel, uma noticia agradavel, uma confidencia interessante. Uruguai, cujo filho, Paulino de Sousa, serviria sob suas ordens na Legação em Londres, como serviram igualmente Joaquim Nabuco, Itaboraí, Tavares Bastos, foram amizades nascidas daquelas circunstancias.

Este ultimo escrevia-lhe um mez antes da retirada de Zacarias, com aquella exata visão das coisas, aquella preciencia que o tornava quasi profético: “O Ministerio está em agonia; hontem falava-se em crise e convite a Nabuco. A propria maioria da Camara começa a dissolver-se. O Ministerio não durará, mas não ha quem adivinhe o que lhe ha de succeder. Entretanto, muitos

(423) No arquivo do Itamaratí.

acreditam que será o Gabinete já organizado *in petto* por Itaboraí” (424). No mez seguinte, era a vez de Cotegipe informar-lhe: “Quanto á politica, a guerra paraliza tudo, e Sua Majestade receia não achar outro Zacarias. Tal é, porém, o descrédito deste, que tenho por impossivel que viva dois mezes mais”. (425)

XI

Os conservadores, espreitando a agonia do Ministerio, se preparavam, naturalmente, para voltar ao poder. Êles sentiam que no dia em que caísse o atual Gabinete, o partido liberal, dividido e trabalhado pelas facções, teria forçosamente que lhes ceder o lugar.

Contudo, a attitude que mantinham em face do Ministerio agonisante era a mais correta. Não se podia dizer que mostrassem sofreguidão em subir. Não estavam, como confessara o proprio Zacarias, de sentinela á sua porta, prontos para arrebatá-lo o poder.

Pelo contrario. Á excepção de Cotegipe, Sousa Franco e poucos mais, que de fato reclamavam aberta e declaradamente o Governo, nenhum dos outros chefes conservadores — nem São Vicente, nem Paranhos (Rio-Branco), nem Bom-Retiro, mostrava-se ansioso por conquistá-lo. A começar por Itaboraí, o chefe dos chefes, o

(424) Carta de 23 de junho de 1868, no mesmo arquivo.

(425) Carta de 8 de julho de 1868, idem.

oraculo do partido, o qual, num memoravel discurso ao Senado, definira claramente a attitude de sua gente.

Certo, os conservadores não fugiriam á responsabilidade de organizar Governo, se os chamasse o Imperador. O que lhes repugnava, era aproveitar-se das difficuldades em que se debatia Zacarias, sobretudo da opposição que lhe fazia o Senado, para obrigá-lo a deixar o poder.

Os mais impacientes do partido, é certo, não alimentavam esses escrupulos. Silveira da Motta, por exemplo, que era o *cabeça quente* desse grupo, entendia mesmo que se podia derrubar o Gabinete por meio de uma simples emenda ao voto de graças: bastaria um artigo, na resposta á Fala do Trono, contra a politica do Ministerio, e que, aprovada pela maioria conservadora do Senado, obrigaria o Imperador a despedir Zacarias. Seria, como se vê, um verdadeiro voto de desconfiança. Não importava a Silveira da Motta e ao seu grupo o principio constitucional, de que o *Senado não faz politica*. O que elles queriam, a todo o transe, era atirar com Zacarias por terra. “Demos com elle no fundo”, exclamava Cotegipe.

Mas o bom senso do grupo moderado dos conservadores obstou que se praticasse um tamanho absurdo. Não consentiu que a ambição de alguns arrastasse o Senado a essa posição facciosa. Itaboraí, com a sua autoridade de chefe, deu o *mot d'ordre*: votar contra a emenda de desconfiança.

Não significava isso apoio ao Gabinete adversario. Significava apenas que elle se opunha a que o Senado

enveredasse pelo caminho errado de criar casos politicos, de lançar votos de desconfiança contra o Governo, para obrigar o Imperador a despedí-lo, função essa eminentemente partidaria, por isso reservada á exclusiva competencia da Camara eletiva. “Entendo que o Senado não deve levantar questões de Gabinete —, dizia Itaboraí — isto é, dirigir mensagens ou votos á Corôa, aconselhando-a ou constrangendo-a a demitir os seus Ministros”.

Itaboraí, que era já apontado como o futuro organisador ministerial, não fugiria á responsabilidade de formar governo. Aceitaria o poder se fôsse chamado, confessava, mas não um poder trazido por um golpe de Estado do Senado: unicamente o que lhe viesse ás mãos regularmente, pelos meios constitucionais que o regime impunha. Se a Camara dós deputados, liberal em sua maioria, não estava disposta a convidar o Ministerio a retirar-se, ou se este, por seu lado, não querendo capacitar-se de sua fraqueza, insistia em não demitir-se, cabia então ao Senado, unicamente, fazer saber á Corôa a desinteligencia profunda que se cavara entre êle e o Ministerio, e deixar ao Imperador a responsabilidade constitucional de fazer com que este se retirasse.

São Vicente pôz a questão nos devidos termos: a resposta á fala do Trono devia limitar-se a informar á Corôa não haver entre a maioria do Senado e o Gabinete a unidade politica que os interesses publicos exigiam nas circunstancias do momento. Seria o modo indireto de

manifestar-lhe todo o desentendido, e deixar á sua "sabedoria" tirar daí as consequencias que julgasse acertadas, ou fôsse, "a mudança de Ministerio ou da politica que êle seguia".

XII

A campanha politica movida contra Zacarias, nesse ano de 68, não era, como se vê, sómente aquella guerra de ancdótas e de epigramas a que se refere Joaquim Nabuco; era tambem a guerra grande de rijos ataques, de investidas bruscas, de imposições e ameaças. Zacarias sentia-se na posição difficil de um touro acuado num recanto da arena. Não fôsse o lutador de sua tempera, de uma coragem pessoal e politica inflexivel, e o Ministerio, já enfraquecido e desprestigiado, teria sossobrado aos primeiros ataques de seus adversarios.

Zacarias porém lutou na brécha com a tenacidade e a ousadia de um veterano que era. Usou de todos os recursos para prolongar a vida do Ministerio. Ostentou sua força junto á Corôa, coisa aliás duvidosa. Desafiou o Conselho de Estado com o pedido de demissão. Ameaçou os conservadores do Senado com o espantallo da ditadura. "A ocasião não é de meias medidas!", exclamou. A que Silveira da Motta, que não lhe dava tréguas, respondeu intimando-o a "desfazer as mascaras".

Mas tudo tem o seu fim. A esperanza de Zacarias era poder prolongar a vida do Gabinete até a terminação

da guerra, que já se presumia proxima. Recolheria assim para êle e o seu partido os louros da vitória. Cairia depois, de pé, a frente erguida, sagrado benemerito da patria. Mas os acontecimentos, que governam os homens, não o deixaram nessa ilusão.

A emenda de Silveira da Motta caíra no Senado. Mas caíra apenas por condescendencia e eserupulo constitucional dos conservadores moderados. Ficara, porém, a ameaça, que amanhã ou depois podia ser renovada, e talvez não encontrasse a opposição dos velhos chefes conservadores. Que aconteceria então? Isto: o Senado intimaria o Imperador a despedir o Gabinete. Seria um golpe de Estado parlamentar! Seria. Mas o Imperador poderia acaso resistir-lhe, quando a guerra se achava em pleno desenvolvimento, e tinha á sua frente a figura tida como indispensavel do general conservador? E resistir para quê? Para salvar um Gabinete e uma situação política já sabidamente falidos?

Em fevereiro, por ocasião do incidente com Caxias, pareceu a todos, inclusíve ao Imperador, que seria da maior inconveniencia uma mudança de Ministerio, acarretando, possivelmente, uma mudança tambem de situação politica. Os proprios conservadores, prestigiando o Gabinete, foram desse parecer. Mas a situação agora era outra. A attitude dos conservadores evoluira, consideravelmente. A vitória indisfarçavel de Caxias sobre o Ministerio, apesar de aparentemente disfarçada, dera ao partido adversario deste um prestigio que Zacarias não podia ignorar. Com isso o Ministerio perdera, ou

estava em risco de perder as suas ultimas posições. Era evidente que êle não poderia resistir ao golpe de força que acaso lhe desferissem os conservadores do Senado.

Foi o que Zacarias compreendeu. Sua experiencia politica o aconselhou a que saltasse sobre o obstaculo antes que fôsse por êle esmagado. Urgia aproveitar o primeiro pretêsto airoso para abandonar o Governo, antes que fôsse dêle despedido. Esse pretêsto appareceu-lhe em julho de 68: foi a senatoria de Sales Torres-Homem. Zacarias descobrira aî a sua retirada estratégica. Ia dar o grande golpe politico de sua carreira, jogando as cristas com a Corôa, atirando com o poder sobre a mesa dos despachos, num gesto de grandê comediante, e salvando o pouco que ainda restava de prestigio do Gabinete e do partido liberal.

XIII

Não ha duvida em que a opposição ao nome de Torres-Homem para o Senado foi o pretêsto que Zacarias encontrou, afinal, para abandonar airoosamente o poder. Êle não deu, nem podia dar um motivo plausivel, que justificasse essa opposição, e muito menos a sua subsequente retirada. A escolha de Torres-Homem para o Senado era *desacertada*, dissera, referindo-se ao ato do Imperador.

Desacertada por que? Porque faltassem méritos ao candidato? Não. O proprio Zacarias os reconhecera,

quando nomeara anteriormente a Torres-Homem para o Conselho de Estado e para a presidencia do Banco do Brasil. Por que se tratava de um conservador? Certo, politicamente, sob o ponto de vista estritamente partidario, melhor fôra que a escolha imperial tivesse recaído num candidato liberal; seria um voto a mais que o Gabinete contaria no Senado, onde a maioria conservadora não o deixava tranquilo. Mas cabia ao Imperador, que pela Constituição pairava acima dos partidos, acompanhá-lo nesse raciocinio? E competia acaso a Zacarias impôr limites de natureza politica ao direito incontestado que tinha a Corôa, de escolher livremente os Senadores? No dia em que prevalecesse, na constituição do Senado, a vontade exclusiva dos Gabinetes, quer dizer o criterio exclusivamente politico, ficaria êle transformado numa assembléa partidaria, tão facciosa quanto a Camara eletiva, o que iria de encontro aos principios mais elementares do sistema representativo que nos governava.

A opposição á escolha de Torres-Homem para o Senado, feita pelo Imperador, foi, portanto, um simples pretêsto que Zacarias encontrou para abandonar um poder que já lhe fugia por todos os lados. “Fracô” pela opposição com que o fustigavam, tanto na Camara como no Senado, conservadores e liberais historicos — dirá o Sr. Wanderley Pinho; vendo ressurgir o incidente Caxias, explorado pelos politicos e pela imprensa para desconceituar e desprestigiar o Gabinete; percebendo as restrições da confiança imperial, desde o momento em

que o Imperador se convenceu que ia de novo desaparecer a harmonia imprescindivel entre o General e o Governo; antevendo claramente as consequencias de quando Caxias viesse a saber da pécha de caudilho que indiretamente lhe atirara (426); conhecedor da conspiração que elementos seus aliados tramavam para, de parceria com os historicos, e talvez os conservadores, apeá-lo do Governo por um pronunciamento da Camara — dando balanço em todas essas circumstancias, Zacarias demitiu-se, antes que o despedisse o Parlamento ou a Corôa. Fê-lo com desgarre dramatico, para dar a impressão de que o incompatibilizava com o poder a sua altivez em face da Corôa. A escolha desacertada de Torres-Homem fôra um pretêsto mutuo de Dom Pedro II e Zacarias: do Imperador para forçar o presidente do Conselho a deixar o Ministerio; de Zacarias para abandonar o poder, por lhe faltar a confiança imperial, por se saber desapoiado da Corôa, e por se sentir desamparado de um forte apoio parlamentar” (427).

(426) Zacarias, falando na Camara dos deputados em junho desse ano, depois, portanto, do incidente com Caxias, que se verificara em fevereiro, usara a expressão *caudilhagem*, de que tanto se serviram então os seus adversarios politicos, para o indisporer ainda mais com o general em chefe. Dissera Zacarias: “A mudança da politica interna não se pode operar por influencia da espada ou imposição da caudilhagem”. O *Diario do Rio de Janeiro* logo se aproveitara dessa frase comprometedora para perguntar: “Quem é o caudilho? É o marquez de Caxias! A caudilhagem é o Exército e a Armada”.

(427) *Politica e politicos no Imperio.*

XIV

Concedida a demissão do Ministerio, o Imperador pediu a Zacarias que indicasse o nome do substituto. Já então o Monarca adotara o sistema, que se tornarã' uma praxe, de deixar ao presidente do Conselho demissionario a responsabilidade da indicação de seu substituto.

Zacarias, porém, preferiu não indicar ninguém. Deixou essa tarefa ao inteiro criterio do Monarca. "Recusei apontar-lhe nomes, dirá êle orgulhosamente, respondendo ás censuras de seus correligionarios. Eu não podia indicar os conservadores; mas se era possivel um Ministerio liberal, aí estava o meu" (428). Não era possivel. O dêle menos do que qualquer outro.

Se Zacarias fôsse um homem mais acomodado, e não sofresse daquele orgulho indomavel, poderia ter tentado salvar a situação liberal, ou pelo menos prolongar-lhe um pouco a existencia, indicando ao Imperador, dentre os seus correligionarios mais chegados, um nome que conciliasse as duas facções do partido. Mas êle attribuia a esses seus amigos uma especie de *complot*, tramado nos bastidores da politica, de parceria com os historicos e, possivelmente, com os conservadores moderados, com o fim de o desalojarem do poder. Não quiz, por isso, facilitar-lhes a ascensão. Preferiu sacrificar de uma vez a situação liberal, e deixar que o Imperador, êle proprio,

(428) Cristiano Ottoni, *Autobiografia*, referida por Wanderley Pinho no *op. cit.*

decidisse como entendesse. « E a decisão da Corôa — sabiam-no todos — só podia verificar-se em favor dos conservadores.

Foi, de fato, o que aconteceu. O Imperador encarregou Zacarias de chamar o visconde de Itaboraí; e a 16 de julho estava compôsto o novo Ministerio. Depois de seis anos de ostracismo, voltavam os conservadores aos conselhos da Corôa.

Os liberais acusariam desde então o Monarca de ter apeado do poder, violando os princípios mais elementares do sistema representativo. “Chamaram a quêda de Zacarias um *golpe de Estado*. Se o Ministerio tinha maioria na Camara não podia ser demitido, e muito menos lançado ao ostracismo o partido a que pertencia o gabinete demissionario” — diz o Sr. Wanderley Pinho, que muito acertadamente acrescenta: “Mas se aquella mudança politica não se fizera dentro das linhas puras do regime parlamentar, tambem a intromissão pretendida por Zacarias em atribuições exclusivas do Poder Moderador, qual a escolha senatorial, era um lance inconstitucional, um outro *golpe de Estado*. Venceu o mais forte.

“Dentre as quêdas de Gabinetes e de partidos no Segundo Reinado, não se destaca o *golpe de Estado* de 1868 como uma excepção: ao contrario, vemo-lo dentro das linhas tradicionais da politica imperial, antes e depois daquele episodio. Gabinetes conservadores com maioria na Camara, como Gabinetes liberais em iguais circunstancias foram demitidos e substituidos por Mi-

nisterios de politica adversa, para aquém e para além de 1868. A Constituição dava á Corôa a liberdade de nomear e demittir Ministros; Dom Pedro II mostrou-se sempre cioso dessa prerrogativa” (429).

Fôsse como fôsse, o fato é que os liberaes não lhe perdoaram nunca o ostracismo a que se viram condemnados em julho de 68. Na historia do partido, esse golpe de *poder pessoal* ficará assinalado como um dos maiores atentados do Monarca no sistema representativo. “O Poder Moderador, dizia o conselheiro Nabuco em discurso ao Senado, não tem o direito de despachar Ministros como despacha Delegados e Sub-delegados de Policia. Por sem duvida, vós não podeis levar a tanto a attribuição, que a Constituição confere á Corôa, de nomear livremente os seus Ministros: não pode ir até o ponto de querer que nessa faculdade se envolva o direito de fazer politica sem a intervenção nacional, o direito de substituir situações como lhe aprovér” (430).

Em rigor, Nabuco estava certamente com a razão. Na tecnica do regime representativo, e se outras fôsem as nossas condições politicas, o ato do Imperador era passivel da maior censura. Mas carecia julgá-lo sob um aspeto menos metafisico e mais actual. Era preciso considerar os motivos que o levaram a apelar, naquele momento, para o concurso dos conservadores.

(429) *Politica e politicos no Imperio.*

(430) Discurso de 17 de julho de 1868. — Vêr no capitulo *O clima politico*, no volume II desta obra, as considerações em torno deste principio.

XV

Esses motivos, que eram, afinal, um só, di-lo-á o proprio Monarca em nota ao opusculo de Joaquim Nabuco, *O erro do Imperador*: foi “o desejo de terminar a guerra com a maior honra e proveito para o Brasil”; e para tanto era então imprescindivel, na opinião do Imperador, a conservação de Caxias no comando em chefe do Exército. Ora, acrescentará êle, “o Ministerio liberal não podia continuar com a permanencia de Caxias á frente do Exército”. Foi este o motivo. Não havia outro.

O momento, portanto, não era de salvaguardar principios politicos, como queria Nabuco, e muito menos o decôro de Ministerios. O que cumpria, antes de tudo, era vencer o inimigo estrangeiro, debelar completamente a guerra, isto é, salvar a integridade e a independencia do paiz. E, para tanto, era indispensavel a presença de Caxias á frente das tropas. Sua retirada, num momento como aquele, quando a guerra entrava num dos momentos de crise, quando escasseavam já os nossos melhores generais, por mortos, doentes ou cansados, e quando lavrava no Exército uma intrigalhada de chefes, valeria por um desastre de consequencias talvez irreparaveis.

“Se Caxias tivesse se retirado do Paraguai — escreve Taunay — deixando o Exército esbarrado diante das formidaveis linhas de Pekisirí, que apoiadas com uma série de pantanos invadeaveis, fechavam todo o paiz e

impediam a marcha de nossas tropas sobre Assunção, incalculáveis haviam de ser para o Brasil os desastres, esgotada, de um lado, como já se achava, a série dos nossos mais conceituados e aproveitáveis generais e, de outro, ficando Solano Lopez, com quem se não podia transigir, ainda de posse da sua capital e de grandes recursos militares” (431).

A conservação de Caxias á frente das tropas apresentava-se, portanto, como um caso quasi de salvação nacional. Ora, era sabido nos circulos politicos da Côrte, que o partido liberal estava disposto a desquitar-se definitivamente do general em chefe. Qualquer que fôsse a organização ministerial que succedesse a Zacarias, desde que formada de elementos liberais, os dias de Caxias na guerra estavam de antemão limitados. Tanto os progressistas, do grupo de Zacarias, como os liberais historicos, estavam de acordo em fazer a immediata substituição de Caxias ou por um general de seu partido, ou pelo conde d’Eu, cuja simpatia êles de ha muito procuravam conquistar.

Escrevendo nessa época a Penedo, dizia Sinimbú, já então considerado um dos chefes mais autorizados dos liberais: “Houve mudança de Ministerio, o que era uma necessidade, como tambem mudança de politica, o que na minha opinião não foi muito politico. A razão do primeiro fato é fácil de explicar, o Ministerio caiu sob o peso de seus grandes pecados! E para peor até não

(431) Visconde de Taunay, *Reminiscências*.

soube escolher o genero de morte, pois até nisso foi viti-
ma de seus proprios erros. Foi o Sales (Torres-Homem)
a causa principal desse desastre! A causa, porém, da
mudança politica foi outra, foi a necessidade da conser-
vação de Caxias no comando do Exército, pois é sabido
que qualquer novo Ministerio saído do seio liberal cha-
maria aquele General, fazendo-o substituir pelo conde
d'Eu" (432).

A retirada de Caxias seria já de si um erro. Sua
substituição pelo conde d'Eu, por motivos de politica in-
terna, num momento como aquêlê, seria levar para o
Exército o espirito de facção, justamente o que o Impe-
rador tanto procurava evitar, desde os primeiros dias
da guerra. O plano dos liberaes era atirar o genro do
Imperador, o marido da Princeza imperial e futuro che-
fe de Estado, nas malhas traiçoeiras da politicagem; fa-
zer do conde d'Eu um general do partido, para jogá-lo
contra o General conservador.

Foi esse plano diabolico que o Imperador procurou
evitar pelo unico modo possivel num momento como
aquele — despedindo os liberaes e chamando os conser-
vadores para o governo. Garantia, assim, a conservação
de Caxias á frente do Exército, o que valia, quasi pela
segurança da vitoria; mas garantia tambem a intangi-
bilidade das instituições, isolando o marido da futura
imperatriz do espirito de facção em que projetavam en-
volvê-lo.

(432) Carta de 23 de julho de 1868, no arquivo do
Itamarati.

XVI

Não foi dos maiores de seus encargos, nem dos mais fáceis, nesse periodo de guerra, o papel de árbitro, de acomodador das rivalidades, dos ciumes e das competições que diariamente se levantavam entre os chefes, civis ou militares. Era, ora o máo humor de um, ora o gesto brusco de outro; ora uma ameaça de demissão, ora um começo de briga. Com aquella paciencia que era um de seus segredos, o Imperador intervinha, tolerante, paternal, apelando para o patriotismo dos chefes, para o bem do paiz, para os altos interesses da nação.

Antes mesmo de iniciadas as hostilidades, Tamandaré, dando aso ao seu máo humor de sempre e excessiva susceptibilidade, solicitava exoneração do comando da Esquâdra, porque não lhe haviam confiado, de par com a autoridade militar, também os poderes politicos, que logicamente deviam estar nas mãos dos diplomatas. E dramatizava, em carta ao Imperador: “No fim de 42 anos de serviços, vejo-me rebaixado pelo aviltamento a que me quizeram reduzir os ministros de Vossa Magestade!” (433).

Pouco depois, era o contrario que se via, isto é, o diplomata é que queria invadir a seara do militar: Francisco Otaviano, de Buenos Aires, ameaçava abandonar a negociação do Tratado da Triplice-Alliança, enciumado

(433) Carta de Montevidéo, 20 de fevereiro de 1865, no arquivo da familia imperial.

com a extensão de poderes conferidos a Caxias, e nos quais entendia dever pôr também o dedo (434). Intervinha o Imperador: "Estimo muito que Otaviano não se retire da missão. Entendo que deve cingir-se ao que fôr diplomatico, no que se não inclue tudo o que se refere a ajustes preliminares de paz, como já se lhe declarou; portanto não deve tornar ao Exército. Êle mesmo compreenderá a justiça desse parecer, e não tem razão para desconfiar de Caxias, que está lá ha dois mezes e tanto sómente, e foi nomeado por merecer a confiança geral" (435).

A Angelo Ferraz, ministro da Guerra, êle advertia: "E' preciso que o Sr. providencie tudo, para que não haja conflitos de comando, e diga a Herval (*Osorio*) e Porto-Alegre, que chegou o momento de êles ainda melhor mostrarem seu patriotismo. Olhar para partidos em tal ocasião é um sacrilégio. Herval também deve ser advertido de que lhe cumpre atender mais aos generais seus subordinados e aos profissionais, e não confiar somente em sua bôa vontade. Será vergonhoso que com todos os meios que se accumularam no Rio da Prata, se-

(434) "O Otaviano tornou à me mandar dizer que se retira. O homem ficou despeitado por eu não o deixar comandar, de meias comigo, o Exército, como até agora acontecia". (Carta de Caxias a Inhaúma, de 11 de janeiro de 1867, cit. por Pinheiro Guimarães, *Um voluntario da Patria*).

(435) Carta a Sá e Albuquerque, ministro de Estrangeiros, de 4 de janeiro de 1867.

jamos detidos pelos Paraguaioes, fracos relativamente a nós mesmos” (436).

Mais adiante, era Caxias que entrava em rivalidade de comando com Mitre, e ameaçava abandonar a luta. O Imperador escrevia a Paranaguá, que substituiu Ferraz na pasta da Guerra: “Caxias já falou de *brios e dignidade* d’êlê, que possam ser ofendidos, sem que tenha meios de reagir, e portanto convindo que êle não se retire, e ninguém melhor do que êle podendo regular as decisões do Governo a respeito da guerra, urge autorisá-lo a proceder independentemente de Mitre, *segundo o criterio d’êle lhe aconselhar*” (437).

De outra vez era com Osorio que Caxias entrava em turra, sempre por questões de comando. Lá acudia o Imperador: “Observo que Caxias diz que será o comandante ou dará o comando a Herval da expedição que preparam, e talvez Caxias quizesse êle proprio dirigir o ataque do dia 19, para que qualquer resolução sua posterior não seja interpretada de modo que lhe fique desairoso. Já numa folha do Rio da Prata eu notei que êle participa a tomada do reduto a Herval como sendo este o comandante em chefe do exército brasileiro. E’ preciso não pensar somente nos feitos gloriosos, que a todos os Brasileiros enchem de júbilo, e prevenir o que possa

(436) Carta de 20 de junho de 66, no arquivo da familia imperial. — Sobre as ultimas linhas, vêr no capitulo seguinte até onde iam as ilusões do Imperador e de todos em geral.

(437) Os grifos estão no original. Carta de 28 de setembro de 67.

criar embaraços á terminação da guerra do modo que todos a desejamos e esperamos” (438).

Não intervinha somente para acomodar interesses contrarios ou recompôr mal entendidos; adiantava-se tambem para evitar possiveis futuras susceptibilidades, como essa, do conde d’Eu, que comandaria o ultimo periodo da guerra: “Não será conveniente consultar meu genro sobre a substituição do Elisiario, como se fez a Caxias a respeito de Inhaúma? Todo o acôrdo entre os serviços de rio e de terra é pouco” (439).

As forças brasileiras haviam já occupado Assunção. Paranhos (Rio Branco) organisava ali o governo provisorio paraguaio, desempenhando uma missão unica no mundo, qual a de delegado de um Imperio compondo o governo republicano do inimigo. Mas não cessava a ciurmada. “Não sei a que melindre dos colegas se refere Paranhos — escrevia o Imperador a Cotegipe, ministro da Marinha, que o substitua interinamente na pasta de Estrangeiros — e o Sr. deve recomendar-lhe que continue a auxiliar o meu genro, como fazia até agora, só envolvendo-se no que é administração militar por pedido de meu genro” (440).

(438) Carta a Paranaguá, de 1 de março de 1868.

(439) Carta a Cotegipe, de 13 de dezembro de 69, no arquivo do mesmo.

(440) Carta citada.

CAPITULO XIV

GUERRA DO PARAGUAI — O ESPÓLIO DA CAMPANHA

Desanimo dos generais e tenacidade do Imperador — Retirada de Caxias da guerra — Censuras ao procedimento de Caxias — Verdadeiras razões dessa retirada — Nomeação do Conde d'Eu para a guerra — Gênese dessa nomeação — Primitiva opposição do Imperador — Correspondencia do Imperador com o conde d'Eu — Partida do conde d'Eu para a guerra — Acusações da Princeza Imperial a Caxias — O Imperador quer levar a guerra até o final — Morte de Lopez e fim da guerra.

I

A guerra prolongava-se indefinidamente. As forças de Lopez, apesar de muito reduzidas, sempre encontravam meios de escapular á nossa perseguição, aproveitando as condições favoraveis do terreno. Quasi cinco anos de luta! Os espiritos mais fortes iam aos poucos fraquejando. Todos começavam a manifestar cansaço. O desinteresse pela terminação da guerra era quasi geral.

Somente o Imperador não perdia o animo. Sua decisão de vencer e de ir até o fim era a mesma do começo da luta. Nada o desanimava. Nada o detinha. Mas êle começava a vêr, apreensivo, que os chefes não possuíam mais o entusiasmo de antes, e procuravam agora todos os pretextos para se retirar cada um para sua casa, no conchego do lar, ou para o confôrto das cidades, deixando o destino final da guerra entregue á inexperiencia ou á falta de autoridade dos mais novos.

Foi, então, uma nova e árdua taréfa do Monarca, a de dar animo aos desanimados, dar força aos fracos, reacender a chama amortecida de uns, apelar para o patriotismo de outros, pedir, quasi suplicar que não o abandonassem no fim da empreza que todos iniciaram juntos com o mesmo entusiasmo e a mesma vontade de vencer. “Porto-Alegre, escrevia êle a Paranaguá, compreende que não deve largar o seu pôsto antes de finda a guerra, e Caxias reconhece a dedicação do Visconde á causa que todos nós pleiteamos” (441). A Cotegipe êle dizia: “Estimo que Eliziario melhora breve de seu incommo, porém desconfio que influe nele, sobretudo, a vontade de retirar-se para o Brasil. Sinto que tal succedêsse, porque sempre estimei Eliziario como um dos nossos melhores officiaes de marinha, sempre pronto para o serviço” (442).

(441) Carta de 29 de dez. de 67, no arquivo do Instituto Historico.

(442) Carta de 25 de dez. de 69, citada por Wanderley Pinho, *Cartas do imperador D. Pedro II ao barão de Cotegipe*.

Paranhos (Rio-Branco), ministro de Estrangeiros, que estava no Prata em missão especial, também queria retirar-se. “Paranhos, escrevia o Imperador a Muritiba, ministro da Guerra, não deve retirar-se, e estou certo de que não apêlo em vão para o seu patriotismo. Tem servido muito bem e assim continuará a fazê-lo” (443). E, pouco mais tarde, a Cotegipe, esta recomendação que era quasi uma ordem: “Li com toda a atenção a carta do Paranhos. Já disse que sua permanencia no Paraguai é por ora indispensavel” (444).

No começo de 1870 seria a vez de Polidoro preparar-se também para abandonar a guerra. O Imperador logo se apressaria em recomendar ao genro, já então no comando em chefe do nosso Exército:

“A retirada de Polidoro não me agrada, e Você ha de vêr-se embaraçado para regular o serviço como até agora. Eu ainda insistiria com êle para que ficasse. Não me consta que a conservação de sua vida exija que êle volte para o Brasil. Você sabe como eu estimo Polidoro, e por isso ainda mais sinto que êle se retirasse. Eu lhe direi isto mesmo logo que o vir” (445).

(443) Carta de 15 de nov. de 69, no arquivo da familia imperial.

(444) O grifo está no original. Carta de 25 de dez. cit.

(445) Carta de 30 de jan. de 70, no arquivo da familia imperial.

II

Quando chegou a vez de Caxias abandonar tambem a guerra, o desapontamento do Imperador foi o maior. Essa retirada, nas condições em que se efetuava, qualquer que fôsse a sua razão ou procedencia, não podia deixar de afetar a marcha da guerra, de refletir sobre o animo já enfraquecido dos comandantes e comandados, dado o enorme prestigio de que gosava Caxias, tanto na tropa como, sobretudo, no corpo de officiais.

O Imperador, a principio, custou acreditar que Caxias tomasse a iniciativa de dar a guerra por terminada, apenas com os sucessos obtidos em Lomas Valentinas e a entrada de nossas forças em Assunção, e se preparasse para passar o comando em chefe ao seu substituto, quando Lopez, com um troço de homens bem decididos, se achava ainda de armas na mão, nas matas quasi que inexpugnaveis da Cordilheira. “Já escrevi ao Paranhos e ao Muritiba — dizia êle em carta a Cotegipe, sobre a licença pedida pelo Caxias, cuja presença ainda é indispensavel no teatro da guerra. Não creio que êle, em ordem do dia, declarasse a guerra terminada, como li no boletim do *Diario do Rio*” (446).

(446) Carta de 25 de jan.º de 69, em Wanderley Pinho *op. cit.*

Na carta a Paranhos, a que êle se referia, dizia o Imperador :

“Caxias não deve retirar-se por ora para o Brasil... Estou certo de que êle acabará realmente a guerra dentro de pouco tempo... Conheço Caxias desde que me entendo, e por isso posso falar com toda a confiança que o Sr. sempre tem observado” (447).

E a Muritiba, eram estas as suas palavras :

“A guerra está quasi acabada, porém não o está. Cumpre que Caxias não deixe uma empreza que levou quasi ao cabo do modo que dele sempre esperei... Sei quanto será penoso a Caxias continuar em sua missão ativamente, porém conto com êle até o fim completo da guerra. Espero que não tenha passado o comando ao Guilherme Xavier de Sousa, e que mesmo em tal caso volte ao seu pôsto, e nos dê em breve a noticia de que podemos descançar inteiramente” (448).

Noutra carta, ainda desse dia, tambem a Muritiba, êle voltava a insistir, com uma percepção exata dos acontecimentos :

“Caxias dá a guerra, a parte principal dela, pelo menos, por acabada, na ordem do dia que reenvio; mas, segundo desconfio, e Deus queira que me engane, Lopez quer manter-

(447) O original no arquivo do Itamarati.

(448) Esta carta, e outras, do Imperador a Muritiba, cujos originaes se encontram no arquivo da familia imperial, no castelo d'Eu, foram comunicadas pelo autor desta *Historia* ao Sr. Wanderley Pinho, que as publicou na *op. cit.*, sem dar, contudo, indicação da origem.

se no interior e aguardar os sucessos, e quanto mais tempo elle puder ali conservar-se, maiores serão os nossos sacrificios. Evitá-los quanto antes não é facil, sobretudo se Caxias não permanecer á testa do Exército, e por isso depois de tudo o que tenho meditado, ainda mais insisto na opinião que já manifestei. Não creio que elle passasse o comando ao Guilherme Xavier de Sousa, que chegou a Assunção no dia 14. Elle aguardará a deliberação do Governo, e tudo acabará bem como até aqui, graças principalmente ao Caxias”.

Este achava que competia á diplomacia acabar com o resto do dominio de Lopez no Paraguai. “Mas como — perguntava o Imperador na mesma carta — sem ficar provado que pela força não o pudemos conseguir? E se elle apenas se refere a medidas que auxiliem o emprego da força, a quem cumpre pôr remate na ação senão a elle? Estou certo de que Caxias não ha de ter esquecido a Lopez” (449).

A attitude de Caxias tornara-se-lhe quasi uma obsessão. “Tomara que Caxias não se houvesse enganado fazendo a declaração de que tinha a guerra chegado a seu termo, e não se criem esperanças cuja desillusão seja muito penosa” — voltava, no dia seguinte, em carta a Muritiba. Conformava-se, já agora, por não ter outro remedio, com a passagem do comando em chefe para as mãos de outro general; mas nutria ainda a esperança de que Caxias não se retiraria para o Brasil, mas aguardaria no Paraguai as ponderações do Governo. Escrevia

(449) Idem.

a Muritiba: “Leio no *Jornal do Comercio* que Caxias passou o comando a Guilherme Xavier de Sousa, que apenas foi para substitui-lo em hipotese que felizmente não se realisou; mas espero que êle não voltará ao Brasil, aguardando a resolução do Governo” (450).

A Paranhos (Rio-Branco), êle tornava a escrever, depois de uma entrevista que tivera com o irmão de Caxias: “Disse a José de Lima que escrevêsse ao irmão que sua presença no Paraguai era indispensavel pelos motivos que tenho exposto; que estava inclinado a julgar a guerra finda, mas que era necessaria a direção de Caxias, para que Lopez fôsse coagido a deixar o Paraguai, se não pudesse ser preso, e isto quanto antes” (451). E dias depois, noutra carta ao mesmo: “Não lhe (*a Caxias*) dou direito para adoecer, nem para deixar de ter fé na sua estrela, que brilha cada vez mais” (452).

III

Toda essa insistencia do Imperador tornou-se, porém, inutil. Caxias, a esse tempo, sem aguardar a deliberação final do Governo, já havia deixado definitivamente o Paraguai. Alegando o estado precário de sua saúde, retirara-se para Montevidéo e allí se preparava

(450) Carta de 26 de jan. de 69, no arquivo citado.

(451) Idem do mesmo mez e ano, no arquivo do Itamaratí.

(452) Carta de 31 do mesmo mez e ano, idem.

para prosseguir viagem até o Rio de Janeiro. Descobrimdo o motivo principal que o levara a proceder de uma forma tão irregular, dizia Cotegipe ao seu compadre Penedo, nosso ministro em Londres: “Caxias, por doente e por não ter mais *gloria pessoal* a ganhar (este é o meu juizo) retirou-se para Montevidéo, e é provavel que de lá venha para aqui” (453).

De fato, não tardou que êle chegasse á Côrte. Foi só então que o Imperador compreendeu que não podia mais contar com a sua colaboração na guerra. Não teve outro remedio sinão conformar-se com o fato consumado, e recorrer, para substitui-lo á frente do Exército, quando os generais, fatigados, doentes ou desinteressados da luta, quando não em rivalidades uns com os outros, abandonavam o Paraguai, aos serviços do genro, o conde d’Eu, que na impaciencia de seus 27 anos, aspirava, desde o inicio da campanha, dar azo ao seu espirito guerreiro.

“Vendo o Governo que tão cêdo eu não me poria em estado de voltar á campanha — participava Caxias a Osorio, num tom ironico e algo despeitado — nomeou outro general em chefe, que sendo moço e ativo, poderá com facilidade apanhar Lopez nas serras, para onde êle se meteu, pois que eu, velho e cansado, já não posso correr muito... Já estou safo do comando do Exercito, e hoje toda a minha ambição será empregada em me livrar

(453) Carta de 8 de fev. de 69, no arquivo do Itamarati. O grifo está no original.

de alguma pasta, de que sempre tive mais mêdo do que das baterias de Lopez” (454).

O procedimento de Caxias, abandonando o Exército contra a vontade repetidamente manifestada do Imperador, e dando a guerra por terminada, quando era evidente que o fim principal dela, pelo menos, isto é, a renúncia ao poder ou retirada de Lopez do Paraguai, não fôra ainda alcançado, era sem duvida um ato de indisciplina. Caxias não ignorava que uma dessas duas condições era considerada *sine qua* pelo Governo imperial, da terminação da guerra, o unico modo por que o Imperador entendia que ela devêra acabar. Aliás, o proprio Caxias sabia disso. Mezes antes, em carta a Paranhos (Rio-Branco), êle pedira a este que fôsse o intérprete junto ao Imperador do seu proposito de acabar a guerra “do modo *unico* (o grifo é do original) por que o Imperador admite que ela acabe” (455). O tratado da Aliança, por outro lado, era taxativo a este respeito. E não o declarara o proprio Caxias, em 1867, ao representante diplomatico americano no Paraguai, Washburn, quando este o convocara para saber as condições de paz do Imperio?

Num discurso memoravel, pronunciado perante o Senado, Caxias procurou depois justificar-se de seus erros. Alegou que se retirara do Exército com a devida licença do Governo, e que fizera essa retirada premido pelo máo

(454) Carta cit. por Rodrigo Otavio Filho, *Osorio*.

(455) Carta de 10 de set. de 68, em Wanderley Pinho, *op. cit.*

estado de sua saúde; e quanto ao fim da guerra, declarou, em evidente contradição, aliás, com os termos de sua ordem do dia de 14 de janeiro: "Nunca dei a guerra por acabada, apenas manifestei a minha opinião. Depois do que vi, depois do que se passou, eu não podia supôr que Lopez pudesse ainda continuá-la do modo como a tinha sustentado até então" (456).

A sem razão de Caxias é evidente. Sua saúde realmente não era bôa nessa época, Mas não a ponto de forçá-lo a fazer o que fez. A síncope que teve numa igreja de Assunção, de que tanto se serviram os seus correligionarios para justificar-lhe a saída do Paraguai, não era motivo para tanto. Cotegipe, seu grande amigo e companheiro de partido, que sempre o tivera em grande estima, dizia do Rio em carta a Penedo: "Caxias está aqui de volta, e não tão doente como se dizia. Não volta, porque não tem mais gloria a ganhar, e teme *gastar* a

(456) Discurso de 15 de julho de 1870. — Em sua ordem do dia de 14 de janeiro de 1869, Caxias havia dito: "Os importantissimos acontecimentos e vitorias as mais completas por nós alcançados, durante os memoraveis vinte e cinco dias do mez de dezembro proximo passado, puzeram termo, em minha opinião, á guerra do Paraguai. O ditador Lopez fuge atônito e espavorido diante de nossos soldados triunfantes, até que possa efetuar, se lhe fôr possível, sua fuga para fóra do Paraguai. Nas condições criticas em que nossas manobras e a intrepidez de nossos soldados o collocaram, restar-lhe-ia a pequena guerra de recursos, se a republica do Paraguai não estivesse, como está, completamente exausta dêles. A guerra chegou ao seu termo, e o Exercito e a Esquadra brasileiros podem ufanar-se de haver combatido pela mais justa e santa de todas as causas".

adquirida. A sua volta foi prejudicial. Que ninguem nos ouça — o homem está muito cheio de si” (457).

Respondendo, no Senado, ao discurso de Caxias, Zacarias fez-lhe vêr que êle se enganara, quando dissêra ter obtido licença do Governo para deixar o Exército. Caxias já concordava em que essa licença de fato não chegara a Assunção; mas que êle fôra aguardá-la em Montevidéo, *que era ainda distrito do Exército* (458). O sofisma aí era evidente. Em Montevidéo, dissera êle, avistara-se com Paranhos (Rio-Branco), ministro de Estrangeiros em missão especial ao Prata, e dêle soubera que o Governo lhe havia concedido licença para tratar de sua saúde no Brasil. Ora, as cartas que o Imperador escrevera nessa ocasião a Paranhos, citadas pouco atraz, não diziam tal.

IV

O que ficou positivo, é que Caxias se retirou do Exército porque lhe repugnava, conforme sua propria expressão em carta a Osorio, *dar caça a Lopez*. Entendeu que essa perseguição não estava á altura de sua glo-

(457) Carta de 8 de fev. de 69, no arquivo do Itamarati. O grifo está no original.

(458) De fato, em seu officio de 24 de janeiro de 1869, datado de Montevidéo, dizia êle que se retirara de Assunção para aguardar naquela cidade “resolução do Governo imperial a respeito da demissão que pedi do comando em chefe do Exército”.

ria de soldado. Julgou, por outro lado, e sinceramente, que a guerra, depois da debandada paraguaia em Lomas Valentinas, estivesse virtualmente terminada. Errou. "Apreciação inexata — fez-lhe vê Zacarias, com dureza — porque o acabamento da guerra, conforme o tratado da Aliança, consistia em derribar a autoridade de Lopez, e a autoridade de Lopez não ficou derribada em Lomas Valentinas; a fuga de Lopez naquele lugar importava necessariamente uma terceira fase da guerra, a campanha das Cordilheiras, prevista desde o principio, anunciada de certo modo ao retirar-se de Tebiquari, uma vez que a morte ou a captura não lhe embargasse os planos. O tempo confirmou o erro da apreciação da ordem do dia de 14 de janeiro: houve a campanha das Cordilheiras, que durou 14 mezes e custou ainda ao Imperio muito sangue e muito dinheiro" (459).

Zacarias era uma natureza intolerante, um homem rispido, desses que sentem prazer em admoestar os outros. Tinha aquella imaginação egoísta, que lord Beaconsfield attribuia a Gladstone, fecunda em maltratar os adversarios. Militando em partido oposito a Caxias, tendo com este velhas contas a ajustar, era natural que o não poupasse num momento em que se censurava com tanto rigor o procedimento do general. Mas Zacarias tinha razão quando attribuia a Caxias, ou melhor, á sua retirada do Paraguai, toda a desorganisação que sobreveiu em nossas forças em operações de guerra.

(459) Discurso de 18 de julho de 1870.

Cotegipe, amigo e correligionario de Caxias, dá o testemunho disso:

“A retirada do Marquez de Caxias, seguida por diferentes causas da de outros generais e officiais, não podia deixar de ser muito sensivel ao Governo... Esta occorrença inesperada para nós dificultou a nossa situação politica e militar no Paraguai. Um de seus mediatos ou proximos efeitos foi a paralisação das operações (dando-se assim tempo a que Lopez reuna novos recursos) e a especie de desmoralisação em que caiu o Exército, em cujo espirito inoculou-se a idéia de que seus trabalhos estavam findos” (460).

A debandada foi, de fato, geral. Pois não dissera Caxias que a guerra estava acabada? Os navios da Esquadra se puzeram logo a descer o rio, em demanda ao Brasil; e foi preciso que se mandassem ordens terminantes para que êles reganhassem as suas bases. No Exército, grande numero de officiais logo se preparou para abandonar a luta, a exemplo do comandante em chefe, inclusive o general Câmara (Pelotas), a quem o destino, caprichoso, reservaria, porém, a gloria de dar a estocada final em Lopez. E si a debandada não se tornou efectiva e geral, uma quasi *débaçle*, trágica em suas consequências, deve-se sobretudo ao espirito forte e organisador de Rio-Branco, que chegando a Assunção fez vêr a todos o engano de Caxias, e a terrivel perspectiva de uma duração ainda longa e penosa da guerra.

(460) Carta a Paranhos, de 22 de fev. de 69, Wanderley Pinho *op. cit.*

Cotegipe, com aquela sua calma habitual, escrevia nessa época ao compadre Penedo: “Caxias (que vae ser Duque) deu a guerra por concluida, deixando o peor a esfolar, porque é a parte ingloria. O Exército ia-se desiludindo e ficavamos sem paz nem guerra depois de tantos sacrificios e lutas heroicas. Temo-nos visto embaraçados e assentamos em nomear o conde d’Eu — que para lá parte a 30 do corrente. Esperamos que em maio tudo estará findo, e podia-o estar desde dezembro, se Lopez fôsse perseguido, como era de intuição” (461). No mez seguinte, noutra carta a Penedo: “Devendo estar finda a guerra em dezembro, demos tres mezes de respiro a Lopez, deixamos que o Exercito formasse a idéia de que estavam findos seus trabalhos, e quasi que tocamos a uma debandada geral. Mandamos o conde d’Eu, o unico que podia conter aquella gente, e confiamos em que êle acabe com aquele de uma vez... Esta procrastinação ha de fazer péssima impressão na Europa, como fez aqui. Entre nós — o culpado foi Caxias, que, arrostando as balas, não teve animo de arrostar as enfermidades” (462).

V

O Imperador ao conde d’Eu:

(461) Carta de 23 de março de 69, no arquivo do Itamarati.

(462) Carta de 6 de abril do mesmo ano, idem.

“Caxias pediu demissão do comando do Exército e Guilherme Xavier de Sousa, segundo o que ha poucos dias se reconheceu, não poderá substitui-lo convenientemente. Em tais condições, propuz a Você para esse cargo, porque confio em seu patriotismo e iniciativa. O Governo, que pensa como eu a respeito de Você, que é preciso livrar quanto antes o Paraguai da presença de Lopez (*sic*), julgou que se deve conceder a demissão a Caxias e nomear Você” (463).

A ida para a guerra representava, para o conde d'Eu, a efetivação de uma antiga aspiração. Desde quando voltara da Europa, em meados de 1865, depois da viagem de nupcias, e fôra juntar-se ao Imperador no Rio Grande do Sul, que todo o seu desejo era bater-se contra os Paraguaiois, em defesa das armas brasileiras. Sua presença defronte de Uruguaiana, ao lado do sogro, onde assistira ao cerco e subsequente rendição de Estigarribia, não lhe déra, porém, oportunidade de bater-se, por isso que a rendição se fizera sem a queima de um unico cartucho. Aliás, naquele momento, como se sabe, todos tinham a guerra, a parte principal dela, pelo menos, como virtualmente terminada, e não se acreditava possível uma séria resistencia do inimigo.

Desde, porém, que reconheceu que a guerra não somente seria longa, mas rude e cheia de sacrificios, o conde d'Eu não cessou de pedir ao Imperador e ao Governo licença para juntar-se ás forças dos Exércitos aliados. Sua situação tornou-se de fato bem difficil, sobretudo

(463) Carta de fev. de 69, no arquivo da familia imperial.

porque êle fôra feito, quando ainda noivo da Princeza, marechal do nosso Exercito, e se sentia justamente ferido em seus brios de militar não podendo cumprir com os deveres que lhe impunha a farda.

Não quizeram, porém, deixá-lo partir. Entenderam os Ministros e o Conselho de Estado que a sua presença não era conveniente na guerra. Podia suscitar, dada sua condição de membro da familia imperial e marido da herdeira do trono, certas rivalidades entre os nossos generais, e mesmo entre os generais aliados. Respeitando tais escrupulos, o Imperador concordou facilmente com a opinião dos Ministros e seus conselheiros. O conde d'Eu dirá, com justa razão, anos depois :

“Fiz todo o esforço possível para conseguir do Imperador que me permitisse acompanhar o Exército que ia transpôr o rio Uruguai e invadir o territorio paraguaio. Foi debalde, assim como o Governo imperial sempre se negou a anuir aos instantes pedidos que em 1866, 1867 e 1868, successivamente formulei para ser autorizado a ir juntar-me ao Exército que combatia no Paraguai, com qualquer pôsto que se me designasse” (464).

Quando ainda se achava no Rio Grande do Sul, o Imperador talvez não fôsse infenso, pessoalmente, á ida do Principe para o Exército. Mas Ferraz, o futuro barão de Uruguaiana, ministro da Guerra, que acompanhava o Monarca, a isso se opoz decididamente: “Eu não posso convir em tal, já lh'o disse e repeti”, escrevia êle

(464) Luis da Camara Cascudo, *O conde d'Eu*.

a Nabuco de Araujo. Este pensava nessa época de maneira diferente. Entendia até que o conde d'Eu era "o nosso melhor general, nesta terra de divisões e mesquinhas rivalidades". Achava "conveniente e muito politico a nomeação de Sua Alteza para general em chefe do nosso Exército, porque a sua qualidade de Príncipe ímporia silencio ás rivalidades dos generais e influencias politicas". Parecia-lhe que o Príncipe "ficaria ridicularisado se fôsse somente general de papel" (465).

Em outubro de 66, depois do desastre de Curupaití, quando as operações militares entraram num periodo de grande estagnação, o conde d'Eu voltou a insistir por que o mandassem para a guerra. Nomeado comandante geral da artilharia e, pouco depois, presidente da comissão revisora da legislação do Exército, sua presença fôra tida, porém, como indispensavel na Côrte, á frente dessas duas comissões, o que em verdade não passava de um pretexto para contê-lo na capital do Imperio. Ele logo se apercebeu disso: "Confesso que no fundo da minha alma tomei estas honras como pêas destinadas a afastar minha mente das operações de guerra" — dirá êle mais tarde ao Imperador.

A troca de cartas que êle teve nessa época com o sogro revela bem a situação delicada que se criara entre ambos, em risco até de influir na cordialidade de relações que sempre os havia unido. A longa carta que o Príncipe dirigiu ao Imperador, a 9 de outubro de 66,

(465) Joaquim Nabuco, *Um estadista do Imperio*.

implorando, quasi, que o deixassem partir, é um atestado não só da nobreza de seus sentimentos, mas ainda dos verdadeiros laços de simpatia que já então o ligavam ao Brasil (466).

VI

Confessando-se acabrunhado por se vêr privado de participar “das fadigas e glorias dos militares brasileiros no Paraguai”, perguntava o Principe quais eram as verdadeiras razões que tinham o Governo e o Imperador para se opôrem á sua partida para a luta:

“As que Vossa Majestade teve a bem dar-me, nas occasiões em que lhe manifestei meus desejos, sabe que não fizeram impressão no meu espirito. Ninguem está mais penetrado do que eu da necessidade de manter o Brasil boas relações com todas as nações, e muito especialmente com aquelas que a natureza lhe deu por vizinhos. Ninguem, portanto, está mais convencido da importancia sobretudo moral da Triplice Aliança, e da obrigação de não descuidar nada para conservá-la. Não posso, porém, compreender como minha presença nos acampamentos ou mesmo nas capitais dos nossos Aliados, havia de fornecer a estes, não digo motivo, mas nem pretexto para quebrar o pacto que os une á nossa causa. Em todos os tempos semelhantes viagens internacionais ou visitas de personagens foram, ao

(466) Os originaes das cartas trocadas entre o Imperador e o conde d'Eu, citadas neste Capitulo, acham-se depositados no arquivo da familia imperial, no castelo d'Eu, em França.

contrario, ocasião de demonstrações de cortezia, ou mesmo foram tidas por penhores de amizade. Não vejo porque não havia de ser o mesmo por cá, nem creio os Argentinos tão tôlos para afigurarem-se que eu, o esposo de vossa filha *mais velha* (467), fôsse enviado para estabelecer um vice-reinado em Buenos Aires ou em Assunção.

“Mas quererá dizer que este meu anhelô de ir pelear contra os ofensores do Brasil é desarrazoado?” — perguntava depois com um *panache* bem proprio de seus 24 anos. “Que mostra, ou uma mania sangrenta ou ambição? Pois seja ambição! Creio que posso confessá-lo sem passar por um novo Maximiliano, e que se ha ambições justificadas, esta o é. Porei de parte aquela especie de brio militar, que com o sangue me gira nas veias, herança de Roberto o Forte, de São Luiz, de Henrique IV, mesmo de Luiz Filipe (pois o Rei da *paix à tout prix* tinha começado sua vida politica dando pancada nos invasores de sua patria e não pouco lhe serviu depois esta lembrança) ”.

Respondeu-lhe o Imperador no dia seguinte:

“...Jamais me opuz a que meu filho prestasse seus serviços onde quizesse — dentro do Imperio”, acentuava. “São menos brilhantes na actualidade, falam menos á massa do povo, mas os que pensarem, ao menos como eu, não lhes acharão o menor inconveniente, ao mesmo tempo que se lhes afigurará havê-los de importancia na presença de um membro de minha familia em qualquer das Republicas visinhas, onde infelizmente lavra ciume do Brasil, que não é uma ocasião destas que se procurará destruir por um meio que pode dar-lhe mais um forte pretexto. De certo que sua presença não ha de provavelmente romper a Aliança, e eu nunca disse tal; mas pode dar azo a lhe criarem embaraços, e

(467) O grifo está no original.

nossa gloria consiste em auxiliar e jamais estorvar nem de longe a facil terminação da guerra”.

E rematava :

“Minha opinião não basta, sobretudo no sistema que nos rége; se a maioria dos conselheiros da Corôa entender que sua ida para o Exército é de vantagem á causa publica eu, tranquilo em minha consciencia, ficarei fazendo votos a Deus pela felicidade de meu filho”.

O Conselho de Estado, como era de prevêr, opoz-se mais uma vez á partida do Principe, mesmo como simples comandante da artilharia. Aliás, o comando em chefe acabava de ser confiado a Caxias, e não era possivel afastá-lo d'esse cargo para dá-lo ao conde d'Eu. Nabuco achava já agora que a ida do Principe era *inconveniente*. E punha a questão neste dilema: “Ou Sua Alteza vai em uma posição subordinada, que repugna com a sua patente superior, ou vai com uma posição independente, que infringe a unidade que se teve em vista na nomeação do marquez de Caxias” (468).

Para contornar, até certo ponto, a opposição do Conselho do Estado, o Principe havia escrito ao Imperador, dizendo que se não o deixassem partir “sob as ordens do marquez de Caxias ou de outro general em chefe”, abandonaria o cargo de comandante geral da artilharia, cujo “exercicio aqui me parece sem efficácia enquanto durar o estado de guerra”.

(468) J. Nabuco, *op. cit.*

Era clara, aí, a ameaça. Nesse terreno, a controvérsia assumia caráter mais grave. E para que não enveredasse por caminho peor, resolveu o Imperador dá-la por finda na carta de 16 de outubro. Seus termos severos revelam bem o dissabôr que lhe causava a insistência do Príncipe:

“Todos sabem que meu filho tem querido e quer ir para a guerra, e se não o faz é porque reconhece dever sujeitar sua opinião á de pessoas melhor instruidas dos negocios publicos do que meu filho, o que não fica mal a ninguem, sobretudo a um moço que pela sua posição presente e ainda mais futura, deve empenhar-se em mostrar que não está dispôsto a colocar seu alvitre acima dos conselhos de quem tem direito de dá-los. O procedimento que pretende ter parece um apêlo para a opinião dos que é de presumir se deixem arrastar por considerações menos fundadas; e si, conforme minha opinião, prejudica a meu filho, dá tambem e sobretudo motivos a apreciações desagradaveis para outros! Lembro-lhe pois que pense ainda sobre o passo que quer dar, e antes fazê-lo fale mais uma vez a Paranaguá (469), que talvez sugira em ultimo caso algum meio menos inconveniente de meu filho ficar tranquilo a respeito dum conhecimento geral dum desgôsto, que tanto mais o honrará quanto, apezar dêle, meu filho evitar tudo o que possa causar embaraços na presente quadra”.

VII

Afinal, a retirada de Caxias, em 1869, ofereceu ao Príncipe a oportunidade de realizar sua grande ambição

(469) Ministro da Guerra.

de partir para a guerra. O momento não era, certamente, o mais estimulante, quando a imaginação popular se mostrava fatigada com a serie de brilhantes vitórias alcançadas pelos generais brasileiros, e começava a desinteressar-se pelos acontecimentos de uma luta que se prolongava ha quasi cinco anos.

Sua nomeação de cômandante em chefe não prometia, assim, grandes glorias nem grandes projeções, embora parecesse certo que lhe estava reservado o papel historico de fazer calar o ultimo soldado de Lopez. Por outro lado, apesar de êle poder contar, sob suas ordens, com alguns generais de valor, Osorio entre outros, é certo que não teria mais a maioria dêles, ou porque a morte os ceifara no campo da luta, como a Andrade Neves, barão do Triunfo, como a Gurjão, como a Jacinto Machado Bittencourt, ou porque se haviam já retirado para o Brasil, como Argolo, visconde de Itaparica, como Polidoro (470), como Inhaúma.

Por tudo isso o conde d'Eu fazia um sacrificio — porque era um sacrificio — tomando a si a responsabilidade do periodo mais ingrato da guerra, o mais inglório, o mais despido de láureas, prestando-se ao papel que a Princeza sua mulher chamava de *capitão do mato atraz de Lopez*. Esta, aliás, bem que poz todo o empenho para impedir que o marido partisse; e a resistencia que lhe ofereceu o Principe é outro capitulo a seu favor.

(470) Polidoro voltaria mais tarde para a guerra, e ainda combateria sob as ordens do Principe.

Quando ela soube da resolução do Imperador, de consentir que o marido partisse para o Paraguai, seu desespero foi o maior. Não se conteve, nem em suas lagrimas, nem em suas mágoas. E com raciocínios bem femininos, desabafou ao pai nestas linhas:

“Meu querido Papai — Gaston chegou ha tres horas, com a noticia de que Papai estava com um desejo vivissimo de que êle fôsse já para a guerra. Pois será possivel que Papai, que ama tanto a Constituição, queira impôr sua vontade aos Ministros, ou que estes sejam bastante fracos de carater para que um dia digam branco e outro preto! Teriam êles unanimemente e ao mesmo tempo mudado de parecer, como Papai!!! Porque não convidam o seu Caxias (471) para voltar para lá? Êle já está melhor, e os medicos lhe recomendaram os ares de Montevidéo. Pois será Gaston que sem mais nem menos vá já para a guerra, só porque houve boatos de sublevação de Rio Grandenses? E é Papai que acredita logo nisso, quando tantas vezes recusa crêr o que se lhe está asseverando?

“Lembro-me, Papai, que na cascata da Tijuca, há tres anos, Papai me disse que a paixão é céga. Que a sua paixão pelos negocios da guerra não o tornem cêgo! Além disso, Papai quer matar o meu Gaston: Feijó recomendou-lhe muito que não apanhasse muito sol, nem chuva, nem sereno; e como evitar-lhe isso quando se está na guerra? Caxias não pode ficar lá porque tem uns ataques de cabeça que podem-se curar, e além disso poderia ficar em Montevidéo (472), onde se dá bem; e seria o meu Gaston que

(471) *Seu Caxias* porque estava no poder um Ministerio conservador, isto é, do mesmo partido que Caxias, presidido pelo visconde de Itaboraá.

(472) “A Marquiza podia tambem ir — acrescentava a Princeza tres dias depois; e eu não iria com o meu Gas-

iria apanhar por lá uma doença do peito, que muito raras vezes se cura? A falta de meu bom Gaston seria muito mais prejudicial para o Brasil do que a de Caxias — e agora que ha colera em Montevidéo! O que Papai saberá é que se Gaston fôr para Assunção, para lá tambem irei com a minha Rosa (473), que compartilha bem minhas dôres. Irei até o fim do mundo com o meu Gaston.

“Papai talvez faça idóia do que estou sofrendo, e por isso perdoe-me se disse alguma inconveniencia. Queime a carta, mas conserve bem no espirito o que lhe digo. Preciso desafogar-me, e só chorando não posso fazê-lo. Espero em Deus que o meu Gaston ainda não irá. Pode talvez a guerra estar acabada até que venha a resposta do Paranhos (474). Podem vir outras coisas.

“Meu Deus! Meu Deus! Não sei verdadeiramente como veio essa decisão súbita, quando o que agora só o que se tem que fazer é o papel de capitão do mato atraz do Lopez. Pois para dirigir de Assunção (Papai mesmo me disse que não era o papel de Caxias, o de ir êle mesmo atraz de Lopez) (475), basta outra pessoa. Os Rio Grandenses constituem pequena parte do Exército.

ton? Se se vai supôr quanta coisa ha, tambem poderiam pensar que ela iria para lá para ser imperatriz do Paraguai” (Carta de Petropolis, 25 de fev. de 69, no arquivo da familia imperial).

(473) Dona Rosa de Sant’Ana Lopes, baroneza de Sant’Ana, que vivia ao lado da Princeza, como dama de honra, desde o dia de seu nascimento.

(474) O Governo tinha consultado o conselheiro Paranhos (Rio-Branco), ministro de Estrangeiros em missão especial no Prata, sobre a conveniencia da ida do conde d’Eu para o Paraguai, como comandante em chefe.

(475) O Imperador procurava, naturalmente, justificar aos olhos da filha o procedimento de Caxias, abandonando a guerra, sem querer trair o descontentamento que isso lhe causara.

Adeus, Papai, perdoe-me!" (476).

VIII

Apezar da *bonne grâce* com que aceitou o comando em chefe de nossas forças no Paraguai, num momento que não era o mais promissor para sua gloria de soldado, o conde d'Eu não tardou em cansar-se, como os demais generais, com a monotona perseguição que se fazia a Lopez. Também acabou por desinteressar-se da luta, o que era tanto menos desculpavel quanto êle não curtira longos anos de permanencia no Paraguai, como acontecera com os generais que o haviam precedido, mas lá estava havia poucos mezes apenas.

Por isso mesmo o Imperador não foi menos severo com o genro do que fôra antes com relação aos demais.

(476) Carta de Petropolis, 22 de fev. de 1869, no arquivo da familia imperial. — Encaminhando ao Imperador a carta da Princeza, dizia o conde d'Eu na mesma data: "Juntamente com esta receberá Vossa Majestade a queixa da Isabel. Ela esteve muito comovida, e eu não quiz impedir esse desabafo, que sempre poz termo ás lagrimas. Sobre o argumento da saúde, repetirei o que disse hontem: êle só poderia pessar na balança no caso em que eu estivesse em perigo de vida, o que felizmente está longe de ser. Tenho, segundo o Feijó me disse, a laringe e os nervos um pouco fracos, e este estado exacerba-se com a humidade, como exacerbou-se o ano passado. Mas este verão estou muito melhor, e demais a mudança de ar e o exercicio a cavalo sempre me fazem bem. Enquanto a ida de Isabel á Assunção, excusado é dizer que não a acho conveniente. Quando muito, poderia ir até Buenos Aires. Mas eu não quiz aumentar o desgosto dela, entabolando sobre isto uma discussão que na ocasião ainda não é necessaria". — E' sabido que a Princeza imperial não acompanhou o marido á guerra.

Suas cartas dessa época, estimulando-o para que não abandonasse também a luta, pedindo-lhe que não o deixasse só no dever de acabar com a tirania de Lopez no Paraguai, dão bem a prova de quanto estava empenhado em levar a guerra até o fim.

“Você não deve retirar-se para o Brasil sem ordem do Governo — dizia êle seis meses depois do genro assumir o comando em chefe. Eu disse aos Ministros que você ao sair daqui pensava, como eu, e êles ainda pensam, que só terminaria definitivamente a guerra com a prisão ou a fuga de Lopez do territorio paraguaio” (477). Dois mezes depois voltava a insistir: “Você não deve nem pode, se não quizer ser contraditorio, deixar o comando quando ha que debelar 4 mil homens de Lopez, e mesmo estando você aí, com a sua autoridade e prestigio, terão que custar a reunir os meios necessarios para proseguir na tarefa, cuja perfeita solução *todos* esperam de você. Se não confiasse no seu patriotismo, muito desanimado estaria; mas estou certo de que você não me abandonará nesta empreza de honra e, agora, de socego *verdadeiro* para o Brasil, principalmente” (478).

Esta carta iria cruzar-se com a que lhe escreveria o Principe a 28 do mesmo mez: “Quanto á minha permanencia aqui, resigno a ela, enquanto houver voluntarios da patria, pois tomei a peito protegê-los. Mas persisto em julgá-la sem utilidade para o proseguimento das ope-

(477) Carta de 30 de out. de 69.

(478) Carta de 14 de jan. de 70. — Os grifos estão no original.

rações... Eu mesmo já não me sinto capaz de dar quaisquer ordens. Aqui pois estou peando o Vitorino (479), o qual, sem que o confesse, sonha com ocupar o primeiro lugar. Sem lhe reconhecer uma grande inteligência, o considero muito proprio para a atual situação, onde já não há que receiar do inimigo, pois tem energia, atividade e desejo de brilhar, qualidades estas que já me vão faltando”.

No mez seguinte ainda lhe ponderava o Imperador: “Além das considerações que lhe fiz quanto á necessidade de seu comando do Exército, reflita sobre o que sucederá com outro comandante em chefe, quando você me diz do Vitorino o que leio na carta a que respondo. O desejo de mando e a insubordinação hão-de revelar-se claramente em muitos chefes, e a causa disto seria a retirada de você, o que por todos os motivos afligir-me-á dolorosamente” (480).

IX

A decisão de não descansar as armas enquanto não se verificasse a derrota completa do ditador paraguaio, de *ir até o fim*, custasse o que custasse, jamais diminuiu, como se vê, no animo do Imperador. Por isso acusaram-no de crueldade, não tanto para com o Exército inimigo,

(479) General Vitorino Monteiro, barão de São Borja, comandante do 2.º corpo de Exército; Osorio comandava o 1.º corpo.

(480) Carta de 15 de fev. de 70.

mas sobretudo para com Solano Lopez, que fugira para as matas de léste com um troço de homens decididos a lutar até morrer.

Não resta duvida em que a perseguição tenaz, inexoravel, a Solano Lopez, só se fez porque assim o quiz o Imperador. “Com Lopez não trataremos, cumpre que saibam isto lá bem claramente”, já prevenira êle a Saraiva em 1866. E quatro anos depois, em carta ao genro, dizia: “O fim do tratado da Aliança é a destruição do poder de Lopez, de modo a que os Aliados não se vejam obrigados a manter forças suas no Paraguai, afim de impedir o restabelecimento desse poder” (481).

Qual seria, afinal, o verdadeiro objetivo do Imperador, com essa perseguição impolitica, se se pode dizer assim, e que só serviu ou serviu sobretudo para emprestar á memoria do caudilho paraguaio uma aureola que esteve longe de merecer? Para explicação dessa teimosia do Imperador teceram-se toda a sorte de versões, não sendo das menos inverosimeis uma suposta desafronta imperial, ofendido que se sentira o Monarca com a pretensão de Lopez á mão de uma das princezas brasileiras.

“A attitude que o Governo brasileiro assume nessa questão — dirá Joaquim Nabuco — foi sempre imputada ao Imperador e a verdade é que excepto o Imperador, nenhum estadista se preocupava da sorte de Lopez, uma vez o Paraguai vencido. O Imperador, porém, não queria recommençar; a paz definitiva era para êle insepa-

(481) Carta de 10 de março seguinte.

ravel da deposição de Lopez e de seu afastamento do Paraguai” (482).

É que êle queria uma paz que fôsse realmente *definitiva*, com a vitoria do Brasil e a pacificação completa do Paraguai, e que ficasse, ao mesmo tempo, como um exemplo a todo caudilho dos Estados visinhos, que tentasse repetir contra o Imperio a triste proeza de Lopez. Desde o começo da guerra que êle se manifestou decidido a só fazer a paz nas condições que entendia serem as mais honrosas para o Brasil e para o conceito da Monarquia brasileira na America. Estava-se ainda em outubro de 1866, e já êle recomendava a Caxias, então em véspera de seguir para a guerra, que não se afastasse em nada, neste assunto, das instruções que levara do Governo. *Não lhe dou liberdade neste ponto*, dizia.

Quando o general Mitre entrou a confabular pessoalmente com Lopez, naquele ano de 1866, o Imperador, no Rio, começou a recear que o ditador paraguaio pudesse persuadir a Mitre de assinar uma paz em separado, e obrigar assim o Brasil a depôr as armas. “Mitre é arrastado, escrevia êle a Paranaguá, e me pretende arrastar a uma paz que a nossa honra não nos permite aceitar” (483). Desde então êle ficou de sobre-aviso, e uma possível defecção do general argentino é uma hipotese que não sai mais de suas cogitações. “É preciso que Caxias se convença bem da firmeza de resolução do Go-

(482) *Um estadista do Imperio.*

(483) Carta de 9 de dez. de 66, no arquivo do Instituto Historico.

verno, e no caso de poder operar sem Mitre o faça para conseguirmos o que a nossa honra exige: ou a derrota de Lopez numa batalha ou o seu rendimento sem condições. Tenho muito medo da diplomacia e de Mitre” (484). A Saraiva êle já disséra, um ano antes: “Receio muito da diplomacia em certos casos” (485).

O medo da diplomacia, no caso, era o receio de ser moralmente forçado a aceitar os bons officios de alguma nação estrangeira, neutra no conflito. *Nada de diplomacia nos negocios da guerra* — era a frase que usava em carta a Sá e Albuquerque, ministro de Eſtrangeiros, em 1867. No ano seguinte, rematando um bilhete a Paranhos (Rio-Branco), dizia: “Remessa de forças e mais forças, que é a melhor diplomacia na actualidade” (486).

Quando os Estados Unidos nos ofereceram sua mediação, declinada, aliás, como haviam sido e seriam as de outros paizes, o Imperador mandou que dissessem a Caxias: “Saiba que por ora ganhamos tempo, e depois não havemos de aceitar mediação, devendo êle proceder sempre conforme as instruções que levou, afim de quanto antes conseguir qualquer dos dois resultados que unidos me farão depôr as armas” (487). Os dois resultados eram: deposição ou expulsão de Lopez do Paraguai. O mesmo dirá ao genro tres anos mais tarde: “Somente

(484) Carta de 12 de janeiro seguinte, idem.

(485) Referido por Wanderley Pinho *op. cit.*

(486) Carta de 17 de agosto de 68, no arquivo do Itamarati.

(487) Carta de 27 do mesmo mez e ano.

considerarei o nosso empenho satisfeito em qualquer das hipoteses que já lhe figurei numa de minhas cartas" (488).

Em março de 67 a mediação americana continuava a preocupá-lo: "Ainda pensei na mediação americana a noite passada, escrevia a Sá e Albuquerque; cumpre não lhe dar a menor aberta" (489). E quando previa a vitoria de Humaitá, pouco depois, êle punha em guarda o mesmo Ministro: "Ê preciso estar tudo prevenido para o caso do Ministro americano querer oferecer mediações ou bons officios depois de uma vitoria nossa, mesmo que Lopez cáia do poder" (490).

X

As forças de nossos dois Aliados diminuiam de dia para dia. O peso enorme da guerra recaia, assim, aos poucos, sobre os hombros do Brasil. "Penso que ficaremos quasi sós contra o exercito de Lopez", já previra o Imperador em janeiro de 1867 (491). Pouco mais tarde escrevia a Sá e Albuquerque: "Se mostrarmos energia, os Aliados nos acompanharão ou terminaremos sós e ainda com mais gloria a guerra de honra em que estamos empenhados. Ê preciso que saibam no Rio da

(488) Carta de 10 de março de 70.

(489) Carta de 22 de março de 67.

(490) Carta de 4 de maio seguinte.

(491) - Carta de 31 de janeiro do mesmo ano.

Prata de nossa firme resolução e vejam que temos meios de levá-la a cabo” (492).

Essa sua certeza no successo final de nossas armas, com Aliados ou sem Aliados, era inabalavel. Tinha em seu povo uma *fé robusta*, como dizia. “Ninguem é mais pacífico do que eu, escrevia a Paranhos (Rio-Branco), porém creio que tenho feito bem em conservar sempre a mesma fé no resultado da nossa guerra de honra e de politica tambem” (493). No mez seguinte insistia: “Bem sabe que não sou dos desanimados; mas a minha sofreguidão de vê a guerra concluida *como ela deve e ha de ser* concluida, é natural” (494).

A Cotegipe, escrevia em outubro de 68: “Quanto ao fim da guerra, já tenho dito o que penso, estando certo de que Caxias á testa do Exercito, entusiasmado pelos recentes feitos, se apressará em livrar o Paraguai de Lopez, vencendo os ultimos obstaculos que restam”. E em janeiro seguinte voltava: “Não posso considerar a guerra terminada com menoscabo de nossa honra, sobretudo quando creio que, persistindo, se conseguirá o fim da guerra como todos desejamos” (495).

Um mez depois, quando Caxias se dispunha a abandonar o Paraguai, sob o pretexto de que a guerra findara praticamente com a occupação de Assunção pelas

(492) Carta de 7 de março seguinte.

(493) Carta de 5 de out. de 68, no arquivo do Itamarati.

(494) Carta de 30 de novembro seguinte, no arquivo citado. Os grifos estão no original.

(495) Wanderley Pinho, *op. cit.*

nossas forças, o Imperador fazia sentir a Paranhos (Rio-Branco), em missão especial ao Prata: "Lopez e sua influencia representam um sistema de governo com o qual não podemos ter segurança, ao menos enquanto os anos não operarem uma mudança. Cumpre, pois, destruir completamente essa influencia, direta ou indireta, capturando ou expelindo Lopez, por meio do emprego da força, do territorio paraguaio" (496).

Quando o desenlace da luta começou, afinal, a tornar-se uma coisa certa, e ficou de antemão assegurada a vitoria completa de nossas armas, a preocupação do Imperador foi toda para o destino de Lopez, acuada nas matas pelas forças do conde d'Eu. Solano Lopez era certamente um homem bravo, e disto deu varias provas, sendo a ultima e a mais impressionante delas a sua propria morte; e tinha, a par disso, outras qualidades não comuns. Mas era sem nenhuma duvida um sanguinario, um desses tipos degenerados, que a Historia, infelizmente, está acostumada a encontrar de vez em quando, um pouco em toda a parte, mesmo nos paizes de grande cultura. Foi esse sanguinario, que pelos seus proprios atos se colocara fóra da lei natural, que o Imperador quiz a todo o custo castigar.

Ninguém pode dizer, honestamente, que êle desejasse a morte do tirano. A cultura de seu espirito, os principios cristãos que a alimentavam, a generosidade, sempre grande, de seu coração, como ainda todos os atos de sua

(496) Carta de 31 de jan. de 69, no arquivo do Itamarati.

vida, tudo nele se revoltaria contra um sentimento menos humano para com o ditador paraguaio. Mas êle exigia o seu castigo, que devia consistir unicamente na deposição e expulsão para fóra do paiz que tanto infelicitava.

Quando correu o boato de que Lopez conseguira escapar-se a bordo de um vapor americano, o Imperador escreveu a Muritiba, então ministro da Guerra: "A noticia da fugida de Lopez para fóra do Paraguai será uma bôa noticia..." (Carta de 9 de outubro de 1868) (497). E noutra carta, do dia seguinte, ao mesmo Ministro: "...Bem conhece qual minha opinião sobre o aprisionamento deste (*Lopez*), que devemos soltar, com a condição de ir para a Europa, caso cáia em nosso poder". A Cotegipe êle escrevia, em fevereiro do ano seguinte: "Todos os instantes se deveriam aproveitar para a captura ou expulsão de Lopez do territorio paraguaio". E a 31 de agosto: "As noticias são excelentes, mas Lopez não foi ainda expellido do Paraguai" (498).

XI

Afinal, depois de lutar bravamente até o fim, o tirano é morto em combate, de espada na mão, como devem morrer os militares. O Imperador recebe a grande noticia. Regosija-se com isso? Não. Certamente que êle

(497) Arquivo da família imperial.

(498) Wanderley Pinho, *Cartas do imperador D. Pedro II*, cit.

se congratula com o feito, não por êle mesmo, mas porque representa o fim real de uma luta na qual o Brasil empenhava, havia cinco anos, enormes sacrificios de vida e de dinheiro, todo o futuro da nacionalidade.

Na carta que escreveu ao genro, no momento preciso em que recebeu a noticia da morte de Lopez, não ha uma só palavra que possa ferir a memoria do tirano desaparecido: "Caro filho. Tudo é alegria por aqui, e não posso melhor exprimir o que sinto por você do que dando-lhe um abraço. Não devia acusar-me de descrenças e outras criançadas (499), quando eu só pensava na felicidade de meus patricios e na de meu genro, cuja missão terminou tão gloriosamente. Camara (500) teve o titulo do avô, visconde de Pelotas com grandeza, e brevemente será marechal como você, e todos julgam que êle o merece. Quando o vir dê-lhe um abraço de minha parte. Assim como a Paranhos (501), que tanto fez

(499) A descrença, não em nossa vitória, mas na derrota completa dos Paraguaíos e consequente prisão de Lopez, chegou quasi a invadir tambem o espirito forte do Imperador. Justamente no dia em que o ditador era morto ás margens do Aquidaban, êle escrevia ao genro: "A prisão de Lopez acho-a quasi impossivel; mas sua fugida para a Bolivia, para aquem do Paraná ou para onde absolutamente não possamos aniquilar o resto de sua força, que talvez não se saiba qual seja, mas segundo os dados fornecidos cálculo de mil a dois mil homens, em geral mal armados, parece-me não só possivel, mas provavel" (Arquivo da familia imperial).

(500) General Corrêa da Camara, que comandara o pelotão que enfrentara e matara a Lopez.

(501) Rio-Branco, como se sabe, organisava em Assunção o governo provisório paraguaio.

para o brilhante resultado que os Brasileiros alcançaram contra Lopez” (502).

Longe de rejubilar-se com a morte do tirano, nas condições tragicas que a cercaram, êle teria preferido vê-lo antes prisioneiro, como o confirmará mais uma vez nesta carta ao conde d’Eu: “Sei pelo José Simeão (503), que assistiu á perseguição e ouviu a Camara o que se passou depois que êle o deixara, como succedeu a morte de Lopez, que podia ter sido feito prisioneiro”. E acrescentava, receoso, com justa razão, de que essa morte em combate não ficasse amplamente reconhecida, e pudesse, mais tarde, ser fantasiada num assassinato: “Infelizmente perdeu-se todo o arquivo, segundo parece, e não se fez exame do cadaver de Lopez, para ficar reconhecido por um auto, e saber-se que feridas o mataram, e talvez os Paraguaiois já o tivessem desenterrado e feito desaparecer” (504).

(502) Carta de 19 de março de 1870.

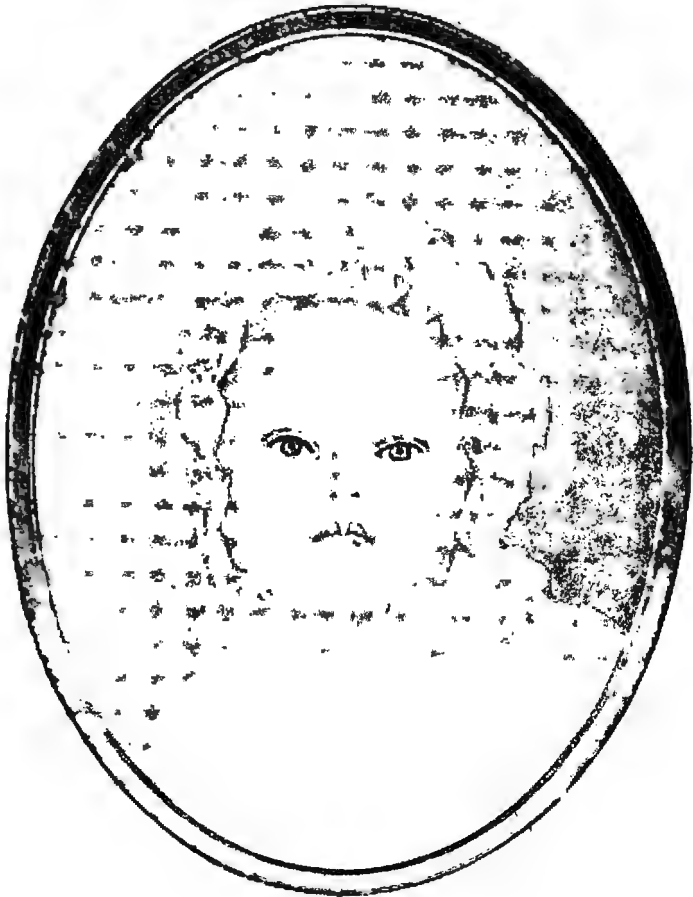
(503) Major José Simeão de Oliveira, que dirigia a perseguição a Lopez.

(504) Carta de 5 de abril de 1870. Carta de Muritiba, ministro da Guerra, a Paranhos (Rio-Branco), do dia anterior: “O Imperador admirou-se de que o Camara não fizesse autenticar a morte de Lopez por meio de um exame em regra para ser devidamente publicado. Entende êle que isso ainda pode ter lugar, por saber-se que foi sepultado em uma choupana proxima á sua tenda, depois de se lhe sacar a sobrecasaca e o colete de pano azul, deixando o cadaver com as botas e a calça tambem azul agaloada. Se V. Ex. pensar que é possivel satisfazer o desejo de Sua Majestade, cuido que não será máo”. (Cit. por Pinheiro Guimarães, *Um voluntario da Patria*).

A perfeita compostura do Imperador foi a ponto de recusar aceitar para si a espada de Lopez, apanhada no acampamento do ditador, e guardar um album, objectos que lhe mandavam do Paraguai, como troféos de guerra: "Entregaram-lhe a caixa e a espada que foi de Lopez? indagava êle a Muritiba. O album contem atas de oferecimentos que fizeram as Paraguaias dos diversos partidos territoriais, de suas joias e alfaias, para sustentação da guerra. Entendo que deve ser entregue ao Governo paraguaio, mas intercedendo o nosso Ministro a favor dessas Paraguaias, e sobretudo dos membros de suas familias, varões, afim de que não sofram por causa de tal oferecimento, se isso fôr preciso. Eu, em nenhum caso, fico com o album. A espada, embora não tomada em combate, talvez possa ir para o Museu Militar" (505).

(505) Carta de 20 de abril de 1870. — A referida espada fôra encaminhada com a seguinte carta do conde d'Eu ao Imperador, datada de Humaitá, 29 de março de 1870: "Pelo Maciel, do vapor *Alice*, mando a Vossa Majestade uma espada, apanhada no acampamento de Lopez. Quando estive em Conceição, correu que tinha aparecido entre nossa gente uma espada de Lopez muito rica. Mandeí que Câmara a procurasse, e êle me disse que o coronel Joca a tinha descoberto e m'a entregaria. Joca, porém, quando veio a Assunção, apresentou, em lugar da espada rica, essa que leva o escudo de armas usado pelos reis da Inglaterra nos principios deste seculo. Não sei como veio parar no Paraguai. Quanto á verdadeira rica, foi descoberta depois em poder da Linch, a qual provavelmente a compraria de algum dos nossos, como fez para o album". — Tanto o album, a *espada rica* e a que tinha as armas inglezas, se acham hoje conservadas no Museu Historico, do Rio. Seu actual director, Sr. Gustavo Barroso, faz-lhes interessantes referencias no livro *O Brasil em face do Prata*.

★ Este trabalho foi composto e impresso nas oficinas da Empresa Grafica da "Revista dos Tribunais", á rua Xavier de Toledo, 72 — São Paulo, para a Companhia Editora Nacional, em Outubro de 1938



. O IMPERADOR CRIANÇA

Pastel que pertenceu á sua mãe, a imperatriz Dona Leopoldina, e atualmente na posse de seu neto, o principe Dom Pedro de Oléans Bragança.

Meu querido Pae e meu Senh^{or}
 Tanto tantas Saudades de
 V. M. e tanta penna
 de Me mã beijos a mã

como Ardiente e respeito
 zo filho

Paco a V. M. Pedro

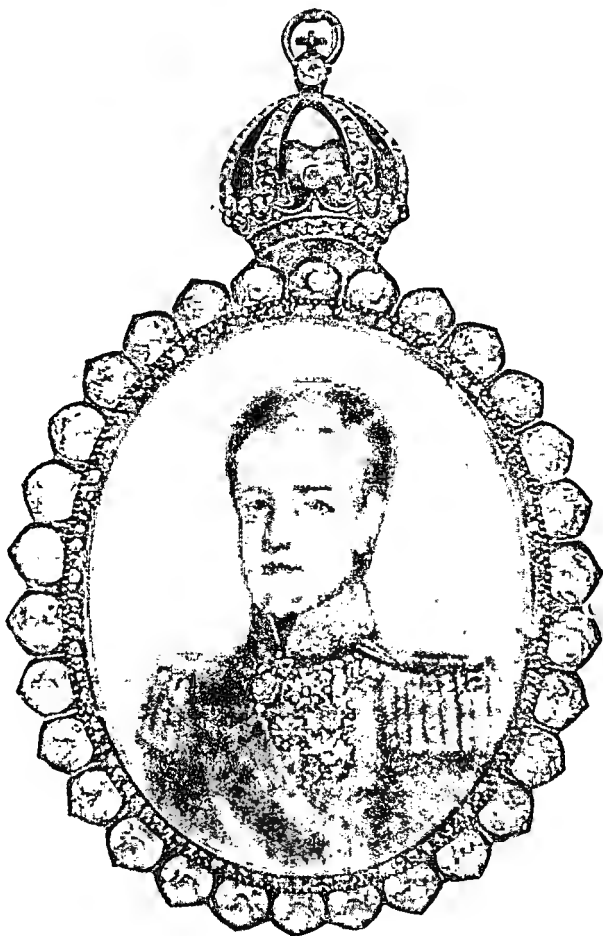
I hum bocadinho

de sabão de V. M. e

As mãs *crianças sempre teyamen e*
beijos a mãs de V. M. e

Primeira carta autografa do Imperador. As ultimas linhas
 são do punho de José Bonifacio.

(Do arquivo da familia imperial).



Miniatura do Imperador ao tempo de sua Maioridade.

*(Da coleção do príncipe Dom Pedro de Orléans
Bragança).*



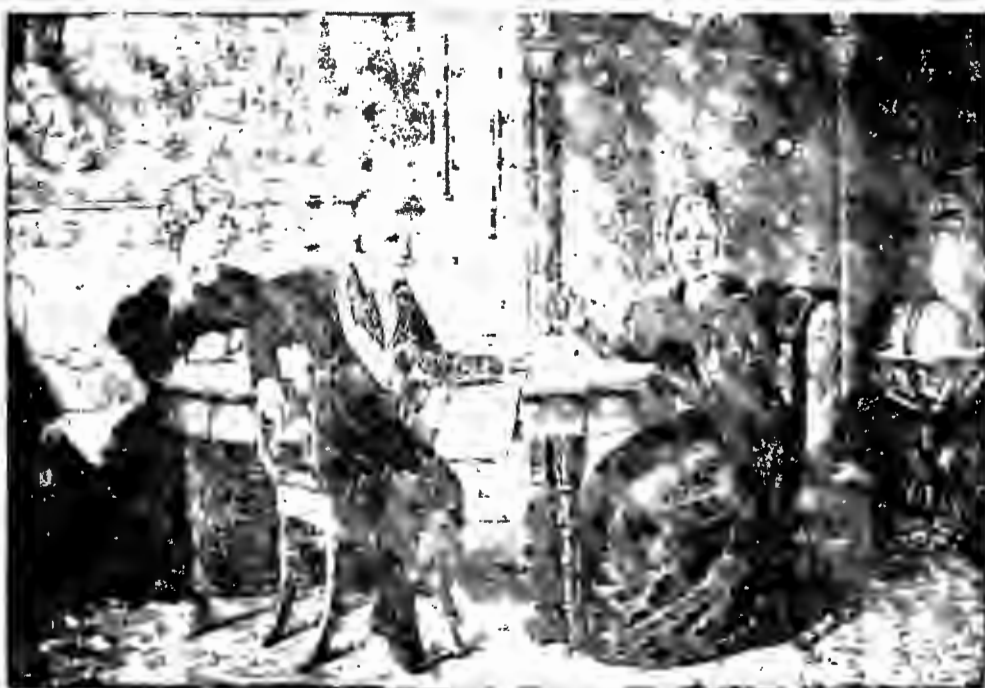
Coroação do Imperador, em 18 de julho de 1841.

(Autor desconhecido. Galeria do castelo d'Eu).



Paulo Barbosa da Silva, mordomo
da Casa Imperial

(De uma fotografia da época)



O Imperador com suas irmãs, Dona Francisca e Dona Januária,
no gabinete de estudos de São Cristóvão

(Desenho do Barão de Taunay)



O conde d'Aquila

(Da obra do Sr. Wanderley Pinho, Cartas do Imperador D. Pedro II ao Barão de Cotegipe).



O Imperador com as vestes imperiais, em 1847.

(Quadro de R. Q. Monvoisin. Galeria do castelo d'Eu).



O Marquez de Olinda

(De uma fotografia da época)



O Marquez de Paraná

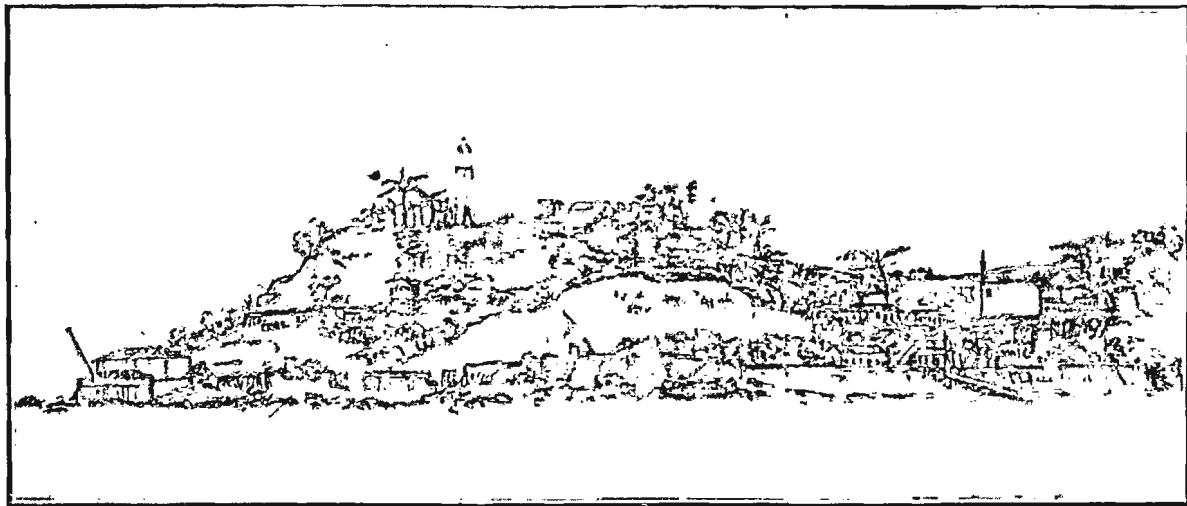
(Da obra de Tito Franco de Almeida, A Grande Política).



-A família imperial em 1857. Quadro de Moreaux.

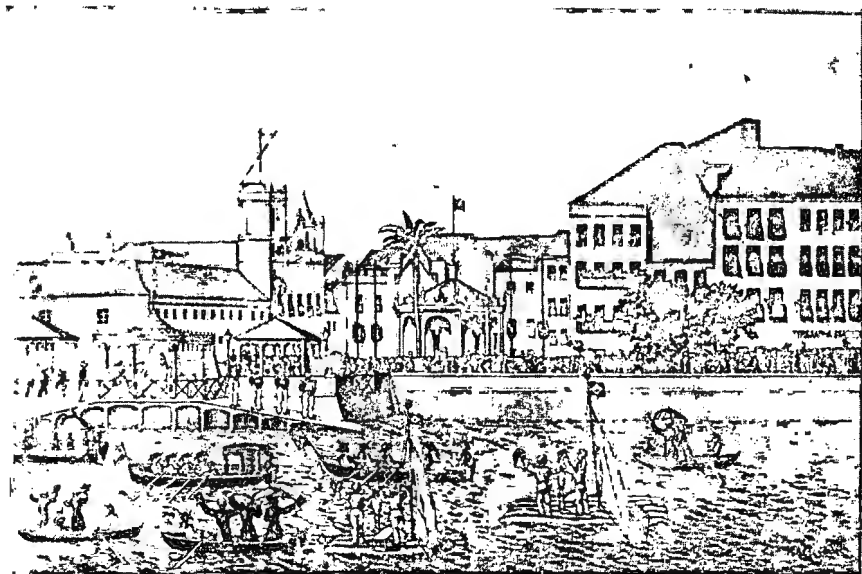
(Galeria do castelo d'Eu).

XIII



Desenho a lapis, do Imperador, feito durante a viagem ao norte, em 1859. E' uma vista do morro de São Paulo, na Baía. O original pertence ao arquivo da familia imperial.

XIV



Desembarque do Imperador e da Imperatriz em Recife, a
22 de novembro de 1889.

(De uma fotografia da época).



O Imperador no começo da guerra do Paraguai.

(Da coleção do embaixador Magalhães de Azeredo)



O duque de Caxias

(De uma fotografia da época)



Zacarias de Góes e Vasconcelos

(De uma fotografia da época)

XVIII



O conde d'Eu ao tempo da guerra do Paraguai.

(Da coleção do príncipe Dom Pedro).